

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



**DO DOMÍNIO CARTAGINÊS DO
MEDITERRÂNEO AOS PRIMEIROS PASSOS
DA TALASSOCRACIA ROMANA**

DANIELA MARIA DANTAS GOMES

Tese orientada pelo Prof. Doutor Amílcar Ribeiro Guerra e Prof. Doutor José Varandas, especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em HISTÓRIA ANTIGA.

2015

ÍNDICE

RESUMO	4
ABSTRACT	5
PALAVRAS-CHAVE / KEYWORDS	6
AGRADECIMENTOS	7
ABREVIATURAS	10
INTRODUÇÃO	11
I	
O IMPÉRIO CARTAGINÊS ATÉ À PRIMEIRA GUERRA PÚNICA	15
1. Introdução ao estudo do Império – <i>Ceterum censeo Carthagenen esse delendam</i>	15
2. Uma breve análise da expansão cartaginesa: o Império visto por Diodoro e Justino	17
3. Os dados arqueológicos	20
4. De cidade comercial a cidade imperial: perspectivas historiográficas	26
5. A organização política	33
6. A guerra vista a partir de Cartago: posições sobre o exército cartaginês	40
II	
OS PROCESSOS CARTAGINESES DE COLONIZAÇÃO INSULAR E O INTERESSE DOS POVOS MEDITERRÂNEOS NA SICÍLIA	47
1. A Sicília	48
2. Os Primeiros Povos: Sicanos e Sículos	51
3. Um novo invasor: a chegada dos Gregos	58
4. O decurso dos conflitos	68

5. As guerras Greco-Púnicas	71
6. Dionísio I	79
7. Da última guerra Greco-Púnica às guerras Pírricas	86
8. Sardenha, Córsega e Ibiza	91
 CAPÍTULO III	
OS CORPOS MERCENÁRIOS NO CONTEXTO DO MEDITERRÂNEO	95
1. Os Generais	105
2. Os Mercenários: origens	111
3. Península Ibérica e Baleares	111
4. Grécia e Magna Grécia	113
5. Os mercenários Celtas / Gálicos	115
6. Os mercenários Lígures	117
7. Os <i>mahouts</i> , condutores de elefantes	119
8. O exército mercenário por oposição ao exército romano	120
 CAPÍTULO IV	
A TOMADA DE AGRIGENTO: ESTUDO DE CASO	123
1. Determinantes geoestratégicas	128
2. O cerco de Acragas	136
3. Cavalaria, carros de guerra, elefantes	140
4. As forças mercenárias	142
5. Conclusão do cerco: consequências	146
 CAPÍTULO V	
A MARINHA ROMANA: INOVAÇÃO OU MITO HISTORIOGRÁFICO?	154
1. As embarcações no período da Primeira Guerra Púnica	160
2. O Protoimperialismo Republicano: necessidade (ou capacidade) de expansão?	167
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 173
 BIBLIOGRAFIA	 179

RESUMO

Os estudos relativos à história de Cartago têm sido feitos, na maior parte, do ponto de vista da sua relação com Roma. Nos últimos anos, novas abordagens que focam o mundo púnico na sua identidade própria têm sido cada vez mais frequentes, atribuindo particular atenção aos vestígios arqueológicos. Tal contribuiu para novas interpretações relativas à cidade e aos seus processos de colonização do Mediterrâneo. Este mar, que toca uma vasta área dos continentes Europeu e Africano, tem um papel central na Antiguidade, bem como os seus territórios insulares, pontos de cruzamento de rotas e de crescimento de cidades.

No contexto desta dissertação, que pretende observar o período de transição entre as talassocracias cartaginesa e romana, a Sicília tem grande importância. Além de ser o palco da Primeira Guerra Púnica, esta ilha é, desde cronologias recuadas, ocupada por numerosas e variadas populações, assistindo a múltiplas tentativas de domínio e colonização. Observar-se-á a ilha desde a chegada dos primeiros habitantes até ao início da guerra, para compreender a sua posição de centralidade e espaço de charneira. Além da colonização do Mediterrâneo, observar-se-á também o papel da esfera militar. Será atribuída particular relevância ao mundo dos mercenários ao serviço de Cartago, procurando compreender as suas origens e utilizações, bem como a sua capacidade frente ao exército romano. Discutir-se-á a possibilidade da existência de um exército de cidadãos-soldados em Cartago e respectiva evolução. Será também observada a Marinha romana (especificamente, o seu nascimento, evolução e capacidade durante a Primeira Guerra Púnica).

Todos estes pontos, que são um conjunto de conceitos em torno da problemática do mar na Antiguidade, culminarão na observação da questão dos impérios e da utilização do espaço marítimo como seu sustentáculo, procurando explorar perspectivas menos observadas pela historiografia tradicional e tentando fornecer um estudo consistente e coerente dos problemas da guerra e da diplomacia, da política e da economia, e sobretudo da forma como Roma e Cartago se relacionam entre si e com o mar Mediterrâneo.

ABSTRACT

The studies regarding the History of Carthage have been made, for the most part, from the point of view of its relation to Rome. In the last few years, new approaches that focus the Punic world in its own identity have grown more frequent, paying particular attention to the archaeological remains. Such has contributed to new interpretations regarding the city and its processes of colonizing the Mediterranean. This sea, which touches a vast area of the European and African Continents, has a central part in Antiquity, as do its insular territories, points of crossing routes and growth of settlements.

In the context of this dissertation, which intends to observe the transition period between the Roman and Carthaginian Thalassocracies, Sicily has a great importance. Aside from being the stage of the First Punic War, this island has been, since early chronologies, occupied by numerous and diverse populations, witnessing several attempts of domination and colonization. The island will be observed since the arrival of its first inhabitants until the beginning of the war, to understand its central position and as hinge area. Besides the colonization of the Mediterranean, the role of the military sphere will also be observed. Particular relevance will be given to the world of mercenaries under Carthaginian service, in an attempt to understand their origins and ways of use, as well as their capacity when facing the Roman army. The possibility of the existence of an army of citizen-soldiers in Carthage and its respective evolution will be discussed. The study of the Roman navy will also be addressed (specifically its birth, evolution and capacity throughout the First Punic War).

All these points, which are a sum of concepts surrounding the problematics of the sea in Antiquity, will culminate in the observation of the issue of empires and the use of the maritime space as their support, by attempting to explore perspectives less observed by traditional historiography and providing a consistent and coherent study on the subjects of war and diplomacy, politics and economy, and above all, of the way in which Rome and Carthage relate among themselves and with the Mediterranean sea.

PALAVRAS-CHAVE

Cartago; Roma; Colonização; Guerras Púnicas; Mercenários

KEYWORDS

Carthage; Rome; Colonization; Punic Wars; Mercenaries

AGRADECIMENTOS

Este estudo é o concretizar de ideias, projectos e ambições de longa data. É o resultado de cinco anos de trabalho, dois de Mestrado e três de Licenciatura. Poder olhar para o resultado final, após o esforço e dedicação que nele coloquei, cria um sentimento de felicidade e paz. Esta tese é o culminar de um percurso, de uma etapa, que permitiu não só alargar o meu conhecimento, como também progredir como pessoa, graças a todos aqueles que fizeram parte da minha vida e me deram todo o seu apoio.

Em primeiro lugar, é preciso agradecer à minha família. Agradecer, sobretudo, aos meus pais, pelo apoio moral que me deram em todos os momentos. Acima de tudo, agradecer à minha mãe, que sempre celebrou comigo os bons momentos, e nunca desistiu de mim nas alturas piores que a vida, naturalmente, vai trazendo. Agradecer ao meu pai, que me incutiu o gosto pela História desde que me lembro, e à minha avó Glória, que sempre teve fé em mim e no meu projecto. Agradeço ao meu avô, Casimiro Dias Dantas que, apesar de não estar presente, será sempre uma parte fundamental da minha vida.

Agradeço à Daniela Vieira e ao Filipe Santos, por terem ficado do meu lado, pelo apoio emocional que me deram, pelas horas intermináveis em que me ouviam falar desta tese. Por terem atravessado comigo, sem qualquer queixa, os períodos em que estive mais cansada. Por me terem dado ânimo e por me terem feito sorrir tantas vezes. Incluo também, no conjunto dos amigos, Jamie Bevan, que além do seu apoio me auxiliou com o seu inglês nativo. *Thank you for everything, Jamie.*

Tenho também de agradecer a duas professoras que tiveram grande influência na minha aprendizagem. Agradeço, em primeiro lugar, à Professora Maria José de Oliveira, cujos ensinamentos da Língua Portuguesa, apesar de tantos anos volvidos, foram muito valiosos e ainda hoje me assistem numa base diária, e à Professora Mandy Valério Marques, pelos igualmente preciosos conhecimentos de Inglês que me deu ao longo de tantos anos. Agradeço a ambas, também, pela sua amizade e carinho.

Às pessoas que mencionei acima, vêm acrescentar-se todas aquelas que partilharam comigo a experiência académica. Nestas incluem-se os meus colegas do Centro de História, sobretudo àqueles que partilham comigo a investigação da História Militar, aos quais agradeço o companheirismo e a afabilidade que mostraram sempre.

Agradeço a todos os professores que estiveram presentes nestes anos de estudo. Um obrigado especial ao Professor Nuno Simões Rodrigues, pelos valiosos

conhecimentos que me transmitiu sobre o Mundo Clássico; ao Professor José Augusto Ramos, pelo seu extraordinário conhecimento de Línguas e do Mundo Pré-Clássico; e à Professora Maria de Fátima Reis, pela paciência com que transmitiu, desde o primeiro dia, os ensinamentos fundamentais de organização bibliográfica, de heurística e de hermenêutica, que são obrigatórios para o historiador. Agradeço ainda ao Professor José Sales, da Universidade Aberta, pelo apoio e pela disponibilidade prestados.

Reservei para último lugar os orientadores, destacando-os dos demais. Sem eles, esta dissertação não teria sido possível. Não consigo expressar suficientemente bem os meus agradecimentos ao Professor Amílcar Guerra e ao Professor José Varandas. Ao primeiro, pelos seus imensos conhecimentos arqueológicos e epigráficos sobre o mundo Romano. Ao segundo, por me iniciar no caminho da História Militar. A ambos, pelo apoio que me deram desde o início e por acreditarem no meu trabalho, algo que foi, para mim, um contributo indispensável. Agradeço o vosso exemplo, não só em termos académicos, como em termos humanos, com a vossa simpatia, amabilidade e disponibilidade, apesar do imenso trabalho a que ambos estão sujeitos.

Não querendo prolongar-me, agradeço ainda a todos aqueles que, de alguma forma, marcaram o meu percurso académico e contribuíram para ter seguido este caminho. O Mestrado em História Antiga proporcionou-me uma oportunidade de felicidade e preenchimento pessoal, e sinto-me afortunada de me ter sido possível prosseguir os estudos num campo ao qual sinto uma ligação pessoal.

Muito obrigada a todos.

Para o meu avô,
Casimiro Dias Dantas

ABREVIATURAS

Apollod. Epit.	Apolodoro, <i>Epítomo</i>
App. Hisp.	Apiano, <i>Guerras na Hispânia</i>
App. Pun.	Apiano, <i>Guerras Púnicas</i>
Arist. Pol.	Aristóteles, <i>Política</i>
Aristot. Rh.	Aristóteles, <i>Retórica</i>
Caes. Gal.	Júlio César, <i>Guerras na Gália</i>
D. C.	Díon Cássio
D. H.	Dionísio de Halicarnasso
D. S.	Diodoro Sículo
Hdt.	Heródoto
J. Ap.	Flávio Josefo, <i>Contra Apíon</i>
Just.	Justino
Liv.	Tito Lívio
Plb.	Políbio
Plin. HN.	Plínio, <i>História Natural</i>
Plut. Dio	Plutarco, <i>Dião</i>
Plut. Tim.	Plutarco, <i>Timoleão</i> .
Polyaen.	Polieno
Str.	Estrabão
Thuc.	Tucídides
Virg.	Virgílio

INTRODUÇÃO

No primeiro ano do Mestrado em História, vertente de História Antiga, é requerido aos alunos que participem num conjunto de seminários à escolha, nos quais são elaborados trabalhos escritos enquanto elementos de avaliação. As problemáticas desenvolvidas nesta dissertação nasceram a partir desses seminários. Vocacionadas, desde o início, para questões da história de Roma, começaram, no entanto, por ser um conjunto de assuntos dispersos: de um lado, os problemas políticos, diplomáticos, económicos. Do outro, os problemas da esfera militar, da logística, das marinhas de guerra. Optar por um só tema para uma dissertação obriga a um percurso de exclusão, mas a quantidade de ideias e de pontos por explorar é vasta e dificulta esta tarefa.

Contudo, existiu desde o início um objectivo claro: encontrar um ponto que aliasse a esfera política e a militar. O interesse pessoal no período da República Romana delimitou um período temporal que, tradicionalmente, se iniciou no século VIII a. C. e culminou no limiar do século I a. C. Este fornecia inúmeras possibilidades, e o factor que veio determinar a problemática foi o geográfico. Durante o Seminário de Armas e Sociedades no Mundo Clássico, orientado pelos Professores Doutores Amílcar Guerra e José Varandas, orientador e co-orientador desta dissertação, o trabalho apresentado foi um Estudo de Caso relacionado com a Tomada de Agrigento, o qual será representado, com as devidas correcções, no Capítulo IV. Agrigento apontou o caminho na direcção da Sicília e da disputa secular pela ilha. A Primeira Guerra Púnica revelar-se-á nuclear nesta questão: agindo como ponto de divisão entre duas realidades distintas (a da Sicília greco-púnica e a da sua incorporação como Província Romana), é também escolhido como último momento cronológico abrangido pela tese.

A Sicília determinou tempo e espaço, mas era necessário encontrar um ponto de observação, a já referida problemática que fosse capaz de englobar um conjunto de tópicos. O olhar focou-se então no Mar Mediterrâneo. Este é, ainda hoje, um espaço de importância considerável para Europa e África. Age, em primeiro lugar, enquanto delimitador de fronteiras: não só influencia as linhas de costa, como alberga um número considerável de ilhas de diversas dimensões. Apresenta igualmente uma faceta muito relevante no que respeita a deslocações e transportes: importante não só como via de comércio ou de recreio, tem assumido uma relevância crescente na questão das migrações, surgindo cada vez com maior constância nos noticiários devido às vagas, cada vez mais frequentes, de refugiados, que procuram atingir as costas das ilhas gregas

e italianas. Quando bem-sucedidas, estas viagens resultam num problema humanitário, que tem vindo a suscitar um interesse crescente por parte da União Europeia e das Organizações Internacionais. Amiúde realizadas em embarcações sobrelotadas e sem condições para enfrentar a travessia, resultam muitas vezes em naufrágios, com perdas significativas de vidas humanas.

Se o Mediterrâneo é importante na actualidade, com a abundância de meios e vias de transporte terrestre, naval e aéreo, pode calcular-se o seu valor num período em que as comunicações, sobretudo intercontinentais, estão muito dependentes do transporte marítimo e fluvial. A Sicília, ainda hoje ponto de chegada e de partida, é em 264 a. C. um ponto central e intermediário, de cruzamento de rotas e de controlo entre Mediterrâneo Oriental e Ocidental. Dominar a Sicília não era um método imediato para a construção do poder marítimo, mas revelou-se um elemento fundamental na edificação das Talassocracias da Antiguidade. E assim se atinge o título desta dissertação, que é também a sua problemática-chave e a essência da sua composição: um estudo sobre a transição entre duas esferas de poder, que se apoiam no espaço marítimo como sustentáculo da sua micro e macro-gestão. O problema é observado a partir da Sicília, desde os seus primórdios até ao momento em que se inicia a transição.

Resta somente mencionar a importância do mundo púnico para a elaboração desta dissertação. Apesar de ser muitas vezes apresentada somente comopositor de Roma, existem cada vez mais estudos sobre o mundo cartaginês, que são dificultados pela ausência de evidências arqueológicas e escritas. O mundo púnico é dos primeiros a estabelecer na Sicília uma influência considerável, e tem um tempo de permanência bastante extenso. Cartago é, em primeiro lugar, a grandepositora de Roma no conflito pela Sicília, mas esta cidade, que num sentido mais abrangente é toda uma civilização, deve ser observada com maior pormenor. Por estas razões, o primeiro capítulo, intitulado «O Império Cartaginês até à Primeira Guerra Púnica», dedica-se a analisar a problemática de Cartago. Este capítulo serve, sobretudo, de iniciação à problemática geral: não é possível resumir e conceptualizar o «império cartaginês», em cerca de trinta páginas, e é igualmente impossível incluir, neste mesmo espaço, toda a biografia existente sobre a problemática. Contudo, procurar-se-á alguma abrangência no que diz respeito a questões bibliográficas e problemáticas tratadas, confrontando fontes históricas e arqueológicas, passando pela questão da guerra e do exército.

O Capítulo II começa a direccionar a investigação para a questão do Mediterrâneo e da Sicília. Intitulado «Os processos cartagineses de colonização insular e o interesse

dos povos Mediterrâneos da Sicília», é o capítulo mais extenso dos cinco que constituem esta dissertação. Apesar da sua dimensão, a abordagem não deixa de ser geral. A quantidade de conflitos entre o mundo púnico e os outros habitantes da Sicília, os métodos que utilizam para manter o domínio da ilha, e a evolução dos habitantes da Sicília desde a chegada dos Sicanos e dos Sículos, permitia, por si só, uma dissertação. Contudo, optou-se pela inclusão destas questões, pela sua importância na compreensão da problemática geral: para conhecer a situação da Sicília em 264 a. C., é necessário compreender a sua evolução. O capítulo permite ainda observar a importância e participação do mundo grego na disputa por espaços de colonização dentro da ilha, bem como a interferência das tiranias da Magna Grécia na vivência de Cartago.

Os dois primeiros capítulos constituem a primeira parte da tese, que é sobretudo ligada às questões políticas e diplomáticas. A partir do terceiro capítulo, focam-se sobretudo problemáticas do mundo militar. O Capítulo III, denominado «Os Corpos Mercenários no Contexto do Mediterrâneo», pretende analisar, de forma detalhada, a utilização dos mercenários durante a Primeira Guerra Púnica: as suas origens, a sua especialidade em combate, bem como as suas relações com as altas hierarquias de comando. No seio desta problemática, estará ainda presente a questão dos generais cartagineses, recorrendo a diversos casos específicos como exemplo, e explorar-se-á a possibilidade da existência de um exército endógeno em Cartago nas diversas cronologias.

O Capítulo IV é o já referido Estudo de Caso relativo à Tomada de Agrigento. O cerco de Agrigento é o primeiro que sucede neste confronto, e é de especial relevância para a questão da logística e da estratégica. As possíveis razões que levam ao cerco, a influência da geologia e morfologia do local e a relação com Híeron II são determinantes na análise deste primeiro teste de forças entre Cartago e Roma. Particularmente relevante para a questão da guerra e do exército é também a análise detalhada da questão dos mercenários que, na sequência do capítulo anterior, podem ser observados em pormenor na sua actuação dentro de uma situação específica.

O capítulo final, apesar de estar sobretudo ligado à questão do exército, adquire um carácter que se torna híbrido. Intitulado «A Marinha Romana – Inovação ou Mito Historiográfico?», pretende analisar a extensão dos conhecimentos náuticos de Roma anteriores a 264 a. C., bem como a capacidade efectiva da sua marinha, quer mercante, quer militar. Este capítulo dependerá, em grande medida, da observação das fontes arqueológicas, e de uma análise comparatista entre diversos tipos de embarcações

existentes neste período. Procurar-se-á uma abordagem, ainda que breve, à questão do *corvus* e do seu respectivo potencial de utilização, bem como à reorganização da marinha romana durante a Primeira Guerra Púnica. Este será o último ponto especificamente relacionado com a questão militar, pois o capítulo termina com a questão do Proto-Imperialismo da República Romana, culminando assim a construção em torno da transmissão dos sistemas de poder. Irá questionar-se se a intervenção na Sicília se deveu a uma necessidade premente de defesa contra a expansão de Cartago, ou se, por outro lado, Roma havia sentido a capacidade de se expandir para fora da Península Itálica.

No que diz respeito à metodologia utilizada, esta segue os princípios gerais do trabalho historiográfico: a heurística e a hermenêutica. Procurar-se-á a inclusão de uma bibliografia extensa e diversificada sobre os diversos campos tratados, bem como a análise do máximo de fontes históricas disponíveis, para estabelecer comparações. A subdivisão das obras bibliográficas será realizada por temas, para facilitar a sua consulta. Será igualmente incluída nas páginas iniciais uma lista das abreviaturas utilizadas nas notas de rodapé, que seguiu o modelo apresentado em *A Greek-English Lexicon*¹. Quanto ao património arqueológico, é actualmente possível observar parte deste por via de fotografias, mas existe um espólio vasto que ainda não é de fácil alcance. Serão incluídos relatórios de análises efectuadas pelas ciências exactas, sobretudo no que diz respeito às questões geológicas e morfológicas do Mediterrâneo e da Sicília.

Após estas considerações iniciais, resta dar início à dissertação propriamente dita, atravessando todos os pontos propostos para conseguir um resultado consistente e significativo, que possa acrescentar à historiografia do mundo púnico e Romano, sobretudo no que respeita à questão do Mediterrâneo e à da Primeira Guerra Púnica que, comparando com as duas guerras posteriores entre Roma e Cartago, ainda surge de forma relativamente marginal e merece ser objecto de tratamento mais aprofundado.

¹ *A Greek-English Lexicon*, compilado por Henry George Liddell e Robert Scott, edição revista por Sir Henry Stuart Jones, Oxford, Clarendon Press, 1958.

I

O IMPÉRIO CARTAGINÊS ATÉ À PRIMEIRA GUERRA PÚNICA

1. Introdução ao estudo do Império – *Ceterum censeo Carthaginem esse delendam*

O estudo do período púnico apresenta diversos problemas no que diz respeito às formas de aproximação. Se, por um lado, as escavações em Tunis, patrocinadas pela UNESCO², têm permitido preencher lacunas ou rectificar os dados legados pelos autores greco-romanos, por outro, os vestígios arqueológicos encontrados até à data não são em número suficiente para possibilitar um estudo abrangente, sobretudo quando se considera a destruição da cidade após a vitória romana de 146 a. C.³ e, com ela, do núcleo do mundo púnico. Aos limites e dificuldades apresentados à Arqueologia, acresce o facto de as fontes históricas para esta questão, não obstante a existência de alguns pontos em comum, apresentarem divergências significativas, que obrigam a uma análise minuciosa e respectiva confrontação, da qual a Historiografia está longe de tirar conclusões definitivas. Sublinhe-se ainda o facto de parte destas fontes, algumas das quais de importância considerável (como é o caso, por exemplo, do Epítome de Pompeu Trogo), só chegarem ao momento presente por segundas vias, sendo que o único acesso possível se faz através de referências escassas em obras de outros autores⁴. Os mesmos problemas de interpretação histórico-arqueológica presentes quando se procura um conhecimento aprofundado da cidade aplicam-se no estudo da construção do Império Cartaginês. Perguntas que incluem como se constrói ou qual a sua natureza apresentam ainda a dificuldade acrescida de compreender as alterações de poder entre as colónias cartaginesas e as de outras cidades fenícias (sobretudo Tiro), distinguindo-as nos diferentes períodos históricos.

² Desde 1979 que o sítio arqueológico de Cartago é considerado Património Mundial. A partir de 2006, inicia-se um processo de inventariação dos bens de Património Mundial; em 2010, as autoridades tunisinas recebem o pedido de um relatório sobre o estado de conservação, que chega no ano seguinte. No relatório da UNESCO, salientam-se para o período púnico, entre outros espaços, o *Tophet* (templo de Baal Amon, onde têm sido encontradas estelas votivas e urnas cinerárias) e os portos (porto de comércio rectangular e porto militar circular). Veja-se o relatório do Comité do Património Mundial, “Convention concernant la protection du patrimoine mondial, culturel et naturel”, *Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura*, trigésima sexta sessão, São Petersburgo, 24 de Junho a 6 de Julho de 2012, pp. 7-20. Diodoro refere-se ao porto de Cartago como Cothon (D.S. 3.44).

³ TANG, “Carthage. The Punic Metropolis”, *Delos, Carthage, Ampurias: The Housing of Three Mediterranean Trading Centres*, Roma, «L’Erma» di Bretschneider, 2005, pp. 69-76.

⁴ Veja-se supra, pp. 16, 28.

No que diz respeito às fontes históricas disponíveis, Dexter Hoyos⁵ salienta, na sua recente obra *The Carthaginians*, dez autores para a história da cidade e respectivas acções militares de conquista: Apiano, Dión Cássio, Diodoro Sículo, Justino⁶, Tito Lívio, Cornélio Nepos, Plutarco, Polieno, Políbio e Estrabão⁷. Nathan Pilkington, na sua tese de Doutoramento, acrescenta Heródoto, Tucídides, Aristóteles e Virgílio⁸; inclua-se nesta lista Flávio Josefo⁹, e está-se na presença da maior parte das fontes directas sobre a questão, pelo menos as que fornecem informações mais consideráveis. O número de autores parece vasto mas, como relembra Pilkington, nenhuma das informações legadas é substancial no que respeita à história de Cartago pré-romana¹⁰. A maior parte dos dados existentes para este período diz respeito às guerras entre Cartago e Siracusa pelo controlo da Sicília, e não à organização da cidade, à sua estrutura política e institucional¹¹. De entre estas fontes, aquelas que oferecem uma narrativa mais completa da história de Cartago serão Justino, que se terá baseado na obra de Pompeu Trogo (*Histórias Filípicas* – Epítome de Pompeio Trogo)¹², Flávio Josefo (por via de Menandro de Éfeso) e Diodoro Sículo (baseando-se em Timeu de Tauroménio), que fornecem as datas tradicionais apontadas para a fundação de Cartago e, no caso de Justino, uma narrativa extensa e potencialmente lendária sobre a origem da cidade, que passa pela questão de Elissa e Pigmalião. As referências espaciais da narrativa com relevância para este capítulo são essencialmente três: um golfo, a cidade vizinha de Útica e *Byrsa*, colina onde têm sido encontrados vestígios arqueológicos significativos¹³.

⁵ Professor Associado do Departamento de Clássicas e História Antiga da Universidade de Sydney, que tem investigado Cartago e as relações romano-cartaginesas. Actualmente é um dos autores com maior produção sobre o mundo púnico.

⁶ Baseando-se em Justino, existe a percepção de que a presença de um *Tophet*, indício de sacrifício de crianças, seria um indício de «Imperialismo» cartaginês (veja-se PILKINGTON, “Greco-Roman Sources and Scholarly Reconstructions of the Carthaginian Empire”, *An Archaeological History of Carthaginian Imperialism*, dissertação de Doutoramento em Filosofia na *Graduate School of Arts and Sciences*, Universidade de Columbia, 2013, p. 38). Em Cartago, o *Tophet* situar-se-ia a sul da colina de *Byrsa*, onde foi encontrado um cemitério contendo essencialmente restos mortais de crianças. Veja-se HOYOS, “Carthage: Foundation and Growth”, *The Carthaginians*, Londres, Nova Iorque, Routledge, 2010, p. 14.

⁷ HOYOS, “Sources of Knowledge”, *idem*, pp. XXXIII-XXXVI.

⁸ PILKINGTON, “Introduction”, *op. cit.*, p. 3.

⁹ Apesar de não estar incluído na lista essencial de Hoyos, está presente em, por ex., HOYOS, “The Phoenicians in the West”, *op. cit.*, p. 4.

¹⁰ Veja-se PILKINGTON, *op. cit.*, p. 3.

¹¹ A título de exemplo, veja-se Polyæn. 6.16, capítulo dedicado exclusivamente à invasão cartaginesa da Sicília, ao conflito com Dionísio, Hieron e, posteriormente, Roma, e aos métodos utilizados para organização do exército e respectiva subsistência.

¹² Segundo Hoyos, a datação do período a que pertence Justino é imprecisa, apontando para um período compreendido entre os séculos II a IV d.C. Veja-se HOYOS, *op. cit.*, p. XXXIV.

¹³ Veja-se *idem*, “The Phoenicians in the West”, *op. cit.*, p. 7.

2. Uma breve análise da expansão cartaginesa: o Império visto por Diodoro e Justino

A confrontação das fontes históricas com a realidade arqueológica é crucial para o avanço dos conhecimentos sobre Cartago. Assim sendo, para este capítulo em específico, pareceu pertinente a inclusão sumária dos dados legados por duas das fontes com informações mais substanciais. Excluir-se-á Flávio Josefo, atendendo a que quer as *Antiguidades dos Judeus*, quer *Contra Apion*, contêm sobretudo informações relativas à fundação da cidade, não referindo os seus processos de expansão.

Nas suas *Histórias*, Diodoro Sículo refere a ilha de Pitiusa, que distaria da Líbia “um dia e uma noite” e da Ibéria “um dia”, com a dimensão aproximada de Corcira¹⁴. Aqui teria sido fundada uma colónia, cento e sessenta anos após a fundação de Cartago (ou seja, com base na datação desta fonte, c. 654 a. C.). De nome *Eresus*, seria um local onde conviveriam habitantes de diversas origens, embora com preponderância “fenícia” (D.S. 5.16). Tal poderia levar a concluir que uma das primeiras colónias cartaginesas terá surgido nas Ilhas Baleares. Seguem-se as ilhas do Mediterrâneo Central: dois dos primeiros espaços referidos por Justino são a Sicília e a Sardenha¹⁵ (Just. 18.7.2, refere também a conquista de parte da Sicília) e as incursões por espaços Norte-Africanos, sendo que as últimas parecem ser motivadas sobretudo pelo desejo de findar o pagamento de tributos (Just. 19.1)¹⁶.

Segundo Diodoro Sículo, a questão da Sicília terá envolvido, no século V a. C., uma aliança persa (D.S. 11.1) contra Gélon. A partir do livro 19 de Justino, a presença cartaginesa na Sicília é referida constantemente e parece pouco pacífica (ex. Just. 19.2 – Amílcar é morto em batalha na Sicília; Himilcão toma uma série de cidades, mas entretanto perde grande parte do exército devido a uma praga). Entretanto surgem as guerras com Dionísio I (Just. 20.1), que terá conseguido expulsar os Cartagineses e

¹⁴ Segundo a nota 47 da tradução da Loeb, a ilha descrita por Diodoro corresponde, na realidade, a duas ilhas distintas, nomeadamente Ibiza e Formentera. Veja-se *The Histories of Diodorus Siculus*, Loeb Classical Library, vol. 5, tradução para inglês de C. H. Oldfather, Harvard, Harvard University Press, 1982.

¹⁵ Também Diodoro Sículo menciona a Sardenha; numa breve narrativa da lenda fundacional, menciona o sobrinho de Hércules, Iolau, como fundador de uma série de cidades, cuja população Cartago não teria conseguido subjugar (como consequência de um oráculo), não obstante ter atingido o domínio da ilha. Veja-se D.S. 5.15.

¹⁶ Os conflitos com os povos norte-africanos também são uma constante. Ex. Just. 19.2, em que Justino refere a guerra contra os Mouros e os Númidas, que culmina com a remissão do tributo pago por Cartago. No tempo de Agátocles, pelo menos parte dos povos africanos parece estar sob o domínio de Cartago, se se considerar Just. 22.2.9, onde é referido o envio de cinco mil soldados africanos para auxiliar o futuro tirano da Sicília.

adquirido o controlo total da ilha, embora de forma temporária: as cidades-estado gregas sob o seu domínio tornam a ser invadidos por um exército cartaginês liderado pelo general Hanão. Entretanto, a posição cartaginesa no Norte de África começa a alterar-se: quando Alexandre Magno conquista Tiro, o general Amílcar terá sido enviado para saber quais as intenções do líder macedónico relativamente ao Norte de África. Neste momento, o estatuto da cidade parece modificar-se por duas vias: por um lado, a queda da cidade-mãe, Tiro; por outro, o nascimento de Alexandria, que se torna uma das principais rivais de Cartago no litoral Norte-Africano (Just. 21.6).

No decorrer do século IV a. C., desenvolvem-se as relações entre Amílcar, general cartaginês, e Agátocles, sobretudo relevantes no seu impacto sobre Siracusa, mas também no que diz respeito a uma série de cidades aliadas de Cartago, que são entregues a Agátocles enquanto prova de uma união. Com a morte de Amílcar sucedem-se dois eventos: Agátocles terá optado por iniciar uma guerra contra Cartago, e terá surgido outro indivíduo com o mesmo nome do primeiro general (Amílcar, filho de Giscão), que irá derrotar o tirano e forçar a retirada para Siracusa; esta será posteriormente cercada (Just. 22.4). Agátocles teria planeado levar o conflito para África, para conseguir o controlo absoluto da Sicília, e o sucesso desta linha de acção teria sido de tal forma significativo que teria eliminado, pelo menos temporariamente, toda a oposição em África (Just. 22.8) e conseguindo o controlo de toda a ilha da Sicília¹⁷. O conflito entre Agátocles e os Cartagineses irá continuar e, no momento em que Pirro¹⁸, que posteriormente se torna rei da Sicília e do Épiro (Just. 22.3.2) começa a tornar-se uma figura relevante de acordo com os registos históricos, as tentativas púnicas de domínio da ilha estão longe de terminar.

Quando se inicia o período de Híeron II, que sucede a Pirro e será uma das figuras políticas influentes da Primeira Guerra Púnica, Cartago e as cidades-estado de origem grega atravessaram já um conflito de duzentos anos, sem que o domínio da ilha esteja decidido. Algumas cidades que pertenceram a Cartago foram perdidas em determinados momentos, como *Motia* (D.S. 14.47, referida como colónia cartaginesa e centro de operações insulares durante as guerras com Dionísio I; é posteriormente perdida, e os colonos sobreviventes viriam a fundar Lilibeu. Veja-se D.S. 22.10). Outras são referidas como propriedade de Cartago, como Terma (ainda no período de Agátocles; D.S. 19.2),

¹⁷ Os cartagineses serão novamente expulsos por Timoleão; veja-se D.S. 16.65.

¹⁸ Durante os conflitos com Pirro, que precedem a Primeira Guerra Púnica, são referidos corpos de exército cartaginês em diversas cidades da Sicília, entre as quais Acragas, Heracleia, *Eryx* e Lilibeu. Veja-se D.S. 22.10.

Heracleia, Selinunte e Hímera (D.S. 19.71, obtidas num acordo de paz com Agátocles). Outras são, pelo menos, suas aliadas (*Halicyae*, *Solûs*, Egesta, Panormo e *Entella*).

Assim, apesar dos esforços de Dionísio I e II, Agátocles, Pirro e Híeron, que impediram os Cartagineses de alcançar o domínio efectivo de algumas das cidades gregas mais antigas e de maior dimensão, nada parece ter travado o seu estabelecimento por toda a ilha¹⁹. Em acréscimo, a vivência das populações das cidades-estado gregas da Sicília parece ser de uma relativa independência relativamente às cidades dominantes, pois surgem ocasiões frequentes em que estas se posicionam de um ou de outro lado do conflito sem atender obrigatoriamente a factores sociopolíticos (por exemplo, após o cerco de *Motia*, Dionísio I terá crucificado os *Daiïmenes* e os Gregos que lutaram do lado cartaginês; D.S. 14.53). Por outro lado, a intervenção cartaginesa na Península Itálica parece de menor dimensão. Menciona-se, por exemplo, uma aliança com as cidades gregas deste espaço contra Dionísio I (D.S. 14.53), ou a intervenção / invasão na Península Itálica para devolver uma cidade aos *Hipponiatae* (D.S. 15.24). Não obstante o aparente desinteresse cartaginês no continente europeu, não se deve descartar a possibilidade de ter sido planeado o controlo de determinados pontos estratégicos que permitissem um acesso facilitado ao sul da Europa (pelo menos a *Reggio*)²⁰, sobretudo quando se relembra o facto de Messina ter sido temporariamente controlada pelos Cartagineses (D.S. 16.69; é posteriormente recuperada por Timoleão).

¹⁹ D.S. 14.46, menciona a apreensão dos bens dos Fenícios / Cartagineses em Siracusa e nas várias cidades gregas.

²⁰ Não obrigatoriamente com objectivos de domínio e conquista mas, pelo menos, com intenções de primazia comercial.

3. Os dados arqueológicos

“We do not know how this new land was acquired – whether by alliances struck with local Libyan leaders or by aggressive military action – but during the sixth century Carthage clearly began to expand its authority over the fertile Medjerda valley and the Cap Bon Peninsula through the construction of a number of forts and settlements.”²¹

Observando a tradição historiográfica, cuja base assenta nas fontes greco-romanas, a criação do império Púnico tem sido apontada para os séculos VI – V a. C., sendo que os séculos V – IV a. C. corresponderiam ao período de maior expansão (Norte de África, Península Ibérica e ilhas mediterrâneas)²². Não obstante, estas informações não estão sempre de acordo com os testemunhos arqueológicos. Se a data apontada por Diodoro Sículo para a fundação das primeiras colónias em Ibiza se situa no século VII a. C., as evidências arqueológicas mais antigas que se encontraram para a Sicília e Sardenha não recuam a mais que o século V a. C.²³

Não obstante as duas fontes previamente analisadas apontarem uma intervenção vasta de Cartago no Mediterrâneo²⁴, existe ainda uma relativa escassez de pontos arqueológicos explorados. Das várias colónias púnicas, aquela que se encontra em melhor estado de conservação é *Kerkouane*²⁵, que se situa não no espaço insular Mediterrânico ou na Península Ibérica, mas no Norte de África, não muito distante de *Byrsa*. Como relembra Federica Spagnoli, existe uma certa dificuldade em identificar as funções dos edifícios, existindo entraves à compreensão organizacional do espaço²⁶.

²¹ MILES, “Expansion into Africa”, *Carthage Must be Destroyed: The Rise and Fall of an Ancient Civilization*, Nova Iorque, Viking Penguin, 2011, p. 84.

²² PILKINGTON, “Introduction”, *op. cit.*, p. 2. Pilkington considera que, a julgar por Justino, existiria uma necessidade de interpretar a expansão dos Cartagineses enquanto episódio simultâneo para todos os pontos, ou seja, que a fonte dá a entender que o império nasce e cresce em todos os seus espaços ao mesmo tempo, não existindo uma evolução sequencial. No entanto, note-se que o espaço referente à história de Cartago é muito reduzido em Justino, que este não se propõe a tratar este assunto pormenorizadamente e que, não obstante omitir muitos dos aspectos da expansão política de Cartago, também o faz relativamente a variados outros tópicos, desde a estrutura política à religião.

²³ *Idem*, p. 6.

²⁴ Richard Miles relembra a existência de uma tradição greco-romana que atribuía a exploração do Mediterrâneo e do Atlântico a navegadores cartagineses (“New City – The Rise of Carthage”, *op. cit.*, pp. 88-89). Embora a presença cartaginesa no espaço actual de Marrocos não seja improvável, Miles sublinha o debate existente sobre as intenções / presença cartaginesa no espaço atlântico, sobretudo no que diz respeito à costa ocidental africana (*idem*, pp. 89-93).

²⁵ FANTOR, “North Africa”, *The Phoenicians*, ed. Sabatino Moscati, Londres, Nova Iorque, I. B. Tauris, pp. 211-222.

²⁶ Spagnoli refere-se, mais precisamente, às funções religiosas. Veja-se SPAGNOLI, “Altars and Cult Installations of Punic Tradition in North Africa”, SOMA 2004. *Symposium on Mediterranean Archaeology. Proceedings of the eighth annual meeting of postgraduate researchers, School of Classics, Dublin, Trinity College Dublin*, 20-22 de Fevereiro de 2004, Volume: SOMA 2004 (BAR International Series, 1514), Oxford, British Archaeological reports, 2006, p. 174. A datação atribuída a *Kerkouane* remonta ao século VI a. C. e esta terá sido destruída durante a Primeira Guerra Púnica.

Contudo, Richard Miles sublinha que, não obstante a ausência de dados históricos relativos a *Kerkouane*, o facto de esta colónia não ter sido objecto de reconstrução após a conquista romana tem permitido obter testemunhos arqueológicos fundamentais para a compreensão do mundo púnico no continente africano²⁷. As referências à influência cartaginesa no espaço Norte-Africano são pouco frequentes nas fontes e surgem muitas vezes em correlação com questões de guerra, através da nomeação de cidades aliadas ou cidades dependentes que têm alguma espécie de obrigação de auxílio²⁸ (uma das alusões está presente em, por ex., D.S. 4.18, quando se menciona uma cidade líbia conquistada pelos Cartagineses – *Hecatompylon*).

Pilkington sublinha a necessidade de se fazer a distinção entre o poder «imperial» cartaginês e as redes de troca criadas por Cartago²⁹, considerando que o crescimento da cidade se terá devido, sobretudo, à sua capacidade superior em relação aos espaços da periferia (Cabo Bon e Sahel tunisino), aliado à sua necessidade de crescimento político e económico fora do espaço tradicional fenício³⁰. Segundo as correntes seguidas nos anos 80 do século passado, à medida que a cidade se expande, irá procurar manter a sua supremacia comercial, quer através do controlo marítimo efectivo, quer por via de tratados, que terá realizado com outras civilizações em ascensão (tal é o caso de Roma, como se verificará no capítulo V)³¹. Contudo, teorias mais recentes defendem não só a existência de interacções comerciais entre Cartago e as demais populações do Mediterrâneo, como também a importância da actividade militar num processo que seria, acima de tudo, não de criação de um monopólio e de exclusividade, mas de uma

²⁷ MILES, *op. cit.*, pp. 84-88.

²⁸ Veja-se supra, pp. 26-39.

²⁹ PILKINGTON, “Introduction”, *op. cit.*, p. 10. Não obstante sublinhar a importância de se considerar o «Império» Cartaginês como estrutura independente das demais, Pilkington não deixa de utilizar os protótipos imperiais greco-romanos (nomeadamente o Império Ateniense e o Império Romano) enquanto base de comparação, considerando que a extensão do registo arqueológico dos Impérios do Mediterrâneo Antigo deveria ter similitudes de alguma natureza (*idem*, p. 11).

³⁰ Veja-se *ibidem*, p. 15-17. Com a expansão para a Sicília, no século IV-III a. C., Cartago teria, segundo Pilkington, adquirido uma base para o seu desenvolvimento na esfera económica do Oeste do Mediterrâneo, procurando em seguida a colonização da Sardenha e, a partir desta, uma maior intervenção económica na Península Ibérica e na Gália.

³¹ WARMINGTON, “The Carthaginian Period”, *General History of Africa – Ancient Civilizations of Africa*, vol. II, ed. G. Mokhtar, Florença, Paris et al., Unesco, 1981, p. 450; LAW, “North Africa in the Period of Phoenician and Greek Colonization, c. 800 – 323 BC”, *Cambridge History of Africa*, vol. 2, ed. J. D. Fage, Cambridge, Cambridge University Press, 1978, pp. 124-125. GREENE, “Transport in the Roman Empire”, *The Archaeology of the Roman Economy*, Berkeley, University of California Press, 1986, p. 17. Supra, pp. 167-172.

capacidade de controlo e regulamentação de territórios, sobretudo na sua ligação com o espaço marítimo³².

No que diz respeito à expansão pelo Mediterrâneo, à qual as fontes se referem com maior insistência, os dados arqueológicos obrigam a uma revisão das fontes. Salientam-se três espaços: Ibiza (a primeira colónia), Sardenha e Sicília. No que respeita a Ibiza, onde a fixação pertenceria a uma fase anterior ao pico do desenvolvimento colonial e por vias secundárias (colónias de colónias), Pilkington considera não existirem evidências arqueológicas suficientes para sustentar o colonialismo cartaginês, somente uma actividade comercial significativa³³. Contudo, a chegada dos «colonos» púnicos pertence a períodos recuados: os vestígios arqueológicos mais antigos datam de meados do século VII a. C., com a fixação em duas cidadelas, nomeadamente *Eivissa* e *Sa Caleta*³⁴. Na Sardenha, a tradição histórico-arqueológica considera alguns vestígios de mutações religiosas e de níveis de destruição enquanto provas da presença cartaginesa na ilha, algo que Pilkington vem refutar³⁵. No seu estudo, sugere que certos sítios arqueológicos, como o do Monte Sirai, teriam duas fases distintas de ocupação, e que a Epigrafia e Arqueologia só atestam a colonização de Cartago para o século V. Pilkington refuta a teoria que se sustenta nas mudanças nos rituais funerários, argumentando que, por um lado, os costumes cartagineses a este respeito nunca terão sido uniformes e, por outro, as mudanças na Sardenha começam a verificar-se ainda no século VII a. C., que é, segundo as perspectivas tradicionais, anterior à expansão cartaginesa³⁶. Contudo, muitos autores apontam cerca de quatro séculos de presença cartaginesa na Sardenha, desde meados do século VII a. C. até à conquista romana, em 237 a. C.³⁷, sendo que, até ao século II a. C., a maior parte dos vestígios arqueológicos

³² ECKSTEIN, “*Terrores Multi: The Rivals of Rome for Power in Italy and the Western Mediterranean*”, *Mediterranean Anarchy, Interstate War, and the Rise of Rome*, Berkeley, University of California Press, 2006, pp. 158-160.

³³ PILKINGTON, “The Archaeology of Carthaginian Expansion Overseas”, *op. cit.*, pp. 250-251.

³⁴ *Sa Caleta* terá sido abandonada até ao fim deste século, levando à concentração de colonos em *Eivissa*. LÓPEZ-BERTRAN, “The Politics of Reproduction, Rituals and Sex in Punic *Eivissa*”, *The Archaeology of Colonialism: Intimate Encounters and Sexual Effects*, ed. Barbara L. Voss e Eleanor Conlin Casella, Cambridge, Nova Iorque, Melbourne et al., Cambridge University Press, 2012, p. 87.

³⁵ PILKINGTON, “Greco-Roman Sources and Reconstructions of the Carthaginian Empire”, *op. cit.*, p. 46-48.

³⁶ ECKSTEIN, “Roman Exceptionalism and Nonexceptionalism”, *op. cit.*, pp. 250-258.

³⁷ ROPPA, “Identifying Punic Sardinia: local communities and cultural identities”, *The Punic Mediterranean*, ed. Josephine Crawley Quinn e Nicholas C. Vella, Cambridge, Cambridge University Press, 2014, p. 259.

denotam a ausência de testemunhos materiais romanos, ao passo que a cultura púnica continua a predominar muito após a retirada de Cartago³⁸.

Hoyos denota a existência de colónias de Tiro na Sardenha a partir do século IX a. C., com as quais Cartago teria construído ligações comerciais favoráveis³⁹. Parece existir, um pouco por todo o Mediterrâneo, um certo número de cidades que são de fundação fenícia, anterior à expansão cartaginesa, cidades estas que Cartago terá posteriormente conquistado ou ocupado, ou que terão oscilado entre diferentes esferas de influência dependendo da evolução política (veja-se, por exemplo, Nora, na Sardenha, cuja fundação é referida como fenícia por Hoyos, ou Motia, na Sicília⁴⁰). Quanto à Sicília, Pilkington considera que a expansão efectiva, ao contrário do que sugerem os autores greco-romanos, começa no século V tardio, com as tentativas de estabelecimento a partir de 409 a. C., período a partir do qual as manifestações da cultural material (arqueológica e epigráfica) se tornam mais frequentes; as motivações desta expansão seriam pouco claras⁴¹. Os testemunhos arqueológicos mais antigos da presença fenícia em Motia foram datados para a segunda metade do século VIII a. C., e os vestígios escritos surgem cerca de um século e meio mais tarde⁴², o que não vai contra a hipótese de Pilkington (é preciso compreender quando se dá a transferência de um domínio fenício para um especificamente cartaginês).

Surgem vestígios de destruição em diversas cidades a partir desta data, e Pilkington considera que muitas das cidades conquistadas (sendo a maior parte de fundação grega), teriam sido completamente destruídas, ao invés de serem incorporadas

³⁸ “The significance of this alternative interpretation is that it not only emphasises continuity with the preceding period of Carthaginian domination but also draws attention to new and original achievements of Punic culture in Sardinia under Roman rule”. DOMMELEN, “Punic Persistence: colonialism and cultural identities in Roman Sardinia”, *Cultural Identity in the Roman Empire*, ed. Ray Laurence and Joanne Berry, Nova Iorque, Routledge, 1998, reimp. 2004 (Taylor & Francis e-Library), pp. 25-32, e [...], “Ambiguous Matters: Colonialism and Local Identities in Punic Sardinia”, *The Archaeology of Colonialism*, ed. Clair L. Lyons e John K. Papadopoulos, Los Angeles, Getty Institute, 1999, p. 138.

³⁹ HOYOS, “The Phoenicians in the West”, *op. cit.*, p. 13. A paisagem característica da Sardenha púnica, que inclui um conjunto de estabelecimentos rurais de diversas dimensões, somente começa a ser construída por volta do século V a. C., com os primeiros a surgir no séc. VII a. C. DOMMELEN e LÓPEZ-BERTRAN, “Hellenism as a subaltern practice: rural cults in the Punic World”, *The Hellenistic West*, Cambridge, Cambridge University Press, p. 286.

⁴⁰ HOYOS, *op. cit.*, p. 4.

⁴¹ PILKINGTON, “The Carthaginian Invasion of Sicily: The start of Overseas Imperialism”, *op. cit.*, p. 261 e “The Archaeological and Epigraphical evidence for Carthaginian Imperialism in Western Sicily”, *op. cit.*, p. 277.

⁴² GUZZO, “Phoenician and Punic in Sicily”, *Language and Linguistic Contact in Ancient Sicily*, ed. Olga Tribulato, Cambridge, Nova Iorque, Melbourne et al., Cambridge University Press, 2012, pp. 118-119. Note-se que, apesar de por norma se considerar a importância da colonização costeira, existem testemunhos púnicos no interior e oeste da ilha, o que pode significar, como refere Guzzo, que estes haviam colonizado estes espaços, ou ser sobretudo indicativo de ligações comerciais com as populações locais.

no «império»⁴³. Neste seguimento, note-se a passagem em D.S. 4.23, em que este menciona que os Cartagineses não só se dedicam à conquista ou à fundação de colónias, mas também à destruição de algumas cidades que revelassem maior potencial, como terá sido o caso de Heracleia. Segundo a nota 40 do tradutor⁴⁴, a destruição desta cidade (que não deve ser confundida com Heracleia Minoa, próxima de *Akragas*), não torna a ser referida por Diodoro Sículo, pelo menos nos textos que chegaram até à actualidade. É difícil compreender os critérios: por que razão terá Cartago optado pela destruição completa de uma cidade, quando existe a hipótese da respectiva reocupação e reintegração nos territórios púnicos?

Apesar de toda a discussão existente em torno de Tiro, Cartago e do mundo fenício, que procura apurar a divisão de poderes através do Mediterrâneo, o facto é que, a dada altura, a interpretação do mundo fenício feita a partir de Cartago parece existir para os contemporâneos do auge do seu Império, o que se verifica através do epíteto de Fenícios⁴⁵ constantemente utilizado em simultâneo com o de Cartagineses⁴⁶. É um facto que a natureza política de Cartago oscila ao longo dos séculos, como se irá verificar em seguida, mas com o declínio de Tiro, a sua relevância política e sociocultural parece estender-se⁴⁷. Assim, a partir desse momento, a discussão sobre a natureza das colónias,

⁴³ PILKINGTON, “The Archaeology of Carthaginian Expansion Overseas”, *op. cit.*, p. 278.

⁴⁴ Veja-se *op. cit. The Histories of Diodorus Siculus*, Loeb [...], nota 40.

⁴⁵ Em Heródoto, contudo, encontram-se referências à coexistência e interrelações entre Cartago e Tiro, sendo que este se refere a ocasiões em que estes se teriam aliado em causas comuns. A passagem relativa à batalha de Alália (Hdt. 1.165-66) pode ser significativa, pois se outras fontes denotam que no século IV Tiro teria ainda uma influência considerável sobre Cartago (veja-se supra, pp. 34-39), Heródoto parece atribuir à nova cidade um poder de decisão considerável já no século VI a. C., o que atribui independência à colónia e poderá reforçar a tese de Pilkington relativamente ao Império Cartaginês ter mais de comercial do que de político (veja-se infra, pp. 22-23 e supra, pp. 29-32). Outra passagem que comenta as relações entre Cartago e “os fenícios” está relacionada com as invasões persas, em que estes últimos se teriam recusado a tomar acções contra Cartago devido aos “laços” entre ambos – seria um caso de impiedade. Veja-se Hdt. 3.19.

⁴⁶ Existem, contudo, diversas ocasiões em que não se dá o caso. Heródoto, por exemplo, utiliza em Hdt. 7.96 a expressão “fenícios”, para em seguida especificar: “os Sidónios”. Não obstante a miscigenação dos nomes de fenícios e cartagineses, que é frequente sobretudo em autores tardios (como Justino), não deixa de existir a noção de que as populações fenícias englobam diversas cidades-estado do Médio Oriente.

⁴⁷ Pode dividir-se a influência de Cartago em dois espaços essenciais, organizados cronologicamente: em primeiro lugar, o período de influência comercial, que usufrui da expansão fenícia para estabelecer redes de trocas e aumentar a riqueza da cidade; em segundo lugar, o período de influência política, que aproveita o declínio de Tiro. Verificando os dados de forma objectiva, parece que o número de colónias fundadas especificamente pelos Cartagineses é relativamente reduzido, sobretudo quando comparado com o número de cidades fundadas por Tiro. Veja-se HOYOS, “Carthage: Foundation and Growth”, *op. cit.*, p. 17, e PILKINGTON, “Conclusions: An archaeological History of Carthaginian Imperialism”, *op. cit.*, pp. 359-366. Embora exista um momento de influência mais marcado para cada um destes espaços, tal não significa que não tenham coexistido e interagido: Whittaker sublinha a evolução de um sistema no qual Cartago opera sob a licença estrangeira (independentemente de a permanência de cartagineses nesses espaços ser mais ou menos contínua); no que respeita à definição e delimitação do espaço que pertence efectivamente a Cartago, estas teriam sido do interesse da cidade desde cedo, do ponto de vista do que se pode considerar como acções diplomáticas ou protodiplomáticas. Veja-se WHITTAKER, “Trade

se são fenícias ou cartaginesas, criadas por Tiro ou por outras cidades do Médio Oriente, parece um pouco diluída: Cartago torna-se na grande representante do mundo fenício, e a discussão centrar-se-á sobretudo na tentativa de discernir os níveis de dependência / independência das cidades, numa dinâmica em que os Cartagineses assumiriam o lugar cimeiro de uma rede construída desde o início da expansão de Tiro. Se as fontes se focam sobretudo na relação conquistador-conquistado, nas cidades tomadas e nas guerras do Mediterrâneo, a realidade do Império Cartaginês poderá apontar para uma rede de relações subtil e pouco linear. E se, em diversas ocasiões, o domínio cartaginês parece estar pouco vocacionado para o fortalecimento de estruturas políticas, tal não impede que a cidade se tenha tornado no ponto dominante do Mediterrâneo, exercendo metodologias de controlo focadas, sobretudo, no domínio das principais rotas comerciais marítimas⁴⁸. Pode-se, assim, concluir com a seguinte citação de Richard Miles: “The emergence of what we might term a ‘Punic world’ was not a linear progression from the old Phoenician one, but a complex and multifarious series of hybridizations with other indigenous and colonial cultures throughout the Mediterranean”⁴⁹.

Monopolies and Controls”, *Imperialism in the Ancient World*, ed. P.D.A. Garnsey e [...], Cambridge, Nova Iorque, Melbourne et al., Cambridge University Press, 1978, pp. 80-90.

⁴⁸ Veja-se, sobre os possíveis métodos de domínio das cidades (sobretudo no que respeita aos portos), *idem*, pp. 86-90.

⁴⁹ MILES, “The Emergence of a Punic Mediterranean”, *op. cit.*, p. 95. O autor sublinha, como principal exemplo, o caso da Sardenha e da coexistência entre a influência púnica e as populações das estruturas nurágicas.

4. De cidade comercial a cidade imperial: perspectivas historiográficas

Apesar de existir uma base bibliográfica crescente relativa a Cartago e ao Império Cartaginês, que tem procurado integrar os dados arqueológicos no sentido de dar respostas às lacunas deixadas pelas fontes greco-romanas⁵⁰, esta tem-se focado em determinados pontos-chave, que cada autor interpreta de forma específica⁵¹. Existem certas temáticas que são estudadas com maior constância, e outras deixadas desatendidas, algo que se deve, com frequência, à falta de material que permita a sua compreensão. Acresce a dificuldade em determinar com precisão os domínios cartagineses na bacia do Mediterrâneo, por oposição aos territórios de outras populações de origem fenícia, juntamente com a discussão sobre a evolução das relações de Cartago com Tiro. Estas problemáticas estendem-se desde o período inicial de desenvolvimento da cidade até ao século III a. C., sendo necessário investigar a situação efectiva de domínio do Mediterrâneo no momento do desencadear da Primeira Guerra Púnica para compreender como se processa, ou até que ponto é relevante, a transição de controlo entre Cartago e Roma. Este ponto passa pela análise da importância do espaço fundamental da guerra – a Sicília – bem como de todos os restantes que tenham sido utilizados enquanto bases de apoio às forças em conflito, obrigando ao confronto de fontes históricas e dados arqueológicos.

A maioria dos autores que se debruça sobre o estudo de Cartago parece concordar quanto às suas origens: um conjunto de povos, maioritariamente de origem fenícia, desloca-se para o Norte de África e aí funda uma colónia, nas imediações de terras com

⁵⁰ A importância da Arqueologia é central para o estudo de Cartago; como refere Dexter Hoyos, mais do que acrescentar informações, tem revolucionado a visão historiográfica tradicional em torno do problema. Veja-se HOYOS, “Sources of Knowledge”, *op. cit. The Carthaginians*, p. XXXIII.

⁵¹ É o caso, por exemplo, dos estudos em torno da própria cidade, a questão da fundação e crescimento; do problema da religião, dos sacrifícios e do *Tophet*; da relação de Cartago com o Norte de África, ou do mundo púnico na Península Ibérica a partir do final da Primeira Guerra Púnica. Apesar de existirem análises arqueológicas concretas para diversas colónias de Cartago, parece existir ainda uma relativa escassez dos testemunhos do mundo púnico na Sicília, e poucas análises desta realidade como conjunto. As visões apresentadas parecem referir-se especialmente à generalidade da expansão ou às questões militares (sobretudo a partir da conquista romana da Sicília), concentrando-se pouco nos casos particulares e tópicos, como a Sicília. Sem querer prolongar demasiado este ponto, vejam-se, por exemplo, as questões abordadas em *The Phoenicians*, ed. Sabatino Moscati, Londres, Nova Iorque, I.B.Tauris, 2001 (reimp. 1988); AUBET, *The Phoenicians and the West: Politics, Colonies and Trade*, Cambridge, Cambridge University Press, 1993, reimp. 2001 (tem, no entanto, dois capítulos específicos para as colónias). FRONDA escreve uma obra a tratar somente o Sul da Península Itálica, mas concentra-se sobretudo no período da Segunda Guerra Púnica (FRONDA, *Between Rome and Carthage: Southern Italy during the Second Punic War*, Cambridge, Nova Iorque, Melbourne et al., Cambridge University Press, 2010).

uma fertilidade considerável⁵². No momento em que se dão as principais migrações, os Cananeus / Fenícios têm já um desenvolvimento significativo da sua actividade comercial, facilitado pela sua localização estratégica no centro das principais rotas⁵³. No século XI a. C., existem mutações socioeconómicas que levam ao declínio de determinadas cidades, como é o caso de Biblos, e à ascensão de outras, das quais se destacam, para o efeito da história de Cartago, Sídon e Tiro, sendo que terá sido a partir destes pontos que terão partido a maior parte dos migrantes presentes na fundação da cidade⁵⁴. Esta desenvolve-se, evolui e expande-se para fora dos seus limites, desenvolvendo aquilo a que vulgarmente se atribui a designação de «Império Cartaginês». Existem, no entanto, uma série de obstáculos neste conceito: o que é o Império Cartaginês? Em que consiste? Como se organiza?

Para compreender a problemática, seria importante, em primeiro lugar, definir o conceito de «Império», atribuindo-lhe um sentido que não seja anacrónico no que diz respeito às infraestruturas políticas do século III a. C. Em seguida, é necessário compreender as diferentes interpretações dos materiais disponíveis. Parecem existir duas posições historiográficas principais no que respeita a Cartago: uma que se foca, acima de tudo, na historiografia greco-romana, e considera a cidade sobretudo enquanto factor de oposição a Roma⁵⁵, e outra que assume Cartago como célula com características individuais, procurando não se deixar limitar pelos autores greco-romanos. A primeira posição inicia o seu desenvolvimento no século XIX. Nas suas teorizações iniciais, levará autores como John Lord a assumir que Cartago, atendendo às

⁵² Mommsen faz esta distinção ainda no século XIX, embora não defina com precisão a noção de povo fenício, que surge um pouco vaga: entre os povos semitas, com origens muito diversas, os Cananeus ter-se-iam expandido para Oeste, sendo posteriormente apelidados de “*Phoenike*” pelos Helenos e de Púnicos pelos povos de Itália. De todas as colónias fundadas, Cartago, construída por indivíduos oriundos de Tiro e Sídon, seria aquela com uma evolução mais positiva num período de tempo menor, não obstante começar a sua existência como dependente de Útica. Veja-se MOMMSEN, “*Carthage*”, *History of Rome*, vol. 2, tradução de William Purdie Dickson, Londres, Richard Bentley & Son, 1894, p. 131-136. Cerca de meio século mais tarde, Scullard vem confirmar a ideia de uma localização particularmente fortuita, sobretudo devido às possibilidades de expansão, suportadas quer pela fertilidade do território do interior, quer pela possibilidade de exercer actividades de troca com a maior parte do Mediterrâneo. Veja-se SCULLARD, “*Carthage*”, *Greece & Rome*, Second Series, Vol. 2, No. 3, Cambridge, Cambridge University Press, 1955, p. 97.

⁵³ Veja-se HOYOS, “*The Phoenicians in the West*”, *op. cit.*, p. 1.

⁵⁴ Relacionadas, sobretudo, com a alteração do equilíbrio externo, com a intervenção assíria. Veja-se *ibidem*, pp. 1-2.

⁵⁵ A título de exemplo, aponte-se John Lord, em *Ancient States and Empires for Colleges and Schools*, e atente-se no Índice, que se subdivide, para o período Clássico, nos blocos Grécia (focando-se no antagonismo com os Persas, na expansão para a Sicília e no domínio macedónico) e Roma. Todo o livro terceiro é, inclusivamente, denominado “*The Roman Empire*”, embora o autor trate a evolução da cidade desde o seu nascimento. Veja-se LORD, *Ancient States and Empires for Colleges and Schools*, “*Postdiluvian History to the Call of Abraham – The Patriarchal Constitution, and the Division of Nations*”, Nova Iorque, Charles Scribner & Company, 1869, p. 12.

origens semitas e fenícias dos seus habitantes, será de certa forma apolítica, ou sem interesse de se estabelecer como entidade política dominante⁵⁶, algo que justificaria a composição dos seus exércitos a partir de mercenários gauleses, iberos e líbios, ao invés do cidadão-soldado⁵⁷. As teorias historiográficas mais recentes têm procurado abordar a cidade pré-romana do ponto de vista endógeno, o que implica o contraste entre as fontes tradicionais e os dados (ainda que escassos) da arqueologia. A estas teorias Pilkington apelida de “desconstruccionistas”⁵⁸: como referem Prag e Quinn, o processo dos estudos púnicos nos últimos anos, que tem atribuído especial importância à desconstrução das fontes, tem levado à descentralização dos estudos púnicos, que agora se concentram também nas questões da cultura material⁵⁹.

Independentemente de se olhar para Cartago a partir do mundo greco-romano ou dos vestígios arqueológicos encontrados quer no espaço Norte-Africano, quer nos pontos de expansão da cidade, a maior parte das fontes e dos autores actuais parece concordar que a sua vivência quotidiana seria sobretudo vocacionada para a questão comercial⁶⁰, tal como a da maior parte das cidades fenícias⁶¹. A data da sua fundação é objecto de especulação e controvérsia. As fontes colocam diversas possibilidades⁶², sendo que algumas das mais referenciadas, como Menandro de Éfeso ou Timeu de Tauroménio, só são acessíveis a partir de outros autores (Flávio Josefo e Diodoro Sículo, respectivamente). Flávio Josefo, apontando Menandro como testemunha, aponta

⁵⁶ Veja-se idem, “The First Punic War”, p. 419.

⁵⁷ Veja-se *ibidem*, “Dionysius and Sicily”, p. 323. O aparente desinteresse cartaginês na vida política, sobretudo no que respeita às relações externas, parece entrar em contradição com o grande número de cidades tributárias líbias referidas por Lord, bem como pela insistência cartaginesa em dominar a Sicília. Por outro lado, é necessário rever a questão do exército: uma entidade com extensão considerável, mesmo que pouco centralizada, poderia sobreviver sem o sustentáculo fornecido por uma força de exército endógena? Seria rentável, quer em termos económicos quer de segurança, a contratação constante de mercenários?

⁵⁸ PILKINGTON, “Introduction”, p. 3, basesando-se em Momigliano.

⁵⁹ PRAG; QUINN, “Introduction”, *op. cit.*, *The Hellenistic West (...)*, pp. 1-5.

⁶⁰ Sobre a lenda de Elissa e Pigmalião, veja-se HOYOS, “Carthage: Foundation and Growth”, *op. cit.*, pp. 8-12. Considera o autor que Pigmalião poderá ter sido uma figura histórica. Por outro lado, a historicidade de Elissa, ou Dido, parece de mais difícil confirmação (não obstante, explora as possibilidades em torno do nome da alegada rainha). Hoyos sublinha, acima de tudo, as conexões entre os vários elementos da lenda e a ilha de Chipre, desde o nome de Elissa à existência de inscrições do nome *Pumayyaton* em *Kition*, passando igualmente pela questão religiosa, no que respeita à veneração de Baal e à prostituição sagrada.

⁶¹ Andrea Berlin apresenta dados arqueológicos que demonstram a continuidade do cariz essencialmente comercial das cidades fenícias mesmo após as conquistas de Alexandre Magno (com ligações terrestres entre cidades fenícias e a Palestina, por exemplo), distinguindo entre diferentes tipologias de cultura material que demonstram distintos graus de aculturação durante o período helenístico, notando-se que determinados padrões são mais comuns em cidades costeiras (inclusivamente encontrados em escavações no Chipre). Veja-se BERLIN, “From Monarchy to Markets: The Phoenicians in Hellenistic Palestine”, *Bulletin of the American Schools of Oriental Research*, No. 306, Boston, The American Schools of Oriental Research, 1997, pp. 75-88.

⁶² Hoyos trata detalhadamente a questão das fontes em “Tales of the Foundation”, *op. cit.*, pp. 6-19.

a fundação de Cartago para cento e cinquenta e cinco anos e oito meses após o reinado de *Hirom*, ou cento e quarenta e três anos e oito meses depois da construção do templo em Jerusalém⁶³ o que aponta para cerca de 816 a. C.⁶⁴. Justino, baseando-se em Pompeio Trogo, apresenta a história de Pigmalião e Elissa⁶⁵ e refere que Cartago foi fundada setenta e dois anos antes de Roma, ou seja, c. 825 a 819 a. C.⁶⁶. Diodoro, por via de Timeu, refere que Cartago foi fundada no trigésimo oitavo ano antes da primeira Olimpíada⁶⁷. A grande maioria das datações parece apontar para o final do século IX a. C., antes da tradicional data da fundação de Roma, o que permitiria a Cartago cerca de um século de avanços económicos e civilizacionais, que se devem considerar quando se pretende uma observação da situação cartaginesa no início da Primeira Guerra Púnica, sobretudo no que diz respeito à situação das colónias.

Se Cartago parece ter uma evolução privilegiada em relação às outras cidades de fundação fenícia, há que considerar que não é a primeira colónia a ser fundada. No século XIX, quando se iniciam os estudos acerca de Cartago, os Fenícios são geralmente apontados como autores de uma expansão considerável, criando-se a ideia de uma espécie de «rota de expansão» – quanto mais recuado o período, maiores as distâncias percorridas, o que significaria que as primeiras colónias teriam surgido na Península Ibérica (Cádiz) e Norte de África (*Lixus*); só depois se aproximariam do território da actual Tunísia, com presença em Útica (foz do Medjerba)⁶⁸. Os crescentes achados da Arqueologia vieram a alterar esta perspectiva. Por um lado, as cronologias tradicionais apontadas para a fundação das cidades não foram passíveis de confirmação; por outro, foi possível encontrar um equilíbrio entre o que Serge Lancel considera excessos de «feniciomanía» e uma apologia exacerbada das outras civilizações mediterrânicas em oposição a Cartago numa mesma cronologia⁶⁹.

Na realidade, as fundações orientais terão uma cronologia mais recuada que as do Mediterrâneo Ocidental, o que poderá estar relacionado com a proximidade geográfica,

⁶³ J. Ap. 1.18 e idem, pp. 4-6.

⁶⁴ Veja-se idem, p. 5.

⁶⁵ Veja-se a narrativa do rapto das sacerdotisas em Chipre (Just. 18.5), que Hoyos compara com a lenda do rapto das Sabinas (*op. cit.*, pp. 8-9). Apiano apresenta outra versão, em que os fundadores seriam Zorus e Carchedon (veja-se App. Pun. 8.1).

⁶⁶ HOYOS, "Introduction", *op. cit.*, p. 7.

⁶⁷ D.S. 1.74., ou seja, por volta de 814 a. C. (HOYOS, *op. cit.*, p. 6).

⁶⁸ LANCEL, "La expansión fenicia en Occidente y la fundación de Cartago", *Cartago*, tradução para castelhano de M^a José Aubet, Barcelona, Crítica, 1994, p. 13. Nos finais do século XIX, com o início dos trabalhos arqueológicos em torno de Cartago e do mundo fenício, a perspectiva tradicional começa a alterar-se; idem, p. 11.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 14.

progressão política das cidades fenícias e capacidade tecnológica, sobretudo no que toca à resistência das embarcações⁷⁰. Assumindo a possibilidade de Cartago ter de facto surgido num período tardio do século IX, como referem as fontes históricas, a Arqueologia aponta que as colónias fenícias fundadas na ilha de Chipre terão cerca de um século de precedência⁷¹. Também sugerem a preexistência de outras cidades no Norte de África, como é o caso de Útica⁷². Por outro lado, as fontes referem que o espaço onde se forma Cartago terá sido uma pequena faixa concedida pelos povos locais⁷³; a dificuldade em compreender as dimensões originais da cidade⁷⁴ implica que, até à data, a acrópole não se possa considerar como tendo sido localizada em termos definitivos, embora geralmente se concorde que existem fortes probabilidades de se encontrar na colina de *Byrsa*⁷⁵.

Já na década de 20 do século passado se apontavam as dificuldades do procedimento arqueológico: por um lado, existiam sérias dificuldades em fazer corresponder os dados históricos e achados arqueológicos. Por outro, distinguir a arquitectura das diferentes cronologias da cidade, evitando a interpretação errónea dos dados, revelou-se uma tarefa árdua, sobretudo num período em que as técnicas de datação ainda não haviam sido desenvolvidas⁷⁶. Se as fontes históricas apontam a fundação de Cartago para o século IX a. C., as campanhas arqueológicas efectuadas até à data ainda não revelaram elementos anteriores ao século VIII⁷⁷, o que, a não se

⁷⁰ *Ibidem*, p. 17.

⁷¹ *Ibidem*, pp. 17-19 e PILKINGTON, “Phoenician expansion”, *op. cit.* p. 81.

⁷² Just. 18.4. Útica teria sido fundada antes de Cartago, por um conjunto de indivíduos oriundos de Tiro. Não obstante, esta cronologia pode ser contestada pela falta de achados arqueológicos que a comprovem: até às escavações de 2001, por exemplo, não tinham sido encontrados vestígios anteriores ao século VIII a. C. nas respectivas necrópoles, sendo que a natureza da sua relação com Cartago tem sido objecto de revisão. Veja-se AUBET, “Phoenician colonies in the central Mediterranean”, *op. cit.*, pp. 230-231. Hoyos refere que foram recentemente publicadas datações recentes de carbono-14 efectuadas em ossadas de gado encontradas em *Byrsa*, com resultados apontando para a segunda metade do século IX a. C. (mais precisamente, entre 835 e 800 a. C.), o que veio reacender o debate relativo à fundação, sendo que a possibilidade de as datas tradicionais estarem correctas foi relançada. Veja-se HOYOS, “Carthage: Foundation and Growth”, *op. cit.*, p. 7.

⁷³ App. Pun. 1.1. e Just. 18.5. Após as negociações e a fixação em *Byrsa*, que Apiano traduz como representando a pele de boi mencionada na lenda de fundação, teria sido estabelecido um tributo anual. Justino menciona um dos supostos povos locais, os *Maxitani*, cujo rei seria Hiarbas.

⁷⁴ Como relembra Birgit Tang, Cartago foi destruída pelo fogo e pela conquista romana, que posteriormente leva a uma replanificação da cidade e nova fundação em 29 a. C. Veja-se TANG, *op. cit.*, pp. 69-76.

⁷⁵ *Idem*, p. 70.

⁷⁶ HARDEN, B. D., “The Topography of Punic Carthage”, *Greece and Rome*, Vol. IX, no. 25, Cambridge, Cambridge University Press, 1939. Acrescente-se ainda a escassez de material arqueológico do período pré-romano.

⁷⁷ TANG, *op. cit.*, pp. 70-72 e WILSON, “Carthage”, *The Oxford Companion to Archaeology*, ed. Brian M. Fagan e Charlotte Beck, Nova Iorque, Oxford University Press, 1996, pp. 119 e 120. Tang aponta uma divisão da Cartago púnica em três períodos cronológicos, nomeadamente o período Arcaico (séculos

verificarem novos achados que contestem esta datação, acrescenta um período ainda mais extenso para o desenvolvimento das colónias fenícias anteriores a Cartago. Assim sendo, no momento do seu nascimento, Cartago teria já de competir pelo sucesso comercial com um conjunto de outras cidades de fundação fenícia. Não obstante, as dificuldades que estas possam ter apresentado em momentos iniciais parecem ter sido colmatadas no decorrer do tempo, atendendo à importância que a cidade parece ter atingido no século III a. C., tornando-se uma das principais rivais das potências do norte do Mediterrâneo (colónias de origem grega e, posteriormente, romana).

Algumas das razões que poderão ter levado ao seu sucesso poderão estar relacionadas com a localização, no centro do Mediterrâneo e num espaço que permite algum controlo sobre as rotas comerciais⁷⁸, mas, ainda que se considere esta causa como central no seu desenvolvimento, poderá não ser suficiente para justificar a sua supremacia e capacidade de expansão. Existem posições que contestam a vantagem da sua situação geográfica, quer do ponto de vista da actividade comercial, quer da própria sobrevivência e sustentabilidade da cidade: Pilkington considera que Cartago, ao contrário de outras cidades fenícias, não está posicionada num local fortuito que possibilite o crescimento económico por via de trocas locais ou regionais, sobretudo atendendo ao modo de vida das populações do Norte de África, que aponta como sendo acima de tudo migratório; por outro lado, relembra que o espaço Norte-africano tem uma menor diversidade de recursos⁷⁹. Contudo, num dos mais recentes estudos sobre a cidade, feito essencialmente do ponto de vista dos vestígios arqueológicos, Nathan Pilkington defende que a função das colónias fenícias não terá sido em exclusivo fornecer recursos às cidades principais (comércio de longa distância), mas que existiria uma rede de trocas articulada com as populações locais⁸⁰. Para Pilkington, a visão tradicional de Cartago como a mais importante colónia fenícia do Mediterrâneo

VIII-VI a. C.), intermédio (V a III a. C.) e tardio (III a. C. a 146 a. C., ou seja, o período coincidente com as guerras púnicas). A inclusão do séc. VIII é já uma extensão recente das teorias arqueológicas da década de 90 do século XX, que apontam os inícios do século VII / finais do século VIII como os momentos do início do desenvolvimento da cidade. CARLTON, “The Carthaginians – The Enemy as Economic Rivals”, *War and Ideology*, Maryland, Barnes & Noble Books, 1990, p. 57.

⁷⁸ Veja-se infra, pp. 21, 25, 27, e notas 47 e 52. Estaria localizada no centro das duas principais rotas do Mediterrâneo, nomeadamente Este-Oeste (Levante-Península Ibérica) e Norte-Sul (ligação com o Mar Tirreno), permitindo a ligação de entrepostos comerciais menores a um centro urbano, bem como a interligação entre as várias ilhas do Mediterrâneo, o mundo helenístico e o sul da Península Itálica; veja-se MILES, “New City – The Rise of Carthage”, *op. cit.*, pp. 72.73.

⁷⁹ PILKINGTON, “Phoenician Expansion”, *op. cit.*, pp. 80-81. Harden atribui as migrações de populações fenícias para Ocidente (Cartago, Malta e Sicília, sobretudo) às situações políticas vividas no Médio Oriente, com a ascensão da monarquia hebraica e do poder assírio no século IX a. C. Veja-se HARDEN, *op. cit.*, pp. 3-8.

⁸⁰ PILKINGTON, “Phoenician Expansion”, *op. cit.*, p. 77.

Ocidental⁸¹ precisa de ser revista.⁸² Se a actividade comercial é a principal fonte de rendimento de Cartago, as actividades produtivas, de acordo com Tsirkin, funcionariam em diferentes escalas, com o predomínio da produção em pequenas e médias quantidades, o que, a longo prazo, terá levado à necessidade de alterar os sistemas de produção, para possibilitar a sobrevivência face à concorrência dos produtos helenísticos⁸³.

Assim, apesar da relevância que parece ser atribuída a Cartago nas fontes clássicas, pode talvez apontar-se, para períodos anteriores aos séculos IV-III a. C., quer a sobrevalorização da questão do «Império» cartaginês e da sua natureza específica (proporcionada, sobretudo, pelo grau de desenvolvimento que esta adquire nas fontes clássicas), quer a subvalorização, em determinados momentos históricos, das suas concorrentes fenícias. Pilkington considera que é necessário compreender os domínios Cartagineses como uma representação única de império. A definição do termo implica geralmente a presença de uma entidade política em larga escala, que se organiza a partir de uma política centralizada, por vezes subdividindo a organização em esferas progressivamente menores⁸⁴. É preciso rever até que ponto se insere Cartago neste sistema e inclusivamente se é possível criar um esquema de império único que se enquadre quer em Cartago, quer nas cidades gregas, quer em Roma, que são os principais intervenientes nas Guerras Púnicas.

⁸¹ Idem, pp. 77-78.

⁸² Pilkington coloca como exemplo as teorias de Tsirkin (idem, p. 78, nota 1). Os estudos efectuados por Tsirkin nos anos oitenta do século XX apresentam Cartago como um império economicamente viável e bem desenvolvido, sendo intrinsecamente comercial na sua origem, e obedecendo inicialmente aos interesses de Tiro. TSIRKIN, Yu. B., “The Economy of Carthage”, *Carthago: ACTA Colloquii Bruxellensis*, Bruxelas, 2-3 de Maio de 1986, *Studia Phoenicia VI: Carthago*, ed. Edward Lipiński, Leuven, Uitgeverij Peeters, 1988, p. 125.

⁸³ MILES, “New City: The Rise of Carthage”, *op. cit.*, p. 71: os vestígios arqueológicos de origem grega são frequentes em vários estratos arqueológicos, incluindo os que correspondem aos últimos séculos do mundo púnico. Para uma análise mais detalhada dos dados fornecidos pela cerâmica, veja-se um relatório das escavações em *Bir Messaouda* (dados para cerâmica importada e cerâmica local), de BECHTOLD, “The Pottery Repertoire from Late 6th-Mid 2nd Century BC Carthage: Observations based on the Bir Messaouda Excavations”, *Carthage Studies*, vol. 4, ed. Roald F. Docter, Ghent, Classical Archaeology, Department of Archaeology, Ghent University, 2010.

⁸⁴ SCHEIDEL, “Republics between hegemony and empire: How ancient city-states built empires and the USA doesn’t (anymore)”, *Princeton/Stanford Working Papers in Classics*, [s.l.], [s.e.], 2006. Scheidel aplica este conceito sobretudo do prisma da cidade-estado.

5. A organização política

“Carthage in recorded times was a republic: that is, a state with regularly elected officials accountable to their fellow citizens. This was a political structure that developed well after her foundation. As the example of Tyre shows, her Phoenician forebears were ruled by kings, monarchy being the standart governmental format of the Near and Middle East.”⁸⁵

As colónias fundadas por Tiro parecem ter o seu modelo político como exemplo, pelo menos durante os primeiros anos da sua existência. Se as fontes sobre o sistema político são escassas para as primeiras colónias fundadas pelos fenícios, existem algumas informações que podem ser retiradas. Por exemplo, no que diz respeito a Útica, embora pouco se saiba da política da cidade nos tempos pré-romanos, esta parece, à semelhança de Cartago, ter sido fundada num espaço de fertilidade considerável que era simultaneamente relevante para a questão das rotas comerciais⁸⁶; e as colónias na Península Ibérica, das quais se destaca, em termos de antiguidade, Cádiz, além de partilharem a estrutura arquitectónica essencial da maior parte das cidades fenícias, parecem ter também intenções de dominar determinados pontos estratégicos para o comércio, neste caso relacionados com a extracção de metais preciosos⁸⁷.

Estas conclusões, relevantes para compreender a inserção das colónias no espaço económico mediterrânico, não fornecem informações específicas quanto à organização política das cidades. Uma das poucas fundações para a qual existem fontes históricas que descrevem o modelo político com maior precisão é *Kition*⁸⁸, no Chipre: no século IX a. C., os povos fenícios instalam-se na ilha sobre as ruínas de uma antiga cidadela micénica. Note-se que já existiam fundações prévias (algo que, tomando a lenda como ponto de partida, não existiria em Cartago). *Kition* terá sido governada por um representante de Tiro⁸⁹, que é referido como rei nas estelas de Sargão II⁹⁰, menção que

⁸⁵ HOYOS, “State and Government”, *op. cit. The Carthaginians*, p. 20.

⁸⁶ MARKOE, “Commercial expansion abroad”, *Phoenicians*, Berkeley, Los Angeles, University of California Press, 2000, pp. 181-182. Veja-se a teoria em contrário, PILKINGTON, *infra*, pp. 22-23 e 31-32.

⁸⁷ *Idem*, pp. 182-187.

⁸⁸ Anteriormente denominada *Qartihadast* (Cidade Nova), tal como Cartago. Veja-se DEMETRIOU “Phoenicians in Cyprus and their hellenisation – the case of Kiton”, *Archaeologia Cypria* 4, Nicosia, The Association of Cypriot Archaeologists, 2001, pp. 135-137.

⁸⁹ Cartago parece seguir o mesmo modelo com algumas das suas colónias: Acragas, sob domínio Cartaginês no início do reinado de Dionísio II, é dirigida por uma figura de governador, *Paralus*. Veja-se D.S. 16.8.

⁹⁰ DEMETRIOU, *op. cit.*, p. 136: o autor considera que uma inscrição de *Esarchaddon*, datada de 673/2 a. C., refere precisamente o reino de *Kiton* como *Qartihadash* (baseando-se nos relatórios de Einar Gjerstad para o Departamento de Arqueologia, apud GJERSTAD, “The Phoenician Colonization and Expansion in Cyprus”, *RDAC*, 1979; veja-se também a inscrição original, Col. VI, Pl. 11, 55-70: Damûsi,

surge também em Diodoro Sículo⁹¹. Estabelecendo-se num local escassamente povoado, rapidamente conseguem garantir a supremacia económica e ascendente político sobre as populações. Ou seja, ou as interpretações de Diodoro Sículo e dos autores das estelas estão incorrectas ao assumir um estatuto real para o governante de *Kition*, ou este assume, desde o início, um papel de natureza monárquica ou semi-monárquica. À medida que Tiro entra em declínio⁹², é possível que as estruturas políticas das colónias tenham seguido um rumo de crescente independência face à cidade original.

As cidades fenícias são, por norma, de cariz monárquico⁹³. No que respeita a Cartago, esta é referenciada como tendo uma tipologia política com distribuição de poder por diversos órgãos desde que existem registos históricos, não obstante a menção de reis ou Sufetas.⁹⁴ As narrativas em torno do seu nascimento apontam Elissa como rainha, descendente de uma extensa família real e irmã de um rei, mas a possibilidade de Elissa ser uma figura histórica é reduzida⁹⁵. Acrescente-se que, se Elissa é descrita por Justino como rainha de Cartago (Just. 18.6.4), o facto é que, quando *Hiarbas*, rei dos *Maxitani*, se apercebe do crescente poder de Cartago, exige não só um casamento com Elissa como uma reunião com dez dos principais homens de Cartago (Just. 18.6.1): mesmo que tenha existido uma instituição de cariz monárquico nos primeiros séculos, esta parece ser acompanhada por um conselho.

A primeira figura central da história de Cartago mencionada após Elissa surge quase três séculos após o seu suposto estabelecimento, deixando uma lacuna genealógica bastante extensa no que diz respeito aos alegados monarcas de Cartago. Trata-se do general *Malchus* (séc. VI a. C.⁹⁶) que, apesar de ter conquistado uma parte

king of Karti-hadasti (THOMPSON, *The Prisms of Esarhaddon and Ashurbanipal found at Nineveh*, 1927-8, Londres, British Museum, 1931). O nome de *Karti-hadasti* parece surgir pela última vez no Cilindro III, Col. I (Sargão II). Sargão II, antecessor de Esarhaddon, terá conquistado os sete reis de Ia, um distrito de Atnana (Chipre). Veja-se a *Display Inscription* do palácio de *Khorsabad*, 80 e 99 (Tradução de LUCKENBILL, *Ancient Texts of Assyria and Babylonia*, Vol. II, Chicago, 1926, p. 461).

⁹¹ D.S. 15.62 para a narração do cerco; segundo Marguerite Yon, Ptolemeu, que neste momento teria conseguido um número considerável de forças (que incluíam as dos seus diversos aliados – ex. rei Nicreón), teria cercado *Kition* e acabado com a hegemonia dos últimos reis fenícios, de que destaca *Pumiyaton*. Veja-se YON, “Le Royaume de Kition – Époque archaïque”, *Studia Phoenicia V - Phoenicia and the East Mediterranean in the First Millenium B.C.*, ed. Edward Lipiński, Leuven, Uitgeverij Peeters, 1987, p. 357.

⁹² Domínio assírio, babilónico e persa. HOYOS, “Introduction”, *op. cit.*, pp. 5-11 e “Greco-Roman Sources and Reconstructions of the Carthaginian Empire”, pp. 55-56.

⁹³ Veja-se, por exemplo, J. Ap. (1.18: Menandro de Éfeso escreve sobre os reis de Tiro; 1.19: Conquistas de Nabolassar, rei da Babilónia e dos Caldeus, incluem a Fenícia; Revoltas da Fenícia contra Nabolassar, pai de Nabucodonosor; 1.20: Nabucodonosor conquista toda a Síria e Fenícia).

⁹⁴ HOYOS, “State and Government”, *op. cit.*, p. 20.

⁹⁵ Veja-se infra, p. 28, nota 60.

⁹⁶ Justino não refere o século em que os eventos relativos a *Malchus* ocorrem, mas através da genealogia da família é possível concluir que se trate de meados dos anos de 500 a. C.: Amílcar, o Cartaginês,

considerável da Sicília e combatido com sucesso os povos do Norte de África, é condenado ao exílio após uma derrota na Sardenha, que é substancial em termos de perdas de efectivos do exército (Just. 18.7)⁹⁷. Se este indivíduo parece ser uma figura central na história da cidade, não parece ser indispensável para que esta continue a funcionar enquanto entidade política, o que significa que existiriam outras infraestruturas internas mais importantes do que o chefe do exército, e que a visão socio-política do líder não corresponderá exactamente à de outras cidades-estado de influência fenícia⁹⁸.

Perceber com exactidão qual a tipologia governativa das raízes de Cartago é uma tarefa difícil, tal como a compreensão dos processos através dos quais esta se transforma numa espécie de república. Igualmente importante será observar a evolução do papel da aristocracia, que parece ser de relevância crescente e considerável para os séculos tardios da sua existência⁹⁹. Por outro lado, se Cartago nasce enquanto colónia¹⁰⁰, é necessário definir até que ponto e durante quanto tempo a cidade de origem influi nas suas orientações políticas e económicas. Os dados são escassos, mas é possível inferir algumas conclusões. Apesar de Miles e outros autores atribuírem a *Malchus* o papel de «rei», a relação da colónia em relação a Tiro é referida como sendo de alguma espécie de dependência no século VI a. C. (Cartalo, um filho de *Malchus*, havia sido enviado a Tiro para entregar a décima parte do saque obtido na Sicília, a mando dos cartagineses, o que implica que Cartago ainda não estivesse totalmente destituída do seu estatuto de

general presente na batalha de Himera, permite apresentar uma proposta para compreender a questão (480 a. C., travada no mesmo dia que Salamina; filho de um cartaginês e uma siracusana, feito rei de Cartago pelas suas capacidades; Hdt. 7.1. e D.S. 11.20). Segundo Diodoro, os Cartagineses e os Persas teriam concordado em subjugar a Sicília em simultâneo; refere-se a Amílcar como general e não como rei. Seria filho de Magão e, consequentemente, neto de *Malchus*. Veja-se HOYOS, “Carthage”, *Hannibal’s Dynasty: Power and Politics in the Western Mediterranean, 247-183 BC*, Nova Iorque, Routledge, 2003, p. 32.

⁹⁷ Justino não se refere a *Malchus* como rei de Cartago, mas este surge como tal em alguns trabalhos historiográficos. MILES, “The Rise of a Mercantile Superpower”, *op. cit.*, p. 82 (“*Malchus*, a Carthaginian general or ‘king’ (...)).

⁹⁸ Segundo Arist. Pol. 2.11, a política cartaginesa seria, em muitos pontos, superior. Semelhante à organização dos Lacedemónios, implicaria um Conselho de Cento e Quatro (eleito), os Éforos (seleccionados de entre o povo), os reis (eleitos a partir de determinadas famílias) e o Senado.

⁹⁹ HOYOS, “Carthaginian Names”, *op. cit. The Carthaginians*, p. 23, com as gerações dos Bárcidas ou dos Magónidas, por exemplo. A repetição dos nomes próprios poderá servir de indicativo para a existência de linhagens mais ou menos extensas de aristocratas, com funções muito específicas.

¹⁰⁰ Não é objectivo desta dissertação a discussão ínfima dos estatutos precisos de Cartago no momento da sua fundação, mas note-se que, enquanto a maior parte dos autores considera que esta nasce como colónia de Tiro (veja-se MILES, “New City: The Rise of Carthage”, *op. cit.*, p. 71), existem outras teorias que sugerem que teria surgido enquanto entreposto comercial para pequenos grupos de migrantes constituídos por mercadores (como relembra *idem*, p. 71, nota 17; Miles exemplifica com BUNNENS, *L’Expansion Phœnicienne en le Méditerranée*, Bruxelas, Institut Historique Belge de Rome, 1979, apud *ibidem*, pp. 381-382).

colónia, dada a obrigatoriedade de pagar tributos sobre conquistas), facto que não entra em contrariedade com o período de declínio de Tiro¹⁰¹. A partir do século VII, começam a verificar-se algumas mudanças na esfera política: a influência das “grandes monarquias”, como é o caso do Egipto, da Assíria, da Babilónia e da Pérsia, faz com que o espaço fenício a oriente fique sob domínio externo, e Cartago torna-se num ponto de referência para as colónias ocidentais¹⁰².

Apesar das modificações que surgem com a influência externa, a hierarquização inicial parece manter-se no século IV a. C., pelo menos em termos nominais (ou seja, durante o período em que Alexandre Magno se expande para o Oriente, durante o qual Tiro teria pensado contar com o auxílio cartaginês), assumindo que está correcto o conceito de colónia apresentado por Diodoro Sículo (D.S. 17.40). Durante o confronto entre Tiro e as forças de Alexandre, as mulheres, crianças e idosos da cidade teriam sido enviados para Cartago, com o objectivo de diminuir o lucro inimigo obtido através da venda de escravos no final do cerco (D.S. 17.46). Na transição para o século III a. C., a situação parece ter-se modificado consideravelmente. Se nos primeiros séculos parece que Cartago terá enviado um décimo dos seus impostos para o templo de Tiro, à medida que a cidade se expande, grande parte desta quantia teria passado a ficar à sua guarda (D.S. 20.14). Não se sabe ao certo como se procede esta alteração de relações económicas / financeiras (é provável, no entanto, que se tenham efectuado alterações significativas quer durante o domínio assírio, quer com a conquista da cidade por Alexandre), e se Cartago parece desenvolver-se no sentido de uma crescente autonomia económica, o facto é que a relação com a cidade-mãe parece manter-se até certo ponto, sobretudo no que diz respeito à questão religiosa¹⁰³.

Como foi referido, já nos séculos recuados parece existir já uma espécie de conselho (os dez «senadores» que *Malchus* mata após a conquista da cidade¹⁰⁴, que coincidem com os dez homens importantes do tempo de Elissa; não obstante, o número pode ser simbólico), que funciona de forma independente dos generais (e, atendendo à

¹⁰¹ Após 573 a. C., quando Tiro se rende às forças babilónicas de Nabucodonosor; veja-se MILES, “The Rise of a Mercantile Superpower”, *op. cit.*, p. 81.

¹⁰² DUNSTAN, “Duel with Carthage”, *Ancient Rome*, Maryland, The Rowman & Littlefield Publishers, 2011, p. 64. Sobre as relações entre Tiro e Cartago, veja-se um artigo da década de 80 do séc. XX, que em muitos aspectos continua actual. É bastante relevante a forma como o autor trata a diferente relação entre Tiro – Cartago e Tiro – *Kition*, sobretudo no que respeita a questão da presença / ausência de representantes políticos de Tiro nestas duas colónias: ELAYI, “The Relations between Tyre and Carthage during the Persian Period”, vol. 13, Nova Iorque, The Jewish Theological Seminary e Columbia University Press, 1981, p. 16.

¹⁰³ Segundo Diodoro Sículo, os tributos de Cartago seriam pagos ao “templo de Héracles”.

¹⁰⁴ Just. 18.7.17.

ausência de nomes próprios para as figuras do conselho, é provável que os seus elementos não fossem eleitos entre a aristocracia militar). Não é referido como Tiro reage às divergências entre *Malchus* e o «Senado»; somente que *Malchus* teria deixado Cartago entregue às suas leis, o que parece indicar uma espécie de Código perdido. Os dois últimos pontos deste episódio entram em divergência com a terminologia de “rei” utilizada por Miles: *Malchus* é acusado de aspirar a ser rei e posteriormente morto, sendo sucedido no comando por Magão, seu filho (Just. 18.7.18-19). Se, como refere Aristóteles, os reis fossem eleitos a partir da aristocracia, e se os líderes militares fossem também de proveniência aristocrática, pode questionar-se se existem diferentes estatutos dentro das famílias importantes de Cartago. Restaria saber se *Malchus* teria sido um representante eleito por Tiro, à semelhança do que acontecia nas colónias fenícias do Chipre, e por que razão Cartago parece tão adversa à existência de um monarca, sobretudo se se considerar como adequado o termo utilizado por Heródoto em relação a Amílcar.

Um episódio do período de Dionísio II de Siracusa parece reafirmar que a estrutura política da cidade não concebe a existência de uma figura régia em título, quando um general de nome Hanão, que Justino descreve como tendo maior poder que o governo da cidade (Just. 21.4) deseja estabelecer-se como rei através do assassinato dos elementos do «Senado», plano que teria sido sabotado pelos seus próprios agentes e revelado aos magistrados. Segunda tentativa se segue, quando Hanão procura sublevar os escravos e aniquilar os indivíduos da política, mas falha novamente e, não obstante ter procurado um aliado no «Rei dos Mouros», é capturado e executado, bem como todos os seus filhos e muitos dos que lhe estavam associados¹⁰⁵. Uma passagem de Diodoro Sículo parece entrar em contradição com a aversão ao poder régio: por volta de 383 / 382 a. C.¹⁰⁶, após a subversão das cidades aliadas cartaginesas na Sicília por Dionísio I e dada a necessidade de retornar à contenda, parece que os Cartagineses

¹⁰⁵ Uma nova tentativa surge no século III, não para estabelecer um rei, mas um tirano, segundo Diodoro Sículo. Esta terá sido protagonizada por um general de nome Bomílcar, que terá conseguido associar quinhentos cidadãos e mil mercenários a partir da “Cidade Nova”, perto da “Velha Cartago”. Apesar de a cidade se encontrar em guerra com Agátocles, o golpe fracassa e Bomílcar sofre um destino semelhante ao dos seus antecessores. Veja-se D.S. 20.44.

¹⁰⁶ Esta data foi calculada com base em dois dados: os quatro tribunos militares romanos (eleitos ao invés dos habituais dois cônsules), nomeadamente Lúcio Lucrécio, Sencio Sulpício, Lúcio Emílio e Lúcio Fúrio, e o arconte ateniense Fanóstrato. O ano coincidente entre o arcontado de Fanóstrato e a eleição destes quatro tribunos é 383 a. C. Veja-se MERITT, “The First of the Month”, *The Athenian Year*, vol. 32, Berkeley, Los Angeles, Londres, University of California Press, Cambridge University Press, 1961, p. 25, e as listas consulares, disponíveis online no site da Universidade de Alberta, em <https://www.ualberta.ca/~csmackay/Consuls.List.html>.

teriam eleito como general o seu rei, Magão (D.S. 14.15); quando este morre, é sucedido pelo seu filho, a quem são igualmente atribuídas funções militares. Ou Diodoro compreendeu erroneamente o papel de Magão, o que se poderá explicar pelo ascendente que alguns dos indivíduos da esfera militar atingem em Cartago, ou existiu alguma espécie de modificação na política da cidade, o que é igualmente possível, atendendo às inúmeras tentativas anteriores de golpes de estado. Independentemente dos termos utilizados no que respeita aos Magónidas, o facto é que esta família estabeleceu uma dinastia dominante em Cartago, e que os alicerces desse domínio são, acima de tudo, militares e não comerciais: “The Magonids’ known activities were military, and it was military defeat abroad that finally broke the dynasty’s dominance at home some time in the early fourth century”¹⁰⁷.

Assim sendo, não obstante não existirem indícios nas fontes de Cartago ser governada por um ou mais reis no século II a. C., parece certo que existia uma subdivisão da população por grupos «funcionais», ou seja, que existem alguns elementos privilegiados da população que assumem papéis aristocráticos. No seio desta aristocracia, parecem existir determinados indivíduos vocacionados sobretudo para funções de liderança militar, embora não se possa assumir com precisão se também acumulam funções de natureza política, quais estas funções e qual a modificação da autoridade ao longo dos séculos. Note-se, no entanto, que os cargos superiores, quer militares, quer políticos, aparentam ser transmitidos por via familiar e hereditária. Segundo Justino, o número crescente de comandantes no seio da mesma família teria levado à eleição de cem «juízes» do «Senado»¹⁰⁸, com o propósito de adquirir conhecimentos precisos quanto aos procedimentos dos generais e garantir que, a partir daquele momento, estes partiriam para o comando seguindo as leis da cidade (Just. 19.2). Esta preocupação parece mais um indício da força crescente de uma elite militar dentro da cidade, cujas estruturas políticas se esforçam por controlar.

A tensão pelo domínio do poder interno toma, por vezes, direcções que parecem comprometedoras para a própria cidade: durante a invasão da Sicília por Hanão, por exemplo, Justino refere que um indivíduo de nome *Juniatus*, apresentado como o mais poderoso cidadão de Cartago¹⁰⁹ e inimigo do general, teria avisado Dionísio, tirano de

¹⁰⁷ HOYOS, “Carthage”, *op. cit. Hannibal’s Dynasty (...)*, p. 32.

¹⁰⁸ Senado, ou Conselho? O número de “senadores” é muito próximo do número de indivíduos pertencentes ao Conselho referido por Aristóteles.

¹⁰⁹ Hoyos considera que é provável terem existido dois níveis distintos de cidadania, de acordo com os antepassados do indivíduo. Veja-se HOYOS, “State and Government”, *op. cit. The Carthaginians*, p. 21.

Siracusa, do ataque próximo (Just. 20.5). A carta teria sido interceptada, *Juniatus* declarado traidor, e o Senado teria decretado uma proibição de estudar a língua grega, para impedir o contacto com o inimigo. Justino não refere qual a função de *Juniatus*, portanto não se pode compreender se esta seria uma querela interna entre a família dominante dos generais, ou se seria outra contenda entre a classe política / pertencente ao dito «Senado» e a aristocracia militar. Não obstante, a conduta do Senado parece descartar a segunda possibilidade.

Interligando este ponto do capítulo, relativo à organização estrutural da cidade, e o ponto que se segue, que dirá respeito à questão do exército, saliente-se uma passagem de Justino, relativa à projectada incursão de Agátocles pelo Norte de África. Segundo o texto, seria possível queimar casas, saquear fortalezas e cidades e sitiar Cartago (Just. 22.5). A que cidades e fortalezas se refere Justino? Poderá referir-se a cidades de menores dimensões, situadas nas imediações, que poderiam ser induzidas a uma participação conjunta na guerra para evitar a respectiva destruição (atendendo ao facto de cidades e fortalezas do Norte de África não estarem vantajosamente localizadas ou apropriadamente fortificadas, segundo Just. 22.5.5). Pode assim questionar-se a natureza das relações de Cartago com estes espaços, e se existiriam cidadelas menores ou fortalezas na sua dependência, o que implicaria a potencial presença de milícias para proteger os pontos estratégicos¹¹⁰.

¹¹⁰ Miles refere que, ao longo do século V a. C., Cartago ter-se-ia expandido consideravelmente, anexando regiões do *Sahel* (Tunísia) e *Syrtis Major* (Líbia). Grande parte da produção agrícola passa a ser processada no espaço interior, com o crescimento de quintas e centros agrícolas (inclusivamente nas imediações próximas da cidade). MILES, “Expansion into Africa”, *op. cit.*, p. 87.

6. A guerra vista a partir de Cartago: posições sobre o exército cartaginês

“While the navy of Carthage was very much a citizen affair, as was to be expected from a maritime power with a permanente pool of trained sailors to fight in its naval wars¹¹¹, Carthaginian armies were generally of a mercenary character and tended to be raised for a particular conflict and disbanded at its end.”¹¹²

O excerto anterior serve para ilustrar o facto de o estudo do exército cartaginês, que esteve orientado, desde os seus primórdios, para a respectiva interpretação enquanto espaço quase exclusivamente constituído por mercenários¹¹³, ter ainda esta noção firmemente assente, mesmo em trabalhos recentes. A asserção aceite era a de que o exército cartaginês seria essencialmente constituído por mercenários contratados de diversas regiões, com uma quase total inexistência de cidadãos¹¹⁴. Não obstante, determinados excertos das fontes parecem fornecer informações relativas não só à existência de elementos cartagineses no exército¹¹⁵, mas também a um pouco da sua organização e estrutura. Em primeiro lugar, ao longo de vários séculos, quase todos os nomes dos comandantes militares cartagineses estão situados entre um número limitado de nomes próprios, o que é relevante para sublinhar que muitos destes indivíduos estão ligados por relações familiares. Parece existir uma aristocracia militar, cujas funções não são definidas com precisão, mas que aparentam estabelecer relativa influência ao longo da existência da cidade, com oscilações de peso entre si e a instituição a que Diodoro Sículo apelida de Senado¹¹⁶.

Os estudos feitos em torno do exército cartaginês surgem frequentemente associados às análises de contraposição entre a respectiva tipologia de exército e a das forças romanas, algo que assume especial pertinência quando se analisam questões

¹¹¹ Numa nota sobre a marinha, veja-se D.S. 20.62: se os Cartagineses são apontados pelas fontes enquanto senhores indisputados do Mediterrâneo (Plb. 1.20), esta não pode ser vista como invencível mesmo antes do momento tradicionalmente apontado para o súbito nascimento da marinha romana (Plb. 1.20-21), pois é derrotada por Agátocles (o que significa que existiria tecnologia naval suficientemente avançada noutras civilizações para acompanhar os navios cartagineses). Não obstante, em D.S. 21.16, é sublinhada a importância da marinha cartaginesa enquanto factor essencial para a vitória.

¹¹² FIELDS, “The Armies of Carthage”, *Carthaginian Warrior – 264 – 146 BC*, Oxford, Osprey Publishing, 2010, p. 15.

¹¹³ Veja-se Plb. 1.71.

¹¹⁴ HOYOS, “Carthage in Africa”, *op. cit. The Carthaginians*, p. 127: os comandantes, maioritariamente de origem cartaginesa, controlariam um exército de mercenários já no século VI a. C.

¹¹⁵ No sentido em que estes possam ser considerados como dependentes da cidade. Esta definição acaba por incluir não só populações cartaginesas propriamente ditas, mas outros indivíduos oriundos, por exemplo, das colónias norte-africanas e, mais tarde, das populações númidas. Veja-se PILKINGTON, “The use of Mercenary Armies at Carthage”, *op. cit.*, pp. 337-338.

¹¹⁶ D.S. 23.3.

como as Guerras Púnicas¹¹⁷. Não obstante a concentração neste período cronológico, compreender a dimensão e evolução do exército é essencial para o estudo do Imperialismo e Colonização. Compreendendo os níveis de investimento e a natureza dos aparelhos militares utilizados, é possível atingir uma visão mais pormenorizada das intenções de Cartago em relação aos espaços conquistados; e se, como refere Fariselli, grande parte do investimento cartaginês se concentra em instrumentos de cerco, o respectivo interesse em determinados espaços, como é o caso da Sicília, deve ser repensado do ponto de vista da organização estratégica do crescimento da cidade¹¹⁸. Nos últimos anos, o papel do cidadão-soldado em Cartago tem sido repensando no contexto das estruturas tradicionais de exércitos mediterrânicos da Antiguidade¹¹⁹, e as divisões entre o espaço da guerra e o mundo político têm sido reanalisadas e colocado de parte uma visão tradicional em que «senado», «assembleia popular» e exército não se cruzam; pelo contrário, a evolução geral da historiografia tem partido no sentido de uma complementaridade¹²⁰.

Se, como refere Sanz, existe de facto uma transição entre diferentes tipologias de exército, e se Cartago passa efectivamente de um sistema de cidadão-soldado para um de recorrente contratação de mercenários e dependência dos indivíduos oriundos das colónias / povos subjugados do Norte de África, é necessário compreender por que razões e como se processa esta transição. Em D.S. 5.38, encontra-se uma passagem que se refere à natureza dos pagamentos dos soldados, segundo a qual os Cartagineses não

¹¹⁷ FARISELLI, “The Impact of Military Preparations on the Economy of the Carthaginian State”, *Phoenicians and Carthaginians in the Western Mediterranean, Studia Punica 12*, ed. Giovanna Pisano, Roma, Università degli Studi di Roma Tor Vergata, 1999, p. 59. Neste artigo encontra-se uma descrição detalhada da natureza do armamento utilizado durante as Guerras Púnicas, bem como das respectivas fontes de fabrico.

¹¹⁸ Fariselli utiliza o termo “policiamento internacional”, que estaria longe de ser o único interesse cartaginês na Sicília. O investimento em instrumentos de cerco seria colmatado com a contratação de mercenários, o que não implica a inexistência de exércitos próprios. As intenções coloniais apontadas por Fariselli não vão contra a tese de Pilkington, atendendo a que, neste artigo, a autora se foca num período coincidente com o século IV a. C. Veja-se idem, pp. 60-63.

¹¹⁹ SANZ, “De guerreiros a soldados. El ejército de Aníbal como un ejército cartaginés atípico”, *Guerra y ejército en el mundo fenicio-púnico, XIX Jornadas de Arqueología fenicio-púnica, Eivissa, 2004*, ed. B. Costa e J. Fernández, Ibiza, Museo Arqueológico de Ibiza y Formentera, 2005, pp. 130-135. O autor aponta Aristot. Pol. 7.1324b, que menciona a atribuição de amuletos aos guerreiros cartagineses, correspondentes ao número de campanhas em que tivessem participado. Esta secção é especialmente relevante se se considerar que surge no seguimento da descrição dos estados orientados para o poder / guerra / honra – virtude militar. Quesada Sanz considera que, no período das primeiras expedições (Just. 18.7), este seria o sistema militar cartaginês por excelência. A introdução das milícias mercenárias teria sido obra de Magão e pertenceria ao século VI a. C., (veja-se a nota 96, p. 36), com um crescendo na sua utilização a partir do século seguinte, o que não implicaria o desaparecimento total dos exércitos de cidadãos (veja-se idem, p. 133).

¹²⁰ SANZ, “Instituciones, demos y ejército en Cartago”, *XXIII Jornadas de Arqueología Fenicio-Púnica, Eivissa, 2008*, ed. Benjamí Costa y Jordi H. Fernández, Ibiza, Museo Arqueológico de Ibiza y Formentera, 2009, pp. 145-150.

teriam confiança nos seus próprios cidadãos, nem nos exércitos aliados, enquanto meios principais para garantir a vitória nas suas guerras. É esta a justificação dada pela fonte para a contratação de mercenários, cujos pagamentos seriam garantidos pelas receitas provenientes da Península Ibérica, durante o período em que algumas das respectivas minas estão sob controlo cartaginês¹²¹.

Tomando a fonte como exemplo, as motivações que justificam a transição para o modelo de mercenários parecem ser, sobretudo, derivadas da crescente capacidade económica cartaginesa no mediterrâneo. Num estudo sociológico de meados dos anos sessenta, Gaston Bouthoul parece concordar com a preponderância do factor económico como um dos principais delimitadores evolutivos daquilo a que chama *O Fenómeno Guerra*: se em tempos remotos a actividade bélica, que seria de dimensão pequena mas totalizadora, absorve “toda a população masculina”, a evolução das cidades-estado teria transformado “a carreira das armas numa especialidade”¹²²: manter um exército era dispendioso, e por esta razão a guerra tornar-se-ia numa actividade especializada concentrada num número mais reduzido de indivíduos, facto que é facilitado pela evolução tecnológica. Esta parece ter prosseguido em ritmos próximos quer em Roma, quer em Cartago: quando Aníbal invade Itália, o general confronta-se com uma realidade tecnológica que, segundo Hanson, não é superior àquela que possuem os exércitos de mercenários (contudo, se Cartago tem a capacidade de contratar contingentes cada vez que estes se revelam necessários, Roma também teria demonstrado relativa facilidade em reconstruir o seu exército cada vez que as perdas humanas se revelavam significativas)¹²³.

Não obstante a interligação entre a evolução dos exércitos, o avanço tecnológico e a capacidade económica de cada civilização, é necessária a observação específica de cada caso. Pilkington desconsidera a posição económica enquanto indicativo de evolução nos sistemas de exército cartagineses para um sistema exclusivamente constituído por mercenários: por um lado, sugere que o interesse cartaginês numa expansão contínua, pelo menos durante os séculos VI-IV a. C., não tem sustentação arqueológica; por outro, sublinha que, apesar de as fontes históricas apontarem a não-

¹²¹ Quanto aos produtos retirados das minas, Diodoro menciona prata (D.S. 5.35; a ignorância dos povos locais quanto ao real valor da prata terá sido, segundo Diodoro, uma das fontes principais do enriquecimento dos Fenícios, que a reencaminhariam para colónias na Sicília, Líbia, Sardenha e Ibéria) e estanho (D.S. 5.38).

¹²² BOUTHOL, “Evolução demográfica da Guerra”, *O Fenómeno Guerra*, tradução portuguesa por António Simões Neto, Lisboa, Estúdios Cor, 1966, p. 136.

¹²³ HANSON, “Citizen Soldiers”, *Carnage and Culture: Landmark Battles in the Rise to Western Power*, Nova Iorque, Doubleday, 2001, p. 111.

participação dos cidadãos no exército, não existirá confirmação para a existência dos mercenários cartagineses, sendo que o sistema de cidadão-soldado, juntamente com os indivíduos oriundos dos espaços circundantes, seria o mais provável¹²⁴.

Se as descrições das fontes históricas forem consideradas como verídicas, existem diversos comprovativos da participação dos corpos de cidadãos-soldados na componente militar da cidade. D.S. 20.11 menciona a existência de um Batalhão Sagrado, constituído por um conjunto de homens previamente seleccionados (D.S. 20.12), embora não sejam especificados os processos de selecção. Este batalhão teria estado presente numa das batalhas contra Agátocles, sob a direcção de Hanão, na qual, segundo Diodoro, o perecimento do respectivo general teria retirado o ânimo ao exército cartaginês. Em Justino (Just. 18.7), note-se que, não obstante não existir nenhuma menção específica a soldados cartagineses, parece existir um vínculo de qualquer natureza entre os soldados e a cidade, pois estes são descritos como indignados com a sentença de exílio, tentando evitar enviando um emissário. Caso a resposta de Cartago fosse negativa, o emissário teria ordens para avisar a cidade de que os soldados estavam determinados a retornar. Na mesma fonte, em Just. 19.2, mencionam-se as “mães chorosas” de Cartago, que teriam tomado conhecimento da derrota e perecimento de grande parte do exército de Himilcão. E se os mercenários parecem assumir um papel relevante nas intervenções militares fora do Norte de África¹²⁵, em D.S. 20.44, a defesa da cidade parece estar a cargo dos próprios cidadãos que, primeiro com projecteis e depois com armas, teriam impedido o estabelecimento de um domínio autoritário¹²⁶.

Quanto à incorporação de indivíduos dos espaços dependentes nos exércitos cartagineses e em resposta à nota 115, veja-se a exposição, em Diodoro Sículo, da forma como são retratadas as relações com a Líbia, sendo que, tomando a fonte como ponto de partida, as relações de Cartago com determinados espaços parecem de facto implicar que a cidade conte com o respectivo auxílio militar. A utilização dos exércitos líbios é referida com relativa frequência, inclusivamente para espaços que extravasam

¹²⁴ PILKINGTON, “Imperial Power and Imperialism”, *op. cit.*, nota 41, p. 17.

¹²⁵ Vejam-se, por exemplo, as operações militares em torno de Agrigento, tratadas no capítulo IV, nas quais estão presentes indivíduos oriundos de espaços norte-africanos sob o domínio cartaginês.

¹²⁶ Neste último episódio, contudo, pelo menos parte do exército estaria sob o comando de outrem. A passagem é, contudo, relevante noutro aspecto: em primeiro lugar, revela que os cidadãos teriam armas ao seu dispor e, em segundo, que teriam a preparação necessária para as utilizar. Note-se, contudo, que este momento, a ter existido, será anterior às Guerras Púnicas, ao contrário do que acontece nas circunstâncias da nota 96.

os domínios Norte Africanos (veja-se, por exemplo, os reforços que chegam para auxiliar os cartagineses no conflito contra Agátocles, D.S. 19.108)¹²⁷.

Estes contactos, que à primeira vista parecem de entreaajuda e auxílio, teriam levado à miscigenação das populações, sendo que Diodoro Sículo utiliza a terminologia “Libifenícios” para definir os habitantes de algumas cidades da Líbia. Não obstante, parece existir alguma tensão entre ambos, motivada, segundo esta fonte, pelo peso excessivo do domínio cartaginês. (D.S. 20.55)¹²⁸, e o facto de existirem evidências arqueológicas que comprovam a heterogeneidade da cultura material, inclusivamente entre Cartago e cidadelas próximas como *Kerkouane*¹²⁹, poderá indicar a existência de identidades étnicas autónomas que resultariam em conflitos de alguma natureza com a cidade dominante. Outro exemplo será D.S. 20.38: neste caso trata-se de uma tribo que não está formalmente incorporada no espaço de influência cartaginês, mas com a qual a cidade teria efectuado uma aliança: os Zufones. Não obstante, existe a possibilidade de ter existido uma coerção de qualquer natureza da parte de Cartago: a cidade vê-se obrigada a utilizar o restante exército para perseguir os desertores desta tribo.

A utilização de cidadãos das cidades dependentes obriga ainda a sublinhar a importância do factor humano. Segundo Miles, a maior parte das cidades púnicas norte-africanas teria um quociente demográfico reduzido, em torno dos mil habitantes, que se ocupariam essencialmente de actividades como a pesca e o artesanato¹³⁰. À medida que a expansão cartaginesa avança através do *Sahel* e *Syrtis Major*, Cartago começa a ser conhecida como império mercantil¹³¹, o que poderá implicar que parte da sua produção agrícola tenha sido deslocada para as regiões do interior. Assim sendo, é pouco provável que o abastecimento essencial do exército fosse proveniente de um quantitativo populacional aparentemente reduzido, que era ao mesmo tempo essencial para a sobrevivência da cidade do ponto de vista da própria alimentação. Acrescente-se ainda que, durante os períodos de conflito, Cartago tem não só de se autoabastecer, mas também de procurar garantir a sobrevivência do exército em regiões hostis, o que

¹²⁷ Não se sabe qual a natureza específica destas relações, mas não parece colocar Cartago numa posição hierárquica superior, visto ser mencionada a existência de um “Rei dos Líbios” (D.S. 20.18). No entanto, como já se verificou em relação a Cartago, existe a possibilidade de Diodoro ter confundido a nomenclatura adequada para as posições de determinados indivíduos.

¹²⁸ Hoyos faz notar a existência de uma estela votiva no *Tophet* cartaginês que poderá implicar o cruzamento com populações de locais mais remotos, nomeadamente a Grécia ou o Egipto. Veja-se HOYOS, “Carthage – Foundation and Growth”, *op. cit. The Carthaginians*, p. 17.

¹²⁹ MILES, “Expansion into Africa”, *op. cit.*, p. 86.

¹³⁰ *Idem*, p. 86.

¹³¹ *Ibidem*, p. 87.

implicaria a necessidade do aumento de produção e, como consequência, tornaria difícil a perda de mão-de-obra agrícola e piscatória.

A figura central do exército cartaginês é o general, o *rb mħnt*. A partir de determinado momento, este ofício parece distinguir-se dos cargos civis, o que não implica que não tenham existido simultaneidades entre os altos cargos políticos e os postos militares de maior importância¹³². Para se chegar ao cargo de general, o indivíduo teria de ser eleito; mas, em dado momento, a capacidade de garantir os cargos parece estar concentrada unicamente na família Bárcida¹³³. Não obstante o poder político efectivo que parece fazer parte da vivência de alguns generais, a confirmação deste só seria obtida, pelo menos aparentemente, por via popular¹³⁴. Por outro lado, o seu comando seria frequentemente atribuído em duas categorias de naturezas diferenciadas: no que diz respeito à sua ocupação militar específica, encontram-se casos em que um mesmo indivíduo serve quer enquanto estratega, quer enquanto almirante; e no parâmetro da sua ocupação militar estratégica, serviriam quer enquanto generais de campanha, quer enquanto líderes militares dos vários espaços «provinciais», sendo que no último caso são apelidados de «boetarcas» pelas fontes clássicas¹³⁵. O facto de os generais serem, regra geral, oriundos de famílias da aristocracia cartaginesa, com capacidade económica substancial, poderá ter levado à necessidade de criar salvaguardas políticas para a estrutura da cidade, sobretudo a partir do momento em que os exércitos começam a reger-se pela contratação de mercenários em grande escala¹³⁶.

Apesar do peso que parece ser exercido sobre o exército por parte de uma rede familiar de aristocratas ligados ao espaço militar, existe uma referência que indica que seria o «Senado» a decidir a formação e subdivisão dos exércitos, bem como a estratégia a seguir. Tal referência pode indicar que, por um lado, existiriam indivíduos no Senado com conhecimentos militares, o que implica a possibilidade de generais ou outros indivíduos em postos de comando estarem envolvidos simultaneamente na via política (apesar do episódio de Hanão, em que se menciona que este teria mais poder

¹³² Hoyos aponta, por exemplo, os casos de Amílcar e Himilcão, ‘reis’ escolhidos para liderar as expedições na Sicília. O termo ‘reis’ seria na realidade correspondente de Sufeta. Veja-se HOYOS, “The Generals”, *op. cit.*, *The Carthaginians*, pp. 33-34, onde estão descritas as altas hierarquias militares cartaginesas com maior pormenor. Se Hoyos considera que os generais ocupariam os cargos por períodos correspondentes ao tempo de campanha, ou até outro indivíduo ser eleito para ocupar o seu lugar, Pilkington é mais específico e, com base em determinadas inscrições, aponta o ofício como sendo anual. PILKINGTON, “Military Institutions”, *op. cit.*, p. 331.

¹³³ Veja-se HOYOS, *op. cit.*, p. 33.

¹³⁴ SANZ, “Instituciones, demos y ejército (...)”, *op. cit.*, pp. 150-151.

¹³⁵ Veja-se *idem*, pp. 151-153.

¹³⁶ Veja-se *ibidem*, pp. 154-155.

que o governo da cidade), e que, por outro, podem ter existido períodos da história da cidade em que a influência da aristocracia militar entraria em declínio (ou, pelo menos, em que por diversas razões não existissem figuras proeminentes relativamente aos demais, sendo que a última a ser referida, para esta cronologia específica, é o já referido general Bomílcar, que falha na tentativa de se estabelecer como tirano e é executado – D.S. 20.59).

II

OS PROCESSOS CARTAGINESES DE COLONIZAÇÃO INSULAR E O INTERESSE DOS POVOS MEDITERRÂNEOS NA SICÍLIA

“Sicily, then, as a whole occupies the same position with regard to Italy and its extremity than the Peloponnese occupies with regard to the rest of Greece and its extremity, the difference lying in this, that the Peloponnese is a peninsula whereas Sicily is an island, the communication being in the one case by land and in the other by sea. Sicily is triangular in shape, the apices of all three angles being formed by capes. (...) The third [cape] looks towards Africa itself, and is favourably situated as a base for attacking the promontories in front of Carthage, from which it is distant about one thousand stades.”¹³⁷

431 a. C., 322 *ab urbe condita*: segundo Tito Lívio, enquanto a República Romana, voltada para os problemas continentais, está concentrada em confrontar os Volscos em território Itálico, a Sicília está em situação instável, o que teria levado Cartago a enviar um exército para território da Trinácia pela primeira vez¹³⁸. Observando o crescimento do Império Cartaginês a partir das fontes históricas, a perspectiva que se depara ao historiador é a de uma expansão tardia, interpretada com dificuldade a partir de informações das fontes clássicas. Não obstante a escassez de informações sobre a administração política e militar das colónias de Cartago nas ilhas do Mediterrâneo, existem dados dispersos nos escritos dos autores greco-romanos no que diz respeito à evolução da situação política dos territórios insulares Ocidentais, desde a Sicília, Sardenha e Córsega até aos pequenos ilhéus que as rodeiam¹³⁹.

É necessário proceder a uma observação criteriosa das fontes, atendendo à natureza de grande parte destes dados. Muitos narram episódios ocorridos em períodos pré-históricos, entremeando nas narrativas mitológicas vestígios de possível historicidade, para os quais a verificação das informações é muito difícil, devido à recorrente utilização de mitografias¹⁴⁰. Através da interpretação das fontes e sua confrontação com resultados de investigações científicas (sobretudo no campo arqueológico); procurar-se-á cumprir o objectivo deste capítulo, que é o de compreender o avanço da colonização cartaginesa nas ilhas do Mediterrâneo. O ponto de observação

¹³⁷ Plb. 1.42.

¹³⁸ Liv. 4.29.

¹³⁹ No século XIX, W.S. Lindsay, num estudo sobre o comércio, refere que as preferências de Cartago no que diz respeito à fixação de colónias estão precisamente vocacionadas para as ilhas do Mediterrâneo – Sicília, Sardenha, Córsega, Baleares e Malta. LINDSAY, “Maritime commerce of Antiquity”, *History of Merchant Shipping and Ancient Commerce*, Cambridge, Cambridge University Press, 1874, reimp. 2013, p. 18.

¹⁴⁰ Para justificar os topónimos, as migrações populacionais, a natureza da flora e da fauna. Veja-se supra, pp. 51-58.

não será Cartago, que foi tratada com mais detalhe no capítulo anterior, mas os próprios territórios insulares. Atendendo aos intuitos temáticos desta dissertação, que se foca na transição entre a realidade cartaginesa e a romana no Mar Interior, parece pertinente que se foque com maior atenção o espaço onde se inicia a disputa – a Sicília – sendo que o tratamento das restantes ilhas surgirá de forma complementar.

1. A Sicília

Território central da Primeira Guerra Púnica, a Sicília é frequentada assiduamente por povos diversos. Para se compreender a abundância de migrações para este espaço, é importante observar, em primeiro lugar, a natureza da própria ilha. A Sicília tem uma dupla vantagem sobre todos os restantes territórios insulares do Mar interior. A fertilidade natural da ilha parece remontar aos tempos antigos: Diodoro descreve-a como um espaço fértil (onde cresceriam não só numerosas árvores de fruta como também cereais em abundância, quer selvagens, quer de cultivo) e de beleza natural (relevante, sobretudo, na sua referência à existência de muitos cursos de água e fontes)¹⁴¹, o que a tornaria num espaço atractivo para a fixação das populações¹⁴². Às vantagens dos seus atributos naturais acresce a sua natureza geográfica: por um lado, a sua dimensão, que ronda os 25000 km², significa que é, com uma margem larga, a maior ilha do Mediterrâneo¹⁴³. Por outro, a sua posição geográfica é privilegiada, pois a sua localização permite-lhe fazer a divisão entre os sectores oriental e ocidental do mar, ao mesmo tempo que se torna espaço de charneira entre o extremo sul da Península Itálica e a Península Norte-Africana que actualmente pertence à jurisdição tunisina. Em suma, a Sicília liga Europa, África e Médio Oriente, estando no centro dos principais circuitos

¹⁴¹ D.S. 5.1-3.

¹⁴² Em 2008, foi efectuado um estudo arqueológico relativo às culturas mais comuns na Sicília desde a Idade do Ferro. Concluiu-se que, no interior da vertente Ocidental, as culturas cerealíferas dominantes seriam a cevada e o trigo, às quais se aliava o cultivo de leguminosas (*Vicia Faba*). Na região de *Selinunte*, inclui-se também o cultivo de ervilhas e, apesar de existir produção de cereais, parte destes seriam objecto de importação aos Elímios. Veja-se STIKA, HEISS e ZACH, “Plant Remains from the early Iron Age in western Sicily: differences in subsistence strategies of Greek and Elymian sites”, *Vegetation History and Archaeobotany*, Vol. 17, Issue 1, Suppl., Berlim, Springer Berlin – Heilderberg, 2008, p. 139.

¹⁴³ Não obstante ser a maior ilha do Mar Mediterrâneo, a Sicília não foi reconhecida como tal na Antiguidade, excepto por Estrabão. Veja-se WILSON, “Background”, *Sicily under the Roman Empire: the archaeology of a roman province, 36 BC – AD 535*, Warminster, Aris and Phillips, 1990, p. 2.

de navegação¹⁴⁴. Em acréscimo, a área terrestre da Sicília, no século III a. C. seria ligeiramente superior à actual, devido a diferenças climáticas que se traduzem num diferente recorte costeiro¹⁴⁵. A questão do nível da água do mar é importante sobretudo no que diz respeito à análise das migrações para a ilha, particularmente quando se considera a ideia, apresentada por vários autores da Antiguidade, de que esta estaria inicialmente ligada à Península Itálica.¹⁴⁶

Num estudo recente relativo às variações costeiras da costa Mediterrânea francesa nos últimos trinta mil anos, conclui-se que os níveis do sector ocidental do mar teriam divergido desde 120 metros abaixo do nível actual, até 105 metros no espaço correspondente aos golfos de Lião e Génova¹⁴⁷. A asserção de que os primeiros povos teriam atravessado do continente Europeu para a Sicília por via de uma faixa terrestre entre Messina e Reggio, situada na região do actual estreito, pode ser considerada por diferentes prismas: por um lado, a área do Estreito de Messina situa-se sobre uma zona

¹⁴⁴ Sobre os circuitos de navegação do Mediterrâneo, veja-se, para o Mediterrâneo Oriental, DAVIS, “Weather Lore and *La Belle-Saison*” e “Ancient Sea Routes, *Navigation in the Ancient Eastern Mediterranean*”, Dissertação de Mestrado em Antropologia apresentada à Texas A&M University, College Station, 2001, pp. 21-40 e 41-87; BERESFORD, “Introduction”, *The Ancient Sailing Season*, Leiden, Brill, 2013, pp. 1-8, e apud, TAMMUZ, “*Mare Clausum?* Sailing Seasons in the Mediterranean in Early Antiquity”, *Mediterranean Historical Review*, Vol. 20, 2, Londres, F. Cass, 2005 (os estudos mais recentes concordam, por norma, com a possibilidade da navegação durante o Inverno – embora com uma escala reduzida - que, de acordo com Beresford e Tammuz, seria por via do mar aberto, e não por cabotagem). Sobre as técnicas de navegação, veja-se OLESON, “Testing the Waters: The Role of Sounding Weights in Ancient Mediterranean Navigation”, *Memoirs of the American Academy in Rome, Supplementary Volumes*, Vol. 6, The Maritime World of Ancient Rome, Bergamo, Istituto Italiano d’arti grafiche, 2008, pp. 119-176.

¹⁴⁵ Segundo um estudo de 2004, que mediu os níveis do mar a partir das *piscinae* romanas na Península Itálica, estes oscilariam entre -1 e -2 por volta do ano zero. Veja-se LAMBECK, ANZIDEI, ANTONIOLLI et alli, “Sea Level in Roman Time in the Central Mediterranean and implications for recent change”, *Comptes Rendus Geoscience*, Volume 336, Issues 3 – 4, Paris, Académie des Sciences, 2004, pp. 563 – 575, e WILSON, *op. cit.*, p. 7.

¹⁴⁶ Esta representação da Sicília é defendida por fontes como Diodoro Sículo (que, dizendo basear-se nos antigos mitógrafos, considera que a ligação terrestre da Sicília com o continente europeu teria facilitado a deslocação das primeiras populações – D.S. 4.85) e Justino, que defende ter sido a violência das correntes a destruir a passagem estreita que uniria a Trinácia com o continente europeu. Justino aponta a fragilidade da maior parte dos solos da Sicília, justificação da abundância de cavernas. Veja-se Just. 4.1). De facto, estas existem em abundância, sendo que parte do território da ilha é constituído por solos sedimentares (calcários e argilosos). Plínio nota que, segundo Platão, uma parte significativa do território ibérico estaria então coberta pelo Oceano Atlântico, e que parte dos territórios do “mar interior” teriam igualmente ficado submersos (Plin. HN. 2.92).

¹⁴⁷ O que tem implicações de peso no que respeita à organização da exploração arqueológica, sobretudo no que respeita à Arqueologia Subaquática. Apesar de as análises ao longo da costa francesa terem sido efectuadas, sobretudo, para um período pré-histórico, não deixa de ser um dado a ter em linha de conta, sobretudo na discussão existente sobre a possibilidade da existência de populações autóctones na ilha antes das vagas migratórias mais recentes. No artigo em questão, trata-se especificamente da descoberta da caverna *Cosquer*, que se situa actualmente 37 metros abaixo do nível do mar. Não obstante este exemplo não se referir à questão tratada nesta dissertação, serve para ilustrar a importância de se explorar o espaço subaquático em redor da Sicília, Córsega, Sardenha, Malta, e das pequenas ilhas que surgem entre estas e os espaços continentais. Veja-se, por exemplo, o caso da ilha de Pantelária, em *supra*, p. 137.

de movimentos tectónicos consideráveis¹⁴⁸, o que influi na linha de costa e implicaria considerável capacidade de resiliência da suposta ligação terrestre (algo que parece pouco provável, atendendo à tipologia dos solos da Sicília, facilmente abatidos pela actividade sísmica ou pelas correntes marítimas¹⁴⁹). Contudo, a hipótese de Diodoro e Justino não deve ser descartada: antes do décimo primeiro milénio a. C., a subida das temperaturas globais terá levado ao aumento do volume de água do mar, submergindo parte da área continental europeia e do território da Sicília¹⁵⁰, o que significa que existiria uma dimensão considerável de plataforma continental que actualmente se encontrará submersa. Por consequência, a dimensão do braço terrestre entre Sicília e Península Itálica poderia ser suficiente para sobreviver, pelo menos durante alguns séculos, à erosão provocada pelas forças naturais.



Fig. 1. A área vermelha corresponde à plataforma continental exposta no nível máximo de regressão da água do mar na última era glacial. Simon Fitch e Bem Geary, Universidade de Birmingham, Imagem de USGS NED e ETOPO2, in “SPLASHCOS: Submerged Prehistoric Archaeology and Landscapes of the Continental Shelf”, <http://antiquity.ac.uk/projgall/sakellariou334/>.

Terminando agora o ponto referente à questão física e geológica, que serve como segmento complementar, prosseguir-se-á com a análise da evolução demográfica, política e colonial da ocupação da ilha. Em termos cronológicos, para o historiador / arqueólogo poder observar o período de predomínio cartaginês na Sícilia de forma integrada na História das Populações, é necessário avançar muitos séculos desde a

¹⁴⁸ FARR, “Island Colonization and Trade in the Mediterranean”, *The Global Origins and Development of Seafaring*, ed. Atholl Anderson, James Barrett e Katie Boyle, Cambridge, McDonald Institute for Archaeological Research, 2010, p. 179; segundo Farr, a ligação terrestre, a ter existido, seria de tamanho reduzido. Não obstante, faz a comparação com a Corsardenha, uma ligação conjunta da Córsega e Sardenha que estaria separada do continente por um canal muito estreito, e onde a actividade pré-histórica mais recuada remonta a 15000 a. C. (idem, p. 180). Foca também a provável existência de rotas de navegação pré-histórica (idem, pp. 181-188).

¹⁴⁹ Veja-se infra, pp. 47-49; nota 146, p. 49.

¹⁵⁰ O que, segundo Jane McIntosh, teria levado à subsequente separação da ilha e da Itália; note-se que trata um ponto de partida mais recente do que Farr. MCINTOSH, “The Development of Europe”, *Handbook to Life in Prehistoric Europe*, Oxford, Nova Iorque, Auckland et al., Oxford University Press, 2006, pp. 24-38.

chegada dos primeiros povos. Percorrer-se-ão assim as vagas de chegada dos povos continentais. No momento dos primeiros conflitos entre civilizações com maior capacidade militar, surgem situações de divisões sectárias particulares, onde a miscigenação / etnicidade tem uma importância menor do que as necessidades particulares de cada povo. Sublinhar-se-á, atendendo à questão da duração e dimensão da área ocupada, a importância da colonização grega na sua relação com Cartago (com destaque para o caso de Siracusa), passando pela evolução dos diferentes sistemas políticos e coloniais. Para compreender o cenário anterior ao dealbar da Primeira Guerra Púnica, é necessário observar a realidade com que Cartago se depara desde a sua chegada, o que obriga a recuar até aos primeiros testemunhos históricos de presença humana na Sicília.

2. Os Primeiros Povos: Sicanos e Sículos

Um estudo científico de 2003, publicado no *American Journal of Physical Anthropology*, procurou efectuar a análise das movimentações humanas a partir do registo genético. O mesmo relembra que os habitantes da Sicília são classificados como Indo-Europeus (Sículos), e não Indo-Europeus (os Sicanos e os Elímios¹⁵¹). Este ponto de vista, tradicionalmente aceite, tem uma série de complicações práticas. Segundo os seus autores, que efectuaram uma análise da genética de uma população de mais de dois mil indivíduos de todas as regiões administrativas da Sicília, propôs-se a verificar se existia uma diferenciação genética entre o Este e o Oeste da ilha, para encontrar representatividade de uma colonização grega e fenícia em períodos muito recuados. A subdivisão genética encontrada não conseguiu comprovar esta hipótese: pelo contrário, existe uma miscigenação genética entre os sectores ocidental e oriental da ilha, que levou os autores a rejeitar a subdivisão da população por áreas na Antiguidade¹⁵², o que obriga repensar a questão da colonização.

¹⁵¹ FRANCALACCI, P., MORELLI, L., UNDERHILL, PA., et al., “Peopling of the Three Mediterranean Islands (Corsica, Sardinia, and Sicily) Inferred by Y-Chromosome Biallelic Variability”, *American Journal of Physical Anthropology*, 121(3), Nova Jérsei, John Wiley & Sons, American Association of Physical Anthropologists, 2003, p. 270. Quanto aos resultados para a Sicília, referem que foram “significantly different from all other populations, except Calabria in southern Italy (...)”; além da Calábria, também a Grécia apresenta resultados semelhantes aos da Sicília (pp. 271-276).

¹⁵² RICKARDS, O., MARTINEZ-LABARGA, C., SCANO, G., et al., “Genetic History of the Population of Sicily”, *Human Biology*, Vol. 70, no. 4, Detroit, Wayne State University Press, 1998, *op. cit.*, p. 699.

A Sicília é, desde cedo, um espaço de passagem de diversos povos, e a falta de dados históricos concretos dificulta a compreensão das migrações anteriores ao século VI a. C. Este problema é referido nas próprias fontes. Tome-se como ponto de partida Dionísio de Halicarnasso: segundo a sua interpretação, os Sículos teriam abandonado a Península Itálica devido a conflitos com os Pelágios e os Aborígenes, atravessado o estreito de Messina e chegado à Sicília; esta, então com pouca densidade populacional, já seria ocupada pelos Sicanos, oriundos da Ibéria, que teriam fugido do seu território original devido a confrontos com os Lígures. Para Dionísio, a cronologia destes eventos situar-se-ia na terceira geração anterior à Guerra de Tróia, ou seja, no final do segundo milénio a. C.¹⁵³. Após expor a sua interpretação dos factos, Dionísio prossegue sobre as diferentes versões das fontes que consulta: segundo um autor, Helânico de Lesbos, os Sículos teriam chegado à Sicília na terceira geração anterior à Guerra de Tróia, ao mesmo tempo que outras “expedições italianas”, constituídas por Elímios e por Ausónios, cujo rei, *Sicelus*, teria dado o nome à ilha; outro, Filisto de Siracusa aponta o 80º ano anterior à Guerra de Tróia, e menciona somente uma expedição de Lígures, cujo líder seria *Sicelus*, filho de Ítalo. Antíoco de Siracusa teria fornecido ainda outra versão, segundo a qual os migrantes seriam os Sículos, sendo que *Straton* se teria tornado seu líder na Sicília; e Tucídides, por sua vez, menciona que os Sículos partem de Itália, fugindo dos Ópicos¹⁵⁴.

Apesar do desacordo das fontes, é aceite que o primeiro povo a ocupar a ilha de forma permanente foi o dos Sicanos. A inexistência de fontes escritas legadas pelos mesmos leva a que seja só possível conhecê-los a partir do que resta da respectiva cultura material. Verificar se foram ou não populações autóctones da Sicília torna-se uma tarefa difícil, sobretudo quando se atenta no facto de grande parte dos escritos greco-romanos sobre os Sicanos (destacando-se os relatos de Diodoro Sículo e Tucídides) se concentrarem quase exclusivamente nos séculos V a IV a. C.¹⁵⁵, períodos muito posteriores aos da sua chegada à ilha. Rizzuti, através de uma análise da transformação do nome da ilha ao longo dos tempos e da correspondência deste com as diferentes vagas migratórias, conclui que existem poucas possibilidades de os Sicanos serem indígenas, quando se parte de uma análise etimológica: se a chegada posterior dos

¹⁵³ D.H. 1.22.

¹⁵⁴ D.H., *Antiquitates Romanae*, 1.22. Sobre a visão de Tucídides, veja-se supra, p. 53, notas 158 e 159, e p. 54, nota 161.

¹⁵⁵ ANELLO, “I Siculi nel IV secolo a. C.”, *Diodoro Sículo e la Sicilia indígena: atti del Convegno di studi: Caltanissetta, 21-22 maggio 2005*, ed. Calogero Micciché, Simona Modeo e Luigi Santagati, Palermo, Assessorato dei beni culturali, ambientali e della pubblica istruzione, 2006, p. 151.

Sículos fosse responsável pela transformação do topónimo da ilha de Sicânia (espaço dos Sicanos) para Sicília (espaço dos Sículos), como diz Tucídides (Thuc. 6.2.), a migração anterior dos Sicanos teria levado à evolução do nome da ilha de Trinácia para Sicânia¹⁵⁶, o que significará que, no tempo em que esta se chamava Trinácia, não só estes estariam ausentes da ilha, mas também esta seria conhecida de outras populações¹⁵⁷. Seguindo a lógica de Rizzuti, pode também considerar-se a possibilidade de, no tempo em que a ilha se chamava Trinácia, a sua ocupação não ter um carácter fixo com frequência, atendendo ao facto de a questão geográfica ter preponderância face à demográfica. Note-se ainda que, apesar de existirem referências à ilha nas fontes gregas para períodos arcaicos (se for correcto afirmar-se que Cila e Caríbdis pertencem ao Estreito de Messina, e que Homero se referia à Sicília na narração da Ilha dos Ciclopes), estas são imprecisas e fundamentam-se na Mitologia (o conhecimento da ilha nos séculos mais recuados seria possivelmente limitado ao espaço costeiro¹⁵⁸).

A origem dos Sicanos surge com variações consideráveis nas fontes históricas, que seguem duas vias principais: segundo a primeira teoria (apoiada, por exemplo, por Filisto, de acordo com D.S. 5.6), seriam oriundos da Península Ibérica, e o seu nome seria proveniente do rio Sicânio; a segunda hipótese (contraposta, por exemplo, por Timeu de Tauroménio) considera provável que os Sicanos sejam indígenas¹⁵⁹. Por razões que não

¹⁵⁶ RIZZUTI, “I Sicani”, *Il Medioevo Ellenico: La diaspora micenea; Elimi, Sicani e Siculi in Sicilia*, Siacca, Salvatore Estero Editore, 2009, pp. 141-178. De acordo com a análise de Rizzuti, a migração ter-se-ia devido sobretudo às invasões Sículas do século XIII a. C., o que parece estar de acordo com Diodoro.

¹⁵⁷ A Sicília, juntamente com a Sardenha, é considerada por Leighton como um dos únicos territórios insulares mediterrânicos com interesse para as sociedades pré-históricas de caçadores-recolectores, apresentando evidências arqueológicas de ocupação pelo menos desde o Paleolítico Superior. Veja-se LEIGHTON, “Early Faunal and Human Populations”, *History before History: An Archaeological Survey from the Palaeolithic to the Iron Age*, Nova Iorque, Cornell University Press, 1999, p. 11. Para uma visão detalhada da pré-história da Sicília, incluindo as suas relações com as civilizações contemporâneas veja-se HOLLOWAY, “Prehistoric Sicily”, *The Archaeology of Ancient Sicily*, Londres, Nova Iorque, Routledge, 1991 (reimp. 2000), pp. 1-42. A colonização grega da ilha não parece ter início até ao Período Arcaico (SAVOCCHIA, “The Greeks in Sicily during the 8th and 7th Centuries: Reasons for Colonization”, *The Deinomenids of Sicily: The Appearance and Representation of a Greek Dynastic Tyranny in the Western Colonies*, Dissertação de Mestrado em Clássicas, Ontario, McMaster University, 2012, p. 14).

¹⁵⁸ Tucídides refere que, no ano da expedição à Sicília, “a maior parte dos expedicionários ignoravam o tamanho da ilha e o número dos seus habitantes, Helenos ou bárbaros (...)”. Thuc. 6.1.

¹⁵⁹ A narração de Tucídides acerca dos povos da Sicília assume um carácter mitológico mais vincado do que a de Diodoro: na *História da Guerra do Peloponeso*, refere que os primeiros habitantes da Sicília teriam sido Ciclopes e Lestrígones, e é com esta base que assume que os *Sicani* ou Sicanos seriam colonos e não indígenas. Os Sicanos seriam povos Iberos, “expulsos pelos Lígures da região do rio Sicânio, na Ibéria”. (Thuc. 6.2). Justino apresenta uma narração semelhante, na qual a ilha, que primeiro se chama Trinácia, e posteriormente Sicânia, teria sido o refúgio dos Ciclopes até à sua extinção. Justino também fornece mais um dado sobre Cócalo, referindo-se-lhe como rei de toda a ilha. A partir da sua morte, o sistema político ter-se-ia fragmentado de forma muito semelhante ao que existe no século IV a. C., ou seja, com cidades-estado dominadas por tiranos (Just. 4.3).

são consensuais, parecem ter existido razões que os forçaram a abandonar a maior parte da vertente oriental da ilha, o que sugere a primitiva ocupação de todos os sectores, ainda que possivelmente dispersa. Segundo Diodoro, a mudança na área de fixação ter-se-ia devido às erupções vulcânicas do Etna (D.S. 5.6), mas Tucídides atribui a responsabilidade às invasões dos Sículos. Esta fonte conta que estes teriam fugido de Itália para a Sicília com uma “força considerável”, e que teria sido uma batalha entre invasores e invadidos a obrigar os Sicanos a mudar de espaço, deixando os Sículos senhores “das partes mais ricas do território por quase trezentos anos, antes da chegada de qualquer povo helénico à Sicília”¹⁶⁰. Depreende-se que os Sicanos tenham assistido ao surgimento das colónias fenícias em Motia e das Megarenses em Selinunte no século VII a. C.¹⁶¹, o que teria limitado ainda mais o seu espaço, fixando-o perto do rio *Hypsas*; no início do séc. V a. C., grande parte do seu território havia sido absorvido por Gregos e Cartagineses, bem como o seu quociente cultural e demográfico¹⁶². Nas suas principais áreas de influência, construíram sobretudo pequenos povoamentos onde a população se dedicava à exploração agrícola e à actividade comercial (rota dos minérios provenientes da Hispânia). A sua área final concentrar-se-ia em *Hyccara* (actual Carini), *Omphake* e *Camicus*, reino do lendário Cócalo¹⁶³. Os conflitos entre Sicanos e Sículos teriam estabelecido as primeiras fronteiras geopolíticas da ilha, baseando-se em diferentes tipos de organização (D.S. 5.6).¹⁶⁴

¹⁶⁰ Thuc. 6.2.

¹⁶¹ Tucídides refere a fundação de uma colónia de Mégara na Sicília por Lâmis (Thuc. 6.4-5. Os primeiros enterramentos fenícios em Motia têm datações que recuam até finais do século VIII a. C. MARKOE, “Comercial Expansion Abroad”, *Phoenicians*, Berkeley, University of California Press, 2000, p. 176.)

¹⁶² Destaque-se o cerco ateniense à cidade de *Hyccara*. “Sicani”, *Encyclopedia of European Peoples*, Nova Iorque, Infobas Publishing, 2006, pp. 734-735.

¹⁶³ Idem. Segundo a lenda, a expedição de Minos à Sicília ter-se-ia devido à fuga de Dédalo. Apesar de este contacto entre Cretenses e Sicanos ser de cariz mitológico / lendário, a veracidade da mistura das duas populações não deixa de ser plausível, atendendo aos vastos contactos estabelecidos por estes povos ao longo do Mediterrâneo. Sobre a lenda de Minos, veja-se, por exemplo, Apollodor. Epit .1.14. e D.S. 4.70-80.

¹⁶⁴ De acordo com uma investigação científica de 1998, o processo de formação da população autóctone finaliza-se no início do primeiro milénio a. C., com a primeira vaga dos Sicanos, oriundos do Norte de África a partir da Hispânia. A segunda vaga dos Sículos (no século VIII a. C.), que se resume à imigração em massa para o Este da Sicília, e uma última vaga, dos Elímios, oriundos da Anatólia. Pouco mais é dito pelas fontes sobre o período decorrente até à chegada dos gregos, sendo que estes últimos não são referidos por Diodoro Sículo na sua narrativa dos períodos iniciais da ilha. RICKARDS, O., MARTINEZ-LABARGA, C., SCANO, G., et al., *op. cit.*, pp. 699 e 700. Holloway discorda desta afirmação. Para este autor, a possibilidade de os Sicanos serem oriundos da Península Ibérica é “as fanciful as the identification of the Elymians as survivors of Troy who fled west”. HOLLOWAY, *op. cit.*, p. 86. ANELLO não considera os Elímios nem os Fenícios como fazendo parte do núcleo de povos que são mais tarde apelidados como Siciliotas, que aponta como sendo constituídos pela miscigenação de Sicanos, Sículos e Gregos. Veja-se *op. cit.*, p. 152.

Quer tenham atravessado por via marítima, quer por via de um canal terrestre, a mitologia na qual se baseia Diodoro parece dar a entender que os Sicanos estariam estabelecidos na ilha, com formas definidas de organização política, numa cronologia simultânea à do reinado de Minos em Creta, pois este teria empreendido uma expedição contra o rei dos Sicanos (D.S. 4.75-80)¹⁶⁵. Em termos concretos, a civilização minóica, no estrito sentido arqueológico, está definida a partir do século XXVI a. C.¹⁶⁶, o que significa que, partindo de Diodoro, os Sículos e Sicanos se teriam estabelecido na ilha pelo menos por volta de finais do quarto milénio / inícios do terceiro milénio a. C. Diodoro sugere também a miscigenação de populações: os Cretenses participantes na expedição de Minos, após a morte do rei, teriam optado por ficar na Sicília, em parte na região costeira (o que teria dado origem a Minoa), e em parte no interior, em *Engyum*.

O mesmo problema se aplica aos Sículos. Na década de 20 do século passado, as teorias historiográficas sobre os mesmos surgem da interpretação de fontes como Tucídides, Dionísio de Halicarnasso ou Varrão, que sustentam a sua proveniência de uma região próxima de Roma, de onde teriam sido forçados a fugir, no início do primeiro milénio a. C., por invasões aborígenes ou Oscanos¹⁶⁷. Tucídides menciona também a existência de um rei Sículo de nome Ítalo, que teria dado o nome à Península Itálica, sua terra de origem, de onde teriam fugido devido à ameaça dos Ópicos (Thuc. 6.2)¹⁶⁸. Note-se que as histórias em torno da fixação dos Sículos na ilha são mais consistentes do que as que se referem aos Sicanos, em torno das quais parece não existir acordo entre os autores clássicos.

No relato de Tucídides (Thuc. 1.7-8) sobre as origens da Grécia, refere este que, nos seus primórdios (ou seja, antes da Guerra de Tróia, momento que considera definidor para a identidade comum), os padrões demográficos não seriam de todo estáveis, devido às migrações frequentes, efectuadas sobretudo por razões bélicas. À medida que se dá a fixação das populações, o crescimento das cidades e o surgimento de novas organizações políticas, a intervenção marítima dos povos teria começado a crescer. Tucídides destaca a frequência com que os “helenos e os bárbaros” se ocupam da pirataria: antes da intervenção de Minos de forma a exterminar os piratas, destacar-se-

¹⁶⁵ Estes eventos ter-se-iam passado antes da captura de Tróia, pois Diodoro refere que é após este evento que *Meriones*, o Cretense, parte para a costa da Sicília, garantindo aos seus conterrâneos mais territórios.

¹⁶⁶ ROCHA PEREIRA, “A Geografia. Civilização Minóica e Micénica”, *Estudos de História da Cultura Clássica*, vol. I, 10ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2006, p. 31.

¹⁶⁷ STURTEVANT, E. H., “The Italic Languages”, *The Classical Weekly*, Vol. 14, no. 9, Filadélfia, Classical Association of the Atlantic States, 1920, p. 69.

¹⁶⁸ Algo com que Rizzuti discorda, dado que achados arqueológicos recentes sugerem que a população de origem itálica na ilha seria a dos Ausoni. RIZZUTI, “Sulla presenza micenea in occidente”, *op. cit.*, p. 69.

iam os Cários e os Fenícios, “por quem a maior parte das ilhas haviam sido colonizadas”. Torna-se assim numa das poucas fontes a fornecer indicativos cronológicos para a presença fenícia nas ilhas do Mediterrâneo.

Note-se que, se os fenícios estivessem estabelecidos nas ilhas antes de Minos organizar a sua frota, e se a cronologia apontada para o rei mitológico se situa cerca de 1500 a. C.¹⁶⁹, a preeminência fenícia no Mediterrâneo ter-se-ia iniciado pelo menos no segundo milénio a. C., muito antes do nascimento de Cartago. Liverani aponta o declínio do Egipto e o desaparecimento da civilização Micénica, durante o Bronze Tardio, como factores que levaram à expansão fenícia pelo Mediterrâneo, desenvolvendo não só as tradicionais actividades comerciais, na maior parte ligadas a explorações de iniciativas privadas, mas também (e talvez nesta sequência, atendendo a potenciais rivalidades existentes) à pirataria¹⁷⁰. Por outro lado, se a expulsão do rei Luli de Tiro no ano 700 a. C. levou à sua fuga para Chipre (mais precisamente *Kition*¹⁷¹), local que os fenícios haviam começado a ocupar cerca de dois a três séculos antes¹⁷², a sua diáspora pelo resto das ilhas do Mediterrâneo parece pertencer a um período mais tardio, iniciando-se somente por volta do séc. VIII a. C.

Nos primeiros momentos de colonização fenícia e cartaginesa, podem destacar-se duas cidades: Motia e Panormo¹⁷³. Motia, actualmente separada do resto do território da Sicília, estaria ligada à ilha por um pequeno canal que agora se encontra submerso, graças à alteração de cerca de um metro dos níveis do mar¹⁷⁴. Em termos de vagas de ocupação, Motia parece pertencer à primeira geração de colonizadores¹⁷⁵: os povos fenícios teriam ocupado esta área antes do crescimento de Cartago (sendo, aparentemente, uma das cidades incorporadas de forma natural na alteração do eixo político do território fenício asiático para o espaço púnico norte-africano), aproveitando

¹⁶⁹ MARTELO, *História da guerra do Peloponeso*, Lisboa, Edições Sílabo, 2008, nota 1 da p. 54.

¹⁷⁰ LIVERANI, “Trade and Manufacture”, *The Ancient Near East: History, Society and Economy*, Abingdon, Nova Iorque, Routledge, 2014, p. 123.

¹⁷¹ Anteriormente denominada *Qartihadast* (Cidade Nova), tal como Cartago. Veja-se DEMETRIOU, *op. cit.*, pp. 135-137.

¹⁷² Sobre a ocupação de *Kition* e o respectivo modelo político, veja-se *infra*, “O Império Cartaginês – Estado da Questão”, pp. 33-35.

¹⁷³ Embora os colonos fenícios tivessem ocupado grande parte da ilha, a chegada grega fez com que estes se concentrassem em três cidades principais (Motia, Selinunte e Panormo). Contudo, como refere Aubet, esta nova situação não foi totalmente desvantajosa, visto que a partir de Motia conseguiam dominar os Estreitos de Cartago. AUBET, “The Routes of Phoenician expansion in the Mediterranean”, *op. cit.*, p. 164; MONEDERO, “Cartago Y Sicilia durante los Siglos VI y V a. C.”, *Mainake*, N.º 32, 2, Málaga, Centro de Dicones de la Diputación de Málaga, 2010, p. 735.

¹⁷⁴ NIGRO, “Before the Greeks: the Earliest Phoenician Settlement in Motya – Recent Discoveries by Rome «La Sapienza» Expedition”, *Vicino Oriente*, XVII, Roma, Università di Roma, 2013, p. 41.

¹⁷⁵ *Ibidem*, p. 54.

as vantagens naturais do espaço enquanto porto e território piscatório¹⁷⁶. Os testemunhos arqueológicos apontam para a presença fenícia a partir, pelo menos, da segunda metade do século IX a. C. (apesar de existirem vestígios arqueológicos de períodos anteriores (por exemplo, de produção Cipro-fenícia do século X), sendo que a periodização atribuída pelas datações só denota a presença cartaginesa neste espaço no século VIII (que é, contudo, muito anterior ao período que Pilkington considera ser o da expansão cartaginesa mais substancial; a presença de Cartago em Motia, em meados do século VIII a. C., poderia ter sido esporádica e pouco substancial)¹⁷⁷.

O crescimento demográfico de Motia poderá ter-se devido em parte às conquistas gregas no segmento oriental da ilha¹⁷⁸. As conclusões retiradas por Nigro a partir das escavações arqueológicas parecem ir de encontro ao testemunho histórico de Tucídides, segundo o qual toda a área costeira da Sicília teria sido ocupada pelos Fenícios (com maior ou menor intensidade) até à chegada dos Gregos; a partir de então, ter-se-iam condensado em Motia, Selinunte e Panormo, supostamente por confiarem numa aliança com os Elímios¹⁷⁹ (o que pode contradizer a ideia de que o mundo púnico não se integra com os povos dos territórios conquistados, sendo que parecem estabelecer condições de menor imposição socio-cultural e política, o que poderá justificar por que razão os habitantes originais da Sicília não só estabelecem alianças com o mundo púnico, como o auxiliam na luta contra os gregos) e pela maior proximidade geográfica de Cartago. No entanto, como relembra David Martelo¹⁸⁰, havia pontos de maior proximidade do que Motia: Panormo localiza-se na vertente Norte da Ilha, e Motia no seu ponto noroeste, sendo que ambas implicam contornar um espaço muito maior quando o destino é o litoral norte-africano. Por outro lado, a importância atribuída à ligação das rotas marítimas com Cartago não é desprovida de coerência cronológica, visto que a presença grega na Sicília se começa a acentuar a partir do século V a. C.¹⁸¹, que coincide aproximadamente com a maior vaga de expansão púnica¹⁸².

¹⁷⁶ *Ibidem*, p. 42.

¹⁷⁷ *Ibidem*, pp. 41-51 (veja-se, mais precisamente, as datações da página 51) e Pilkington, “The Archaeology of Archaic Carthage and Phoenician Expansion”, *op. cit.*, pp. 172-173 – Motia seria habitada antes da chegada dos fenícios, que chegam no século VIII tardio ou início do VII. No século VIII, Cartago seria ainda pouco significativa no contexto expansionista (p. 80).

¹⁷⁸ NIGRO, *op. cit.*, p. 55.

¹⁷⁹ Sobre a aliança entre Elímios e Fenícios, veja-se, por ex., TUSA, “Eryx, Sicily”, *The Phoenicians*, ed. Sabatino Moscati, Londres, Nova Iorque, Tauris, 2001, p. 247; DUMMETT, “Panormus, Palermo in Antiquity”, *Palermo, City of Kings: The Heart of Sicily*, Londres, Nova Iorque, Tauris, 2015, pp. 4-7.

¹⁸⁰ MARTELO, *História da Guerra do Peloponeso*, Lisboa, Edições Sílabo, 2008, nota 2, p. 499.

¹⁸¹ *Supra*, pp. 58-65.

¹⁸² Veja-se *infra*, pp. 20-25, 33-37, 42-46. (após a conquista de Tiro).

Como relembram os autores do estudo de Genética, após as primeiras vagas de povos terem chegado à Sicília e aqui se terem estabelecido, iniciam-se então as migrações de povos mais tratadas pelas fontes antigas. Esta inicia-se com a chegada dos Cartagineses, sendo que não terá então interferido particularmente com a situação de Sicanos, Sículos e Elímios¹⁸³, por se fixarem sobretudo nas regiões costeiras, o que está mais de acordo com a sua vertente de comerciantes¹⁸⁴. Em meados do século oitavo surgem então as invasões gregas, que a tradição aponta como factor de divisão da ilha numa vertente ocidental púnica e outra vertente oriental grega; os Sicanos e Sículos, encurralados no meio da ilha, acabam por absorver as culturas dos seus invasores e formar a massa homogénea de Sicilianos.

3. Um novo invasor: a chegada dos Gregos

“Mas quando os Helenos começaram a chegar em grande número, por mar, os Fenícios abandonaram a maior parte dos seus estabelecimentos e, tendo-se reunido, fixaram as suas residências em *Mozia*, Soloeis [Selinunte] e Panormo (...).”¹⁸⁵

A fixação púnica na Sicília parece ser, por norma, pacífica: existe um período de contactos iniciais, em que a ilha é frequentada sobretudo pelos comerciantes, que precisam de um espaço intermédio para aportar nas viagens de maior dimensão¹⁸⁶, algo que não interfere com as vivências locais. Os Cartagineses, durante este momento inicial, apesar de investirem na presença assídua, não fazem desta substancial em termos de fixação, julgando a partir das fontes, das quais se encontram quase ausentes. A partir destas, podem encontrar-se indicativos de alianças com os povos locais. A sua natureza

¹⁸³ Tucídides menciona os Elímios / Elimeus: seriam Troianos que, após a queda de Ílion, teriam fugido para a Sicília, onde se teriam misturado com as populações locais e seriam responsáveis pela fundação de Érix e Egesta; com eles viriam os Fócios, cuja rota de regresso teria sido interrompida por uma tempestade (Thuc. 6.2).

¹⁸⁴ RICKARDS, O., MARTINEZ-LABARGA, C., SCANO, G., et al., *op. cit.*, pp. 699-701.

¹⁸⁵ Thuc. 6.2.

¹⁸⁶ NIGRO, *op. cit.*, p. 41, pp. 54-55 – A existência de cerâmicas com cronologias e tipologias semelhantes desde a Península Ibérica até à Síria-Palestina indica a existência de viagens fenícias entre pontos remotos; Sicília e Sardenha seriam os principais postos intermediários (SESTIERI, “Mediterranean interaction in the second and early first millennia BC”, *Archaeology: the Widening Debate*, ed. Barry W. Cunliffe, Wendy Davies, Colin Renfrew, Oxford, Nova Iorque, Atenas et al., Oxford University Press, 2002, p. 428. Para a Península Ibérica, veja-se, por exemplo, LOWE, “Between Colonies and Emporia – Iberian hinterlands and the Exchange of salted fish in eastern Spain”, *Hellenistic Economies*, ed. Zofia H. Archibald, John Davies, Vincent Gabrielsen et al., Londres, Routledge, 2001, pp. 136-137; sobre o Mediterrâneo em geral, com destaque para Malta e Pantelária, veja-se MARKOE, *op. cit.*, pp. 179-180;

não é referida; seriam sobretudo económicas, ou teriam uma vertente militar? Visto que Cartago não se torna um elemento politicamente activo até períodos tardios, a segunda hipótese poderia sugerir um inimigo comum. Em cronologias tardias, esta possibilidade torna-se facto: com a chegada dos Gregos, há uma mudança de direcção. A convivência entre novos e antigos exploradores das virtudes naturais da ilha é marcada por distúrbios e tensões, que irão resultar, a longo prazo, nas Guerras Greco-Púnicas. As mutações políticas a oriente¹⁸⁷, aliadas à ameaça grega, podem ter contribuído para a mudança da mentalidade cartaginesa em relação às colónias, visto que existe agora a necessidade de as proteger; por outro lado, podem ter contribuído para o desenvolvimento de uma vertente «imperialista» de Cartago, que absorve as colónias fenícias na sua esfera de influência após a conquista de Tiro por Alexandre e se vê na necessidade de criar uma estrutura defensiva funcional¹⁸⁸.

As diferentes atitudes das duas civilizações levam ao desencadear das políticas de alianças de Elímios, Etruscos e Sículos, que frequentemente se agregam a Cartago, provavelmente porque esta apresenta menos entraves à sua existência como entidades autónomas¹⁸⁹. Os conflitos na Sicília parecem então aumentar de dimensão¹⁹⁰. Tal poderá ser enganador, pois a inexistência de menções a conflitos nas fontes históricas, no que respeita a períodos anteriores, não significa que não tenham ocorrido. Por outro lado, existe uma diferença substancial no estado do território: quando os Cartagineses chegam à ilha, ela está ocupada por alguns povos mas, além de serem pouco significativos do ponto de vista demográfico (note-se que, regra geral, não se menciona a sua existência fora da ilha), a ocupação fenícia tem um cariz essencialmente portuário. No momento da chegada dos Gregos, a ilha tem uma forte presença púnica, e Cartago tem interesses a defender; acresce que os intuitos de ocupação helénicos são

¹⁸⁷ Veja-se infra, pp. 18, 36, nota 101 da p. 36.

¹⁸⁸ Veja-se, por exemplo, o caso de Motia, uma das mais antigas fundações fenícias para a qual existem dados arqueológicos abundantes: começa por ser um posto comercial, localizado num ponto favorável para as viagens marítimas, e somente no século VI se torna um núcleo urbano substancial e fortificado. O século VI a. C. é o período durante o qual “centres like Motya came to depend progressively on Carthage”. AUBET, “Phoenician colonies in the central Mediterranean”, *op. cit.*, pp. 231-233. Cartago não é, pelo menos durante os primeiros séculos, uma cidade conquistadora: a existência do livre-câmbio é, como refere Lindsay, a condição da paz. LINDSAY, *op. cit.*, pp. 18-19.

¹⁸⁹ Veja-se a citação de HOLLOWAY “The Sicel sense of identity and resentment towards the Greeks remained strong to a late date.”, em “Early Greek Sicily”, *The Archaeology of Ancient Sicily*, Nova Iorque, Routledge, 1991, reimp. 2000, p. 86.

¹⁹⁰ Pilkington considera a expansão grega como factor essencial para o desenvolvimento do Império Cartaginês, pelo menos nas suas primeiras fases (com a fundação da colónia em *Kerkouane*): a criação de novas rotas marítimas teria aberto a Cartago os mercados agrícolas gregos e incentivando a exportação. PILKINGTON, “Introduction”, *op. cit.*, p. 15.

diferenciados, e envolvem a criação de cidades-estado que replicam as suas matrizes¹⁹¹. Note-se que, apesar de um número significativo destas cidades se situar em zonas costeiras ou fluviais, o posterior surgimento das tiranias irá servir de factor impulsionador de dominação do interior e, por conseguinte, de vias de trânsito terrestres entre as cidades. As diferenças, em termos de cultura material e construção, prendem-se sobretudo com a edificação da estrutura em larga escala: os Gegos, com um modelo de criação de réplicas de grande dimensão das cidades de origem, parecem mais voltados para a dominação territorial do que Cartago, que se concentra sobretudo em pequenos entrepostos, talvez de fixação semipermanente, e sobretudo costeiros¹⁹², o que poderá ser um dos factores que justifica o maior grau de aculturação helénica dos Sicanos e Sículos¹⁹³, face à preponderância dos elementos fenícios¹⁹⁴. Note-se, contudo, que as duas estruturas que entram em confronto, não obstante aparentemente antagónicas, demonstram algumas semelhanças relevantes no que respeita às motivações e objectivos principais de fixação, entre os quais o emprego de excedentes populacionais e a criação de entrepostos comerciais¹⁹⁵.

Cartago tem, também, a diferença ideológica face à Grécia. Se no mundo grego a aristocracia se dedica sobretudo à actividade agrícola,¹⁹⁶ as elites cartagineses dedicam-

¹⁹¹ Note-se que, apesar de frequentemente se designar as cidades da Sicília por colónias, esta terminologia não é a mais adequada, e que apesar de as cidades da Magna Grécia nascerem de um modelo anterior, estas irão adquirir uma identidade cultural própria. Não sendo o objectivo desta dissertação uma análise detalhada da problemática, é relevante referir que perspectivas recentes têm trazido novas visões sobre a relação entre as cidades-mãe e as colónias. Veja-se, por exemplo, SHEPHERD, “Greek “Colonisation” in Sicily and the West. Some Problems of Evidence and Interpretation Twenty-five Years On”, *PALLAS, Revue d’Études Antiques – Sicile antique, Pyrrhus en Occident*, 79, ed. Alain Ballabriga Toulouse, Presses universitaires du Mirail, 2009, pp. 15-17.

¹⁹² “Introduction”, *The Nature of Carthaginian Imperial Activity: Trade, Settlement, Conquest and Rule*, Dissertação de Doutoramento em Clássicas pela Universidade de Canterbury, 2004, p. 4.

¹⁹³ O crescimento de uma identidade comum entre os gregos da Sicília tornar-se-á factor de oposição aos seus outros ocupantes, e mesmo após a conquista romana parece perdurar a ideia da coesão cultural. PRAG, “Sicilian Identity in the Hellenistic and Roman Periods: Epigraphic Considerations”, *Epigraphical approaches to the Post-Classical Polis. Fourth Century BC to Second Century AD*, ed. P. Martzavou e N. Papazarkadas, Oxford, Oxford University Press, 2013, pp. 37-40.

¹⁹⁴ Note-se, contudo, a já referida importância do controlo demográfico. Por exemplo, Diodoro menciona a fundação de uma cidade na Sicília, Terma, que teria sido povoada com cidadãos cartagineses voluntários e outros indivíduos do Norte de África. Apesar de o objectivo fundamental não ser o de fixação permanente, não se pode presumir que não existisse um número fixo de indivíduos cartagineses nas cidades de sua fundação, sobretudo em pontos cuja localização estratégica fosse vantajosa, tornando importante a sua defesa (D. S. 13.79) Contudo, note-se que, se como afirma Lindsay, um dos objectivos da expansão e colonização púnica for o controlo demográfico da cidade-mãe, a ideia de que as colónias cartaginesas são meros postos de passagem torna-se inválida. LINDSAY, *op. cit.*, p. 18.

¹⁹⁵ Como diz Rainey, apesar das tentativas de evitar uma generalização entre os modelos de povoamento gregos e fenícios, estes são, com frequência, muito semelhantes, o que o faz afirmar que talvez se deva considerá-los como “groups of colonising peoples as working within a similar system, but with different agendas”; RAINEY, *op. cit.*, p. 3.

¹⁹⁶ Tal não significa, contudo, que os Helenos não se tornem num Império comercial, à semelhança de Cartago e, posteriormente, Roma (como refere HAUSTKY em “The Commercialization of Aristocratic

se desde cedo ao incentivo da actividade comercial, o que possibilita um desenvolvimento de câmbio precoce face ao mundo grego. Novamente se pode sublinhar a questão do sistema grego *versus* sistema cartaginês, no que respeita à capacidade de incorporação de uma cidadela de Indictanos que, por questões de segurança, teria optado por construir uma muralha comum com a cidadela grega vizinha; a miscigenação teria sido de tal ordem que as normas do povo bárbaro se teriam misturado com as gregas e formado um código comum, algo que Estrabão diz ter ocorrido com frequência entre vários povos (Est. 3.4.8).

Como já foi referido, a Sicília não era desconhecida para o mundo grego a oriente; uma parte substancial do conteúdo mitológico do espaço helénico, sobretudo no que diz respeito às questões primordiais, utiliza a Sicília como cenário¹⁹⁷. Existem também diversos mitos relativos à fundação de cidades na Magna Grécia por parte de Minóicos, Micénicos e Helénicos. Savocchia nota que o facto de as epopeias homéricas (sobretudo a Odisseia), que têm diversos episódios na Sicília, terem uma cronologia de escrita possivelmente coincidente com uma das vagas de colonização grega no Ocidente, pode implicar um conhecimento muito razoável da ilha e dos respectivos atractivos¹⁹⁸. E se Savocchia aponta razões como a acessibilidade, a fertilidade da ilha, a abundância de terrenos para pastorícia e as semelhanças climáticas entre a Sicília e as regiões de origem, as motivações dos colonos das cidades-estado da Ática e da Ásia Menor poderão ter evoluído (como exemplo do crescente interesse das cidades da Ática, observe-se o interesse Ateniense em apoderar-se da ilha durante a Guerra do Peloponeso, através da fracassada expedição à Sicília, através da qual, segundo Plutarco, poderiam disputar com os Cartagineses não só o domínio marítimo, mas inclusivamente a posse da Líbia – Plu. Nic. 12).

Os contactos iniciais entre os colonos gregos e os primeiros habitantes da Sicília são difíceis de periodizar, sendo que o grau de simbiose elevado no que respeita à cultura material, não obstante uma resistência inicial da parte dos Sículos, traz

Empires”, *The Politics of Aristocratic Empires*, Nova Jérsea, Transaction Publishers, 1997, pp. 38-39. Por outro lado, se a velha aristocracia no mundo grego era sobretudo proprietária rural, a nova aristocracia nasce de outras actividades, das quais se destaca o comércio (veja-se como se procede a ascensão de Agátocles, por ex.), LYTTKENS, “The Road to Democracy part two: institutional change as individually rational action”, *Economic Analysis of Institutional Change in Ancient Greece: Politics, taxation and rational behaviour*, Nova Iorque, Routledge, 2013, pp. 75-77.

¹⁹⁷ SAVOCCHIA, “Greek Presence in Sicily before Colonization”, *The Deinomenids of Sicily: The Appearance and Representation of a Greek Dynastic Tyranny in the Western Colonies*, Dissertação de Mestrado em Clássicas submetida à McMaster University, Ontario, 2012 “, pp. 4-12.

¹⁹⁸ Idem, p. 10.

dificuldades acrescidas. A ligação do mundo grego ao dos Sículos é bastante relevante no que respeita a um conflito entre um dos seus líderes, Ducétio e os colonos gregos¹⁹⁹, sobretudo os dos dois principais centros da época, Acragas e Siracusa²⁰⁰. Ducétio é apontado como um indivíduo helenizado, o que poderá traduzir que, não obstante a tentativa dos Sículos de manutenção de uma identidade, a integração dos modelos políticos e territoriais helénicos seria já considerável no século V a. C.²⁰¹ Segundo Tucídides, os maiores problemas dos Sículos com os colonos gregos começam com a fundação de Siracusa: num primeiro momento, esta teria levado à sua expulsão do território de Ortígia. Cinco anos depois do episódio de Ducétio, “Tucles e os Calcidenses” teriam partido de Naxos numa campanha para expulsar os Sículos, sendo que teriam consolidado a sua posição com a fundação de Lentini e Catânia²⁰². A partir de dado momento, parece existir um período de acalmia e de cooperação dos Sículos com determinadas facções de colonizadores. Após a expulsão dos Gregos de Tapso (os mesmos que teriam chegado para fundar a primeira colónia de Mégara), teriam partido para fundar *Hibla Mégara*, num território oferecido por Híblon, rei dos Sículos. Não deixa de ser relevante observar que existe uma rivalidade entre colonos de duas origens distintas, nomeadamente os Megarenses e os Calcídios, e da pendência do apoio Sículo para a primeira facção²⁰³.

Pelo menos a partir do século V a. C., os contactos entre Cartagineses e Gregos tornam-se assíduos, sendo que estes envolvem, em inúmeras ocasiões, a interferência cartaginesa na evolução da política helénica na Sicília. Conta Diodoro que, durante as Guerras Medo-persas, Xerxes e os Cartagineses teriam feito um acordo para subjugar os

¹⁹⁹ HOLLOWAY, *op. cit.*, pp. 86-88.

²⁰⁰ OLMO, “Sicilia Sícula: La Revuelta Étnica de Ducetio”, *Studia Historica*, Salamanca, Universidade de Salamanca, 2007, pp. 117-129 (465-440 a. C.).

²⁰¹ Idem, p. 118. Olmo refere este conflito como sendo oriundo de tensões existentes com os Eménidas agrigentinos e os Dinoménidas siracusanos, cuja política interna para com as populações sícanas, sículas e elímias se teria tornado agressiva, aliando-se a uma tentativa de expandir o território. A esta problemática alia-se a refundação de Câtania em Etna por Híeron, em 476 a. C., que teria levado o governante a procurar a expulsão das populações que ocupavam o espaço para o repopular com os expatriados de Catânia.

²⁰² Que, como se viu anteriormente, será destruída e refundada em Etna, o que leva a novos problemas para os Sículos.

²⁰³ Sobretudo atendendo à questão principal tratada por Tucídides, a Guerra do Peloponeso. A posição de Mégara nesse contexto é bem conhecida, bem como a de Eubeia, que teria ficado do lado oposto do conflito. Os colonos gregos pertencem a diferentes etnias. Lípara, por exemplo, num ilhéu próximo da Sicília, foi fundada por colonos dórios de *Knidos*; DILLON, GARLAND, “Colonisation”, *Ancient Greece: Social and Historical Documents from Archaic Times to the Death of Alexander the Great*, 3ª Edição, Nova Iorque, Routledge, 2010 (1ª ed. 1994), pp. 56-57.

gregos da Sicília, o que teria obrigado Téron de Acragas²⁰⁴ a pedir auxílio a Gélon de Siracusa. Contudo, seriam necessários mais anos para que Cartago se tornasse uma força de peso na Sicília: Diodoro (D.S. 22.83) sublinha, que estes não tinham sido capazes de ganhar a ilha, o que pode apontar quer o desinteresse num plano de conquista, quer a relativa equivalência em termos de capacidade militar²⁰⁵.

Se Cartago parece pouco vocacionada para construir um império político estável através do Mediterrâneo, e se se foca sobretudo na construção de espaços de comércio, resta procurar as causas que levam ao conflito com o mundo grego e, posteriormente, com o mundo romano. Se, como diz Rainey, os Cartagineses adoptam o modelo de fixação costeira para conseguir manter o seu Império dispendendo o mínimo de recursos²⁰⁶, a sua participação nas guerras com os Gregos (que, ao contrário dos Romanos, não adoptam um sistema centralizado²⁰⁷, optando pela criação de uma rede menor de relações entre cidades) seria pouco relevante para o decorrer da história geral da ilha. A verificar-se o contrário, é necessário compreender as motivações de Cartago para procurar manter os seus postos, em vez de, como os Sícanos e os Sículos, se misturar com os Gregos. E se os colonos da Sicília parecem ser um problema de peso para a fixação de Cartago, um dos seus maiores obstáculos é aquela que virá a tornar-se a maior colónia grega na Sicília, Siracusa, sendo necessário analisar as guerras entre ambas para compreender a dinâmica evolutiva desta problemática.

As teorias historiográficas têm apontado a solução desta problemática para a questão do controlo da circulação marítima, não somente do Mediterrâneo, mas sobretudo do acesso ao Oceano Atlântico²⁰⁸. Concretamente, a sugestão de que o grande potencial cartaginês, no que respeita à produção de navios em larga escala, poderia levar ao bloqueio naval do Mediterrâneo Ocidental, impedindo os gregos de chegar à Península Ibérica, à África subsaariana e ao espaço Atlântico e de usufruir dos seus recursos naturais e pontos de comércio²⁰⁹. Existem variados relatos de viagens gregas

²⁰⁴ No período de Díon e Dionísio II, Cartago teria controlado Acragas (D.S. 16.9), bem como Minoa, uma pequena cidade portuária (Plu. Dio 25.)

²⁰⁵ Veja-se capítulos 1 e 3 desta dissertação, pp. 26-40 e 120-123.

²⁰⁶ RAINEY, *op. cit.*, p. 5.

²⁰⁷ Veja-se as excepções futuras de Agátocles e de Pirro, que se tornam reis de toda a ilha. Supra, pp. 86-90.

²⁰⁸ Veja-se a nota sobre as viagens púnicas no Atlântico em EMERI, UCHUPI, "Exploration", *The Geology of the Atlantic Ocean*, Nova Iorque, Springer-Verlag, 1984, p. 4.

²⁰⁹ MOORE, LEWIS, "Publicans and Patriarchs: The Triumph of the Roman Family Enterprise: 146 BCE – 14CE", *The Origins of Globalization*, Nova Iorque, Routledge, 2009, pp. 148-180. Plínio refere que, segundo M. Agripa, toda a costa interior da Península Ibérica, desde *Barbesula* até *Murci*, na fronteira com a Bética, estaria populada por indivíduos de origem púnica, e que, segundo M. Varrão, a Península

até ao espaço Atlântico, algumas com objectivos exploratórios, outras com intuítos de obtenção e exploração de produtos comerciais. Plínio descreve uma expedição grega em busca de estanho branco, que teria levado os navegadores até às ilhas do Mediterrâneo²¹⁰. A ideia da fertilidade da Península Ibérica surge nas concepções mitológicas mais antigas: um dos trabalhos de Héracles teria sido recuperar o gado de Gérion, que pastaria pela Ibéria, onde então reinaria *Chrysaor* (D.S. 4.17.2)²¹¹.

Expedições desta natureza poderiam ser prejudiciais para a vivência púnica na Península Ibérica que, segundo Apiano, consistia não só na ocupação, mas também na pilhagem, algo que incorre num problema no que respeita à existência de corpos armados organizados em Cartago. Apiano descreve Cartago como senhora de África e da maior parte do Mediterrâneo, da Sicília e da Sardenha e das outras ilhas desse mar, e também de Espanha (App. Pun. 1-2). Também Virgílio descreve os Cartagineses como sendo desenvolvidos em matéria de trocas comerciais e aptos para a guerra (Virg., 1.12). Se as terras do interior são suficientemente apelativas para pilhar, significa que terão, provavelmente, um nível de recursos substancial, o que pode apontar o desenvolvimento de estruturas de defesa locais. Assim, se os Cartagineses se dedicam a pilhar as cidades, não só têm de ter alguém a defender as suas colónias ou portos, como têm de ter um excedente disponível para atacar o espaço nas imediações (App. Hisp. 4-5). Estas duas fontes parecem ir contra Estrabão, segundo o qual as tribos «bárbaras» (sobretudo os Iberos), teriam entrado em declínio em determinado momento: em termos de modo de vida, limitar-se-iam a sobreviver através de pequenas incursões para pilhagem nos territórios vizinhos, o que resultaria da dissolução de comunidades maiores em pequenas comunidades sem comunicação mútua. Considera Estrabão que somente a fragmentação do mundo bárbaro teria permitido a conquista da Ibéria, primeiro por Tiro, depois pelos Celtas / Celtiberos e, por último, por Cartago e pelos Gregos (Str. 3.4-5). Se as mudanças no modo de vida dos povos locais fossem de tal forma significativas, com a desintegração de centros organizados, a pilhagem por parte de Cartago (que se torna cada vez mais um ponto comercial de destaque, e cujo investimento no controlo militar das áreas é pouco significativo) parece contraditória: não deverá existir uma

Ibérica seria populada por Iberos, Persas, Celtas, Fenícios e Cartagineses (o que levanta novamente o problema da distinção da natureza das colónias). Plin. HN. 3.3.

²¹⁰ Sendo que, no seu tempo, a sua produção se concentraria sobretudo na Hispânia e na Galácia (Plin. HN. 34.47); João, o Lídio, na Bizâncio do século VI, escreve sobre as viagens de *Eutimenes* de Massília (*De Mensibus*, IV, 107).

²¹¹ Diodoro parece contradizer-se: se neste capítulo afirma que a Ibéria estaria sob o domínio de um único rei, em 4.18.17 fala da travessia de Héracles pela Península, onde se teria deparado com “um certo rei dos nativos”.

universalidade da degradação dos povos locais (pelo contrário, o seu crescimento poderia justificar as incursões ao interior).

À primeira vista, parece que a colonização grega está mais associada a uma espécie de «globalização» do Mediterrâneo²¹², e a sua forma de «conquista» de territórios prende-se com a aculturação. Integrando os povos dos espaços circundantes na sua esfera cultural, os Gregos parecem conseguir uma preeminência que, não obstante não ultrapassar o modelo da pólis seguido na Ática e na Magna Grécia, ameaça a rede cartaginesa de uma forma indirecta²¹³. Uma das prováveis vantagens de seguir um modelo descentralizado seria a facilidade com que se poderia manter a estrutura: mesmo que existisse um desacordo entre as várias cidades-estado gregas, a ideia de uma identidade comum sobrevive. Não obstante, se Cartago não se torna tão relevante para as populações nativas a nível linguístico e ideológico, parece assumir uma relevância considerável no que diz respeito à cultura material: as escavações arqueológicas na Península Ibérica têm revelado a existência não só de produtos de fabrico cartaginês (ou seja, objectos de importação), mas também de objectos que, não sendo originários de Cartago, apresentam na sua morfologia / tipologia características semelhantes aos de fabrico púnico, o que poderá indicar que a circulação da mercadoria cartaginesa terá influenciado de alguma forma a produção local. Se assim for, a intervenção cartaginesa poderá ter actuado, ainda que de formas subtis, a níveis mais densos²¹⁴.

²¹² Como refere o título da obra (*The Origins of Globalization*). É necessário atentar no significado de Hellenização utilizado por cada autor, visto que a terminologia tem sido utilizada para designar quer a influência sociocultural helénica sobre os povos vizinhos, quer a preponderância política e ideologia de criação de um Império helénico. Sobre o processo de helenização do Mediterrâneo, veja-se, por exemplo, PETERSEN, *Reforming "Hellenization" into a Two-Way Street: the dialect of colonization between Greeks and Sikels in eastern Sicily*, dissertação de Honras de Departamento em Clássicas, Macalester College, 2010 (tratando especificamente as relações entre os colonos gregos e os Sículos).

²¹³ MOORE, LEWIS, *op. cit.*, p. 150.

²¹⁴ No que diz respeito aos objectos de importação, os achados arqueológicos mais relevantes para o período arcaico (ou seja, cerca de duzentos anos após o nascimento de Cartago) têm surgido ao longo da faixa litoral do Ocidente mediterrânico, abrangendo uma área de Marselha a Huelva (compreendendo, igualmente, as Baleares). Os postos no interior são muito menos frequentes, e surgem geralmente nas margens dos rios (ex. Coria del Río, Aldovesta ou Peña Negra), sendo provavelmente direccionados para o transporte de produtos de extracção ou confecção ibérica até aos portos, para depois serem enviados para Cartago. Nesta faixa do Mediterrâneo, a existência de pontos arqueológicos relevantes no território africano parece menos frequente, salientando-se alguns locais no actual território marroquino (Rachgoun, Mersa Madak e Les Andalouses). Todos estes pontos poderão ser consultados no mapa de TORRES, "Les Relations entre Carthage et l'extrême occident Phénicien à l'Époque Archaique", *Carthage et les autochtones de son empire du temps de Zama (Hommage à Mahmed Hassine FANTAR), colloque international organisé à Siliana et Tunis du 10 au 13 mars 2004*, coord. Ahmed Ferjaoui, Tunis, Institut National du Patrimoine, 2010, p. 177.

Assim, talvez se possa falar de uma «cultura cartagenizante» para o extremo Ocidente, cujo maior expoente surge nas colónias de Ibiza²¹⁵. Estrabão também lega informações relativas à distribuição de Fenícios e Gregos pela Península Ibérica (veja-se, por exemplo, *Maenaca*, que no seu tempo estava em ruínas, teria sido uma colónia grega, e Malaca, próxima da primeira, uma colónia fenícia). No que diz respeito aos conflitos entre o mundo grego e o mundo púnico, e não sendo possível um estudo de maior pormenor para o âmbito desta dissertação, pode destacar-se uma cidade, nomeadamente *Tartessos / Emporium*. A análise da tipologia das muralhas de *Tartessos* parece confirmar a presença fenícia, e as escavações arqueológicas indicam possíveis conflitos bélicos, quer entre indígenas, quer entre diferentes comunidades fenícias, quer entre indígenas e fenícios, a partir do século VIII a. C. (talvez final do século IX)²¹⁶. Investigações recentes concluem que esta cidade é de importância considerável para o contexto das rotas comerciais no Mediterrâneo, sobretudo no que respeita à ligação entre o actual sul de Espanha e o território da Sardenha: foram encontradas ânforas do tipo nurágico na Península Ibérica, que parecem renovar a relevância das inscrições fenícias na estela Nora, encontrada na Sardenha, onde está presente o topónimo de Tarsis²¹⁷.

Concluindo, se é facto que a «cultura cartagenizante» existiu, e que houve uma apropriação de parte dos costumes púnicos por parte das populações ibéricas, a chegada dos Gregos à península, por volta do século VI a. C., representa uma ameaça à construção de um sistema económico e político à maneira do oriente fenício²¹⁸. A abundância da literatura grega sobre as primeiras viagens à Península Ibérica²¹⁹ poderá

²¹⁵ Idem, pp. 182-185.

²¹⁶ CARRASCO, “Murallas Fenicias para Tartessos: un Análisis Darwinista”, *Revista de prehistoria y arqueologia de la Universidad de Sevilla*, N.º 11, Sevilha, Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 2002, p. 70; noutro artigo, o mesmo autor trata também a questão dos portos fenícios e do crescimento urbanístico da cidadela de *Caura*, na época da expansão comercial fenícia: “Fenicios a las puertas de Tartessos”, *Complutum*, 12, Madrid, Universidad Complutense, 2001, p. 80. Como refere ORTIZ, a colonização fenícia não significa a extinção das tradições locais, a julgar por diversos vestígios, que incluem, por exemplo, cerâmicas e túmulos da necrópole de Setefilla (entra assim em desacordo com Escacena Carrasco, como o próprio refere, visto que este terá considerado a inexistência de necrópoles tartésicas durante o Período Orientalizante); “El Mundo funerario”, *Tartessos*, Madrid, Real Academia de la Historia, 2002, p. 368. Veja-se também, sobre a questão da terminologia interacção vs colonização, WAGNER, “Fenicios en Tartessos: Interacción o colonialismo?”, *Fenicios en Tartessos: nuevas perspectivas*, Oxford, BAR, 2011, pp. 119-125.

²¹⁷ CASTILLO, “Tarsis en la Estela de Nora: un topónimo de Occidente?”, *Serafad*, Madrid, CSIC, 2003, pp. 3-32.

²¹⁸ DOMÍNGUEZ, “Greeks in the Iberian Peninsula”, *Greek Colonisation – na Account of Greek Colonies and Other Settlements Overseas*, Leiden, Boston, Brill, 2006, vol. 1, ed. Gocha R. Tsetskhladze, p. 430.

²¹⁹ Veja-se infra, pp. 63-64.

ter criado esta tradição de antiguidade de modo a justificar a sua presença num espaço já ocupado por um adversário com potencial de oposição notório, uma espécie de processo de legitimação ideológica, para o qual não chegou à actualidade um contraposto cartaginês²²⁰, não obstante as fontes gregas admitirem a presença precoce de Cartago na Ibéria.

A partir do século VIII, é possível encontrar vestígios arqueológicos de proveniência grega na Península, inclusivamente em locais nos quais a fixação cartaginesa parece bem definida no período arcaico, como é o caso de Huelva, mas é possível que estes materiais, que são pouco abundantes, tenham sido trazidos pelos comerciantes fenícios, e não por navios mercantes gregos²²¹. A partir de 540 a. C., os Cartagineses parecem tornar-se intermediários efectivos entre a Grécia e a actual Huelva, não obstante existirem evidências para uma população grega ou com conhecimentos da língua grega (o que poderá contradizer a teoria, pois a existência de inscrições gregas e, consequentemente, de indivíduos com capacidade para as interpretar, poderá indicar um interesse em compreender esta linguagem e, consequentemente, uma convivência activa com mercadores de origem grega²²²). O primeiro registo explícito de contactos gregos com Tartessos está presente em Heródoto, que refere a travessia de *Kolaios* de Samos através do estreito de Gibraltar, bem como dos Fócios e dos povos Jónios²²³.

Apesar de breve, esta alusão à questão Atlântica e da Ibéria, espaços importantes para a economia de civilizações mercantes na Antiguidade, ilustra uma realidade que servirá para compreender melhor o problema da Sicília: Gregos e Cartagineses têm um percurso próximo. Em termos cronológicos, as suas explorações são muitas vezes coincidentes, e o mesmo se pode dizer dos seus pontos de interesse e objectivos, como o controlo do mar, o acesso às matérias-primas da Ibéria (e, no caso grego, da Gália), a criação de redes comerciais. Estes factores, contudo, não contribuem para a animosidade entre Fenícios / Cartagineses e as populações locais, ao contrário do que sucede com o mundo grego.

²²⁰ DOMÍNGUEZ, *op. cit.*, p. 431.

²²¹ Idem, pp. 432-433.

²²² CERISOLA, “Tarshish-Tartessos, the Emporium reached by Kolaios of Samos”, *Phéniciens d'Orient et d'Occident. Mélanges Josette Elayi. Cahiers de l'Institut du Proche-Orient Ancien du Collège de France (CIPOA)*, II. Ed. André Lemaire, Paris, Editions Jean Maisonneuve, Paris, p. 562-563.

²²³ Idem, p. 565.

4. O Decurso dos Conflitos

Quando se fala das Guerras Púnicas, a primeira questão que costuma colocar-se é a dos conflitos entre Roma e Cartago, que culminam com a expulsão dos cartagineses da Sicília. Não obstante, existe um conjunto de «Guerras Púnicas» anteriores, nomeadamente as Guerras Greco-Púnicas ou Sicilianas, travadas entre Cartago e os tiranos da Sicília. Apesar de o confronto ser único, no sentido de ter uma única motivação (domínio territorial) ao longo da sua existência, é intervalado, podendo assim falar-se de cinco conflitos de grande dimensão entre Cartago e Siracusa: as guerras com os tiranos da Sicília, dos quais se destacam Gélon, Dionísio I, Timoleão e Agátocles (sécs. V a III a. C.²²⁴), e a guerra Pírrica (início do século III)²²⁵. Embora não seja objectivo desta dissertação analisar cada uma delas de forma exaustiva, é pertinente fazer uma breve abordagem, para melhor compreender a situação de Cartago quer face à Sicília, quer face aos conflitos interinos e disputas de poder entre os próprios gregos, nos antecedentes da conquista romana.

“The end of the Phoenician era is conventionally situated around the middle of the 6th century BC, when the city of Carthage, itself a Phoenician foundation, rose to prominence in the western Mediterranean”²²⁶. A partir deste momento, a problemática que respeita à distinção de colónias fenícias e cartaginesas torna-se menos relevante, devido à ascensão de Cartago enquanto sucessora do mundo fenício²²⁷. Ao mesmo tempo, começa a ganhar relevância a colonização grega. Apesar de as migrações gregas terem sido por norma planeadas pelas cidades de origem, raramente se misturam com a política interna dos novos espaços ocupados, dando origem a novas comunidades

²²⁴ Existem registos de incursões gregas a territórios púnicos desde o século VI a. C. Pentátlo de *Knidos* teria procurado tomar Lilibeu, incursão falhada que, para Malkin, sublinha que “Elymians and Phoenicians would prevent the foundations of new Greek cities west of Selinous”, “Island networking and hellenic convergence”, *A Small Greek World: Networks in the Ancient Mediterranean*, Oxford, Nova Iorque, Auckland et al., Oxford University Press, 2012, p. 79. No século V, começam os confrontos propriamente ditos, com a instalação dos Dinoménidas (RUTTER, “Syracusan Democracy: ‘Most Like the Athenian?’”, *Alternatives to Athens: Varieties of Political Organization and Community in Ancient Greece*”, ed. Roger Brock e Stephen Hodkinson, Oxford, Nova Iorque, Auckland et al., Oxford University Press, 2000, pp. 138-139.

²²⁵ GÓMEZ DE CASO, “Antecedentes de la Primera Guerra Púnica: De la Guerra de Pirro al Incidente de Mesina”, *Polis: Revista de Ideas y Formas Políticas de la Antigüedad Clásica* 8, Alcalá, Universidad de Alcalá de Henares, 1996, pp. 109-111.

²²⁶ DOMMELEN, “Between city and country. Carthaginian colonialism and Punic settlement in west central Sardinia”, *On colonial grounds: A comparative study of colonialism and rural settlement in first millennium BC west central Sardinia*, Leiden, Faculdade de Arqueologia, 1998, p. 115.

²²⁷ Veja-se, p. ex., *infra*, Capítulo I, pp. 24-25.

independentes²²⁸. No século VIII a. C., começa a expansão grega para a Península Itálica e para a Sicília, algo que, segundo Domínguez, se terá devido à necessidade de procurar novas fontes de abastecimento de metais²²⁹. Finley sublinha que a Sicília sofre de escassez no que diz respeito a estes materiais, algo que parece contrapor-se à afirmação de Domínguez, sobretudo porque é improvável que as populações gregas que partem para a Sicília ignorassem por completo a realidade da ilha²³⁰. Deve sublinhar-se que a Sicília, pelo menos desde a Idade do Bronze tardia, se torna num centro de circulação comercial entre as populações da Península Itálica e os povos do Egeu (sobretudo a civilização Micénica), e que os materiais arqueológicos encontrados na Sicília e na Península Itálica serviam frequentemente para efectuar transacções comerciais que envolviam o cobre, sendo que os bens que transitavam nestes circuitos incluíam objectos cujo trabalho metalúrgico envolvia um desenvolvimento tecnológico considerável²³¹. Por outro lado, apesar de a ilha não possuir reservas de grande dimensão, existem alguns depósitos de cobre que, juntamente com algum metal de importação (sobretudo cobre e estanho), teria permitido o desenvolvimento da exploração metalúrgica do bronze, e levado ao incremento do comércio de metais no Mediterrâneo²³².

No final da Idade do Bronze e início do Ferro, a alteração da ordem político-económica leva ao surgimento de um novo eixo de circulação de metais, que privilegia a Sicília como ponto de passagem; e a existência de artefactos em ferro pertencentes a cronologias muito recuadas pode apontar a Sicília como centro de difusão do ferro no Mediterrâneo Ocidental²³³. Assim, a afirmação de Finley de que a «colonização» grega da Sicília teria sido motivada “by a desire to make a new life on the land”²³⁴ deve ser

²²⁸ FINLEY, M. J, “The Coming of the Greeks”, *Ancient Sicily*, Londres, Chatto & Windus, 1979, p. 15.

²²⁹ DI VITA, “Town Planning in the Greek Colonies of Sicily from the Time of their Foundations to the Punic Wars”, *Encyclopedia of the Ancient Greek World*, ed. David Sacks, Oswyn Murray, Lisa R. Brody, Nova Iorque, Facts on File, 2005, p. 343.

²³⁰ Note-se que, como sublinha Finley, as navegações gregas para oriente já seriam frequentes no século VIII / final do século IX a. C., sendo que existiram já contactos prováveis, se bem que ocasionais, com o Mediterrâneo Ocidental. FINLEY, *op. cit.* pp. 16-17.

²³¹ GIARDINO, “Sicilian hoards and protohistoric metal trade in the Central West Mediterranean”, *Metals Make the World go Round: The Supply and Circulation of Metals in Bronze Age Europe, Proceedings of a conference held at the University of Birmingham in June 1997*, Ed. C. F. E. Pare, Oxford, Oxbow Books, 2000, p. 99.

²³² Acrescente-se ainda, embora não pretendendo fazer uma interpretação demasiado linear da questão, um excerto de Aristóteles, em que este menciona a existência de duas estátuas, uma de cobre e uma de estanho, em duas ilhas do Adriático. Aristóteles refere estas estátuas como sendo obra de Dédalo na sua fuga da Sicília e de Creta. Talvez possa considerar-se neste mito uma alusão ao circuito dos metais, bem como de metalurgia tecnologicamente avançada.

²³³ Idem, pp. 102-103, p. 105.

²³⁴ FINLEY, *op. cit.*, p. 17.

discutida: por um lado, ao contrário do que afirma Finley, a Sicília não é completamente desprovida de metais e, por outro, mesmo que a quantidade de cobre existente na Sicília seja insignificante para contextos de produção de larga escala, a ilha é um ponto de passagem de muitas das rotas do metal no Mediterrâneo, algo que se terá acentuado com a fixação cartaginesa, que teria trazido novos contactos com os centros de exploração da Península Ibérica: a exploração das jazidas de metais ibéricas, também ela interligada com as rotas de exploração fluvial e marítima²³⁵, parece ter sido incentivada pelas frequentes trocas com as populações indígenas. A existência de colónias fenícias em regiões da Andaluzia, pobres no que diz respeito à existência de recursos materiais para a produção de ligas metálicas, associada à existência de centros metalúrgicos nestes espaços, pode igualmente sugerir que o volume de extracção da região do Guadalquivir teria sido suficientemente substancial para atrair colonos fenícios para novas áreas da Península (incluindo membros da elite), expandindo assim a sua influência e aumentando a capacidade de produção, o que, por sua vez, permitiria um maior volume de exportações para outros pontos do Mediterrâneo²³⁶.

Acrescente-se ainda a hipótese de um circuito de importação e exportação de metais com as ilhas britânicas: as suas jazidas, de acordo com Caes. Gal. 5.11, seriam escassas, o que levaria à importação de bronze; por outro lado, Diodoro menciona a existência de populações que se dedicariam sobretudo a trabalhar o estanho e a trocá-lo com mercadores que, por sua vez, o transportariam através da Gália até ao Ródano²³⁷. A existência de entrepostos comerciais fenícios, gregos, ligúrios e etruscos no sul de França, junto à foz deste rio, sublinha a importância da Sicília, da Córsega e da Sardenha enquanto pontos centrais para as civilizações mercantis, sobretudo para Fenícios e, mais tarde, Cartagineses, que precisavam de um elo de ligação entre o Norte de África e o Continente Europeu para facilitar o acesso aos produtos que circulavam por via fluvial. E se até aqui se trataram sobretudo os metais, tal não significa que não existissem outros núcleos de comércio atractivos que passassem pelo Sul de França e, consequentemente, cujo transporte fosse facilitado pela existência de portos intermediários nas ilhas. Veja-se o exemplo do desenvolvimento da produção vinícola, que, de acordo com os testemunhos arqueológicos legados pelas ânforas, começa a

²³⁵ Destaca-se a exploração junto à rede do Guadalquivir (Gadir). WATERS, “Phoenician Settlement, Production and Trade in Southern Andalucia”, Publicação on-line do Joukowsky Institute for Archaeology and the Ancient World, 2013, p. 1.

²³⁶ WATERS, *op. cit.*, pp. 1-3.

²³⁷ Apesar de Diodoro não o referir, não será improvável a existência de uma rede de transporte fluvial até ao Mediterrâneo, onde por sua vez o estanho poderia ser reencaminhado.

tornar-se substancial a partir do século VI a. C. (sobretudo na cidadela etrusca de Cisca, em *Massalia* e em *Lattara*), tornando-se numa produção atractiva para exportação através do Mediterrâneo e atraindo o interesse de fenícios, gregos e, posteriormente, romanos²³⁸.

5. As guerras Greco-Púnicas

A Primeira Guerra Greco-Púnica começa por volta de 480 a. C., e os eventos que a desencadearam parecem estar no centro das disposições internas das cidades gregas. Durante o século V a. C., a vida política das três cidades principais (Siracusa, Agragas e Gela) é bastante activa, e a interacção entre os seus tiranos assume uma vertente cada vez mais dinâmica, sobretudo a partir da instalação da Tirania em Siracusa. Segundo Políneu, um dos eventos de maior importância no que diz respeito ao surgimento das tiranias teria sido, embora indirectamente, uma guerra contra Himilcão, general cartaginês que Gélon de Siracusa teria derrotado²³⁹.

No início do século V a. C., Gélon torna-se no primeiro tirano de Siracusa, iniciando a dinastia Dinoménida. A partir de então, o modelo político da maior parte das cidades gregas na Sicília começa a distanciar-se das suas metrópoles a oriente. A alteração da tipologia de governo tem implicações substanciais no que diz respeito à política externa, o que tem consequências para Cartago: se as cidades-estado da Ática e da Ásia Menor não parecem ter, por norma, uma atitude significativa de conquista face às suas concorrentes, as tiranias da Sicília, sobretudo Siracusa e Gela, começam a adoptar uma faceta cada vez mais «imperialista», no sentido de assumirem a soberania das cidades próximas. Gélon terá sido dos primeiros homens a procurar expulsar efectivamente os cartagineses, não só pela via do combate propriamente dito, mas também pelo método indirecto de fortalecimento da pólis, que se vai transformando

²³⁸ MCGOVERN, E., LULEY, P. ROVIRA, et al., “Beginning of Viniculture in France”, *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, vol. 110, no. 25, ed. Dolores R. Piperno, Smithsonian, Washington DC, National Academy of Sciences, 2013, pp. 1-3.

²³⁹ Pode entrever-se, nas palavras de Políneu, que antes da afirmação político-militar de Gelon, a estrutura política de Siracusa estaria construída de modo a evitar a eleição de um general mais de uma vez (ou, pelo menos, várias vezes consecutivas). A reeleição de Gelon como general para um segundo mandato consecutivo teria sido uma das razões para a sua ascensão a tirano (Políneu. 1.27).

num centro económico e cultural atractivo e dinamizador da área circundante, absorvendo-a²⁴⁰.

Acresce ainda a opção de Gélon de adoptar medidas de fortalecimento e crescimento populacional, aliada aos seus intuitos «colonizadores». Veja-se, por exemplo, o caso de Mégara: Gélon toma duas medidas em simultâneo, nomeadamente convidar os Dórios para a Sicília e impor uma multa ao governante da cidade, Diogneto. Este tenta cobrar o dinheiro da multa aos cidadãos, que por sua vez emigram para Siracusa e entregam o poder a Gélon. Note-se que este episódio deixa uma série de questões por responder: em primeiro lugar, se Gélon pode cobrar tributos a Mégara, significa que já tem algum tipo de controlo sobre a cidade, o que leva a questionar as suas motivações para o domínio de um espaço onde não estará muito presente ao longo da sua vida (tendo, necessariamente, de delegar o poder em algum indivíduo, o que voltaria a trazer uma situação semelhante à que já existia com Diogneto).

Tal torna mais difícil compreender por que razão Polineu diz que os colonos se submeteram ao poder de Gélon, quando este parecia já ter algum tipo de ascendente sobre eles. Por outro lado, Polineu não diz quantos dos habitantes de Mégara emigram para Siracusa, dando uma ideia de globalidade; parece improvável que o desejo de Gélon fosse deixar Mégara despovoada, atendendo ao seu intuito aparente de um controlo mais próximo. Seria a sua intenção somente um fortalecimento demográfico de Siracusa? (Poliaen. 1.27). Igualmente digna de menção é a intervenção feminina na política externa, nomeadamente a de Damaretê, esposa de Gélon, que teria sido uma das principais responsáveis pela paz entre Cartago e Siracusa (D.S. 11.26). A instalação da dinastia Dinoménida em Siracusa, independentemente dos passos dados por Gélon para garantir o poder, é, em última instância, um acto popular (e, julgando por Diodoro Sículo, fruto também de uma encenação hábil da parte de Gélon: não é este que se autoproclama tirano, mas é a Assembleia Popular que o declara Benfeitor, Salvador da cidade e Rei. O seu poder parece assim assentar em bases estáveis, por ser defendido pela própria população, e Gélon procurará dar-lhe consistência, sobretudo através da construção de uma série de obras arquitectónicas de cariz religioso (D.S. 11.26).

Enquanto Gélon governava Siracusa, Téron comandava Acragas. Também este tirano teve sucessos militares consideráveis contra os Cartagineses. Polineu dá conta de

²⁴⁰ HIRATA, “Monumentalidade e Representações do Poder Tirânico no Ocidente Grego”, *Representações da Cidade Antiga: Categorias históricas e discursos filosóficos*, org. Gabriele Cornelli, Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos Classica Digitalia Vniversitatis Conimbrigensis, 2010, pp. 27-28.

um episódio em que, após uma batalha bem-sucedida, os Sicilianos teriam iniciado o saque do acampamento inimigo e, por sua vez, teriam sido atacados pelos Iberos (note-se a importância do vocabulário de Polineu: se autores como Políbio tendem a utilizar o termo «exército cartaginês» mesmo quando este é constituído essencialmente por mercenários, Polineu sublinha que os Iberos teriam ido em *auxílio* dos Cartagineses. Este excerto poderá conter uma relação subentendida entre Iberos e Cartagineses, na qual os primeiros poderiam ter maior interesse em preservar a ordem político-social, ao invés de serem ocupados por tiranias semelhantes às da Sicília). A sua estratégia de conquista também não é exclusivamente militar: à semelhança de Gélon, que utiliza uma política de duplicidade para lhe permitir tomar posse de Mégara, Téron tornar-se-á senhor de Selinunte utilizando os escravos da cidade, que requisitara a pretexto de entrar no território inimigo para enterrar os mortos de Selinunte (Cartago havia derrotado a cidade numa batalha havia pouco tempo), para assassinar os indivíduos de maior importância.

Os tiranos investem assim na aculturação e no fortalecimento da sua figura, algo que não ocorre com tanta intensidade no caso púnico. A este prejuízo duplo em detrimento de Cartago, vem acrescer a frequente actividade de fundação e refundação de cidades por parte dos tiranos gregos, que não só evita o despovoamento de áreas intermédias, como também mantém viva a identidade grega na Sicília, evitando o propagar dos ideais fenícios. O quociente demográfico grego, mais substancial que o fenício²⁴¹ (atendendo a que as colónias cartaginesas seriam sobretudo entrepostos de

²⁴¹ Os quocientes demográficos das colónias gregas eram por vezes superiores aos das cidades-mãe. A maior parte das cidades gregas da Sicília teria dimensões reduzidas, e muitas vezes seriam constituídas por populações não-gregas que haviam sido helenizadas; o século VIII teria assistido a um crescimento significativo das mesmas. EVANS, “Sicily”, *Encyclopedia of Ancient Sicily*, Nova Iorque, Routledge, 2006, pp. 655-658; HANSEN, “The Shotgun Method Used to Establish the Number of Inhabitants in the Ancient Greek City-States”, *The Shotgun Method: The Demography of the Ancient Greek City-state Culture*, Missouri, University of Missouri Press, 2006, p. 14 e pp. 26-27. As colónias teriam atingido dimensões suficientes para permitir a criação de novas colónias que, contudo, se mantêm no espaço da Sicília (DOMINGUEZ, “Greeks and the Local Population in the Mediterranean: Sicily and the Iberian Peninsula”, *Archaic Greek Culture: History, Archaeology, Art & Museology – Proceedings of the International Round-table Conference, June 2005, St. Petersburg*, ed. Sergey Solovyov, BAR, pp. 26-28. A estimativa é de que, no seu período áureo, as principais cidades gregas na Sicília (como Siracusa e Agrigento) tenham atingido uma população de cerca de 50000 a 80000 habitantes (JARDÉ, “Greek Expansion in the Western Mediterranean”, *The Formation of Greek People*, trad. M. R. Dobie, Nova Iorque, Routledge, 1926, reimpr. 1996, p. 217). No caso cartaginês, veja-se o exemplo de Motia visto ser um dos seus maiores centros: segundo Nigro, a primeira comunidade de Motia, baseando-se num sistema de auto-suficiência e constituída sobretudo por mercadores (e alguns guerreiros), teria cerca de 1500 indivíduos. No século VI a. C., atinge uma dimensão considerável enquanto centro das trocas comerciais, atingindo os 16000 habitantes, um número que continua a ser muito inferior ao de Siracusa, se as estatísticas estiverem correctas; Nigro, *op. cit.*, p. 53. BLAKE, “Case Study: Place and Community in a

passagem e não espaços de povoamento), pode ter assumido, a longo prazo, dimensões tão ou mais problemáticas do que os confrontos físicos²⁴².

O crescimento do poder tirânico grego é uma das justificações para a constante actividade bélica na Sicília, por oposição à aparente pacificidade do espaço Ibérico, que só começa a tornar-se palco de conflitos de maior dimensão a partir do final da Primeira Guerra Púnica e da fundação e crescimento de Nova Cartago. Não obstante a aparente facilidade e rapidez com que as tiranias se expandem, parece que nem todos os habitantes da Sicília estariam de acordo com o predomínio grego: os Sículos e Sicanos ter-se-iam aliado aos Cartagineses durante o cerco de Himera, o que poderá ser um indício de que a colonização grega seria uma ameaça para a vivência destas populações que, aliando-se a um opositor com considerável capacidade militar e económica, estariam a combater, em última instância, pelo declínio de um modelo de «globalização grega», por oposição à cultura «cartagenizante», que marca sobretudo do ponto de vista material. Para o mundo dos Sículos e Sicanos, talvez a convivência com os pequenos entrepostos comerciais de Cartago se afigurasse mais profícua, sobretudo quando contraposta com as ideologias de conquista dos tiranos gregos.

Por outro lado, se Cartago não tivesse interesse em dominar a Sicília, algo que só seria possível com a expulsão dos tiranos gregos e o fim da sua organização política, pode questionar-se por que razão se recusa a cessar hostilidades com Siracusa, após o envio de uma embaixada. As intenções marcadamente «colonialistas» parecem existir mais vincadamente a partir do século V a. C., segundo revela uma análise da numismática encontrada na Sicília por Jonathan Prag: a partir de 410 a. C. (ou seja, após a Batalha de Himera, que Prag aponta como sendo o momento final da primeira fase de colonização da ilha), começam a surgir tetradracmas púnico-sículos, o que, segundo o autor, indica uma maior incidência do cariz «imperialista» da presença cartaginesa na Sicília²⁴³. Em 1989, C. J. Wagner sublinha as intervenções militares cartaginesas na

Phoenician Colony”, *Companion to Social Archaeology*, ed. Lyn Mesckell, Robert Preucel, Victoria, Blackwell Publishings, 2007 (1ª ed. 2004), pp. 243-244.

²⁴² HANSEN, *op. cit.* pp. 28-29.

²⁴³ Prag salienta a importância de compreender o local onde são cunhadas estas moedas, sobretudo na questão do bronze, enquanto método para retirar consequências relevantes relativamente à evolução do sistema imperial cartaginês. “Siculo-Punic Coinage and Siculo-Punic Interactions”, *International Congress of Classical Archaeology – Meetings Between Cultures in the Ancient Mediterranean, Rome 22-26 Sept. 2008*, in *Bolletino di Archaeology online*, I, 2010, pp. 3-4, disponível em https://www.academia.edu/514979/Siculo-Punic_Coinage_and_Siculo-Punic_Interactions.

Sicília como algo dentro de um contexto muito específico, pelo menos até à ascensão de Agátocles²⁴⁴.

Os testemunhos históricos parecem em grande medida fragmentados, visto que os autores escrevem por norma do ponto de vista das cidades-estado gregas, mencionando Cartago como participante exterior de questões internas. Ao procurar observar os acontecimentos de modo objectivo e distanciados, as colónias cartaginesas e gregas nas ilhas mediterrâneas não parecem ser duas esferas opostas. Este ponto de vista levaria a supor que, face à ameaça cartaginesa, os Gregos interromperiam as suas divergências, aliando-se contra o inimigo norte-africano, mas existem algumas passagens que demonstram o contrário. Em D.S. 13.43, por exemplo, uma questão territorial entre Atenienses, Selinúntios e Egesteus levou estes últimos a pedir auxílio a Cartago, mesmo que isso implicasse colocarem-se sob domínio cartaginês, algo que é especialmente relevante quando se observa a posição das duas cidades durante a Guerra do Peloponeso. Deve lembrar-se, no entanto, que os Selinúntios parecem ter sido os únicos gregos a colocar-se do lado cartaginês durante os conflitos com Gélon, o que permite perguntar por que razão a cidade prefere aliar-se com o mundo púnico em detrimento do mundo grego (D.S. 13.55).

Por sua vez, Cartago não parece contrária à aliança com a cidade grega: segundo Diodoro, pretendia aproveitar uma cidade com uma localização muito favorável e utilizá-la como salvaguarda contra os Atenienses. É igualmente relevante observar que, segundo Diodoro, o principal responsável pela tomada de um partido favorável aos Egesteus, Aníbal “odiaria os Gregos”. Por outro lado, D.S. 13.43 parece implicar que, no final da Guerra do Peloponeso, existiria uma cautela mútua entre Cartago e Siracusa. A fonte entra em discordância: apesar de apresentar Cartago como temente a Siracusa, devido às recentes vitórias contra Atenas, faz notar que Siracusa, quando confrontada, opta pela manutenção da paz com Cartago, o que provavelmente implica que o desgaste da mesma na guerra teria sido considerável, e que esta não estaria em condições de se defender de uma invasão.

Em D.S.13.59, está presente uma passagem que confirma a existência de várias batalhas de Himera²⁴⁵: o mesmo Aníbal que defende a tomada de partido por Selinunte

²⁴⁴ WAGNER, “Carthaginians in Ancient Spain – From Administrative Trade to Territorial Annexation”, *Studia Phoenicia – Punic Wars – Proceedings of the Conference held in Antwerp from the 23th to the 26th of November 1988, in cooperation with the Department of History of the ‘Univerwsiteit Antwerpen*, ed. H. Devijver e E. Lipinski, Leuven, Uitgeverij Peeters, 1989, p. 146.

²⁴⁵ Veja-se, também, a derrota de Agátocles junto ao rio Himera, face ao exército Cartaginês. D.S. 20.3.

seria neto de Amílcar (o general cartaginês responsável pela perda da cidade para Gélon de Siracusa) e filho de um general exilado devido ao decurso dos acontecimentos nesta cidade. Este cerca-a e recupera-a para Cartago (D.S. 13.58-62). E se o episódio de Aníbal descreve um indivíduo hostil a todos os Gregos, tal não significa que a exclusão de todos os indivíduos não-púnicos fosse a regra das populações que ocupavam as colónias: Diodoro conta que um exilado de Reggio, Carcino, teria partido para a colónia cartaginesa de Terma, na Sicília, onde não só a sua presença não parece revelar hostilidades, como, pelo contrário, parece ser bem aceite, casando-se com uma «nativa». Este episódio, a ser verdadeiro, reforça a ideia de que, ao contrário da noção geral das fontes, o mundo púnico não seria exclusivo e fechado; e se não se deve deixar de referir que Carcino seria um exilado, note-se que este teria partido da Península Itálica para a Sicília, onde existiria uma série de colónias gregas onde poderia fixar-se. Apesar de não se conhecerem os termos do exílio de Carcino, as cidades mantêm a independência entre si, portanto é improvável que a entrada deste estivesse interdita em todas elas. Assim sendo, Carcino teria motivos para optar pela fixação em Terma e, tendo em conta a sua ligação com o ofício mercantil, é possível que uma delas tenha sido a prosperidade da actividade comercial de Cartago.

É durante a tirania de Gélon que se dá um dos eventos a que as fontes clássicas atribuem maior relevância. Este corresponde a um dos períodos de maior actividade bélica nos processos de colonização insular cartaginesa do Mediterrâneo, quando avaliado do ponto de vista dos registos históricos. Trata-se da cronologia das guerras Medo-persas, na qual se verificou ter Cartago optado por auxiliar a facção persa²⁴⁶, algo que Diodoro Sículo também narra. Se Justino refere alguma relutância da parte de Cartago na questão da participação efectiva nos conflitos militares, Diodoro refere que não só teriam aceite uma participação militar conjunta com Xerxes, como teriam planeado os detalhes específicos desta intervenção: a Xerxes caberia atacar as cidades a oriente, enquanto Cartago se ocuparia da Sicília e do sul da Península Itálica (D.S. 11.1). Como já referido, Cartago opta por uma expedição conjunta para afastar os Gregos da

²⁴⁶ Justino observa, contudo, que esta questão não é necessariamente linear: quando Dario da Pérsia envia os seus embaixadores a Cartago, faz uma série de requisições: o auxílio cartaginês na guerra contra os Gregos, a proibição de oferecer sacrifícios humanos e de comer carne de cão, e a cremação de cadáveres ao invés da sua inumação. Cartago teria aceite todas as condições do édito excepto a da participação na guerra, a pretexto de ter conflitos correntes com os seus vizinhos. A ser verdade, Cartago não teria entrado num conflito formal com a Grécia, não obstante ter procurado utilizar a ocasião em seu proveito. Por outro lado, pode questionar-se por que razão Justino escreve que Cartago se recusa a participar numa guerra na qual já está parcialmente envolvida, visto o édito coincidir com expedições na Sicília (Just. 19.1-2).

Sicília. Justino narra mais alguns pormenores relativos às incursões cartaginesas na Sicília e na Sardenha ao longo deste período, que teriam levado os povos da Sicília a pedir auxílio aos Espartanos. Independentemente do grau de entreatura entre Púnicos e Persas durante a guerra, importam as consequências das mesmas para a evolução dos domínios cartagineses na Sicília, sobretudo pela coincidência cronológica com outra batalha de importância para a questão (nomeadamente, a primeira batalha de Himera²⁴⁷).

Existem visões historiográficas divergentes relativamente à natureza desta batalha. Aos olhos dos Gregos, esta tornar-se-á, pelo menos em termos de propaganda ideológica, na representante da supremacia da sua civilização face à barbárie norte-africana²⁴⁸. Independentemente de Himera se aproximar ou não da narração de Diodoro Sículo e Heródoto, não existem registos históricos de expedições militares cartaginesas na Sicília durante três quartos de século após 480 a. C., o que não é forçosamente um dado determinante, sobretudo porque, como já se verificou, as intenções cartaginesas raramente parecem ser conflituosas no sentido da dominação territorial. As informações das fontes em relação a Himera colocam em evidência a preeminência de Siracusa no contexto da Magna Grécia e a dependência das outras cidades da Sicília face à mesma, quando se observa que Acragas (que na época seria detentora uma dimensão considerável)²⁴⁹ se vê obrigada a pedir auxílio a Gélon²⁵⁰. Segundo Diodoro, Gélon reina durante um período de tempo considerável²⁵¹, com uma base de apoio popular cimentada nos seus sucessos militares (quer contra Cartago, quer contra a Pérsia). Após a sua morte, irão reinar sucessivamente dois dos seus irmãos, sendo que as informações relativas à disputa entre Gregos e Cartagineses são menores durante este período, que é

²⁴⁷ Cuja veracidade é contestada por Nathan Pilkington que, comparando os testemunhos de Heródoto e Tucídides, coloca dúvidas quanto à conquista cartaginesa da Sicília ao longo dos séculos VI-V a. C. O mesmo não se sucede com a batalha de *Cumae*, para a qual Pilkington considera existirem testemunhos arqueológicos e textuais suficientes. PILKINGTON, “Rethinking the Sources: Evidence and Method”, *op. cit.*, pp. 48-62. Por outro lado, Salt considera que o Templo de Zeus Olímpico, em Agrigento, é facilmente datável, precisamente por ter sido construído em 480 a. C., após a vitória grega em Himera, sendo que o mesmo se aplica aos templos de Atena em Himera e Siracusa (pp. 64-65). Salt procura calendarizar a batalha, considerando que, ao contrário do que a tradição historiográfica tem apontado, esta não teria ocorrido ao mesmo tempo que as Termópilas e Salamina, mas num período anterior, algo que conclui a partir da sua perspectiva quanto às datas de construção dos templos, deduzidas através de uma análise astronómica (pp. 66-68). SALT, “Temple Data”, *Creating collective identities through astronomy? A study of Greek temples in Sicily*, dissertação de doutoramento em Filosofia apresentada à Universidade de Leicester, 2009.

²⁴⁸ HIRAYA, *op. cit.*, pp. 27-29.

²⁴⁹ Veja-se o Capítulo IV, pp. 124-128.

²⁵⁰ ROLLIN, *op. cit.*, p. 329.

²⁵¹ Conseguindo estabelecer a paz entre Acragas, Siracusa e os Cartagineses: D.S. 12.26.

curto. Os efeitos do Tratado de Paz entre Gélon e Cartago ainda estariam em vigor²⁵², e a disputa entre ambos conhece um período de relativa estabilidade. Durante a tirania de Híeron I, a atmosfera política e militar na Sicília é de instabilidade: veja-se, por exemplo, a sua disputa com o seu irmão Polizelo, que quase culmina numa guerra com Acragas (anos mais tarde, o recrutamento de um exército de mercenários por parte de Trasídeu leva a uma batalha entre Siracusa e Acragas, que Híeron vence)²⁵³.

Híeron terá reforçado a posição interna de algumas cidades (no território de Catânia, *Naxos* e Himera (sendo que a última terá sido tomada por Cartago cerca de meio século mais tarde, não voltando a ser repopulada desde então)²⁵⁴. Após a sua morte, sucede-lhe Trasíbulo, que mantém o cargo por um ano, ao fim do qual o desagrado interno dos cidadãos, que havia iniciado com a tirania de Híeron, assume o cariz de revolta popular (D.S. 11.67-68). No período que se segue, até ao ressurgimento do poder tirânico na figura de Dionísio I, o modelo de governo de Siracusa é democrático²⁵⁵, com a existência de uma Assembleia (D.S. 11.72), perdendo-se temporariamente a figura centralizadora.

²⁵² ALWINE, *Greeks and Barbarians in Fifth and Fourth Century Sicily*, Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade da Flórida, 2006, pp. 5-6 (veja-se, como refere Alwine, D.S. 11.26). Alwin denota a diferença entre esta guerra e as seguintes: o Tratado de Paz teria resultado em termos equilibrados para ambas as facções (“the conflict began as an intra-Greek conflict and the Carthaginians were simply the most powerful contingent of a Greek-Punic Alliance”).

²⁵³ D.S. 11.53. Híeron I será também responsável pela repopulação de Catânia, *Naxos* e Lentini. 11.49.

²⁵⁴ Idem e D.S. 11.49. No que diz respeito aos conflitos em Himera, as investigações arqueológicas requerem particular atenção. Stefano Vassallo, que tem sido responsável pelas escavações no local, afirma a existência de conflitos entre Gregos e Púnicos (dos quais salienta as batalhas de 480 a. C. e de 409 a. C., sendo que esta última terá alterado o “precedente assetto geopolítico che aveva visto fino allora, com vicende alterne, il prevalere dell’elemento greco”, levando a mudanças significativas no equilíbrio interno. No seu estudo, onde é possível encontrar diversos diagramas que demonstram a localização dos campos de batalha e espaços muralhados, encontra-se uma análise detalhada da necrópole, da qual se pode destacar a menção à Fossa 9, onde considera encontrarem-se os mortos da batalha de 409 a. C. VASSALLO, “Le Battaglie di Himera alla Luce degli scavi nella Necropoli Occidentale e Alle Fortificazioni. I Luoghi, I Protagonisti”, *Sicilia Antiqua, An International Journal of Archaeology*, VII, Pisa, Roma, Fabrizio Serra Editore, 2010, e LEE, “The Classical Greek Experience”, *The Oxford Handbook of Warfare in the Classical World*, Oxford, Nova Iorque, Oxford University Press, 2013, p. 159.

²⁵⁵ ALWINE, *op. cit.*, p. 6: supostamente coincidente com um período de instabilidade interna em Cartago (veja-se Capítulo I, pp. 36-39, sobre os Magónidas), a democracia teria condições para expulsar definitivamente os Cartagineses, algo que não sucede: as campanhas militares na Sicília para este período são entre os próprios gregos, ou entre Gregos e Sículos.

6. Dionísio I

“For even should the Carthaginians defeat us in war, they would only impose a fixed tribute and would not prevent us from governing the city in accordance with our ancient laws (...).” D.S. 14.65

A capacidade de controlo individual dos destinos das cidades começa a tornar-se mais clara a partir do século IV a. C., quando, segundo dizem as fontes, um indivíduo tentará utilizar uma série de manobras políticas como método para ascender ao controlo quase absoluto. Este homem, que continua a construção das bases do poder tirânico nas cidades-estado, é descrito por Justino como um dos primeiros indivíduos a colocar entraves sérios aos Cartagineses: trata-se de Dionísio I de Siracusa (Just. 20.1). Nos anos finais da guerra do Peloponeso, a actividade militar grega na Sicília intensifica-se. Quando esta chega ao seu término, as tensões políticas e militares entre Atenas, Esparta, Cartago e a Pérsia estão longe de terminar. Dionísio, que segundo Diodoro teria participado em campanhas contra os Cartagineses, teria utilizado os rumores relativos à conduta de alguns generais, juntamente com o seu insucesso, para conseguir apoio popular; a evolução da situação tê-lo-ia levado a ameaçar Siracusa com a resignação do cargo, o que teria deixado a população num estado de ansiedade (D.S. 13.94-95) e levado à sua rápida ascensão, motivada pelo desejo popular de segurança e estabilidade. Dionísio começa assim a desenvolver novos alicerces para o modelo tirânico de governo²⁵⁶.

Os novos confrontos entre Cartago e Siracusa têm início após a Guerra do Peloponeso²⁵⁷. Esta teve uma interferência significativa na Sicília, interligando-se com conflitos locais entre Egesta e Selinunte, relacionados, segundo Tucídides, com “direitos adquiridos por casamento e disputas territoriais”²⁵⁸. Segundo Thuc. 6.15, o objectivo de Alcibíades ao defender a expedição estaria ligado ao desejo de conquistar a Sicília e, através desta, Cartago²⁵⁹. Assim que as notícias da ameaça chegam a Siracusa

²⁵⁶ Aristóteles, na *Retórica*, discute o argumento de que um dos indícios das intenções de Dionísio em fazer-se tirano terá sido a incorporação de uma guarda pessoal ao seu serviço, apesar de não serem conhecidas as razões que o levam a adoptar esta medida. Aristot. Rh. 1.2.

²⁵⁷ Ela própria importante no decurso da história da Sicília, sobretudo no que respeita à fracassada expedição ateniense; segundo Plu. Nic. 12, os Atenienses desejariam conquistar a ilha devido à sua posição vantajosa, podendo disputar o domínio do Mediterrâneo Ocidental com Cartago.

²⁵⁸ Tucídides nada refere, mas Diodoro conta que os Egesteus, após a rejeição de várias propostas de aliança, teriam pedido auxílio a Cartago, que recusa interferir. Note-se que ambas as narrativas têm divergências significativas (por exemplo, Diodoro nada fala de questões de dotes, mas de um território dividido por um rio; D.S. 12.82, Thuc. 6.6.). Por outro lado, a recusa da intervenção poderá ter como raiz uma coexistência pacífica entre Cartago e Selinunte, visto que as cidades haviam lutado conjuntamente contra as forças de Gélon (D.S. 11.21 e nota 49 do tradutor).

²⁵⁹ Sobre este tópico, e a junção ateniense de Imperialismo com Democracia (pelo menos até ao século V a. C.), veja-se BALOT, “The Freedom to Rule: Athenian Imperialism and Democratic Masculinity”,

são apresentadas propostas de cooperação com os outros habitantes da ilha, inclusivamente com Sículos e Cartagineses. Estes últimos teriam receios de longa data de um ataque ateniense, sendo que seria possível optarem pelo auxílio de Siracusa, “secretamente, se não abertamente” (Thuc. 6.34). Não se pode precisar se foi colocado em questão um pedido de auxílio a Cartago. O facto é que, a partir do momento em que os Atenienses chegam à Sicília, Tucídides não menciona intervenções cartaginesas contra ou a favor da expedição, e é possível que a passagem tenha como objectivo exacerbar o perigo da ameaça ateniense, fazendo com que este relato tenha um sentido figurativo. A possibilidade do auxílio Cartaginês parece ainda mais remota quando se atenta no facto de os próprios atenienses terem enviado uma “trirreme a Cartago, com ofertas de amizade, procurando, assim, obter ajuda (...)”²⁶⁰. Atente-se também em D.S. 12.83, onde o discurso de Nícias surge de forma diversificada, e uma das razões apresentadas contra a expedição é o facto de os Cartagineses terem procurado conquistar a ilha por diversas vezes e, apesar de toda a sua capacidade militar, não terem sido bem-sucedidos; o seu auxílio seria, assim, insuficiente para garantir o sucesso dos projectos atenienses.

Após a derrota da expedição, a questão territorial entre Egesta e Selinunte continua. Após as imposições de Selinunte, que implicavam uma perda territorial significativa para Egesta, os Egesteus optam por pedir auxílio a Cartago, que desta vez terá aceitado intervir, devido à localização estratégica da cidade²⁶¹ e, segundo Diodoro,

Reflections on Empire: Ancient Lessons for Global Politics, eds. Toivo Koivukoski e David Tabachnick, Toronto, University of Toronto Press, 2009, pp. 54-68, BALOT, “Democratizing courage in classical Athens”, *War, Democracy and Culture in Classical Athens*, ed. David Pritchard, Cambridge, Melbourne, Nova Iorque et al., Cambridge University Press, 2010, pp. 88-108. Calabrese utiliza o termo “guerras domésticas” para os conflitos entre as cidades da Sicília. Nos momentos em que se vê ameaçada por elementos externos, a ilha torna-se numa “cidade única” (é o que sucede em reacção à expedição ateniense). CALABRESE, “Fear in Democratic Debate”, *Fear in Democracy: A Study of Thucydides’ Political Thought*, Dissertação de Doutoramento em Filosofia pela Universidade do Michigan, 2008, pp. 94-98.

²⁶⁰ Thuc, 6.88. Veja-se também KAGAN, “The First Attack on Syracuse”, *A New History of the Peloponnesian War*, Nova Iorque, Cornell University Press, 1969; apesar de contar quase cinco décadas, a perspectiva de Kagan em relação às relações entre Atenas e Esparta não está desactualizada: Kagan nota a particularidade deste pedido de auxílio, visto que é referido que o objectivo ateniense, a longo prazo, será o de conquistar Cartago. Apresenta-se um problema antagónico, pois parece contrário que Atenas deseje conquistar Cartago e simultaneamente procure o seu auxílio para subjugar um espaço que Cartago também disputa. Pp. 248-249.

²⁶¹ Pode questionar-se por que razão Cartago considera a localização de Egesta mais vantajosa que a de Selinunte, visto que a segunda fica na vertente sul da ilha, voltada para Cartago, e é uma cidade costeira, ao contrário de Egesta, que se localiza na vertente norte e recuada para o interior. Talvez a aliança ateniense com Egesta, do século V a. C., tenha criado preocupação no mundo púnico, o que significaria que este seria um observador atento do expansionismo ateniense, algo que sublinha novamente a possibilidade de um auxílio de Cartago a Siracusa, ainda que indirecto, durante e após a Guerra do Peloponeso, no sentido de manter os atenienses fora da ilha. HORNBLOWER, “Empire”, *The Greek World, 479 – 323 BC*, Nova Iorque, Routledge, 1983, reimp. 1991, pp. 30-31. Por outro lado, a influência grega em Egesta era já substancial, com a helenização progressiva dos seus habitantes elímios, o que pode

ao receio das forças siracusanas (D.S. 13.43). Segue-se um período de conflitos na Sicília, e começa a «Guerra Cartaginesa», com Cartago aliada a Egesta e Selinunte, Gela e Acragas aliadas a Siracusa (D.S. 13.44-56).²⁶² É após a conquista cartaginesa de Acragas, um dos centros gregos significativos, que Dionísio, através da instigação popular, terá iniciado o processo que findou o sistema democrático (note-se que Diodoro refere o Arcontado em D.S. 13.91) e deu início a uma nova dinastia de tiranos. Cartago é forçada a pedir a paz (nota 49 do tradutor, e D.S. 13.114.2: uma praga assola o exército cartaginês), que culmina numa repartição territorial: Elímios e Sícanos ficam do lado cartaginês; Selinus, Acragas, Himera, Gela e Camarina tornam a ser habitadas pelos Gregos, apesar de existir agora um tributo pago aos Cartagineses; Lentini, Messina e as cidades Sículas tornam-se independentes, e Siracusa fica sujeita a Dionísio, que vê a sua posição cimentada enquanto seu senhor (D.S. 13.114). A partir de então, Dionísio procede à conquista de territórios enquanto fontes de cimentação do seu poder, com as investidas contra Sículos e Calcídios²⁶³. O objectivo a longo prazo seria uma nova guerra contra Cartago (D.S. 14.18).

O excerto apresentado no início deste subcapítulo, relativo à divergência de sistemas políticos, pertence ao discurso de Teodoro, enquadrado no contexto da campanha de Dionísio para expulsar os cartagineses. Em 398 a. C., Dionísio começa uma significativa campanha anti-púnica na Sicília²⁶⁴. Diodoro refere que a preocupação do tirano surge sobretudo da quantidade crescente de cidadãos gregos que se estavam a mudar para as cidades de Cartago (D.S. 14.41), mas o facto é que a coexistência de Gregos e Cartagineses nas mesmas cidades parece comum, visto que existem fenócios a viver em Siracusa (D.S. 14.46), provavelmente incentivada pelas ligações comerciais. A motivação de Dionísio parece ser a expulsão definitiva dos Cartagineses, sendo que este

ter levado Cartago a ocupar a cidade com forças militares para prevenir o avanço grego (HALL, “The View from the Margins”, *Hellenicity: Between Ethnicity and Culture*, Chicago, University of Chicago Press, 2002, p. 107).

²⁶² Cartago pretenderia conquistar a totalidade da ilha. D.S. 13.80.

²⁶³ Os Calcídios haviam colonizado o Nordeste da Sicília (Naxos, Lentini e Catânia, Kallipolis e Eubeia). BAKHUIZEN e KREULEN, “Chalcidian Colonization” *Chalcis-in-Euboea: Iron and Chalcidians Abroad*, Leiden, Brill, 1976, pp. 16-17 (sobre as colónias; sobre os conflitos entre Dionísio I e os Calcídios, BERGER, “Stasis in Sicily and Southern Italy: Case studies”, *Revolution and Society in Greek Sicily and Southern Italy*, Estugarda, Franz Steiner Verlag, 1992, pp. 54-56).

²⁶⁴ Cartago estaria despreparada, quer em termos demográficos, devido a uma praga que teria dizimado muitos habitantes do Norte de África, quer em termos de capacidade militar. Note-se que, se o exército púnico fosse exclusivamente constituído por mercenários, a preocupação derivada da inexistência de homens aptos para a guerra no Norte de África seria pouco relevante (exceptuando o facto de serem potenciais geradores de fundos para proceder ao levantamento dos exércitos), D.S. 14.47.

se desloca a várias cidades com o objectivo de conseguir o seu apoio (veja-se o caso de Reggio e Messina, em D.S. 14.44).

No período correspondente às guerras entre Dionísio e Cartago, Motia serve como base de operações para os Cartagineses (D.S. 14.47-48). Dada a sua importância no contexto do império cartaginês na Sicília, Dionísio teria posto em curso o cerco da cidade, recebendo para tal auxílio de Camarina, Gela e Acragas, Himera e Selinunte (note-se que Selinunte foi em tempos uma colónia fenícia). Durante o cerco, os Sicanos ter-se-iam aliado à facção grega, pela sua superioridade numérica, e os Sículos à facção Cartaginesa²⁶⁵. Após a tomada da cidade, Dionísio teria deixado os Sículos na sua guarda (D.S. 14.53), o que sugere que as relações entre Sicanos, Sículos e Cartagineses, que num período inicial pareciam de coexistência pacífica, se teriam deteriorado, quer seja pelo peso da ameaça grega, como considera Diodoro, quer pelo crescimento da preponderância económica e cultural helénica. Mas se, no decorrer da guerra, Cartago é derrotada por Siracusa e perde Motia, consegue também tomar Acragas, o que leva os seus habitantes a abandonar a cidade, que não voltará a retomar o seu dinamismo anterior. Cartago envia as suas forças para a Sicília: Himilcão tentou defender a colónia, mas sem sucesso (D.S. 14.50). A partir de então, Dionísio terá avançado através do território cartaginês na Sicília, sem encontrar muita oposição; Cartago retalia pela via diplomática, procurando aliados em diversas cidades, o que terá obrigado Dionísio a procurar apoio nas cidades gregas a oriente (D.S. 14.61-62).

Quando termina a primeira intervenção de Dionísio com sentido de expulsar os Cartagineses da Sicília, conta Diodoro que o mundo púnico tinha perdido o seu estatuto de senhor da quase totalidade da ilha, e maior ameaça para Siracusa (o que contradiz a divisão relativamente equitativa que se verificou anteriormente, do início do século V a. C.). No final da intervenção de Dionísio, grande parte da Sicília fica ao seu alcance, visto que os antigos aliados dos Cartagineses não têm, por norma, meios para se defenderem das suas incursões. Dionísio conquista uma série de cidades, entre as quais territórios dos Sículos, que se haviam aliado a Cartago durante a guerra (D.S. 14.78).

Apesar de, segundo as fontes, Dionísio ter sido criticado pelos seus companheiros por ter planeado fugir num momento de maior dificuldade durante o conflito com Cartago, tal opção, tendo em conta a persistência de Dionísio quanto à Sicília, é sobretudo estratégica, posto que o tirano se retirou da ilha por diversas vezes,

²⁶⁵ Note-se que os Sículos ainda possuíam cidades independentes, o que justifica a preferência pela facção púnica. D.S. 14.48.

reorganizando os seus exércitos e voltando para novas incursões (Isoc. 6.44). Parecem existir duas mentalidades antagónicas: de um lado, aqueles que consideravam morrer pela sua cidade um acto glorioso; do outro, aqueles que, à semelhança de Dionísio, têm uma nova mentalidade de sobrevivência e conquista. A passagem de Isócrates, apesar da sua pequena dimensão, não deixa de ser relevante para compreender o desenvolvimento dos ideais de «imperialismo» nas civilizações mediterrânicas (sobretudo quando aplicados à questão Roma – Cartago). Por outro lado, no que diz respeito especificamente ao caso de Dionísio, existe outra razão significativa para a sua partida: apesar de Isócrates sublinhar a honra em morrer como rei de uma cidade, existiam probabilidades de tal não acontecer com Dionísio, visto que, como a própria fonte refere, tinha perdido o apoio popular. (Dionísio chegou a ser banido da cidade pelos seus conterrâneos – Plin. Nat. 2.104).

O percurso político de Dionísio é relevante quando se pretende considerar a importância da Sicília enquanto possível base para intervenção no continente europeu, sobretudo, quando se pretende observar a possibilidade desta do ponto de vista de Cartago. Do ponto de vista das intervenções militares, a presença do tirano de Siracusa no continente parece pouco relevante, pelo menos em comparação com a dimensão da campanha de expulsão cartaginesa, que, como se sabe, foi mal sucedida. Por outro lado, não se pode dizer que Dionísio esteja inerte nas actividades militares fora da ilha: por volta de 387-86 a. C., cerca de dez anos após o início da guerra com Cartago, ter-se-iam iniciado confrontos entre Siracusa e as cidades do sul de Itália: Dionísio teria vencido os gregos em Itália no rio *Ellesporus* e partido em seguida para Reggio, cercando a cidade (Plb. 1.6). Teria também tomado Croto (tal como o fará Pirro séculos mais tarde - Liv. 24 3). Apesar de a actividade Cartaginesa narrada nas fontes ser menos significativa no que diz respeito ao território da Península Itálica, também não é ausente, sobretudo devido às acções de Dionísio: a guerra pela Sicília transfere-se para o território circundante²⁶⁶.

Segundo Platão, a sua noiva²⁶⁷ teria trazido por dote a cidade de Locri²⁶⁸. Outro episódio relativo às políticas matrimoniais de Dionísio é narrado por Estrabão, e é de

²⁶⁶ Veja-se, por exemplo, a intervenção junto dos *Hiponniatae*, que haviam sido conquistados por Dionísio. D.S.15.24, e nota 17 do tradutor.

²⁶⁷ Segundo Diodoro, antes de iniciar a campanha antipúnica, Dionísio teria praticado bigamia em dado momento, casando-se com duas donzelas ao mesmo tempo (D.S. 14.45).

²⁶⁸ Platão critica a política matrimonial da maior parte da Aristocracia, por considerar que esta é uma ameaça aos sistemas políticos e à autonomia das cidades. Assim, a opção de alianças dinásticas enquanto

particular importância porque, mais do que o caso de Locri, poderá demonstrar a pretensão de criar uma ligação territorial entre a Sicília e a Península Itálica: Dionísio teria procurado uma noiva em Reggio, e os cidadãos teriam recusado a sua proposta, talvez como forma de evitar que Dionísio viesse a assumir o controlo da cidade. O controlo de Reggio ter-lhe-ia dado o ponto de maior proximidade entre a ilha e o continente, facilitando qualquer intervenção futura, sobretudo em termos de transporte de abastecimentos e do exército²⁶⁹.

Segundo Justino (Just. 20 e 21), Dionísio I teria expulsado os Cartagineses por completo da ilha. Mas a própria fonte conta que a ausência dos cartagineses é de curta duração: uma expedição organizada por Hanão é enviada pouco depois com o objectivo de recuperar os territórios perdidos; pouco depois, o tirano de Siracusa é assassinado e sucedido pelo seu filho. Ao longo da sua tirania, Dionísio I parece não ter interesse político na destruição absoluta do exército cartaginês: durante as negociações sigilosas entre Cartago e Dionísio, este teria facilitado a fuga das suas tropas de cidadãos, depois de uma série de derrotas em terra e no mar. As negociações secretas da parte de Dionísio dever-se-iam, segundo Diodoro, ao seu receio de que o extermínio dos cartagineses levasse ao declínio do seu poder em Siracusa (visto que a ameaça do exército cartaginês havia sido um dos factores impulsionadores para o estabelecimento do seu poder enquanto tirano)²⁷⁰.

Com Díon, Calipo e Timoleão²⁷¹, a Sicília continua instável²⁷², quer em termos da política interna de Siracusa, quer no que respeita às disputas de poder pela ilha²⁷³.

método de expansão de poder, verificada com frequência ao longo deste capítulo, parece ter-se tornado habitual entre os elementos aristocráticos. Aristot. Pol. 5.1307a.

²⁶⁹ Díon terá seguido uma política matrimonial com utilidade prática para a sedimentação do seu regime: Dionísio I teria desposado a irmã de Díon, e ter-lhe-ia dado a sua filha Arete em casamento.

²⁷⁰ Note-se que Diodoro somente refere que Dionísio permitiu a retirada dos *πολιτικοὺς*, ou seja, dos homens de estado; apesar de se poder inferir, a partir do sentido geral desde 14.75, que estes teriam participado nos combates, o que contribui para a ideia de um exército que não é somente mercenário, o facto é que Diodoro poderia estar a referir-se somente aos cidadãos cartagineses habitantes na Sicília. No mesmo capítulo, refere-se a fuga de Himilcão com os cidadãos de Cartago, abandonando os restantes elementos do exército (que, presume-se, seria constituído por mercenários).

²⁷¹ Exclui-se a descrição pormenorizada da tirania de Dionísio II, visto que este procura, no início do seu período no poder, fazer a paz com Cartago, para seguir outros objectivos. D.S. 16.6 Entre este período de paz e a chegada de Timoleão, os registos da actividade cartaginesa na Sicília não apontam mais do que o apoio púnico a Dião. TALBERT, “Punic policy in Sicily in the age of Timoleon”, *Timoleon and the Revival of Greek Sicily: 344-317 B.C.* Nova Iorque, Cambridge University Press, 1974, reimp. 2006, p. 78.

²⁷² Timoleão teria chegado à Sicília em 344 a. C., para intermediar os conflitos (à semelhança do que ocorrerá com Pirro, alguns anos mais tarde). Auxiliado, de início, pelos tiranos das várias cidades-estado, com o objectivo comum de pôr término à pressão cartaginesa, acaba por expulsar Hicetas de Leontini, Mamercus de Catânia e Hippo de Messina, cuja estrutura política reorganiza, num novo sistema que, não sendo tirânico, mantém Siracusa como base. Treze anos depois, com a morte de Timoleão, a situação

Timoleão terá afastado os Cartagineses numa batalha junto ao rio Crimiso, sendo que, segundo Plutarco, estes teriam visto a sua existência ameaçada de tal forma que seria afortunado conseguirem preservar os seus territórios no espaço Norte-Africano (Plut. Tim. II). A chegada de Timoleão ao poder terá levado a uma série de reveses para a Sicília púnica, sendo que estes se vêem novamente vencidos em batalhas e afastados dos seus territórios originais. Segundo Diodoro, Timoleão teria vencido os Cartagineses na guerra, devolvido as cidades-estado conquistadas aos gregos, e tornado toda a Sicília independente (D.S. 16.65). Durante este período, Cartago teria apoiado a figura política de Hicetas, quer contra Dionísio II, quer contra Timoleão²⁷⁴, mas não é bem-sucedida, e as guerras no Médio Oriente, com a tomada de Tiro por Alexandre Magno e as mutações sociopolíticas que se seguem (D.S. 17.42), levam a alterações profundas na forma como Cartago se relaciona com o Ocidente²⁷⁵.

tornará a reverter-se: por um lado, Cartago volta a conseguir territórios na vertente oriental da ilha; por outro, as tiranias voltam a estabelecer-se, com *Sosistratus* e *Heracleides* em Siracusa. ZAMBON, “From Agathocles to Hieron II: the birth and development of *Basileia* in Hellenistic Sicily”, *Ancient Tyranny*, ed. Sian Lewis, Edinburgh, Edinburgh University Press, 2006, pp. 77-78.

²⁷³ A partir da morte de Dionísio I, vários indivíduos, alguns deles com ligações familiares (Dionísio I seria casado com a irmã de Díon, e este com a sobrinha; Nepos, *Vida de Díon*, 10.1), disputam o poder entre si. Estas culminam com o assassinato de Díon, cujas relações com Cartago, de acordo com as fontes, não seriam tanto de antagonismo como as dos seus antecessores e precursores, visto que a visão púnica relativa a Díon se teria tornado de respeito aquando da sua missão de diplomata – Dio. 10, Nepos, *Vida de Díon*, 10.1).

²⁷⁴ Plutarco refere que, pela primeira vez, Cartago teria alcançado Siracusa, efectuando tal feito sem dificuldades, visto que havia sido Hicetas a abrir-lhes as portas da cidade. Plu. Tim. 18. É possível que Cartago, apercebendo-se da importância política de Siracusa e atendendo à longa duração dos conflitos entre ambas, tenha procurado uma diferente resolução de um conflito, garantindo uma permanência relativamente pacífica.

²⁷⁵ Capítulo I, pp. 86-87.

7. Da última Guerra Greco-Púnica às guerras Pírricas

“The most extraordinary instance of all is that of Agathocles who became tyrant of the Syracusans, a man who had the lowest beginnings, but who plunged not only Syracuse but also the whole of Sicily and Libya into the gravest misfortunes.”²⁷⁶

Como se pode observar na citação acima referida, a apresentação de Agátocles por Diodoro Sículo não assume um cariz favorável. No primeiro capítulo do livro 19, Diodoro sublinha a tendência das cidades da Sicília para adoptar sistemas políticos de um único governador que, segundo parece considerar, é com frequência um indivíduo que não servirá de forma apropriada os interesses da pólis. Segundo Diodoro, Agátocles, que teria começado a sua carreira como mercador, teria seguido actividades de tal ordem que se poderia dizer ter «escravizado» a Sicília, adoptando castigos substanciais contra os seus inimigos. A sua biografia apresenta um paradoxo, que surge, em primeira instância, numa profecia descrita por Diodoro: Agátocles, filho de um grego e de uma cartaginesa (note-se, no entanto, que não obstante Diodoro referir-se à esposa de Carcino como nativa, o nome de seu pai seria *Heracleides*, que parece ter ressonâncias gregas e não fenícias), seria responsável pela desgraça de Cartago e da Sicília, o que contrasta com o facto de ter sido o seu pai, o grego Carcino, a decidir expô-lo. Durante a infância de Agátocles, os Cartagineses teriam sofrido algumas derrotas na Sicília (como é o caso da Batalha do Crimiso²⁷⁷, ganha por Timoleão de Corinto; é na comemoração deste evento que Agátocles recebe a cidadania de Siracusa, juntamente com seu pai).

A ascensão de Agátocles à vida pública da cidade surge, segundo Diodoro, por duas vias distintas²⁷⁸. Em primeiro lugar, pelo patronato de um cidadão importante de Siracusa, que o teria enriquecido e possibilitado o seu crescimento enquanto

²⁷⁶ D.S. 19.1.

²⁷⁷ Esta derrota teria sido pesada para Cartago, em termos de quantitativos militares e de bens. O exército de Timoleão teria conseguido um saque considerável, bem como cerca de 15000 prisioneiros. Após a Batalha do Crimiso, Cartago teria procurado a paz, que consegue admitindo a liberdade das cidades gregas e com o compromisso de não auxiliar outros exércitos contra Siracusa. A fronteira teria ficado definida no rio *Halycus*, “giving the Greeks about two-thirds of the Island”. SPENCE, “Crimisus River”, *Historical Dictionary of Ancient Greek Warfare*, Maryland, Scarecrow Press. Inc., 2002, pp. 117-118.

²⁷⁸ Como refere Nedu, os primeiros anos do governo de Agátocles são marcados pela guerra contra Cartago que, em 306 a. C., culmina com o controlo dos territórios a este do *Halycus*. Além de vencer uma aliança de cidades sicilianas, liderada pelo espartano *Acrotatus*, Agátocles consegue fazer de Siracusa senhora da maior parte da Sicília, com excepção de Heracleia, Selinunte e Himera. Agátocles passará grande parte da sua vida a tentar controlar a Sicília e expulsar os Cartagineses, sendo que em 289 a. C., o ano da sua morte, preparava uma nova incursão, que não se realizou. SPENCE, “Syracuse”, *op. cit.*, p. 339, e NEDU, “Agathocles and the Italic Powers at the Beginning of the 3RD Century B.C.”, *Pontica*, 43, Constantza, MINAC, 2010, p. 38.

proprietário; em segundo, e também por influência deste mesmo cidadão (*Damas* de Siracusa), a promoção de Agátocles dentro da carreira militar. Apesar de Diodoro não mencionar pormenores biográficos sobre Agátocles entre a sua infância e a sua promoção a quiliarca, é de supor que este teria abandonado a vida mercantil desde cedo e adoptado o percurso do exército, pelo menos de acordo com a narrativa de que Agátocles, mesmo antes de servir o exército de Siracusa, seria portador da armadura mais pesada da cidade, o que envolveria uma capacidade física significativa. Durante o seu período no exército, defronta-se pela primeira vez com Cartago, que se torna partidária do seu opositor, Sóstrato (D.S. 19.3-4)²⁷⁹.

Após a morte de *Damas*, seu benfeitor, Agátocles teria iniciado aquela que viria a ser, ao longo da sua vida, uma das fontes do crescimento da sua fortuna e importância: uma política de casamentos estratégicos, quer para si, quer para a sua família. Agátocles teria desposado a viúva de *Damas*, tornando-se num dos indivíduos mais ricos de Siracusa (D.S. 19.3). Ao mesmo tempo que Agátocles vai assumindo uma importância crescente no mundo grego da Sicília, esta parece atravessar um período de perturbações internas, a julgar pela referência em Diodoro de uma campanha de Siracusa contra Acragas (D.S. 19.3); apesar de a fonte não o referir, é possível que divergências internas tenham facilitado a permanência e até expansão cartaginesa dentro da ilha, algo que vem a assumir maiores dimensões após a aliança cartaginesa com Sóstrato. Assim, no século IV a. C., Cartago volta a enfrentar um pólo de oposição considerável, concentrado na figura de Agátocles de Siracusa, apesar de, segundo Justino, este ter iniciado a sua carreira política aliado ao general Amílcar, que lhe teria fornecido um número substancial de soldados para tomar Siracusa²⁸⁰.

A guerra entre Agátocles e Cartago deriva dos conflitos entre duas facções políticas antagónicas, uma apoiante de Sóstrato e do lado púnico, e outra apoiante de Agátocles, que procura refúgio e auxílio em várias cidades do Sul de Itália e da Sicília²⁸¹. O objectivo de Agátocles, segundo Diodoro, seria o mesmo de Dionísio I:

²⁷⁹ A questão da esfera dos mercenários, tratada no capítulo III, e da respectiva relevância para o universo militar mediterrâneo, é discutida por fontes como Diodoro desde os seus capítulos iniciais. No caso de Agátocles, veja-se, por exemplo, a recruta de alguns indivíduos que haviam servido o exército cartaginês, que habitavam então cidades dispersas na Sicília. D.S. 19.6.

²⁸⁰ Just. 22.3.

²⁸¹ Um dos problemas que despoleta inimizades é a cidade de Messina. Ao longo da Antiguidade Clássica, Messina surge frequentemente como ponto problemático que despoleta conflitos (veja-se, por exemplo, a situação que levará ao desencadear da Primeira Guerra Púnica). Messina também fará parte do conjunto de cidades aliadas que tentam travar a ascensão de Agátocles, juntamente com Gela e Acragas. Será Amílcar, general cartaginês, o mediador de condições de paz entre estas três cidades e Agátocles. D.S. 19. 65 e 19.70-2.

conseguir afastar os Cartagineses da Sicília por completo. Para este efeito, procurará em primeiro lugar a estabilização da ilha, eliminando focos de oposição. Destaca-se igualmente a sua opção de levar a guerra para o Norte de África. Segundo Diodoro, num momento em que Cartago se teria apoderado de parte substancial da Sicília, vendo-se sem grande parte dos aliados e somente com Siracusa enquanto base de operações, Agátocles teria decidido partir para incursões no território púnico, de maneira a impedir que os respectivos esforços militares púnicos se concentrassem na Sicília (D.S. 20.2-3), deslocando o eixo da guerra. Agátocles teria ainda a expectativa de que parte dos territórios sob domínio cartaginês no norte de África lhe dessem apoio. Ao longo de cerca de três séculos de conflitos entre os Gregos da Magna Grécia e os colonos cartagineses, Agátocles é o primeiro a modificar o espaço dos episódios bélicos, que até então tinham sobrecarregado a Sicília, levando à frequente destruição de cidades, que se viam com dificuldades para recuperar a sua posição político-económica original (D.S. 20.3)²⁸². A expedição fracassa, mas serve parte dos seus propósitos: Agátocles consegue retornar à Sicília e manter algumas cidades em seu poder (D.S. 20.77), recuperando capacidade interventiva.

Ao receber o título de *Basileus*²⁸³, Agátocles assume um carácter político diferenciado dos tiranos que o precederam. As narrativas em torno da figura de Agátocles parecem atribuir-lhe capacidades sobrehumanas desde a infância (veja-se, por exemplo, D.S. 19.1: após ter sido exposto por seu pai em praça pública – e Carcino teria o intuito assumido de deixar a criança falecer, tendo em conta as previsões do Oráculo de Delfos – Agátocles teria sobrevivido durante vários dias, apesar de existir a menção a vigias para garantir que não auxiliavam a criança; em D.S. 19.2.6, Agátocles, já com sete anos, é descrito como superior em beleza e força às outras crianças da sua idade; D.S. 19.2.8 faz a descrição de um evento prodigioso, segundo o qual teria surgido uma colmeia junto à figura de pedra de Agátocles).

Assim, talvez o facto de Agátocles ter procurado construir uma imagem de rei de Siracusa (e, posteriormente, da Sicília) o tenha tornado num dos maiores inimigos de Cartago o ponto de vista político-ideológico. Todos os tiranos de Siracusa anteriores a Agátocles ter-se-iam apresentado como pequenos pólos de poder, preservando a

²⁸² Veja-se, a título de exemplo, o caso de Acragas, discutido no Capítulo IV. Durante esta fase da guerra, Acragas tentará utilizar a ausência de Agátocles e as dificuldades de Cartago como forma de se apoderar da ilha. D.S. 20.31.

²⁸³ BARON, “A Stranger in a Strange Land”, *Timaeus of Tauromenion and Hellenistic Historiography*, Cambridge, Nova Iorque, Melbourne et al., Cambridge University Press, 2013, p. 101.

paridade política e económica entre as principais cidades da Sicília. Esta prolonga-se durante séculos e, por ser fragmentada, não se apresenta como uma ameaça muito significativa a Cartago. A coexistência entre Púnicos e Gregos na Sicília é ameaçada com a quebra deste sistema, quando um indivíduo surge não só como figura de referência, mas também como unificador de uma rede que, até então, tinha apresentado breves ensaios de coesão, presentes quer na entreajuda das cidades gregas sempre que aumentava o perigo de dominação cartaginesa, quer nas alianças dinásticas entre os vários tiranos da Sicília.

No início do século III a. C., as tiranias gregas aproximam-se de um período irregular. O último tirano de Siracusa antes dos eventos que levam à ascensão de Pirro é Hicetas, acompanhado por Píntias em Acragas, *Tyndarion* em Tauroménio e “outros em cidades menores” (D.S. 22.2). Neste período, Siracusa teria sido derrotada por Cartago perto do rio Terias. No final de uma tirania que dura nove anos, *Hicetas* é deposto por *Thoenon*, que lhe sucede, juntamente com Sótrato; são estes indivíduos que irão convidar Pirro para assumir o controlo. Os últimos conflitos substanciais na Sicília antes da Primeira Guerra Púnica são causados pelas intervenções de Pirro, rei do Épiro. Com a morte de Agátocles, a Sicília entra num período de acalmia política, até se instalar a tirania de Hicetas, que tenta invadir o território cartaginês. É por via de Pirro que Roma começa a ter maiores atritos com a questão da Sicília, e é o conflito com Roma que leva Pirro a ganhar o controlo de parte da ilha: Tarento teria pedido auxílio a Pirro na guerra contra Roma, por o considerar um líder e general capaz²⁸⁴. Plutarco inclui um episódio de uma discussão filosófica entre Pirro e Cíneas, que parece sublinhar a vertente de conquistador expansionista do rei do Épiro²⁸⁵, dando a entender que o seu desejo seria conquistar não só a Sicília, mas também todo o Norte de África, a Macedónia e a Grécia. Simultaneamente à chegada de Pirro, Roma e Cartago teriam feito a sua primeira aliança, como salvaguarda contra o rei do Épiro (D.S. 22.2: o objectivo comum, no início, seria barrar a travessia de Pirro para a Sicília).

²⁸⁴ Veja-se também Dión Cássio: depois da questão entre Tarento, Roma e respectivos aliados, a primeira convida Pirro, rei do Épiro, para formar uma aliança; Pirro desejaria conquistar a Sicília, Cartago e a Sardenha, e teria utilizado o pedido dos Tarentinos como pretexto para enviar um exército para a Sicília. (Zonar. 8.2 ou D.C. 11.39).

²⁸⁵ App. Sam. 3.27, menciona que, em determinado momento, Pirro começa a fazer da Sicília uma preocupação prioritária em relação à Itália.

À semelhança dos primeiros tiranos de Siracusa e Acragas, também Pirro irá desposar a filha de uma figura política relevante: a filha de Agátocles, Lanassa²⁸⁶. Se for verdade, como refere Baron, que Agátocles, não obstante basear a sua tipologia governamental nas tiranias da Magna Grécia, se teria considerado num plano hierárquico (e até dinástico) superior, o casamento de sua filha com Pirro, que nas fontes surge muitas vezes apontado como descendente de Alexandre Magno, viria a consagrar a ideologia heróica em torno de ambos²⁸⁷. Ao mesmo tempo, traria a Pirro um dote considerável: Corcira²⁸⁸.

A aliança entre Roma e Cartago perdura ao longo da Guerra Pírrica, que se divide em duas frentes e propósitos distintos: por um lado, o controlo dos Gregos da Península Itálica; por outro, o controlo da Sicília²⁸⁹. Segundo Diodoro, Pirro terá permanecido em guerra na Península Itálica durante um período um pouco superior a dois anos. Na sua chegada à Sicília, Pirro terá conseguido obter uma série de pontos estratégicos que pertenciam ao domínio cartaginês²⁹⁰ e, à semelhança de Agátocles, terá projectado uma invasão do Norte de África, que não chega a concretizar-se. Por duas vezes, Pirro tentará tornar-se senhor da Sicília, para em 276 ser definitivamente derrotado²⁹¹. Híeron II tornar-se-á senhor de Siracusa, mas a ameaça grega não volta a tornar-se relevante para a presença cartaginesa na Sicília: cerca de uma década após a derrota de Pirro, Roma transforma-se na nova rival de Cartago na disputa pelo Mediterrâneo, com o início da Primeira Guerra Púnica²⁹².

²⁸⁶ HOYOS, “Carthage and Pyrrhus”, *op. cit. The Carthaginians*, p. 176. Segundo Justino, na idealização de Pirro da divisão dos seus domínios após a sua morte, o território do Épiro seria legado a seu filho Alexandre, e a Sicília a Heleno, que seria descendente de Agátocles por via materna (Just. 23.3).

²⁸⁷ BARON, *op. cit.*, pp. 37, 101, 106, e ZAMBON, *op. cit.*, pp. 86-87: Pirro teria procurado fortalecer, tanto no Épiro como na Sicília, um modelo de poder “real”, que em termos práticos teria uma evolução considerável dos seus precursores. Como tal, também apresenta a sua figura como divinizada (veja-se o exemplo da iconografia presente na numismática).

²⁸⁸ A política dinástica de Agátocles ter-se-á aplicado não só no caso da aliança com Pirro, mas também, segundo o consideram os historiadores, no que respeita ao seu próprio matrimónio, que teria ocorrido com uma parente de Ptolemeu I.

²⁸⁹ GOMÉZ DE CASO, “Antecedentes de la Primera Guerra Púnica: De la Guerra de Pirro al Incidente de Mesina”, *Polis, Revista de ideas y formas políticas de la Antigüedad Clásica* 8, Alcalá, Universidad de Alcalá: Servicio de Publicaciones, 1996, pp. 108-119.

²⁹⁰ Nomeadamente Eryx e Panormo. HOYOS, “Carthage nad Pyrrhus”, *op. cit. The Carthaginians*, p. 177.

²⁹¹ Idem, p. 177.

²⁹² Idem, p. 177.

8. Sardenha, Córsega e Ibiza

O sobrinho de Héracles, Iolau, teria fundado *Iolaeium* na Sardenha, onde igualmente cultivava árvores de fruto que, segundo Diodoro Sículo, são uma das razões para a cobiça cartaginesa da ilha (D.S. 4.29); as Eólides, ilhas de dimensão reduzida entre a Sicília e a Itália, teriam sido ocupadas pelos filhos de diversos governantes de origem grega; Dorieu, um indivíduo espartano, teria partido para a Sicília e fundado Heracleia, que com o tempo assume dimensões consideráveis e terá sido destruída pelos Cartagineses (segundo Diodoro, devido à preocupação com a sua prosperidade; (D.S. 10.18). Os conflitos na Sicília, que no decurso da História assumem a preponderância, coexistem, e estão por vezes integrados, nos confrontos nas demais ilhas do Mediterrâneo. Não obstante, as ilhas próximas da Sicília são também espaço de ocupação da parte de diversos povos ao longo do primeiro milénio a. C. Parecem, no entanto, assumir características bastante diferentes da Sicília, no que diz respeito à evolução da sua colonização e à variedade dos povos colonizadores. Quer na Sardenha, quer na Córsega, além da ocupação grega e fenícia já verificada no caso da Sicília, existe um conjunto de povos para os quais não existe abundância de fontes históricas (como por exemplo a «civilização nurágica», que se verá adiante).

As interpretações são diversas no que diz respeito aos Sardanos: alguns dizem que são «Povos do Mar», outros apontam-nos como as tribos de Zabulão²⁹³. As fontes greco-romanas, além de sugerirem uma origem mitológica para os habitantes da Sardenha, falam ainda de grupos de mercenários líbios que se teriam mudado para várias regiões (entre as quais esta ilha); estas teriam posteriormente criado resistência aos invasores²⁹⁴. A presença etrusca na ilha é notória desde cedo, inclusivamente entre a civilização das estruturas nurágicas²⁹⁵. Apesar da sua dimensão considerável, não é palco de disputas de grande dimensão, como são aquelas que ocorrem na Sicília; serve inclusivamente de ponto de armazenamento / abastecimento durante a guerra com Dionísio (D.S. 14.77)²⁹⁶.

²⁹³ CONTU, “Sardinia in Arabic sources”, *AnnalSS* 3, [s.l.], [s. e.], 2005, pp. 288-89. Contu faz uma equivalência entre os povos Berberes e os habitantes pré-históricos da Sardenha (antes da chegada das populações nurágicas).

²⁹⁴ CONTU, *op. cit.*, p. 289.

²⁹⁵ Idem, pp. 282 – 284.

²⁹⁶ Cartago aproveita frequentemente os pequenos arquipélagos em torno das ilhas de maior dimensão para utilizar enquanto postos intermédios. Veja-se, por exemplo, o caso de Pantelária, ao largo da Sicília.

No que respeita à Córsega, um dos episódios mais relevantes é o da Batalha de Alália, que Heródoto narra a partir de Hdt. 1.165²⁹⁷. Os Fócios, fundadores de Alália, teriam procedido com pilhagens nos territórios circundantes, o que teria levado a uma aliança entre Cartago e os Tirrenos. No mar, também teriam encontrado os Sardónios, talvez os primeiros habitantes da Sardenha. Os problemas da pirataria no Mar Tirreno são referidos por diversas vezes, inclusivamente relacionados com a Sicília: veja-se, por exemplo, D.S. 11.88, em que Siracusa envia almirantes para a região com o intuito de a pacificar. Estrabão fala da fundação de Marselha (Massilia): criada pelos Fócios num espaço rochoso, seria um espaço intensamente fortificado. Segundo a análise recente de Pilkington, a visão mais comum da sequência de eventos que leva à batalha de Alália aponta para a fundação de Marselha: “[a fundação da cidade] precipitated a wave of Greek colonization in Southern Gaul during the first half of the 6th century BCE.”. A esta ter-se-ia seguido a colonização da Córsega, que leva por fim a que Cartagineses e Etruscos reajam para manter a supremacia no mar Tirreno²⁹⁸. No entanto, segundo Pilkington, os registos arqueológicos não demonstram a presença dos gregos em Alália até ao século seguinte, e não existe, até à data, suporte arqueológico para a participação de Cartago na Batalha de Alália, da forma como esta é descrita por Heródoto.²⁹⁹ Donati refere-se à mesma problemática: nos níveis inferiores à era romana, poucas estruturas terão sido identificadas, e nenhuma é anterior ao século V a. C. Por outro lado, foram encontrados, para estas cronologias, muitos vestígios etruscos, correspondentes a uma suposta «refundação» da cidade³⁰⁰.

²⁹⁷ Existe outro episódio relevante neste capítulo. Diz Heródoto que os Fócios têm a pretensão de comprar determinadas ilhas aos *Chians*, que se recusam a vendê-las. Tal significaria que a compra e venda de territórios seria uma possibilidade presente entre estas populações. A aquisição territorial por vias não-violentas (como se viu no caso da transmissão por dote, pp. 81-85, ou neste caso de proposta de compra-venda) surge com frequência nas fontes gregas, mas não parecem existir referências a “contratos” semelhantes entre púnicos e gregos, ou somente no seio dos primeiros. Este dado é um acréscimo para a compreensão da política púnica no espaço insular: se o mundo púnico não tivesse interesse no controlo territorial e a sua actividade fosse essencialmente de natureza mercantil, poderia ter sido possível uma coexistência passiva com os Gregos, sendo que os Cartagineses poderiam optar por se desfazer da propriedade nominal de grande parte dos territórios que ocupavam (que se vieram a tornar vastos), vendendo-os aos Gregos, e concentrando-se nos espaços dos mercados. Note-se, no entanto, que a evolução particular das tiranias na Sicília, aliada ao conceito de bárbarie-civilização e à insistência na manutenção do maior território possível nesta ilha, tornariam muito difíceis episódios desta natureza.

²⁹⁸ PILKINGTON, “Greco-Roman Sources and Reconstructions of the Carthaginian Empire”, *op. cit.*, pp. 50-51. Lindsay menciona Marselha como um dos principais rivais de Cartago no que respeita às trocas comerciais no Mediterrâneo, o que justifica também a linha de acção de Cartago contra a cidade, e reforça a ideia de um crescente imperialismo cartaginês à medida que os outros povos começam a explorar o Mediterrâneo, apesar de este ser sobretudo comercial. *Op. Cit.*, p. 23.

²⁹⁹ Idem, p. 50-54.

³⁰⁰ DONATI, “The Etruscans on Corsica”, *The Etruscans Outside Etruria*, trad. para inglês de Leda Psallidi, ed. Giovannangelo Camporeale, Los Angeles, Getty Publications, 2004, pp. 277-278.

C. G. Wagner sublinhou o problema da ausência de evidências arqueológicas para a questão da expansão cartaginesa por vias violentas, referindo-se a Alália como um caso isolado relacionado com a questão da pirataria³⁰¹. Independentemente das motivações para a intervenção púnica-etrusca neste espaço, e apesar de, até à data, não terem sido encontrados testemunhos arqueológicos que comprovem Alália, as relações entre o mundo etrusco e o mundo púnico parecem ter tido alguma relevância no contexto do Mediterrâneo: existem inscrições etruscas que apontam para relações comerciais entre as duas civilizações³⁰². Ao contrário do que acontece entre Fenícios e Gregos, a civilização etrusca parece ter uma relação pouco problemática com o mundo púnico ao longo da sua existência, mesmo quando existem áreas de influência próximas. Após a Batalha de Alália, teriam sido os etruscos os seus novos colonos³⁰³.

Quanto a Ibiza, diga-se que as ilhas Baleares têm registos arqueológicos de presença humana no terceiro milénio a. C., com evidência para a evolução de comunidades agrícolas e pastorais no final do segundo milénio. A partir do século VIII a. C., populações fenícias começam a frequentar estes espaços, com a tendência de fixação a surgir sobretudo ao longo do século VII a. C., que coincide com a maior expansão do comércio³⁰⁴. À medida que o mundo fenício entra em declínio no Médio Oriente, as suas colónias começam a dividir-se por outras áreas de influência e, a partir do século VI a. C., surgem modificações substanciais nas tipologias de vestígios arqueológicos encontrados, sobretudo no que diz respeito às necrópoles, onde começa a verificar-se uma tendência progressiva para substituir os primeiros rituais mortuários

³⁰¹ WAGNER, *op. cit.*, pp. 145-146.

³⁰² HAYNES, “Conflicts in the Western Mediterranean”, *Etruscan Civilization: a Cultural History*, Los Angeles, Getty Publications, 2000, p. 202. Note-se que Cartago utiliza ocasionalmente indivíduos de origem etrusca nos seus exércitos. Veja-se, por exemplo, D.S. 19.106, em que este não se refere a estes homens como mercenários, denominando-os somente de besteiros. No entanto, as relações entre Cartago e a Etrúria nem sempre são favoráveis, e se é provável que tenham existido tratados comerciais (com abundante volume de trocas) e alianças militares entre ambas (sendo que os dados arqueológicos apontam para a existência de um monopólio púnico da exploração da Península Ibérica, provavelmente protegido pelos ditos tratados), também se contam conflitos, sobretudo no contexto do Tirreno. DONATI, *op. cit. Etruscans outside Etruria*, pp. 98-100. As alianças militares entre ambos devem-se assim a um contexto específico: a necessidade de expulsar os Fócios da Córsega, que ambos desejavam preservar. SMITH, “Empire, Crisis and Response, 600-300 BC”, *The Etruscans: A Very Short Introduction*, Oxford, Oxford University Press, 2014, pp. 75-76, e TURFA, “International Contacts: Commerce, Trade, and Foreign Affairs”, *Etruscan Life and Afterlife: A Handbook of Etruscan Studies*, ed. Larissa Bonfante, Detroit, Wayne University Press, 1989, pp. 78-79; ESPADA, “Roma y las ciudades etruscas”, *Los dos Primeros Tratados Romanos-Cartagineses*, Barcelona, Publicacions I Edicions de la Universitat de Barcelona, 2013, pp. 140-142.

³⁰³ HAYNES, *op. cit.*, p. 202.

³⁰⁴ COSTA e FERNÁNDEZ, “*Ebusus Phoenissa et Poena*. La isla de Ibiza en época fenicio-púnica”, *Espacio, Tempo y Forma, Serie I, Prehistoria y Arqueología*, t. 10, Madrid, UNED, 1997, pp. 393-395.

pela inumação³⁰⁵. Durante a guerra entre Cartago e Siracusa (imediatamente a seguir à guerra do Peloponeso), são frequentemente referidas as expedições dos generais púnicos à Ibéria para contratar mercenários; mas surge também uma nota sobre o envio de emissários para as ilhas Baleares, com quantias significativas, com o objectivo de recrutar mercenários para a guerra na Sicília, o que significa que existe a possibilidade de um quantitativo demográfico substancial (note-se que não são referidos levantamentos de colonos fenícios nas Baleares, o que pode significar a pouca relevância demográfica de Cartago neste espaço) e de implicações para o sistema militar de Cartago, discutido nos capítulos I e III.

³⁰⁵ Idem, p. 410.

III

OS CORPOS MERCENÁRIOS NO CONTEXTO DO MEDITERRÂNEO

“But all the different peoples and languages created nothing but an incoherent muddle, and the state of the army may truly be described as one of frenzy.”³⁰⁶

“The Carthaginian army consisted mainly of mercenaries recruited from the various subject territories who, except in Spain, seldom served in their own countries, and remained isolated from one another through differences of language and religion.”³⁰⁷

O Mercenário é um indivíduo que se apresenta ao serviço de uma entidade política³⁰⁸. A relação de fidelização entre o guerreiro e o estado é expressa através de um contrato (as fontes não explicitam se na forma escrita ou oral), e deveriam existir cláusulas bem definidas. Veja-se, por exemplo, um dos episódios imediatamente anteriores à Guerra dos Mercenários: Hanão, o “general responsável pela Líbia”, falou aos exércitos das dificuldades da cidade, na tentativa de que estes abdicassem de, pelo menos, parte daquilo que lhes era contratualmente devido; os exércitos revoltaram-se, o que significa que existiria alguma noção das obrigações do contratante (Plb. 1.66-67).

A Enciclopédia Internacional de História Militar define mercenários como “troops serving for pay rather than reasons of patriotism or ideology”. Após a análise de diversas fontes que tratam o período da Primeira Guerra Púnica, é frequente a alusão à utilização de mercenários por parte de Cartago³⁰⁹ e, partindo da definição de Stephens, a grande maioria dos componentes dos exércitos púnicos devem ser considerados como tal. Contudo, as relações da cidade com cada um dos contingentes do exército são diferenciadas e devem ser observadas de forma pormenorizada. Foi efectuado o levantamento de referências às origens dos exércitos púnicos durante a guerra³¹⁰, sendo que existem dados sobre indivíduos gauleses, iberos, celtas, gregos, númidas, lígures, indianos e campânios. O exército cartaginês apresenta-se assim como multifacetado e multicultural, e a sua essência parece estar na contratação de indivíduos de toda a bacia do Mediterrâneo, que são comandados por uma elite militar endógena. É necessária uma observação precisa de cada um dos casos para que seja possível compreender a natureza

³⁰⁶ Plb. 1.66.

³⁰⁷ BAGNALL, “Carthaginian and Roman forces on land and sea”, *The Punic Wars, 264 – 146 BC*, Oxford, Osprey, 2014, p. 25.

³⁰⁸ TRUNDLE, “Images and Sources”, *Greek Mercenaries: From the Late Archaic Period to Alexander*, Londres, Nova Iorque, Routledge, pp. 23-24.

³⁰⁹ Apesar de este capítulo se focar somente no mundo púnico para o período entre 264 e 261 a. C., as mesmas referências são encontradas não só no que respeita aos exércitos de Cartago, mas também aos das cidades da Magna Grécia.

³¹⁰ Dión Cássio e Zonaras, Políbio, Diodoro Sículo, Apiano e Tito Lívio.

do exército. Existem especificidades na forma como cada conjunto é encarado, sobretudo quando se atenta no enquadramento do mundo púnico com as regiões de origem.

Refere Diodoro que, durante as Guerras com Xerxes, Cartago teria recrutado mercenários da Itália e da Ligúria, Galácia e Ibéria, e que com estes teriam lutado homens de toda a Líbia e da própria cidade. As contratações teriam resultado em 300000 soldados de infantaria e 200 navios de guerra (D.S. 11.1). Apesar do número elevado de mercenários, é referido que as perdas posteriores à batalha de Himera teriam levado ao luto público. O número de baixas de cidadãos parece ter sido substancial; Diodoro aponta que alguns procuravam os filhos, outros os irmãos, e que um número vasto de crianças havia perdido os seus pais (o que sugere que um número significativo dos indivíduos que partiram para a Sicília pertenceriam a uma faixa etária ainda jovem, algo que é importante quando se observa a questão da idade militar - D.S. 11.24). Julgando pela fonte, poder-se-ia deduzir que, no século V a. C., o exército cartaginês é ainda uma unidade híbrida, que inclui homens contratados noutras regiões, mas também indivíduos da própria cidade e homens da Líbia, que não surgem neste contexto apresentados como mercenários³¹¹ Para poder prosseguir na análise das tipologias das unidades do exército, é necessário procurar responder a um conjunto de questões nucleares. Qual é o conceito de mercenário para a Antiguidade Clássica? Existirão diferentes parâmetros que determinem diferenças entre os exércitos que lutam por Cartago? É verdadeiro afirmar-se que não existe, no seio do exército cartaginês, um conjunto de indivíduos que não obedecem a contratos, fora das situações das altas hierarquias de comando?

O exército cartaginês tem, desde a sua formação, duas componentes, sendo que as funções de comando são garantidas pela elite da cidade. Segundo Salimbeti, a sua estruturação inicia-se no período arcaico, e começa por estar ligada aos modelos orientais. Somente a partir do século IV a. C. começa a existir uma «helenização» do mundo militar púnico, e as respectivas formas de organização do exército começam a tornar-se progressivamente semelhantes aos modelos gregos³¹². Segundo Justino, foram

³¹¹ O tratamento dado aos líbios parece diferente em períodos posteriores. Embora não sejam vistos da mesma forma que os mercenários das regiões remotas, também não são apresentados como contingentes recrutados. Veja-se supra, pp. 100-104.

³¹² SALIMBETI e AMATO, “Organization”, *The Carthaginians – 6th – 2nd Century BC*, Oxford, Osprey, 2004, p. 40. Se assim for, Cartago segue um modelo semelhante ao das cidades e colónias fenícias, que começa por ser o do recrutamento obrigatório. As influências da Síria-Palestina e do mundo Assírio terão sido significativas em períodos mais recuados, com uma estrutura organizada em infantaria,

especialmente relevantes as reformas de Magão, no século VI a. C., sobretudo no que respeita à disciplina do exército³¹³. A evolução para os modelos gregos deve também ser observada no episódio da contratação de Xântipo: em Plb. 1.33 e 34, surge a menção a *Καρχηδονίων φάλαγγα*. Não é possível determinar se Políbio fala de contingentes cartagineses propriamente ditos ou de mercenários contratados (a segunda hipótese é mais provável, visto que Políbio menciona a divisão das tropas mercenárias em duas secções, mas, tendo em conta que o combate se passa no Norte de África, e que os cartagineses saem para a defesa da cidade durante a Guerra dos Mercenários, a hipótese de unidades de cidadãos não deve ser descartada). Quer se tratem de mercenários ou de cidadãos, o exército utiliza, neste período, a formação de falange e, atendendo à origem do comandante, é provável que se trate do modelo de falange grega.

Diodoro menciona a existência de um Batalhão Sagrado³¹⁴ de Cartago. As informações sobre esta unidade são escassas, e surgem sobretudo para os períodos iniciais da história da cidade, sendo que não são mencionados por Políbio como elementos activos na Primeira Guerra Púnica. Esta seria uma unidade de elite, formada por homens das famílias ilustres e abastadas³¹⁵. Os seus números seriam pouco substanciais (2500, segundo Diodoro, número distante dos 50000 soldados de infantaria e 6000 de cavalaria que, segundo a mesma fonte, teriam sido levados por Hanão para a Sicília – D.S. 23.8). A esta milícia acrescentava-se a utilização dos próprios cidadãos de Cartago nos exércitos; embora tal não seja referido explicitamente nas fontes para a Primeira Guerra Púnica, Políbio refere-se a duas unidades distintas de cidadãos utilizadas por Hanão para combater os mercenários, sendo uma constituída por infantaria e outra por cavalaria (Plb. 1.72)³¹⁶. A numismática tem indicadores da

cavalaria e carros de guerra (que, como se verá no capítulo seguinte, não são utilizados durante a Primeira Guerra Púnica – *supra*, pp. 115-116, pp. 140-142, p. 148). VITA, “El hombre y la guerra”, *El hombre fenício: estudios y materiales*, ed. José Angel Zamora, Roma, CSIC, Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma, 2003, pp. 71-72.

³¹³ Estas não só teriam possibilitado a cimentação do poder de Cartago, como seriam os fundamentos das posteriores campanhas militares na Sardenha e no Norte de África (Just. 19.1; WHITTAKER, “Carthaginian Imperialism in the Fifth and Fourth Centuries”, *op. cit.* pp. 59-61), sendo que existem testemunhos arqueológicos de resistência ao avanço cartaginês na ilha (DYSON e ROWLAND, “The Arrival of the Carthaginians”, *Archaeology and History in Sardinia from the Stone Age to the Middle Ages: Shepherds, Sailors & Conquerors*, Filadélfia, University of Pennsylvania Museum of Archaeology, 2007, p. 114).

³¹⁴ D.S. 20.12, e *infra*, Capítulo I, p. 43.

³¹⁵ HOYOS, “Carthage at War: Sicily”, *op. cit. The Carthaginians*, p. 154.

³¹⁶ Hoyos relembra o caso do retorno de Himilcão a Cartago, em 396 a. C., com os cidadãos da cidade, transportados em 40 trirremes, o que aponta para cerca de oito ou nove milhares de cidadãos, um número semelhante ao que é apontado para a batalha do rio Crimiso; para a defesa da cidade, durante a invasão de Agátocles, são apontados 40000 soldados de infantaria, incluindo o Batalhão Sagrado (HOYOS, “Carthage at War: Sicily”, *op. cit. The Carthaginians*, pp. 152-154).

utilização de cidadãos nos exércitos quer em Cartago, quer nas respectivas colónias: a presença da referência «MMHNT» surge com frequência em cunhagens Sículo-púnicas, e está relacionada com o exército, mais precisamente com a presença de cidadãos em funções militares³¹⁷.

A fonte refere que Cartago teria dado ordens ao general para recrutar mercenários e para armar os cidadãos em idade militar – o espectro da mesma não é referido – o que indica a possibilidade de os habitantes da cidade não terem a obrigação de garantir o próprio armamento, algo que é distinto do que acontece no mundo greco-romano³¹⁸. A excepção é a cavalaria: Políbio não refere a atribuição de montadas para aumentar o contingente, mencionando somente que os cavaleiros da cidade formaram uma unidade. Esta situação, a ser verdadeira, pode indicar duas conclusões: ou os cidadãos da cidade não têm o hábito de prática de exercícios militares, visto que não têm armas (o que leva a questionar por que razão foram recrutados neste caso, juntamente com os mercenários; a situação era de emergência, o que, contudo, implica a necessidade de um exército bem-sucedido), ou a cidade tem a capacidade económica para armar os seus cidadãos. Pode existir uma contradição: Cartago assume não ter condições para pagar o que é devido aos mercenários que lutaram na Primeira Guerra Púnica, ao mesmo tempo que adquire não só a panóplia dos seus cidadãos, como procura contratar novos contingentes de mercenários³¹⁹.

Retornando à questão anterior, é necessário procurar compreender se os cidadãos de Cartago (que não a elite) recebem treino militar. Note-se que, apesar de se considerar os exércitos mercenários como o componente central da esfera púnica, Justino refere-se aos Cartagineses como um povo cuja coragem lhes deu sucessos na guerra (Just. 18.6); a

³¹⁷ ALEXANDROPOULOS, “Les débuts du monnayage africain: la phase Sículo-punique”, *Les monnaies de l'Afrique antique: 400 av. J.-C.-40 ap J.-C.*, Toulouse, Presses Universitaires du Mirail, 2007, p. 43; 231-254; SALIMBETI e AMATTO, *op. cit.*, p. 39.

³¹⁸ No caso romano, era suposto cada indivíduo ter capacidade para comprar o seu próprio equipamento (pelo menos dentro da infantaria pesada), que variava de acordo com a capacidade económica; as fileiras na dianteira, fortemente armadas, eram geralmente formadas por indivíduos mais abastados. Este factor é ainda mais relevante no que respeita à cavalaria, visto que o soldado tem de ser capaz não só de adquirir o armamento próprio, mas de manter um cavalo e respectivos equipamentos. NICOLET, “Arma et Toga: The army and the body politic”, *The world of the Citizen in Republican Rome*, trad. P. S. Falla, Berkeley, Los Angeles, University of California Press, 1988, p. 115. GOLDSWORTHY, “The Wars with Carthage and the Hellenistic Kingdoms”, *Roman Warfare*, Londres, Cassel, 2000, pp. 42-43. SOUTHERN, “The Roman Army – Origins”, *The Roman Army, A Social and Institutional History*, Santa Barbara, Denver, Oxford, ABC CLIO, 2006, pp. 87-93.

³¹⁹ Se Cartago não consegue pagar aos mercenários contratados anteriormente, é dúbio considerar-se que tenha a capacidade para contratar um número substancial de forças (apesar da participação de soldados cartagineses e do Norte de África em geral); no entanto, pode questionar-se a plausibilidade de outros contingentes de mercenários assentirem num contrato sem remuneração prévia, observando o sucedido com os seus antecessores.

fonte pode estar a referir-se sobretudo à esfera dos comandantes militares, mas esta passagem não deixa de possibilitar o reforço da ideia de um exército endógeno treinado e capaz, sobretudo quando aliada ao recrutamento de cidadãos para combater os mercenários no final da Primeira Guerra Púnica³²⁰. Se for verdade que existe algum tipo de preparação militar entre os cidadãos de Cartago, sobretudo durante os períodos mais recuados da história da cidade, restaria saber de que natureza é esta preparação, algo que é também relevante atendendo à aparente divisão de tarefas entre os mercenários de acordo com a região de origem (veja-se *infra*, BAGNALL, nota 307 da p. 95)³²¹. Apesar de Políbio se referir a Cartago como dominante no campo das batalhas navais (veja-se, por exemplo, Plb. 1.51, que descreve não só a capacidade superior dos navios púnicos, como também a experiência das suas tripulações), Hoyos sublinha que a maior parte das guerras em que Cartago se envolve são travadas e decididas maioritariamente em terra, sendo que o mar acaba por se tornar sobretudo uma via de transporte de tropas³²².

Com este ponto, surge a importância de observar o papel dos cidadãos relativamente à marinha. Como relembra Hoyos, pensa-se que a maior parte das tripulações de Cartago eram constituídas por cidadãos, incluindo as dos navios de guerra³²³. Políbio refere frequentemente a vantagem cartaginesa relativamente a Roma no que diz respeito à experiência de Cartago no domínio marítimo; Zonaras refere-se aos cartagineses como experientes na ciência naval³²⁴. Contudo, é necessário atentar em alguns detalhes. As próprias fontes relatam a existência de tripulantes contratados: em 241 a. C., Hanão recebe ordens para recrutar os melhores mercenários como parte do corpo da marinha (Plb. 1.60). Políbio vai então sublinhar a falta de aptidão dos homens ao serviço da marinha, entre os quais havia indivíduos com escassa preparação ou inexperientes (Plb. 1.61).

³²⁰ Veja-se também a já referida passagem de Just. 18.7, em que os soldados de *Malchus*, exilados, desejam regressar a Cartago (*infra*, Capítulo I, pp. 36-43).

³²¹ Note-se a ausência de mercenários provenientes da Sardenha (e da Córsega), que é uma das primeiras regiões dominadas por Cartago; talvez os quantitativos demográficos não fossem suficientes para permitir o recrutamento (o que parece uma contradição, atendendo aos números reduzidos de indivíduos que fazem parte dos contingentes de cidadãos). A Sardenha participa nas campanhas de Cartago sobretudo através do pagamento de tributos, à semelhança do que sucede com outras comunidades na área de influência púnica. DYSON, ROWLAND, “The Arrival of the Carthaginians”, *Archaeology and History in Sardinia from the Stone Age to the Middle Ages – Shepherds, Sailors & Conquerors*, eds [...], Filadélfia, University of Pennsylvania Museum of Archaeology and Anthropology, 2007, p. 118. LAZENBY, “Rome and Carthage”, *The First Punic War: A Military History*, Londres, UCL Press Limited, 1996, p. 26.

³²² HOYOS, “Carthage at War: Sicily”, *op. cit. The Carthaginians*, p. 153.

³²³ Hoyos refere também a utilização provável de Libifénícios e comunidades costeiras nas armadas. *Idem*, p. 150.

³²⁴ Plb. 1.10, 1.20. Zonar. 8.8.

Os navios requeriam um número significativo de homens para se deslocarem: segundo Hoyos, uma frota de cem trirremes requeria, no mínimo dezassete mil homens, sendo que duzentas e vinte quinquerremes necessitavam de 60000 indivíduos. A capacidade de a cidade fornecer todos os marinheiros necessários é passível de debate, independentemente da utilização de indivíduos provenientes do espaço líbio. A situação da contratação de mercenários para integração nas frotas é pouco mencionada e, tendo em conta o bom funcionamento da marinha de Cartago (anterior à derrota de 241 a. C.), seria pouco plausível que esta fosse uma actividade regular; contudo, a possibilidade da integração de mercenários experientes nas frotas não deve ser descartada³²⁵. Por outro lado, deve questionar-se se os mercenários assumiam também funções de remadores – segundo os cálculos de Políbio, nos navios romanos da invasão africana constavam trezentos remadores e cento e vinte soldados de infantaria (sendo que uma distinção semelhante entre remadores e soldados parece estar presente em Plb. 1.61)³²⁶. Teria Cartago a capacidade para garantir os números substanciais de remadores necessários para garantir o funcionamento dos navios? E seriam estes remadores parte dos cidadãos da cidade?

A utilização dos exércitos líbios parece surgir em moldes diferentes já em períodos recuados, no que toca à sua denominação como mercenários. Em D.S. 13.44, por exemplo, é referido que Aníbal teria visitado o Norte de África e escolhido os homens mais fortes para o exército. No início da Guerra dos Mercenários, Cartago pede auxílio às várias cidades da Líbia, sendo que estas parecem ter alguma capacidade de decisão: nem todas fornecem o seu auxílio (Plb. 1.70), e aquelas que o fazem recorrem sobretudo a mercenários. Além do recrutamento de cidadãos dentro da cidade, é necessário observar o caso específico das relações entre Cartago e os territórios vizinhos, para compreender em que níveis o conceito de mercenário é aplicado de forma correcta aos contingentes líbios³²⁷. No final do século III a. C., Cartago domina um território não muito extenso mas populoso, que se subdivide em províncias administrativas³²⁸. Se Cartago recruta somente dentro da sua esfera de influência ou se cidades independentes fornecem o seu auxílio, é difícil precisar; note-se, contudo, a maior probabilidade da primeira hipótese,

³²⁵ HOYOS, "Carthage at War: Sicily", *op. cit. The Carthaginians*, p. 150.

³²⁶ ERKDAMP, "Manpower and Food Supply in the First and Second Punic Wars", *A Companion to the Punic Wars*, ed. Dexter Hoyos, Malden, Wiley – Blackwell, 2011, p. 65.

³²⁷ HOYOS distingue entre os contingentes líbios das regiões rurais, e os "aliados" libifénicos (*op. cit.*, p. 155).

³²⁸ HOYOS, "Carthage in Africa", *op. cit., The Carthaginians*, p. 143. Tal contrasta com a afirmação universalizante de Políbio, que refere que Cartago domina não só a Líbia mas grande parte da Ibéria – Plb. 1.10.

atendendo à conclusão de Bagnall de que a cidade procura os seus exércitos sobretudo dentro dos espaços com que se relaciona.

Segundo Políbio, são convocados 70000 líbios para a Guerra dos Mercenários (Plb. 1.73), o que contrasta com a ausência de referências a soldados desta origem. Se as referências específicas aos exércitos líbios são praticamente inexistentes para o período da Primeira Guerra Púnica, sendo dado um maior destaque aos mercenários provenientes de outras regiões³²⁹, Políbio refere que a maior unidade utilizada por Cartago durante a guerra é a que é recrutada no Norte de África (Plb. 1.67). Se estes indivíduos estão colocados sob o seio de influência de Cartago, é necessário verificar se existem razões para os observar enquanto conjunto de Mercenários. O papel dos líbios nos exércitos de Cartago não se limita à participação física nos combates. Além de serem, segundo Políbio, a principal componente do exército cartaginês, os líbios tinham igualmente a dupla função de fornecer equipamentos e abastecimento (Plb. 1.71).

Políbio não inclui os Númidas na sua enumeração dos continentes contratados, mas não faz explicitações desta natureza para os exércitos líbios. Diodoro parece criar uma distinção, ao referir que “mercenários e Líbios” começaram uma insurreição contra Cartago no final da Primeira Guerra Púnica (D.S. 25.6). A resposta para esta problemática parece residir no facto de os soldados líbios serem pagos (Plb. 1.70, por exemplo); o cidadão-soldado não requer um pagamento prévio da parte da entidade política, e não existem referências a pagamentos aos Númidas durante a Primeira Guerra Púnica³³⁰. No entanto, parece existir uma espécie de microssistema económico: Cartago contrata os líbios, pagando-lhes uma quantia previamente acordada, mas recebe simultaneamente tributos destes territórios.

Dentro do espaço do Norte de África, destaca-se ainda a relação de Cartago com a Númidia, que envolve, desde cedo, ligações socioculturais, económicas e militares

³²⁹ Nos excertos das fontes consultadas que se referem especificamente à duração da Primeira Guerra Púnica, existem: duas menções aos mercenários da Campânia (Plb. 1.7 e 1.9), uma aos da Ligúria (Plb. 1.17), três aos Celtas (Plb. 1.17 e 1.43, D. S. 23.21), duas aos Gregos (Plb. 1.32 e 1.48), uma a mercenários gauleses (Zonar. 8.10). Não é referida a excepção da Númidia, por se encontrar numa situação semelhante à dos restantes habitantes do Norte de África.

³³⁰ Contudo, apesar de não existir um pagamento prévio acordado por via de um contrato, os cidadãos-soldado não deixavam de ter acesso a uma espécie de remuneração, por via do saque; como refere Sage, “one of the expected consequences of victory was the appropriation of wealth by the victors (...)”; no entanto, o saque é uma consequência da vitória, e o mercenário ao serviço de Cartago tem, neste contexto, o pressuposto de ser remunerado independentemente do resultado da batalha (SAGE, “The army of the late Republic”, *The Republican Roman Army: A Sourcebook*, Nova Iorque, Routledge, 2008, p. 208. CHAMPION, “Ideological and Political Contexts”, *Cultural Politics in Polybius's Histories*, Londres, Berkeley, Los Angeles, University of California Press, 2004, p. 209.

próximas³³¹. Apesar de os Númidas estarem integrados no conjunto dos povos norte-africanos que servem o exército de Cartago, as fontes atribuem-lhes com frequência alguma diferenciação face aos restantes contingentes líbios³³². Como refere Daly, “their exact status in Carthage’s armies is uncertain, though Numidians seem normally to have served in an allied, rather than mercenary, capacity”³³³. As razões para tal podem ser diversas (incluindo a posterior formação do reino da Numídia³³⁴, uma entidade política unificada, por oposição às tribos de etnia berbére que se encontram fora da fronteira oriental da Tunísia e do espaço da Argélia). Neste contexto destaca-se a proficiência númida numa área particular do exército, nomeadamente a cavalaria. Apiano refere-se aos Númidas como o povo mais robusto entre os Africanos (App. Pun. 71)³³⁵. Diodoro Sículo não refere com exactidão a origem das forças de cavalaria utilizadas por Cartago na Sicília, apesar de se poder pressupor, através de fontes como Políbio, que se trata da cavalaria númida. Se assim for, note-se que Diodoro inclui estas unidades nas forças mercenárias que lutaram por Cartago. Acrescente-se que os cavaleiros serão responsáveis pela aquisição das respectivas montadas, a julgar pela exigência de compensações pela perda de cavalos na Sicília (D.S. 25.6).

Estrabão faz uma descrição dos cavaleiros norte-africanos (que, segundo a fonte, se equipam de forma semelhante, independentemente da tribo) e das respectivas montadas: cavalos pequenos mas velozes e obedientes³³⁶, com arreios feitos de fibras ou

³³¹ Existem, desde cedo, ligações matrimoniais entre Cartagineses e Númidas. Note-se igualmente o episódio referido em Plb. 1.78: um guerreiro de uma eminente família númida, *Naravas*, a quem a fonte se refere como tendo “laços ancestrais com os Cartagineses”, abandona a facção adversária e junta-se a Cartago. Cerca do século III a. C., os povos berberes a Este de Cartago começam a formar um reino (NAYLOR, “Chronology - Antiquity to the arrival of the Arabs”, *Historical Dictionary of Algeria*, Maryland, Rowman & Littlefield, 2015, p. XXXVII). Note-se, contudo, a frequente fricção entre determinadas facções númidas e Cartago: já durante a Primeira Guerra Púnica, Políbio regista um ataque númida à cidade, que coincide com a presença romana no Norte de África (Plb. 1.31).

³³² Heródoto refere-se à grande diversidade de tribos entre os Líbios (Hdt. 4.167).

³³³ DALY, “The Carthaginian Army”, *Cannae: The Experience of Battle in the Second Punic War*, Londres, Routledge, 2002, p. 92.

³³⁴ Daly refere a existência de dois reinos númidas – o dos *Masaesyli* a Oeste e o dos *Massyli* a este – que coexistiam com uma série de pequenas tribos. Idem, pp. 92-93.

³³⁵ Hoyos explicita a subdivisão entre os diferentes grupos étnicos: “The Libyans who were their neighbors were part of the ethnic group today called Berbers, who dwelt along the coasts and uplands of North Africa from the region of modern Libya to the Atlantic (...). The peoples in the far west came to be called Mauri; to those east of the Mauri (...) the Romans called them Numidians”. HOYOS, “Introduction”, *op. cit.*, p. 16.

³³⁶ É difícil precisar como seriam as montadas dos guerreiros númidas. Deb Bennett pensa que estes seriam originários das espécies de cavalos selvagens que habitaram o Norte de África; teriam entre 1.22 a 1.42 metros de altura, uma estrutura ágil e membros longos; seriam de menores dimensões e peso, e com um quadril mais largo que outras raças de cavalo, como as utilizadas pelos Persas, com quem, contudo, vão efectuar cruzamentos (características semelhantes ao actual Árabe Egípcio). Bennet relembra as representações da cavalaria númida na coluna de Trajano, BENNETT, “The Children of Danu”, *Conquerors: The Roots of New World Horsemanship*, Solvang, Amigo Publications, Inc, 1998, pp. 71-73;

de cabelo, e guiados por uma vara³³⁷; cavaleiros equipados com escudos de couro (sendo que teriam capas do mesmo material), lanças pequenas com pontas largas, túnicas soltas³³⁸. É pertinente questionar como estas unidades são utilizadas e se somente os Númidas integram as unidades de cavalaria nos exércitos cartagineses, sobretudo atendendo à natureza do seu equipamento e das próprias montadas, visto que esta parece ser eficaz nos planos da velocidade e agilidade, mas menos eficiente na questão da resistência, sobretudo quando se fala de combates com maior proximidade do inimigo. Apesar de se tratar de um período posterior, são pertinentes as referências de Gaebel a Políbio e Tito Lívio: durante a Segunda Guerra Púnica, Aníbal teria optado por colocar a cavalaria «pesada» na dianteira e os Númidas nas alas, utilizando a mesma para incursões aos acampamentos adversários³³⁹.

No que respeita à Primeira Guerra Púnica, a utilização destas unidades não parece divergir daquela que é referida por Daly: Políbio refere em Plb. 1.18 uma série de incursões com dardos por parte dos Cartagineses; apesar de não ser referido, é possível que estas tenham sido efectuadas por parte da cavalaria númida. Em Plb. 1.19, menciona explicitamente uma utilização táctica: os cavaleiros númidas são enviados para atrair a cavalaria romana até ao resto do exército. Nestas circunstâncias a cavalaria ligeira permanece na dianteira, possibilitando o ataque ao exército romano em retirada. Quanto aos números utilizados, é difícil precisar; Políbio refere o retorno de 500 cavaleiros com Amílcar (Plb. 1.30) numa situação em que era necessário reforçar as defesas do Norte de África. No exército disponibilizado a Xântipo para derrotar a invasão romana constariam 4000 cavaleiros (Plb. 1.33)³⁴⁰.

SOUTHERN, “Introduction”, *The Roman Army: A Social and Institutional History*, Oxford, Nova Iorque, Auckland et al., Oxford University Press, 2006, p. 15.

³³⁷ A fonte não faz referências a ligas de metal utilizadas no arnês. Note-se assim a diferença para as ossadas de dezoito cavalos encontrados em Himera, na Sicília, com datação do início do século V a. C.: uma delas incluía um anel de bronze, que fazia parte da composição do arnês. LEE, “The Fight for Ancient Sicily”, *Archaeology*, Vol. 64, N. 1, Nova Iorque, Archaeological Institute of America, 2011, disponível em <http://archive.archaeology.org/1101/features/himera.html>.

³³⁸ Segundo Estrabão, existiriam contactos entre as várias tribos. Algumas destas (Farúsios e Nigretes) seriam igualmente portadoras de arcos, pelo que se pode presumir que alguns dos guerreiros do Norte de África teriam a capacidade de actuar como arqueiros. Estrab. 17.7.

³³⁹ GAEBEL, “The Aftermath: 323 to 150 B.C.”, *Cavalry Operations in the Ancient Greek World*, Norman, University of Oklahoma Press, 2002, pp. 266-268 (refere Plb. 3.31, 44.3, 45.1, e Liv. 21.29).

³⁴⁰ Note-se que em Plb. 1.33 se refere à “cavalaria cartaginesa”. A utilização do termo “cartaginês” é abrangente e torna-se dúbia, pois não refere se se trata do exército ao serviço de Cartago, ou de unidades de cavalaria constituídas especificamente pelos habitantes da cidade. Apesar de a primeira hipótese ser mais provável, a figura equina é das mais frequentes na cunhagem de moedas púnicas (vejam-se os exemplos de FRIEDBERG e FRIEDBERG, “Gold Coins of the Ancient World, *Gold Coins of the World: From Ancient Times to the Present*, Nova Iorque, Coin and Currency Institute, 2009 (1ª ed. 1958), p. 31. Apesar de a figura representada ser um cavalo e não um cavaleiro, e de ser improvável a existência de

A história do exército de Cartago parece estar dividida em duas partes. Na primeira, o exército da cidade propriamente dita destaca-se. No momento da sua fundação, Cartago deverá ter funcionado, em termos militares, à semelhança das outras cidades-estado do Mediterrâneo. Se for correcto afirmar que as influências desta primeira fase provêm do Médio Oriente, sobretudo da Assíria, é provável que tenha existido um sistema de recrutamento obrigatório³⁴¹. Note-se que, a partir de Sargão II e Senequeribe, existe uma ênfase crescente em unidades de elite / guarda, bem como de soldados profissionais, e não somente cidadãos mobilizados em períodos específicos³⁴². Durante a sua expansão inicial, é provável que Cartago tenha utilizado os seus cidadãos para campanhas externas, ao contrário do que sucede em períodos tardios, em que estes surgem sobretudo em situações de defesa³⁴³. Com o decorrer dos séculos e a expansão da cidade, quer em termos económicos, quer em termos de área de dominação política (sobretudo após a transformação das relações económicas com os territórios circundantes que, a julgar pelas fontes, passam de tributados a tributários³⁴⁴), Cartago adquire capacidade para dispensar grande parte dos cidadãos das campanhas no exterior, sendo que, como refere Hoyos, os seus exércitos irão ser sobretudo constituídos por mercenários no século III a. C.³⁴⁵ Os elementos de chefia do exército permanecem oriundos da própria cidade; antes de analisar os mercenários de forma pormenorizada, é pertinente observar a questão dos generais cartagineses, e da forma como estes se relacionam com os exércitos.

unidades de cavalaria significativas oriundas da própria cidade, a hipótese não deve ser totalmente descartada.

³⁴¹ Note-se, contudo, que existem especificidades no caso da organização neoassíria: apesar de existir uma obrigatoriedade de servir o rei durante períodos determinados, algumas cidades estavam isentas, e existia a opção de substituir o período de serviço por pagamentos.

³⁴² TALLIS, “Ancient Near Eastern Warfare”, *The Ancient World at War*, ed. Philip de Souza, Londres, Thames & Hudson, 2008, p. 61.

³⁴³ HOYOS, “Carthage in Africa”, *op. cit.*, pp. 133-135.

³⁴⁴ Sobre a fundação de Cartago, veja-se Just. 1.19; *infra*, Capítulo I; HOYOS, “Carthage at War: Sicily”, *op. cit.*, p. 154.

³⁴⁵ *Idem*, p. 154.

1. Os Generais

Como já foi referido, os comandantes cartagineses (quer em batalhas navais, quer terrestres) fazem parte da elite da cidade. Os nomes dos generais repetem-se muitas vezes através dos séculos, e estes têm com frequência relações familiares (veja-se o caso dos Magónidas, com o cargo de general sucessivamente ocupado por Magão, Asdrúbal e Amílcar – Just. 19.1 – ou dos Bárcidas). É possível que, nos primórdios da cidade, os líderes do exército cartaginês tenham recebido a sua preparação militar no seio do Batalhão Sagrado; embora não se saiba ao certo o que acontece a este contingente, cujas referências desaparecem para os períodos posteriores, não deve ser descartada a hipótese de uma continuidade de tradição. Mesmo que o Batalhão Sagrado tenha desaparecido nas suas formas originais, pode ter permanecido um programa de formação para a elite cartaginesa, do seio do qual os indivíduos ascendem aos postos de comando.

É necessário observar a subdivisão de tarefas entre os comandantes cartagineses. Vejam-se, em primeiro lugar, os casos observados em Políbio. A primeira menção surge em Plb. 1.12: um general cartaginês sem nome encontrava-se em Messina; em Plb. 1.18, Aníbal e Hanão. Outro cargo referido é o de almirante; em Plb. 1.21, apesar de não ser especificamente denominado como tal, um indivíduo de nome Boödes recebe o comando de vinte embarcações. É de importância particular o facto de Políbio se referir de forma mais específica à função que Boödes ocupava em Cartago: este homem pertencia ao Conselho dos Anciãos, o que significa que seria provavelmente um homem de idade mais avançada e com experiência. Talvez esta passagem seja um indicador de que a carreira militar em Cartago poderia servir de percurso para a futura ascensão política. Existe, contudo, uma contradição, que pode distinguir diferentes posicionamentos dentro da aristocracia: se, como refere Hoyos, os membros do «Conselho de Anciãos» são escolhidos no seio das famílias «nobres» da cidade, sem uma forma de ascensão com intervenção do *demos*³⁴⁶, os generais chegavam ao seu cargo por via de eleições (veja-se Plb. 1.30: Asdrúbal, filho de Hanão, e Bostar, são eleitos pelos cartagineses). A possibilidade de intervenção popular pode ter sido escassa ou pouco significativa, mas a tradição tem continuidade pelo menos ao longo da Segunda Guerra Púnica, na qual a decisão popular serve, pelo menos, enquanto critério

³⁴⁶ HOYOS, “State and Government”, *op. cit.*, p. 25.

de verificação³⁴⁷. Note-se que o general Asdrúbal, que entretanto retorna da Sicília, não perde o seu Cargo, o que significa que era possível existirem pelo menos três generais eleitos em simultâneo, ao contrário do caso romano, que somente admite dois cônsules³⁴⁸.

Dentro do exército cartaginês, existem diferentes hierarquias. Como foi referido no Capítulo I, existiam, pelo menos nos períodos iniciais da história de Cartago, dois “reis” ou Sufetas³⁴⁹. Nos períodos tardios, não existem referências específicas que comprovem Sufetas desempenhando funções de cariz militar, ou a generais que acumulem a função com a de Sufeta³⁵⁰. No entanto, Hoyos sublinha a possibilidade de as duas funções serem cumulativas nos primeiros séculos da existência da cidade, com a possibilidade de uma separação progressiva, embora não linear ou definitiva, da carreira política em relação à carreira militar³⁵¹. A duração do ofício de general não está bem definida nas fontes; Just. 19.1 dá a entender que existe a possibilidade de múltiplas ocupações consecutivas. Veja-se o caso do general Asdrúbal, que celebrou *dictaturae undecim et triumphum quattuor*. Note-se que a fonte se refere a onze ditaduras, e não onze reeleições; não é explicitado se Asdrúbal é reeleito dez vezes, ou se ocupa o cargo por circunstâncias extraordinárias, semelhantes às que levam aos períodos ditatoriais romanos. Segundo a fonte, o período em que Asdrúbal ocupa este ofício é de grandes movimentações para o exército: por um lado, existem confrontos em África, relacionados com questões tributárias (que Cartago terá perdido); por outro, teria começado a campanha de expansão para a Sardenha.

Existem situações em que a posição do indivíduo não é claramente descrita, não podendo precisar-se se este é um Sufeta / general, ou pertence a uma hierarquia inferior: é o caso de um indivíduo de nome Amílcar, que é descrito como estando encarregado das forças terrestres de Cartago (Plb. 1.24). Parece igualmente existir uma distinção entre os comandantes principais, embora não se possa precisar se está relacionada com a faixa

³⁴⁷ LAZENBY, “Rome, Carthage and the Origins of the War”, *Hannibal’s War: A Military History of the Second Punic War*, Warminster, Aris and Phillips, 1978, p. 5.

³⁴⁸ QUESADA-SANZ, “En Torno a las Instituciones Militares Cartaginesas”, *Instituciones, Demos y Ejército en Cartago – XXIII Jornadas de Arqueología Fenicio-Púnica (Eivissa, 2008)*, ed. Benjamí Costa e Jordi H. Fernández, Ibiza, Cogern de les Illes Balears, Museo Arqueológico de Ibiza y Formentera, pp. 157-158.

³⁴⁹ Veja-se infra, Capítulo I, p. 34.

³⁵⁰ Não se conhece nenhum indivíduo que tenha ocupado ambas as funções simultaneamente, apesar de Hoyos relembrar que Aristóteles escreve que os Cartagineses podiam acumular funções.

³⁵¹ HOYOS, Sufete, “Glossary of Special Terms”, *Mastering the West: Rome and Carthage at War*, Oxford, Nova Iorque, Auckland et al., *Oxford University Press*, 2015, p. 307; DREWS. “Phoenicians, Carthage and the Spartan Eunomia”, *The American Journal of Philology*, Vol.100, No. 1, Baltimore, The John Hopkins University Press, 2013, pp. 52-58.

etária ou com o tempo de serviço: em Plb. 1.40, fala-se de Asdrúbal, o comandante sénior. Talvez esta diferenciação tenha alguma relação quer com o que sucede entre os dois irmãos magónidas na Sardenha, quer com a passagem de Plb. 1.44, em que se fala do conselheiro em que mais confiava Adérbal, o seu almirante: parece existir, em algumas situações, uma associação entre um elemento dominante e outro indivíduo que, não ocupando o lugar cimeiro, lhe está associado e se mantém em segunda linha de comando. Apesar de a menção ao título de comandante sénior ser singular, não deve ser descartada a hipótese de os cargos funcionarem, com alguma frequência, em «tutorias», com um comandante sénior e experiente a formar um general mais jovem.

A necessidade de defesa dos interesses de Cartago, quer no território circundante, quer no exterior, poderá ter levado à manutenção do mesmo indivíduo no cargo, quer para garantir a continuidade e a eficácia da formação dos exércitos, quer pela experiência apresentada pelo general (note-se, contudo, que não há referências específicas a ter sido Asdrúbal a comandar os exércitos no Norte de África). Após a morte de Asdrúbal, é o seu irmão Amílcar que o sucederá no comando do exército no exterior. Amílcar não adquire o poder por eleição popular, como sucede aos generais referidos para a Primeira Guerra Púnica – é Asdrúbal que lhe lega o comando. Não obstante, Justino refere que este último morre após ter sido gravemente ferido em batalha. É possível que Asdrúbal tenha sido levado para fora do campo, recebido tratamento e falecido após a nomeação de Amílcar como seu sucessor, mas a hipótese de esta ser uma nomeação planeada com antecedência não deve ser posta de parte, sobretudo atendendo à situação de resistência dos habitantes da Sardenha, afirmada pela fonte.

Resta questionar se, nesta primeira fase, os generais eram por norma eleitos, ou se eram nomeados por outros elementos, reforçando o sistema aristocrático de sucessão familiar³⁵². A última hipótese é bastante provável: em Just. 19.2, é elaborada uma lista dos descendentes de Amílcar e de Asdrúbal: são apontados como tendo três filhos cada um (se o número é somente simbólico, ou se existe uma omissão de filhos que não seguem a carreira militar, é difícil precisar), sendo que, julgando pelo discurso da fonte, estes indivíduos seguem também o percurso militar, atingindo cargos de comando. É possível

³⁵² O treino dos generais passava pelas componentes teórica e prática. Sendo indivíduos capazes em termo de comando, tinham também treino militar e de armas. Diodoro refere que Amílcar seria superior aos restantes cidadãos em termos de habilidade com as armas, o que pode ser um indício de que os cidadãos de Cartago, apesar de não serem uma componente numerosa nas guerras, receberiam preparação física. Não se sabe, contudo, se se trata somente de um núcleo de aristocratas, ou dos cidadãos em geral.

que tenha existido uma evolução gradual do poder da aristocracia militar, que constrói a sua capacidade de domínio através da promoção dos elementos familiares a postos de chefia do exército. A preocupação dos cartagineses com o domínio dos Magónidas teria levado à posterior instituição de um «senado», a quem teriam de prestar contas no final das campanhas.

Deve questionar-se também de onde viriam os fundos dos exércitos mercenários; estes seriam possivelmente pagos pelos próprios generais (ou pelo acesso dos mesmos aos recursos da cidade): Zonar. 8.10 refere que os mercenários gálicos ao serviço de Amílcar se encontravam ofendidos porque este não lhes havia pago a totalidade do prometido (a fonte não explicita se Amílcar utilizava os seus fundos pessoais para o pagamento dos salários, ou se existia um fundo da cidade que lhe é disponibilizado e por ele gerido). Em diversas situações, Cartago é severa com as punições dos seus comandantes. No final do cerco de Acragas, no qual o exército romano é bem-sucedido, Zonar. 8.10 refere que, devido à indisposição da população para com Hanão (o general que é enviado em auxílio da cidade), este é substituído pelo general Amílcar (o que implica que existiria alguma estrutura política na cidade com poder para tomar as decisões, quer fosse a «assembleia popular» – a mesma que tinha a capacidade para eleger os generais – quer se tratasse de outra estrutura específica dentro da elite militar). Este castigo parece ser de natureza temporária, visto que Plb. 1.27 refere explicitamente a participação do mesmo indivíduo numa batalha naval, na qual age como comandante das embarcações da ala direita (“o homem que perdeu a batalha de Acragas”). Existem também diversos casos de crucifixão de comandantes mal-sucedidos: veja-se, por exemplo, Plb. 1.11: o general cartaginês que se encontrava em Messina abandona a cidade (segundo a fonte, por via de intimidação dos Mamertinos); este indivíduo, cujo nome não é referido, provavelmente retornou a Cartago, onde foi crucificado pelas acusações de cobardia e mau julgamento.

Em Plb. 1.24, é descrita a crucifixão de Aníbal pelos sobreviventes de um ataque à frota em que navegava. Se esta frota fosse constituída sobretudo por mercenários, a questão da crucifixão do general teria de ser questionada. A punição dos crimes e insucessos por esta via parece ter sido tomada pelo exército cartaginês (Políbio refere-se aos cartagineses sobreviventes), o que volta a salientar a possibilidade da existência de um exército endógeno e, neste caso, da sua utilização em conflitos externos no século III a. C. Pode perguntar-se qual a motivação destes indivíduos para atribuírem uma punição desta natureza ao seu general; tratar-se-á de um motim, ou existirão, dentro

destes corpos de exército, indivíduos com a autoridade para julgamentos sumários e execução de sentenças? Note-se também que, em alguns casos referidos por Políbio, as punições pelas derrotas terrestres, como a de Hanão, parecem menos severas do que os castigos pelas derrotas navais, sobretudo se estas implicam a perda de navios. Este evento pode também ter sido um caso singular, motivado por questões que não estão explícitas na fonte: um comandante cartaginês perdeu algumas embarcações no cabo Tindaris, e não parece ter sofrido represálias. Por outro lado, os sucessos de Cartago também são celebrados (embora a fonte não refira de forma clara os procedimentos), à semelhança do que sucede no caso das vitórias dos cônsules de Roma: como já referido, Justino menciona os triunfos de Magão.

Como refere Daly, a situação dos mercenários ao serviço de Cartago para com os seus generais torna-se semelhante à dos soldados romanos, desenvolvendo-se um laço de lealdade para com a figura central do exército, que se pode vir a sobrepor à da entidade política original (um dos reinos ou tribos da Numídia) ou contratante (Cartago)³⁵³. Veja-se, por exemplo, a questão das negociações entre Cartago e os Mercenários: a escolha do mediador recai sobre Giscão, sob cujas ordens teriam servido na Sicília, e para o qual tinham uma disposição positiva, devido às acções do general (que não são especificadas; Políbio somente refere que estão relacionadas com o seu transporte para Cartago); por oposição, Amílcar Barca não tinha o favor dos mercenários, que o culpavam pela sua situação (Plb.1.68).

Apesar de os generais cartagineses serem eleitos ou nomeados a partir de uma elite de cidadãos da cidade, existe uma excepção durante a Primeira Guerra Púnica. É o caso de Xântipo, um mercenário espartano que é contratado para reorganizar as forças de Cartago e resistir à invasão romana. Políbio conta que os Cartagineses, tendo enviado homens para recrutar mercenários na Grécia, trouxeram consigo um corpo considerável de soldados, entre os quais estaria presente Xântipo. Os seus comentários relativamente às razões da derrota cartaginesa teriam chamado a atenção das autoridades de Cartago, sendo que os generais, estando de acordo com as suas recomendações, teriam colocado Xântipo no comando (Plb. 1.32). Segundo a versão de Apiano, teriam sido os próprios embaixadores de Cartago a solicitar aos Lacedemónios que lhes enviassem um comandante, visto considerarem os seus generais culpados pela série de derrotas (App.

³⁵³ Daly refere-se especificamente ao caso dos Númidas; independentemente de o seu estatuto ser de mercenário ou de aliado, a maior parte destes indivíduos teria servido a dinastia Bárcida na Hispânia. Destaca ainda as fortes ligações entre Númidas e Bárcidas, com o já referido caso de *Navaras*, por oposição à ausência de ligações desta natureza para os contingentes líbios. DALY, *op. cit.*, pp. 92-94.

Pun. 3.256). Nas *Histórias* de Políbio, os motivos apresentados para a contratação de Xântipo estão sobretudo relacionados com a inexperiência dos generais. Tal parece contradizer Zonar. 8.10, que refere que os Cartagineses haviam substituído Hanão por Amílcar, filho de Barca, superior em termos de comando a todos os outros cartagineses com excepção do seu próprio filho, Aníbal. Cartago utiliza os seus próprios generais desde a fundação da cidade, e não existem registos da utilização de mercenários como líderes do exército durante este conflito específico, além do caso de Xântipo.

Apesar de existirem referências a oficiais dentro dos próprios mercenários, nenhum destes tem o estatuto equivalente ao do general. É necessário questionar as motivações reais para a contratação de Xântipo da Lacedemónia, sobretudo atendendo às narrações existentes para o fim do período de «contrato», e à diferença entre as duas versões da contratação, que pode revelar-se significativa. Num dos casos, Cartago vai em busca de mercenários; no outro, vai especificamente procurar um general. Acrescem ainda as diferentes versões da partida de Xântipo, quando termina a ameaça romana: segundo Políbio, o próprio Xântipo teria decidido partir; mas Apiano conta que este teria sido ludibriado pelos cartagineses e atirado para fora do navio em que viajava, juntamente com os seus companheiros (App. Pun. 1.4.250). Seria o objectivo de Cartago evitar a criação de laços entre os mercenários e Xântipo, que poderiam levar, no caso de divergências, à perda de um contingente substancial de homens para um indivíduo que tinha conhecimento do terreno Norte-Africano?

Incorrer no desagrado dos mercenários podia revelar-se muito nocivo para o decurso da guerra, sobretudo em momentos onde a derrota parece iminente: em Plb. 1.42-43, durante o cerco de Lilibeu, os comandantes planeiam trair a cidade, então apoiante de Cartago, ao inimigo, Roma, visto que o cerco parece perdido. A fonte conta que um indivíduo, de nome *Alexon*, teria sido o responsável por evitar a traição, avisando o general Himilcão, que por sua vez efectua uma série de promessas para manter os mercenários ao seu serviço³⁵⁴. Manter a lealdade dos oficiais revela-se indispensável, e são frequentes as referências a discursos dos generais envolvendo prémios e bónus individuais da parte de Cartago (Plb. 1.45).

³⁵⁴ É provável que *Alexon* tenha tomado esta decisão em virtude de uma eventual recompensa por parte dos generais cartagineses, sobretudo porque não se trata da primeira vez que este indivíduo põe a descoberto as intrigas dos mercenários (já antes o havia efectuado em Acragas, expondo os mercenários de Siracusa).

2. Os Mercenários: origens

Como se verificou, a parcela dos exércitos de Cartago que é constituída por cidadãos púnicos / das colónias, apesar de relevante (sobretudo em termos de comando) é diminuta. Aos contingentes que pertencem aos exércitos endógenos propriamente ditos, acrescem os soldados contratados na Líbia (que, apesar de poderem ser incluídos no conjunto dos mercenários, apresentam uma situação específica relativamente aos demais), e a utilização da cavalaria númida, sendo que a relação da Numídia com Cartago obriga a questionar se estes devem ser incluídos no conjunto do conceito tradicional dos mercenários. Os indivíduos que servem nos exércitos cartagineses provêm de regiões e situações muito diversas. No final da Primeira Guerra Púnica, os mercenários foram retirados da Sicília para Sicca, uma cidade no Norte de África, que pertencia a Cartago, onde ficariam a aguardar pagamento. Políbio dá conta de que pelo menos parte dos mercenários teriam junto de si um conjunto de dependentes (esposas e filhos; Plb. 1.66). Prosseguir-se-á com uma breve análise de cada uma das tipologias de guerreiro, para possibilitar a compreensão da coerência e estrutura do exército cartaginês em combate.

3. Península Ibérica e Baleares

Os mercenários com origem na Península Ibérica são dos primeiros a serem referidos por Políbio. No início da Guerra, quando Híeron II de Siracusa se passa para a facção romana, Cartago terá procedido ao recrutamento de mercenários em grandes quantidades, entre os quais Celtas, Ligúres e sobretudo Iberos. Apesar da escassez de informações sobre a especificidade da sua utilização durante a Primeira Guerra Púnica, é possível depreender alguns dados sobre a tipologia de armamento do mercenário ibérico do século III a. C., sobretudo a partir dos dados arqueológicos. Quesada-Sanz sublinha, para este efeito, as esculturas, relevos e figuras de bronze, bem como as armas encontradas nos locais de enterramentos³⁵⁵.

³⁵⁵ QUESADA-SANZ, “Military developments in the ‘Late Iberian’ culture (c.237-c.195 BC): Mediterranean Influences in the Far West via the Carthaginian Military”, *Hellenistic Warfare I. Proceedings Conference Torun (Poland), October 2003*, ed. N. Sekunda e A. Noguera, Valencia, Fundacion Libertas 7 – Instituto Valenciano de Estudios Clásicos y Orientales, nº 2, 2011, p. 208. A infantaria ibérica, que seria constituída quer por Iberos, quer por Celtiberos (devido aos matrimónios

Não existem referências específicas ao modo de utilização dos mercenários ibéricos. Segundo Políbio, após o final da Guerra dos Mercenários, Cartago teria recrutado um exército, que é enviado para a Península Ibérica sob o comando do general Amílcar, para recuperar os espaços que a cidade possuía. Após nove anos de operações militares, reduziu muitas das tribos à obediência a Cartago (Plb. 2.1). Contudo, o relacionamento do mundo púnico com o espaço ibérico durante a Primeira Guerra Púnica é distinto daquele que se irá formular durante as campanhas de Amílcar e, posteriormente, de Aníbal. Como foi referido no capítulo anterior, a relação de Cartago com o mundo ibérico é sobretudo comercial, envolvendo a fixação nos espaços costeiros, apesar de Políbio referir que o crescimento de Cartago “não se limitava à Líbia, mas havia ocupado muitos pontos da Ibéria” (Plb. 1.10). Assim, no que respeita os indivíduos da Península Ibérica ao serviço de Cartago, e ao contrário do que ocorre no caso dos soldados líbios ou númidas, não parecem restar dúvidas quanto à denominação de mercenário. Mas, uma passagem de Diodoro Sículo levanta questões em torno desta problemática: D.S. 13.44.6 menciona que, durante uma questão entre Siracusa e Selinunte, Aníbal não só teria recrutado mercenários da Ibéria, como também teria incorporado muitos cidadãos no exército. A passagem não é explícita, sendo que pode referir-se tanto aos cidadãos de Cartago que habitam na Península Ibérica como a indivíduos iberos que vivessem em colónias cartaginesas, ou em cidades dependentes do mundo púnico, que tivessem recebido o estatuto de cidadania.

As contratações na Península Ibérica surgem por vezes aliadas aos recrutamentos nas Baleares³⁵⁶. D.S. 13.80 refere o envio de cidadãos de confiança a ambos os espaços para contratar mercenários para lutar na Sicília. Este facto implica que os mercenários iberos e das Baleares têm, desde períodos recuados, conhecimentos da geografia da Sicília, bem como da situação de tensão entre o espaço grego, púnico e itálico. É possível que tenha existido a transmissão de conhecimentos entre as várias gerações de guerreiros³⁵⁷. No que diz respeito ao grupo dos mercenários das Baleares, Diodoro³⁵⁸

entre iberos e celtas), forneceria quer infantaria pesada (cujas armas seriam sobretudo as lanças e as *falcatas*, quer infantaria ligeira. GABRIEL, “Carthaginian Armies”, *The Great Armies of Antiquity*, Westport, Praeger, 2002, pp. 199-200.

³⁵⁶ Existem registos da utilização de fundibulários das Baleares por Cartago desde 337 a. C. GABRIEL, *op. cit.*, p. 200.

³⁵⁷ Incentivado pelas relações comerciais entre estes espaços e a Sicília. Em Maiorca e Menorca existem vestígios de “cults, rituals and even representations of divinities” importados da Sicília, Sul de Itália e Ibiza. FERNÁNDEZ-MIRANDA, “Aspects of Talayotic Culture”, *Encounters and Transformations: The Archaeology of Iberia in Transition*, ed. Miriam Balmuth, Antonio Gilman, Lourdes Prados Torreira, Sheffield, Sheffield University Press, 1997, p. 67.

³⁵⁸ D.S. 5.18.

descreve-os com algum pormenor: o seu equipamento consistiria em três fundas, uma colocada na cabeça, a outra na barriga e a última nas mãos. Os projecteis utilizados nas fundas seriam de tamanho superior aos de qualquer outro fundibulário do Mediterrâneo, e a sua prática permitiria arremessá-los como se “fosse de uma catapulta”, tornando-se particularmente úteis em assaltos a cidades com recintos muralhados. Em batalhas campais, eram utilizados para trespassar as protecções dos inimigos – escudos, capacetes e armadura.

4. Grécia e Magna Grécia

No que respeita à Primeira Guerra Púnica, o único episódio em que a acção dos mercenários gregos surge descrita com pormenor é o do cerco de Lilibeu. São os mercenários gregos que se apercebem de uma oportunidade de defesa e sugerem a Himilcão o momento oportuno para destruir a maquinaria de cerco adversária (Plb. 1.48). Juntamente com os mercenários celtas, estariam encarregues da defesa da cidade. Aproveitando as condições climatéricas favoráveis e utilizando o vento para incendiar os engenhos de cerco (que, segundo Políbio, já teriam alguns anos de utilização), os mercenários são bem-sucedidos, conseguindo proteger a cidade e levando ao levantar do cerco e à retirada do exército adversário.

Os mercenários gregos surgem em cronologias muito recuadas. A frequência dos conflitos armados e a “natureza endémica” da guerra na Antiguidade, como relembra Trundle, são factores que terão influenciado o nascimento dos contingentes de *epikouros* que, a partir do século oitavo a. C., começam a ser mencionados como estando ao serviço de diversas entidades políticas³⁵⁹. No que diz respeito aos mercenários gregos ao serviço de Cartago, existem poucas indicações específicas. De acordo com as fontes, estes terão sido utilizados pela primeira vez em meados do século IV a. C., durante os conflitos com Timoleão. Plutarco menciona que Giscão teria partido com uma frota de setenta navios para contratar os mercenários gregos, que seriam então vistos pelo mundo púnico como os soldados mais capazes do mundo conhecido³⁶⁰. Acresce que alguns dos mercenários gregos poderiam também ser utilizados enquanto

³⁵⁹ TRUNDLE, “Introduction”, *op. cit.*, p. 4.

³⁶⁰ Plut. Timol. 30.3 e GRIFFITH, “The West”, *The Mercenaries of the Hellenistic World*, Nova Iorque, Cambridge University Press, 2014, p. 209.

tripulações de navios em diversos posicionamentos, sendo que a sua capacidade no que respeita às batalhas navais os integraria com facilidade na marinha cartaginesa³⁶¹.

É difícil afirmar as origens destes indivíduos: aparte da referência à recruta de mercenários espartanos, que terão chegado ao exército púnico ao mesmo tempo que Xântipo, ou da menção de um mercenário vindo da Acaia (o já referido Alexon, que previne a traição dos restantes mercenários durante o cerco de Lilibeu³⁶²), existem poucos dados sobre as regiões de origem e de actuação. Destaca-se Plb. 1.67, onde Políbio faz uma referência aos *μιζέλληνες*. Não se sabe ao certo quem eram os *Mixellenes*; segundo a fonte, seriam sobretudo desertores e escravos das cidades da Magna Grécia³⁶³. O termo tem sido utilizado como referência a indivíduos cuja identidade helénica havia sido «diluída», quer por miscigenação de populações, quer pelas vivências em diferentes situações sociais e geográficas, que levam à aculturação. Hall defende o processo oposto: os *Mixellenes* seriam indivíduos que, através das suas vivências próximas com os gregos (sobretudo no espaço da Sicília e do Sul de Itália³⁶⁴) teriam iniciado um processo de aculturação ao mundo helénico: “If one lives with Hellenes and imitates their ways (including their language) one may become one of them”³⁶⁵.

A teoria de Hall está de acordo com os dados apresentados nas fontes. Hoyos relembra a inclusão, no conjunto dos *Mixellenes*, dos mercenários da Campânia. Especificamente, menciona o caso de *Spendius*, um dos líderes da insurreição que leva à Guerra dos Mercenários³⁶⁶. *Spendius* é descrito como um indivíduo de grande força física e muito capaz em combate, o que está de acordo com a ideia de Plutarco da boa formação militar dos mercenários gregos (partindo do princípio de que Plutarco inclui também, ou sobretudo, os indivíduos com origem na Magna Grécia). O caso de *Spendius* deve ser observado atentamente, atendendo ao facto de que este é apresentado,

³⁶¹ TRUNDLE, *op. cit.*, p. 12.

³⁶² Veja-se *infra*, p. 110.

³⁶³ HOYOS, “The Army of Sicily”, *Truceless War: Carthage’s fight for survival, 241 to 237 BC, History of Warfare*, no. 47, ed. Kelly DeVries, Leiden, Boston, Brill, 2007, p. 7; GIBSON, “Polybius and Xenophon: The Mercenary War”, *Polybius and His World: Essays in Memory of F. W. Walbank*, eds. [...] e Thomas Arrison, Oxford, Oxford University Press, 2013, p. 169. Susan Martin considera que o termo define “*barbaroi* in the process of becoming Greeks”, MARTIN, “Culture, Hellenization and Contact”, *“Hellenization” and Southern Phoenicia: Reconsidering the impact of Greece before Alexander*, Dissertação de Doutoramento em Arqueologia pela Universidade da Califórnia, Berkeley, 2008, p. 35.

³⁶⁴ HOYOS, “Carthage in Africa and Spain, 241-218”, *A Companion to the Punic Wars*, Malden, Wiley-Blackwell, 2011, p. 207.

³⁶⁵ HALL, “From Ethnicity to Culture”, *op. cit.*, p. 196.

³⁶⁶ HOYOS, “The Army of the City”, *op. cit. Truceless War ...*, p. 7.

em primeiro lugar, como um escravo desertor do exército romano. *Spendius* temia que o seu proprietário o viesse buscar, visto que, segundo a lei romana, seria torturado e morto. Terá sido por esta razão que procura dificultar o entendimento entre Cartago e os mercenários. Se, como refere Hoyos, o termo é suficientemente extenso para se referir a um indivíduo na situação de *Spendius*, deve ter-se particular atenção quando se fala dos «mercenários gregos», sobretudo quando se atenta no início da Primeira Guerra Púnica e na questão do auxílio romano. Quando os mercenários da Campânia se instalam em Messina e pedem ajuda a Roma, consideram-se como pertencentes a um mesmo clã³⁶⁷, o que pode implicar as suas origens comuns e obriga, por conseguinte, a uma atenção detalhada das circunstâncias em que surge o termo *Mixellenes*.

5. Os Mercenários Celtas / Gálcos

Os contingentes celtas, juntamente com os mercenários ibéricos, constituem uma parte predominante do exército cartaginês. Políbio refere somente um contingente de Ligúries e outro das Baleares, e “bastantes *mixellenes*”. A noção de pequenas quantidades não surge no que respeita a Iberos e Celtas, sendo que estes últimos se presumem em números significativas, sobretudo quando se observa que Políbio somente refere a presença de Gregos e Celtas durante o cerco de Lilibeu, sendo suficientes para defender a cidade. Além de Políbio, somente Diodoro faz uma menção específica aos mercenários celtas: estes estariam então sob o comando de Asdrúbal, em Panormo. A fonte conta que a chegada de um conjunto de mercadores com grandes quantidades de vinho teria levado o contingente celta à embriaguez, o que por sua vez permite ao cônsul Cecílio atacar o exército cartaginês e conseguir uma vitória sem dificuldades. Não é provável que o contingente celta estivesse só, visto que se menciona a captura de sessenta elefantes (o que implica que indivíduos com capacidade para lidar com os animais estariam igualmente presentes); contudo, se este episódio tiver efectivamente ocorrido, é provável que correspondessem a uma parte substancial do exército que se

³⁶⁷ MACDONALD, “The Great Man in the Hellenistic World: From Alexander to Hamilcar”, *Hannibal: A Hellenistic Life*, New Haven, Yale University Press, 2015, p. 32.

encontra com Asdrúbal, visto que a sua inaptidão momentânea para o combate é suficiente para garantir a vitória romana³⁶⁸.

Segundo Apiano, tanto Celtas como Gauleses teriam habitado a parte oriental dos Pirenéus. Os Celtas ou Galácios teriam sido os primeiros a chegar, e em alguns casos ter-se-iam misturado com os Iberos, dando origem aos Celtiberos; os Gauleses seriam habitantes tardios da região (App. Hisp. 1). O uso dos mercenários celtas, provenientes sobretudo da Europa Central, era bastante difundido ao longo de todo o Mediterrâneo³⁶⁹. As delimitações entre Gauleses e Celtas estão sobretudo relacionadas com as suas zonas geográficas. Apesar de Apiano fazer uma distinção entre Celtas / Galácios e Gauleses, Diodoro coloca-os no mesmo conjunto, e é provável que as fontes que se referem a Gauleses, como é o caso de Zonaras (Zonar. 8.10) estejam a tratar o mesmo conjunto, nomeadamente as populações celtas que se fixam na zona da Gália³⁷⁰. Segundo a mesma fonte, os guerreiros celtas seriam adeptos das demonstrações individuais de valor, através de combates singulares antes do início das batalhas (D.S. 5.20-30). Apiano refere uma ocasião de um ataque ao flanco romano, juntamente com o contingente de Lígures, durante a Segunda Guerra Púnica (App. Pun. 7.205), embora não especifique se este é levado a cabo por infantaria ou cavalaria. Se os mercenários celtas seguirem os mesmos valores, tal significa que eles serão úteis sobretudo nos momentos finais da batalha, quando as formações de ambos os exércitos se tiverem desfeito e se der início a combates de maior proximidade. Tal não significa, no entanto, que os contingentes celtas fossem uma amálgama desorganizada: Allen refere que são organizados em batalha em sistemas semelhantes aos contingentes tribais³⁷¹.

Diodoro faz uma descrição dos gauleses em batalha. Utilizariam carros de guerra puxados por dois cavalos, os quais teriam dois ocupantes – um condutor e um guerreiro. Apesar de, nas fontes consultadas, não terem sido encontradas referências à utilização de cavalaria celta durante a Primeira Guerra Púnica, esta era parte integrante da sua

³⁶⁸ Deve igualmente questionar-se se a chegada dos mercadores de vinho não terá sido uma manobra do cônsul, para facilitar a incursão.

³⁶⁹ DIEPEVEEN-JANSEN, “The Dynamics of social practice in the Marne-Moselle zone”, *New Perspectives on ‘Celtic Barbarians’ in Western and Central Europe (500-250 BC)*, Amsterdão, Amsterdam University Press, 2001, p. 205.

³⁷⁰ Segundo Dunham, apesar de o mundo romano se referir a estas populações como Gaulesas, estas apelidam-se a si mesmas de *Celtae*. DUNHAM, “Caesar’s perception of Gallic social structures”, *Celtic Chieftdom, Celtic State: The Evolution of Complex Social Systems in Prehistoric Europe*, eds. Bettina Arnold e Blair Gibson, Cambridge, Nova Iorque, Cambridge University Press, 1995, p. 110.

³⁷¹ ALLEN, “The Face of the Battle”, *Celtic Warrior: 300 BC-AD 100*, Oxford, Osprey Publishing, 2001, p. 27.

sociedade, sobretudo nas comunidades da Grã-Bretanha³⁷². Os cavalos utilizados na Gália seriam de pequena dimensão, quando comparados com os animais criados na Península Itálica³⁷³ e, portanto, de um porte semelhante àquele apresentado pelas montadas núbidas, apesar de estas unidades não serem referidas como tendo a mesma proficiência. Não existem referências da utilização de carros de guerra na Sicília durante a Primeira Guerra Púnica, o que leva a crer que, se esta prática é comum entre as tribos de origem, não faz parte dos exércitos de mercenários; é igualmente possível que o carro de guerra tenha caído em desuso, visto que este terá sido utilizado por Cartago em períodos anteriores e desaparecido até à Primeira Guerra Púnica³⁷⁴. Fariam parte, por norma, dos contingentes de infantaria ligeira: Diodoro refere que a maior parte não utilizaria armaduras, apesar de registar alguns casos de adopção de couraças de ferro e cotas de malha (D.S. 5.29-30). Carregariam longos escudos de bronze e elmos do mesmo material, espadas longas e lanças.

6. Os Mercenários Lígures

Apesar de as relações de Cartago com o Norte da Península Itálica não serem tão remotas ou frequentes como as ligações à Península Ibérica e às ilhas do Mediterrâneo, os contingentes Lígures estão presentes nos exércitos de Cartago desde, pelo menos, 480 a. C., através da sua participação na Batalha de Himera³⁷⁵. Se as referências para os exércitos de Celtas e Iberos são escassas, as menções aos soldados da Ligúria são praticamente inexistentes. Como foi referido, Políbio só menciona a existência de um contingente da Ligúria no final da Primeira Guerra Púnica e, apesar de o descontentamento dos mercenários ser geral, este não parece pertencer aos dois principais conjuntos de descontentes, nomeadamente os *Mixellenes*, liderados por *Spendius*, e os Líbios, comandados por *Mathos*. Hoyos menciona os Lígures, habitantes

³⁷² Green sublinha a tática da *trimarcasia*, utilizada durante a invasão celta da Grécia, no século III a. C., que consistia num grupo de cavaleiros, um “aristocrata” e os seus dois “escudeiros”, cuja função seria garantir que o cavaleiro tinha sempre uma montada disponível, e substituí-lo caso falecesse durante a batalha. GREEN, “Animals at War”, *Animals in Celtic Life and Myth*, Nova Iorque, Routledge, 1992, p. 77.

³⁷³ Idem, p. 69.

³⁷⁴ Veja-se supra, p. 97, nota 312; pp. 119; e Capítulo II, pp. 140-141.

³⁷⁵ DYSON, ROWLAND, “Technology, Commerce and Ideology in Nuragic Society, *op. cit.*, p. 92.

dos Apeninos, como guerreiros de infantaria ligeira e pouco disciplinados³⁷⁶, o que leva a crer que teriam algumas semelhanças com a infantaria ligeira celta e gaulesa.

Estrabão menciona a existência de diferentes tribos de Ligúres (não existem dados precisos sobre as origens dos mercenários contratados por Cartago), que ocupariam estabelecimentos costeiros (Str. IV. 6) e se dedicariam sobretudo à pastorícia. Apesar de serem referidos como criadores de *ginni* (cavalos e mulas), os soldados da Ligúria funcionariam sobretudo, como já referido, enquanto infantaria ligeira ou atiradores e, à semelhança dos gregos, utilizariam escudos de bronze. Independentemente da dimensão dos contingentes da Ligúria durante a Primeira Guerra Púnica, o facto é que estas populações se vão tornar problemáticas para a República Romana, quer no que respeita à questão da pirataria, quer na estabilização do território, atendendo à natureza geográfica da área ocupada³⁷⁷: no final do século II a. C., existiram diversas campanhas contra as tribos da Ligúria, que levou diversos anos a ser pacificada e permitiu a celebração de vários triunfos³⁷⁸. No que respeita à questão da pirataria, acresce a necessidade de observar a descrição feita por Estrabão das árvores da Ligúria: além da sua grande dimensão, estas teriam uma madeira muito adequada para a construção de embarcações. Apesar de não existirem referências à presença de mercenários lígures nas batalhas navais, a existência de um corpo substancial de pirataria na Ligúria acresce para a possibilidade de estes, tal como os gregos, serem um complemento importante para a marinha cartaginesa³⁷⁹.

³⁷⁶ HOYOS, "Carthage at War: Sicily", *op. cit.*, *The Carthaginians*, p. 157.

³⁷⁷ DYSON, "The Development of the Ligurian Frontier", *The Creation of the Roman Frontier*, Nova Jérsea, Princeton University Press, 1985, p. 87; VISHNIA, "The Era of C. Flaminius (241-218)", *State, Society and Popular Leaders in Mid-Republican Rome 241-167 BC*, Nova Iorque, Routledge, 1996, p. 15.

³⁷⁸ CLARK, "Managing Defeat: The Senate and the Triumph, 201-167 B.C.E.", *Triumph in Defeat: Military Loss and the Roman Republic*, Oxford, Nova Iorque, Auckland et al., Oxford University Press, 2014, pp. 115-117.

³⁷⁹ DYSON, "The Development of the Ligurian Frontier", *op. cit.* *The Creation of the Roman Frontier*, p. 94.

7. Os *Mahouts*, condutores de elefantes

Apesar de os domadores dos animais não serem incluídos nos contingentes dos mercenários, é pertinente atentar nas suas origens. Observando o mercenário como um indivíduo que é contratado para combater ao serviço de uma entidade política que não a sua, colocam-se duas questões. Plb. 1.40 faz uma menção única a indivíduos vindos da Índia, que montariam os animais durante a batalha. Em primeiro lugar, surge a problemática da utilização de elefantes durante as Guerras Púnicas, sobretudo quando se trata de elefantes indianos. As primeiras menções da utilização de elefantes em combate por parte de Cartago não são anteriores à Primeira Guerra Púnica, o que obriga a questionar as vantagens estratégicas encontradas pela cidade na sua utilização (que surge ao mesmo tempo que desaparecem os carros de guerra)³⁸⁰.

Em seguida, deve questionar-se como surgem os *mahouts* nos exércitos cartagineses. Como foi referido, ao longo da Primeira Guerra Púnica, Cartago envia os seus homens de confiança a pontos longínquos do Mediterrâneo, para recrutar mercenários. Não há registos nas fontes de expedições desta natureza através da Península Arábica, para o subcontinente indiano. Segundo Kistler, Cartago teria contratado indivíduos com conhecimentos para capturar elefantes no Norte de África (que pertenceriam a uma espécie de pequeno porte). Apesar de o termo *mahout* ter sido aplicado, na sua generalidade, para indivíduos que montavam elefantes, o autor afirma que a cidade teria contratado *mahout* vindos da Índia nos momentos iniciais do “programa de captura”, que são substituídos, nos séculos posteriores, por indivíduos do Egipto, da Síria e da África Subsaariana³⁸¹. Apesar de diversas referências à sua utilização, note-se que os elefantes não parecem assumir uma componente fundamental durante a Primeira Guerra Púnica: por um lado, grande parte desta prende-se com cercos e batalhas navais, nas quais estes não podem participar; por outro, surgem diversas circunstâncias nas quais estes acabam por actuar em prejuízo do exército cartaginês, ou por não conseguir actuar de todo (veja-se, por exemplo, Plb. 1.30, em que o exército recua para um terreno irregular e de difícil acesso, que impede a utilização de cavalaria e elefantes). Os paquidermes surgem sobretudo nas batalhas em campos abertos: veja-se

³⁸⁰ Veja-se supra, Capítulo V, pp. 140-141. SUKUMAR, “Elephants, Gods, and People”, *The Living Elephants: Evolutionary Eco,logy, Behaviour, and Conservation*, Oxford, Nova Iorque, Auckland et al., Oxford University Press, 2003, p. 84.

³⁸¹ KISTLER, “War Elephants of Carthage”, *War Elephants*, Oxford, Nova Iorque, Osprey, 2008, p. 98.

Plb. 1.33, em que Xântipo posiciona os elefantes numa única linha, à frente do exército, seguidos pela infantaria pesada³⁸².

8. O Exército Mercenário por oposição ao Exército Romano

No início da Primeira Guerra Púnica, Políbio refere planos para o envio das quatro legiões de Roma para a Sicília (não incluindo os contingentes aliados), comandadas por Mânio Otacílio Crasso e Mânio Valério Máximo. Cada uma consistiria em 4000 soldados de infantaria e 300 cavaleiros. Assim sendo, o exército romano propriamente dito consistiria numa força de 16000 de infantaria e 1200 de cavalaria, um total de dezassete mil e duzentos soldados que, segundo a fonte, terá sido suficiente para levar muitas cidades da Sicília a abandonar Cartago e adoptar o partido romano (Plb. 1.16). Observando estes números, poderia concluir-se que, por um lado, as guarnições presentes nas cidades da Sicília seriam insuficientes para confrontar Roma e que, por outro, existiria a ideia geral de que a capacidade de Cartago para contratar mercenários seria inferior à capacidade romana de abastecer os seus exércitos, acrescendo a maior facilidade de Roma no envio das legiões para a Sicília, atendendo à sua proximidade. Após a aliança com Híeron II, a cidade teria decidido retirar metade das suas forças da Sicília, deixando assim um total de 8600 homens (Plb. 1.17), quer pela adição das forças de Siracusa, quer pela maior facilidade em garantir mantimentos a um exército de menor dimensão.

Estes dados devem ser questionados, e comparados com as referências de números de mercenários existentes para Cartago. Plb. 1.24 refere que desentendimentos internos teriam levado à separação temporária dos aliados de Roma, que se teriam estabelecido num acampamento apartado do exército principal. O exército púnico terá atacado o referido acampamento. Após um confronto de localização imprecisa (entre *Paropus* e as termas de Himera), os aliados de Roma teriam perdido 4000 homens, ou seja, o correspondente a uma legião romana deste período. Por outro lado, Plb. 1.26 refere uma força expedicionária romana de cerca de 140000 indivíduos (próxima dos mais de

³⁸² CAREY, “The First Punic War (264-261 BCE), *Hannibal’s Last Battle: Zama and the Fall of Carthage*, Yardley, Westholme, Pub., 2008, p. 14.

150000 de Cartago), um número que não fica próximo de ser preenchido pelas legiões³⁸³.

As concentrações de exércitos de grande dimensão, contudo, parecem ocorrer principalmente nos contextos navais. Quando se dá a batalha no Norte de África, são referidos 12000 soldados de infantaria, 4000 de cavalaria e 100 elefantes da parte de Cartago. Políbio não refere quantas embarcações romanas atravessam o Mediterrâneo, não sendo possível estimar as forças que enfrentam o exército de Xântipo. Contudo, pouco mais de 16000 homens são suficientes para vencer: Cartago perde cerca de 800 mercenários, enquanto Roma perde 2000 homens (metade de uma legião)³⁸⁴. O número de homens comandados por um só general de Cartago não é referido de forma explícita, mas Políbio refere que, quando Amílcar recebe ordens para retornar à cidade, traz consigo cinco mil soldados de infantaria e quinhentos cavaleiros, um número não muito distante daquele que é comandado por um cônsul romano. A deslocação de exércitos de menor dimensão parece mais comum: veja-se o caso da Batalha das Ilhas Égates (10000 soldados cartagineses), ou dos mercenários que restam no final da guerra e marcham contra Cartago (pouco mais de 20000)³⁸⁵.

A utilização de exércitos mercenários comporta outro problema que não deverá ocorrer no caso romano. Apesar de existirem referências a aliados de fora da Península Itálica (como é o caso de Siracusa), a maior parte destes são “made up of a handful of old Latin States (...) and 24 Latin colonies (...)”³⁸⁶, ou seja, partilham um idioma comum ou dialectos semelhantes que são compreendidos por todos. O mesmo não se pode dizer do exército de Cartago, que tem indivíduos oriundos das mais diversas regiões. Derivado do excerto de Hanão (no qual existem desentendimentos devido às diferenças de linguagens), pode encontrar-se outro problema da utilização de exércitos multiculturais. A dificuldade de um general transmitir informação, sendo que este

³⁸³ O número de embarcações referido por Políbio é de 330 navios de guerra. Este refere que cada navio comportava 300 remadores e 120 guerreiros, ou seja, 420 homens por navio. Para 140000 homens, estes números correspondem a 334 navios. Visto que Políbio refere que os números das forças romanas são somente aproximados, a quantidade de homens parece estar correcta. Num cálculo preciso, se o número correcto de navios for 330, a quantidade exacta de homens será 138600.

³⁸⁴ Não é referida a formação adoptada por Xântipo (apesar de, como foi referido em *infra*, p. 97, esta ser provavelmente a falange grega); por oposição, Políbio refere o manípulo romano.

³⁸⁵ Diodoro refere o envio de 50000 soldados de infantaria, 6000 de cavalaria e 60 elefantes durante o cerco de Agragas; contudo, a própria fonte refere-se a este conjunto como um exército de grande dimensão. D.S. 23.8. Diodoro menciona igualmente a perda romana de 30000 soldados de infantaria e quinhentos de cavalaria ao longo do cerco, contrastando com pouco mais de 25000 da parte de Cartago. Estes dados não são referidos por nenhuma das restantes fontes consultadas, e correspondem à maior concentração terrestre de soldados romanos de que há registo para a Primeira Guerra Púnica.

³⁸⁶ LAZENBY, “Rome and Carthage”, *op. cit. The First Punic War: A Military History*, p. 12.

processo envolve quase sempre a utilização de tradutores intermediários, pode dificultar o decorrer da acção. Por outro lado, a convivência de indivíduos com grande diversidade de origens, técnicas de combate e conhecimentos de batalha terá levado à difusão de ideias entre os mercenários, sendo que esta pode incluir modificações em termos da evolução do armamento ofensivo e defensivo e técnicas de cerco, que os soldados posteriormente trariam para as suas terras natais³⁸⁷.

A utilização de mercenários por parte de Cartago influi igualmente nos exércitos rivais. Apesar de não existirem referências específicas para o período da Primeira Guerra Púnica, Chris McNab considera provável que a adopção do *pilum* por parte do exército romano se tenha devido às influências dos mercenários ibéricos do exército púnico³⁸⁸. A mesma situação poderá aplicar-se ao *Gladius Hispaniensis*, adoptado durante a Primeira ou a Segunda Guerra Púnica³⁸⁹. Acresce que, apesar de não existirem registos para a utilização de mercenários por parte de Roma durante a Primeira Guerra Púnica, que conta sobretudo com as quatro legiões de Roma e aliados, a Segunda Guerra Púnica contará com a primeira presença de um contingente contratado ao serviço da cidade: 20000 indivíduos celtas levam ao “primeiro contrato mercenário na História de Roma”³⁹⁰.

³⁸⁷ Dyson menciona uma sepultura em La Spezia, povoação Lígure. Apesar de ser ‘preparada da maneira local’, foram encontradas armas celtas. “Technology, Commerce, and Ideology in Nuragic Society”, *op. cit.*, p. 93.

³⁸⁸ MCNAB, “Manipular Organization and Weapons”, *The Roman Army – The Greatest War Machine of the Ancient World*, ed. [...], Nova Iorque, Osprey, 2010, p. 34; FIELDS, “Republican Legions”, *Warlords of Republican Rome: Caesar versus Pompey*, Barnsley, Pen & Sword Military, 2008, p. 6. Foram encontrados vestígios de um *pilum* em Castellruf, Espanha, que remontam ao século III a. C., e são, até à data, aqueles com uma datação mais recuada. TOMCZAK, “Roman Military Equipment in the 4th Century BC: *Pilum*, *Scutum* and the Introduction of Manipular Tactis”, *Acta Universitatis Lodziensis, Folia Archaeologica* 29, Lodz, Universidade de Lodz, 2012, p. 39.

³⁸⁹ *Idem*, p. 35.

³⁹⁰ HOYOS, “Carthage in Retreat – 210-206”, *op. cit. Mastering the West (...)*, p. 169.

IV

A TOMADA DE AGRIGENTO: ESTUDO DE CASO

Antes de Roma atingir capacidade económica e militar em níveis suficientes para poder disputar assumidamente o Mediterrâneo e dominar as localizações estratégicas necessárias para este efeito, o balanço de forças estabelecia-se, sem resultados conclusivos, entre Cartago e as cidades helénicas, que se confrontavam não só por via directa (em batalhas pela supremacia), mas também (e sobretudo) na órbita do planeamento estratégico. A relação das colónias gregas na Sicília com as metrópoles tem matizes particulares, sendo que as primeiras assumem a independência quase desde a sua fundação (o que deriva do sistema político particular em que se inserem, que desenvolve mais as relações de interligação do que as de dependência), por oposição ao sistema cartaginês, com diferentes níveis de inserção das colónias na vida política da cidade. Não obstante as divergências, as novas cidades, mais do que fontes de rendimento ou extensão de realidades políticas, tornam-se acima de tudo barreiras militares que permitem a defesa, respectivamente, dos interesses da Ática e do litoral norte-africano³⁹¹.

No que diz respeito à Sicília, que desde cedo assume um papel fulcral nesta questão, a fundação de colónias gregas e cartaginesas parece assumir especial relevância a partir do século VII a. C., momento em que se inicia uma intensa cadeia de reacções estratégicas entre Cartago e as populações gregas³⁹², traduzida na fundação de cidadelas. A Trinácria parece o grande ponto de confronto, se se considerar, como menciona Dexter Hoyos, que durante longos séculos as migrações de Fenícios e Gregos se mantiveram relativamente afastadas³⁹³. A existência de populações autóctones tem sido objecto de discussão da comunidade científica³⁹⁴, mas no que diz respeito à análise

³⁹¹ O controlo efectivo de Cartago só se exerce, até certo ponto, em zonas delimitadas (no espaço Norte Africano, nomeadamente na área do Cabo Bon, alguns espaços do interior da Líbia – com prerrogativas específicas – ou no Sul da Península Ibérica). Contudo, ao contrário da independência das cidades da Magna Grécia, as colónias de Cartago estão frequentemente obrigadas ao pagamento de tributos, o que justifica o nível de intervenção de Cartago na Primeira Guerra Púnica, por oposição à situação grega: Políbio, por exemplo, não menciona a intervenção das cidades da Ática nos conflitos, somente a contratação de mercenários oriundos desta região. HOYOS, “The Carthaginian ‘sea empire’”, *op. cit. The Carthaginians*, pp. 40-41.

³⁹² MILLER, “The Rhodian and Knidian Cities”, *The Sicilian Colony Dates*, Nova Iorque, University of New York Press, 1970, p. 190.

³⁹³ HOYOS, “Carthage: Foundation and Growth”, *op. cit. The Carthaginians*, p. 18.

³⁹⁴ A estas populações autóctones atribuem alguns autores o nome de Sículos e Sicanos. RUNCIMAN, “Sicily: An Introduction”, *Mediterranean Studies*. Vol. 5, University Park, PA, Penn State University Press, 1995, p. 1. Tucídides refere-se-lhes como Sicanos, oriundos da Ibéria (das margens do Rio Sicâno) e Sículos (oriundos da Península Itálica), sendo que os últimos haviam expulsado os primeiros. Embora

do contexto específico da Primeira Guerra Púnica e do período imediatamente precedente é pouco relevante, atendendo a que a real integração da ilha / criação de uma identidade política na esfera política do Mediterrâneo só surge com o estabelecimento dos colonos gregos e cartagineses. As cidades desenvolvem-se a diferentes ritmos, sendo que algumas irão assumir papéis centrais dentro da Sicília, sobretudo enquanto elos de ligação de rotas. Algumas destas cidades vão assumindo uma identidade enquanto entrepostos comerciais e pontos de charneira entre Oriente e Ocidente (observe-se, por exemplo, a importância de Reggio e Messina e do respectivo estreito)

395

No contexto particular deste estudo, o ponto central assumido será a cidade de Acragas, actual Agrigento. O seu interesse para o processo da conquista romana tem especial relevância verificando quer a importância da tomada de Agrigento no contexto da Primeira Guerra Púnica (cercada entre 262 / 261 a. C.) quer (embora esta cronologia não seja aqui focada), no papel que virá a desempenhar nos séculos subsequentes, enquanto centro com interesse económico no seio da Província da Sicília. Não obstante a posição de relevo assumida por Acragas, esta só se torna numa realidade relativamente incontornável a partir do século V a. C. Por sua vez, a cidade propriamente dita, na sua vertente helenizada, inicia a sua existência numa relação de hierarquia e relativa dependência de uma metrópole. Existem múltiplas possibilidades para definir as populações fundadoras de Acragas³⁹⁶, mais não seja pela sua proximidade de um espaço marítimo onde é possível aportar (Porto Empedocle), mas assume-se geralmente que as populações que se deslocam para o local tenham sido originárias da cidade de Gela, situada mais a Oeste, relativamente próxima de Siracusa. Não se pretende afirmar que o local específico onde a cidade crescerá estivesse completamente desabitado, somente que o crescimento da cidade sucede esta deslocação de populações para Este³⁹⁷.

De acordo com Molly Miller, o território onde Acragas se estabelece pode ter estado sob observação de Gela desde períodos anteriores à migração e colonização

possam existir reticências no que respeita ao relato de Tucídides (refere, por exemplo, que os primeiros habitantes da Sicília, antes destes dois povos, terão sido Ciclopes e Lestrígones), note-se que já no seu tempo existe a noção de que a ilha é habitada. Veja-se Thuc. 6.2.

³⁹⁵ Segundo John I. Lee, o ponto de encontro das ambições cartaginesas e gregas terá sido, num momento inicial, a cidade de Himera, fundada precisamente neste período, que se torna importante do ponto de vista do domínio das rotas costeiras. Para defender Himera dos Cartagineses, ter-se-á realizado uma aliança defensiva entre os governantes de Acragas e Siracusa. LEE, *op. cit.* "The Fight for Ancient Sicily" (...), pp. 38-40.

³⁹⁶ Considera-se, neste caso, a fundação de Acragas na sua inserção no mundo grego.

³⁹⁷ Existem vestígios arqueológicos de povoações preexistentes em Acragas desde períodos anteriores à chegada dos colonos de Gela. MILLER, *op. cit.*, p. 190.

subsequente. Tudo aponta para um interesse precoce de Gregos e Cartagineses nesta região³⁹⁸, que tem uma série de vantagens do ponto de vista geográfico; o confronto começa com a própria fundação de Acragas, cuja data é disputada. Os anos de 652 / 651 a. C. são referidos por Filisto de Siracusa enquanto anos iniciais.³⁹⁹ Não obstante, alguns autores refutam esta hipótese, sendo que geralmente se aponta a fundação para um período mais tardio, situando-a por volta de 582 a. C. / 581 a. C.⁴⁰⁰. O facto é que existem evidências arqueológicas de presença de povos de Gela desde o século VII a. C. Partindo de 652 a. C., momento em que Cartago avançava já através da Sicília, Molly Miller sublinha os indícios da relevância de Acragas a partir daquela que poderá ser considerada enquanto contrareacção cartaginesa, nomeadamente a fundação de *Herbessus*, enquanto método para contrariar a eventual concentração de peso político – económico na nova cidade⁴⁰¹.

Independentemente de existirem fundações e contactos anteriores, o grupo mais significativo de colonos parece de facto o que se desloca em 580 a. C., atendendo a que o desenvolvimento de Acragas só se intensificará a partir do final do século VI (o assalto cartaginês dá-se precisamente em 406 a. C.). O crescimento de Gela⁴⁰², embora não comparável ao de Siracusa, deverá ter sido estável e em níveis razoáveis, o que terá permitido uma relativa segurança inicial a este grupo de colonos no momento em que fazem a sua deslocação no sentido oriente – ocidente, estabelecendo-se a poucos quilómetros da foz do rio que resulta da união do *Hypsas* (actualmente o rio Sant’Anna) e do Acragas e desenvolvendo consequentemente a cidadela⁴⁰³.

³⁹⁸ Várias razões podem ser apontadas: a proximidade de cursos de água, as vias de comunicação marítimas e fluviais, mas também (numa perspectiva a longo prazo) a existência de minerais (nomeadamente sulfatos, extraídos em período romano), de sal e potencialmente de ferro. CROUCH, “Western Greco – Roman Cities - Agrigento”, *Geology and Settlements: Greco – Roman Patterns*, Oxford, Nova Iorque, Auckland et alli, Oxford University Press, 2004, p. 38. Crouch aponta também a possibilidade de, a partir do cruzamento dos rios, criar um sistema de irrigação (solos de aluvião) para aumentar a capacidade produtiva dos solos. Veja-se idem, p. 27. No século IV a. C., a área pertencente a Acragas também produz azeite e vinho em abundância, que consegue vender ao Norte de África com grande lucro; veja-se D.S. 13.81.

³⁹⁹ MILLER, *op. cit.*, p. 190.

⁴⁰⁰ COOKE, “The Birth of City States”, *The New Cultural Atlas of the Greek World*, Nova Iorque, The Brown Reference Group Ltd., 2009, pp. 84-85.

⁴⁰¹ MILLER, *op. cit.*, p. 190.

⁴⁰² Segundo Tucídides, Gela terá sido fundada por Antífemos de Rodas e Êntimo de Creta, populações de origem oriental. Também na sua obra se encontra uma data possível para a fundação de Acragas, apontada para “cerca de cento e oito anos após a fundação de Gela”, ou seja, a data tradicional de 580 a. C.; por sua vez, os fundadores de Acragas são relatados como Aristónoo e Pístilo de Gela. Veja-se Thuc. 6.4.

⁴⁰³ Segundo F. E. Winter, a expansão de Gela é natural no sentido em que se procuram locais com maior produção agrícola para corresponder às necessidades do território. Por outro lado, Winter aponta também que nenhum achado fora das muralhas que rodeiam a acrópole é, neste momento, apontado para o período

Acragas transforma-se rapidamente num ponto central cuja área de influência irá resvalar entre os dois eixos de dominação da ilha. No século V, Cartago procede a um cerco bem-sucedido, segundo o relato de Diodoro Sículo; não obstante, no século IV a. C. a cidade parece estabilizada e uma vez mais em processo de crescimento⁴⁰⁴. Politicamente independente, não deixa de estar no centro do conflito de potências com maior capacidade. Cartagineses, Gregos e Romanos interferem sempre de forma a manter Acragas no seu estatuto original: a colónia de uma colónia⁴⁰⁵. O percurso de Agrigento será, até à conquista romana, uma oscilação pendular motivada pelos difíceis processos diplomáticos e bélicos na tríade Acragas – Siracusa – Cartago; e se Filino parece elogiar os Púnicos, o facto é que Acragas nem sempre se relaciona de forma profícua com o Norte de África, a julgar pelas batalhas do século V a. C.⁴⁰⁶

Sobre a morfologia da cidade, os dados arqueológicos revelam o seguinte⁴⁰⁷:

- Recinto muralhado com cerca de 12 km, aproveitando a topografia local, construído por volta do século VI a. C. (paralelepípedos calcários colocados com a técnica isódoma, em contacto directo com a rocha), com modificações nos séculos IV e III a. C. (técnica pouco cuidada, blocos de pedra lavrada, utilização da técnica do *emplecton*, paramento duplo);
- Existência de 9 ou 10 portas: 2 a Este, 3 a Sul, 4 a Oeste e possivelmente uma a Norte, na região da Rupe Atenea. Políbio só menciona explicitamente duas: IV e VI. Não parecem existir tentativas romanas de tomar qualquer uma das portas de assalto, o que se encaixa na dificuldade de adaptação das máquinas de guerra e da infantaria simétrica a planos irregulares rodeados por fortificações angulosas e de dimensão considerável;
- Porta I – Defende uma localização vulnerável da cidade; entrada lateral com reforço de torres, construção em ângulos;

pré – clássico. WINTER, “Choice of Site”, *Greek Fortifications*, Toronto, Toronto University Press, 1971, p. 27.

⁴⁰⁴ CROUCH, *op. cit.*, p. 37.

⁴⁰⁵ Parece que Acragas se terá tornado politicamente independente de Gela através da política do tirano Fálaris. WINTER, *op. cit.*, p. 28.

⁴⁰⁶ Veja-se “Agrigento”, *Encyclopaedia Britannica. Encyclopaedia Britannica Online Academic Edition*. Encyclopædia Britannica Inc., 2014. Web. 07 Mar. 2014.

<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/9760/Agrigento>. Filino de Agrigento é uma fonte agora perdida, somente referida por outros autores; Políbio menciona a sua parcialidade na questão do confronto, sendo que este indivíduo teria escrito toda a sua obra em torno das Guerras Púnicas num tom favorável a Cartago, exacerbando as suas capacidades militares por oposição às forças romanas. Veja-se Plb. 1.14-15.

⁴⁰⁷ Informações retiradas do site do Parco Archeologico e Paesaggistico della Valle dei Templi di Agrigento. Textos de Valentina Calli. Vide <http://www.parcodetempli.net/sections/fortificazioni>, consultado em 20/6/2014.

- Porta II – ligação à estrada de Gela;
- Porta III – oblíqua em relação à muralha;
- Porta IV / Porta Áurea – direccionada para o Porto;
- Porta V – ligada ao santuário das divindades ctónicas; torre rectangular e duas torres de tamanho menor; circundada por um fosso com quinze metros de profundidade;
- Porta VI – porta de Heracleia, reforçada por duas torres;
- Porta VII – estrada para Pezzino e ligação à necrópole;
- Porta VIII – desapareceu grande parte da mesma, devido à construção urbana actual;
- Porta IX – estrada Norte – Sul ligada com a *Rupe Atenea*.

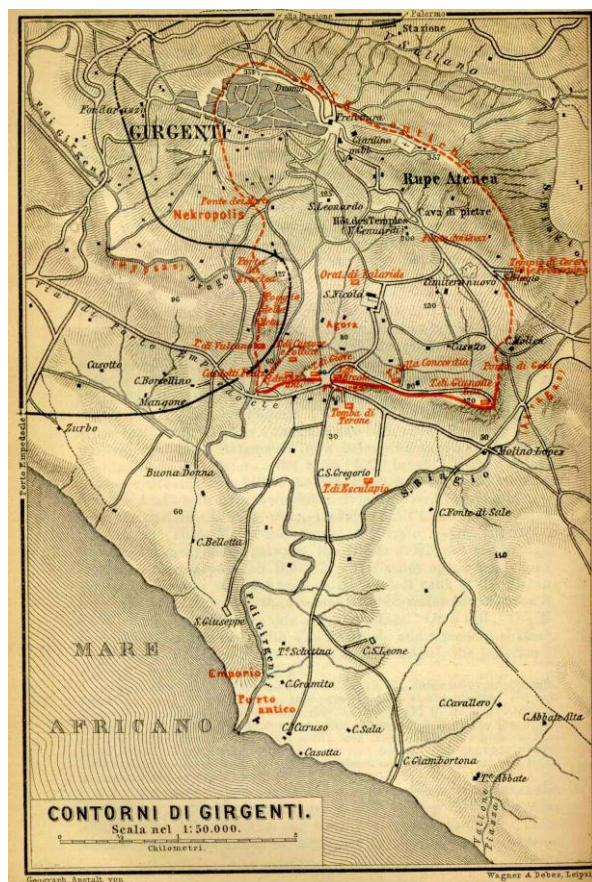


Fig. 2 – Mapa de Agrigento, século XIX (guia de viagens)

Karl Baedeker, *Italy – Handbook for Travelers. Third part: Southern Italy and Sicily, with Excursions to the Lipari Islands, Malta, Sardinia, Tunis and Corfu*. 11ª edição revista, Leipsic, Londres, Karl Baedeker, Publisher, Dulau and Co., 1893, p. 292.

1. Determinantes geoestratégicas

No início da Primeira Guerra Púnica, Acragas está sob o domínio cartaginês. Segundo Políbio, grande parte das cidades da Sicília dá apoio às legiões romanas, (revoltando-se contra Siracusa e Cartago⁴⁰⁸), embora o autor não explicita por que razão estas povoações terão preferido cortar as suas ligações tradicionais, optando pelo apoio a um povo oriundo da Península Itálica. Talvez as relações económicas destes povos com Roma fossem determinantes, ou a realidade política da Sicília fosse diferente daquela referida por Políbio; tal verifica-se, por exemplo, na questão da defesa dos mercenários mamertinos. Existe a possibilidade de, já no século III a. C., alguns dos habitantes das cidades da Sicília serem originários da Península Itálica, ou terem alguma espécie de vinculação com Roma; os Mamertinos, mercenários oriundos da região da Campania, pedem auxílio militar ao Senado considerando-se parte do mesmo clã⁴⁰⁹. Esta prerrogativa pode basear-se no facto de Roma ter atribuído uma série de direitos aos cidadãos da Campania durante o século IV a. C.; assim sendo, estes mercenários teriam a mesma ligação com Roma por direitos de descendência⁴¹⁰. Esta hipótese não pode de momento ser comprovada, e a julgar pelo que parece ser o panorama geral da Sicília no século III a. C., a presença italiana não seria extensa. É mais provável que o caso de Messina seja a excepção e não a regra.

Assim sendo, que outras razões se podem apontar para a mudança de política externa das cidades? Os eventos que levam à mudança de facção poderão ter alguma interligação com a acção vitoriosa do cônsul Ápio Cláudio sobre as forças de Siracusa a partir de 264 a. C. Nos meses precedentes à sua intervenção, a política externa de Siracusa não era favorável a Roma: a situação momentânea terá, na visão de Políbio, parecido favorável para Híeron, que encarou o momento como apropriado para expulsar definitivamente os mercenários⁴¹¹ e se aliou a Cartago para encetar acções neste sentido,

⁴⁰⁸ Plb. 1.16.

⁴⁰⁹ Plb. 1.7.

⁴¹⁰ ELWYN, “Interstate Kinship and Roman Foreign Policy”, *Transactions of the American Philological Association*, Vol. 123, Filadélfia, American Philological Association, 1993, p. 268. Saliente-se Plb. 1.12, na passagem em que Políbio refere que a viagem de Ápio Cláudio seria “*the first crossing of the Romans from Italy with an armed force*”; a primeira deslocação de uma milícia, não a primeira deslocação geral. Pode existir um indicativo de que alguns indivíduos oriundos especificamente de Roma se terão deslocado por via marítima para outras localizações. Coloca-se aqui, mais uma vez, a problemática da marinha romana; estes indivíduos deslocar-se-iam somente em navios fretados?

⁴¹¹ Os problemas de Híeron com os mercenários advêm de períodos anteriores à sua afirmação política, sendo que este tentou efectuar manobras de purga em campanhas militares para exterminar os elementos turbulentos. Veja-se Plb. 1.9 – 10.

deslocando-se com o seu exército para o Monte Calcídico. É nestas circunstâncias que Cláudio faz a travessia entre Reggio e Messina, em condições particularmente difíceis, mas já com a garantia de encontrar a cidade sob a sua orientação e liberta do general cartaginês, que havia sido crucificado⁴¹².

Ápio Cláudio somente consegue aceder ao interior da cidade por via marítima, atendendo a que esta se encontra cercada; assim sendo, a vigilância naval do estreito poderá ter sido descurada (ou, por outro lado, seria pouco desejável a manutenção de navios em circulação nos arredores, atendendo à eventualidade de perder embarcações no processo). Sabemos que existiam dificuldades para atravessar o estreito durante o dia, mesmo no período do Verão; no período noturno, com visibilidade reduzida, as hipóteses de se ser mal-sucedido eram acrescidas. Note-se ainda que o mais provável é que Ápio Cláudio não tenha partido sozinho. Políbio refere que as notícias do êxito das forças claudinas haviam chegado a Roma, o que implica uma frota considerável de embarcações a fazer a travessia⁴¹³.

Em primeiro lugar, é necessário compreender se existe a possibilidade de uma frota relativamente extensa atravessar o Estreito de Messina durante a noite, ou se é somente Cláudio a fazer a travessia, sendo seguido pelas legiões; tudo aponta, julgando pela fonte, para a primeira possibilidade, atendendo a que logo em seguida se começam a descrever as operações militares⁴¹⁴. Por outro lado, por que razão a viagem teria sido efectuada no período noturno? É difícil comprovar que foi por questões de segurança, pois não existem referências a vigilância e, como já foi referido, estando a cidade cercada por todas as frentes terrestres, não há menções a embarcações nas proximidades. Tal não significa que não as houvesse, e uma passagem de Políbio pode ser um indício de conflito, nomeadamente quando este refere que foi com dificuldade que Ápio Cláudio conseguiu ser bem-sucedido na travessia, procedida com grande risco⁴¹⁵. Políbio não menciona quais são exactamente os riscos que o cônsul tem de

⁴¹² Plb. 1.10.

⁴¹³ Plb. 1.16. Segundo Políbio, cada legião seria constituída por 4000 soldados de infantaria e 300 de cavalaria. A fonte não refere se este comandante leva as quatro legiões na expedição, mas se, como refere Políbio, um navio comporta 120 soldados e 300 remadores, seriam necessários aproximadamente 36 navios para transportar uma só legião (não contando com as embarcações necessárias para o transporte das montadas). Veja-se infra, p. 120.

⁴¹⁴ Note-se também Plb. 1.17, em que Políbio menciona que Roma decide empregar na Sicília somente duas das quatro legiões programadas e da referência às forças romanas em Plb. 1.11. A estas irão juntar-se os exércitos dos cônsules Lúcio Postúmio e Quinto Mamílio; veja-se Plb. 1.17.

⁴¹⁵ Existem estudos que comprovam a difícil navegabilidade do estreito para este período específico. Pode apontar-se, por exemplo, o trabalho de Vivia Bruni, que define como causas para a turbulência do mar a actividade tectónica da área circundante, o cruzamento de correntes e respectivas diferenças químicas e

enfrentar; esta passagem pode eventualmente indicar a possibilidade de os navios que transportam o exército romano se terem confrontado com frotas cartaginesas e sicilianas.

Independentemente da forma como efectivamente se procede a viagem, o que parece comprovado é a chegada do cônsul Ápio Cláudio e de legiões romanas a Messina, e a entrega do comando das milícias ao serviço da cidade a este mesmo indivíduo. Sendo que as forças de Cartago controlariam uma das saídas da cidade, e as de Siracusa a saída oposta, não unificando assim o seu potencial mas obrigando necessariamente ao conflito armado para evitar a rendição (retomando o parágrafo anterior, não vigiar a entrada marítima da cidade permitia a chegada de abastecimentos, o que pode reforçar a teoria de uma frota vigilante e a necessidade da viagem nocturna do cônsul), Ápio Cláudio, após negociações falhadas com os seus opositores, opta por uma investida das suas forças no exterior (ou seja, a batalha dá-se fora das muralhas da cidade, que não são aparentemente afectadas).

O conflito prolonga-se, mas as forças romanas saem vitoriosas (aparentemente, Siracusa não é auxiliada por Cartago, embora não se saiba ao certo qual a razão – talvez não tenha existido tempo suficiente para a deslocação de milícias auxiliares); Híeron retira para o seu acampamento e, supostamente durante a noite, retorna a Siracusa; a razão apontada por Políbio é somente o pressentimento de Híeron em relação ao resultado final do conflito, sendo que esta afirmação poderá ocultar motivações, pois não explica por que razão o soberano de Siracusa não se junta ao acampamento de Cartago, preferindo retirar para a segurança das muralhas⁴¹⁶. O acampamento não se situaria muito longe das muralhas da cidade, que certamente estariam a ser vigiadas, e o ruído de uma deslocação desta natureza certamente deixaria os vigias em alerta; assim sendo, o facto de a retirada se proceder no período nocturno não estará directamente relacionado com a necessidade de secretismo, inclusivamente porque as forças de Cartago, supostamente, ainda estariam próximas (pois Políbio não menciona nenhuma mudança de posição).

O exército romano não ousaria sair, face ao perigo de ficar preso entre duas frentes. Só quando se certifica da retirada de Híeron, provavelmente enviando batedores, é que Ápio Cláudio toma a iniciativa de atacar as forças cartaginesas, sendo

físicas (Rema Montante e Rema Scendente), e a própria topografia. BRUNI, “Research on marine biology in the Straits of Messina”, *Making Waves in the Mediterranean*, Messina / Taormina, 2006, proceedings of the 2nd Mediterranean Maritime History Network (MMHN) Conference, [s.l.], 2008, p. 599.

⁴¹⁶ Plb. 1.11.

novamente bem-sucedido e começando então um período de pilhagem, saque e devastação dos territórios de Siracusa e suas aliadas, limitando as suas hipóteses de abastecimento. Ninguém o confrontou em terreno aberto, o que pode significar que, apesar das dificuldades apresentadas pelo combate com as forças de Híeron, a capacidade militar romana seria superior, atendendo inclusivamente às perdas em combate dos exércitos aliados de Siracusa e Cartago na sequência do cerco de Messina⁴¹⁷. Atendendo aos sucessos recentes e abastecimento abundante derivado das acções subsequentes de pilhagem, Ápio Cláudio aproveita a oportunidade para cercar Siracusa.

Aparentemente, existiriam várias versões do cerco de Messina no tempo de Políbio, algumas afirmando que inicialmente o exército romano não teria sido de todo bem-sucedido. A obra perdida de Filino de Acragas refere uma sequência de eventos diferenciada; por exemplo, quando Políbio afirma que as forças de Ápio Cláudio têm sucesso no primeiro confronto com as forças de Híeron de Siracusa, Filino admitiria uma derrota pesada que os obrigaria a retornar à cidade; no subsequente ataque às forças de Cartago, não só perderiam a batalha como numerosos soldados romanos seriam feitos prisioneiros. Políbio critica a incoerência de Filino, que supostamente terá afirmado que a retirada de Híeron se deveria a um impulso súbito (como já referido, Políbio considera que esta se deve à previsão de Híeron do desfecho do conflito⁴¹⁸), e que a mudança de posicionamento cartaginesa se deveria não à necessidade de retirada mas a uma opção estratégica de distribuir as forças pelas diversas cidades. É impossível, de momento, confrontar ambas as fontes; não obstante, o facto de existirem diferentes linhas de descrição reforça a necessidade de observar Políbio atentamente. Por um lado, este estará aqui a apresentar a sua interpretação pessoal da escrita de Filino; por outro, ambas as versões dos eventos parecem coincidir cronologicamente e derivam no mesmo resultado final, variando somente no que diz respeito às motivações e significados subentendidos nas mudanças de estratégia⁴¹⁹.

Atendendo ao que foi possível analisar a partir da fonte, os contingentes que o exército romano tem de enfrentar à chegada são, resumidamente, as forças de Cartago (cuja tipologia não está especificada por Políbio) e o exército reunido por Híeron (eleito

⁴¹⁷ Veja-se *idem*.

⁴¹⁸ Veja-se *infra*, p. 130.

⁴¹⁹ Plb. 1.15.

estratego pouco tempo antes); este tem elementos de infantaria e de cavalaria⁴²⁰, sendo que esta última parece destacar-se em vários períodos históricos, pelo menos de acordo com a tradição: Tucídides já a refere como sendo numerosa⁴²¹; visto que Políbio não menciona, até este momento, a presença de cavalaria romana na ilha (o que não significa que a não houvesse⁴²²), este facto poderia ter-se revelado desvantajoso numa batalha campal (o que coloca novamente a questão: porque é que o exército romano não encontra, aparentemente, obstáculos nas acções de pilhagem entre as acções de Messina e o cerco de Siracusa?).

Na sequência de eventos que sucedem os cercos, diversas cidades sicilianas aliam-se a Roma (sendo que Acragas não está incluída neste grupo). Neste momento, refere Políbio, “the numbers and powerful nature of the roman forces” terão sido um factor determinante que levará, em última instância, à mudança radical de política externa da própria cidade de Siracusa. Já não será Ápio Cláudio a participar no tratado que une as duas cidades, mas os cônsules Mânio Otacílio e Mânio Valério. Antes de se ter assegurado o apoio de Siracusa, pretendia-se levar as quatro legiões de Roma para a conquista da Sicília; não obstante, após as notícias do acordo, este número é reduzido para metade. Atendendo a este facto, pode perguntar-se qual é o elemento do exército romano que determina estas ocorrências, pois a aparente superioridade romana neste período inicial não impedirá o alongar da guerra por cerca de vinte anos (o que está de acordo com a possibilidade de um grande número das forças contratadas de Cartago só chegar à Sicília depois dos episódios de 264-263 a. C.).

A discussão anterior é útil, neste momento, para analisar a situação do exército romano no momento imediatamente anterior à tomada de Acragas, procurando assim compreender a necessidade deste cerco do ponto de vista do planeamento estratégico. A principal cidade da Sicília oriental, Siracusa, alia-se a Roma; a principal via de comunicação entre a ilha e a Península Itálica, assegurada pelas cidades de Reggio e Messina, não obstante os incidentes que precedem o conflito⁴²³, estaria sob controlo romano desde o início da Primeira Guerra Púnica, através de uma sequência de eventos

⁴²⁰ Plb. 1.9.

⁴²¹ Thuc. 1.64.

⁴²² Em Plb. 1.16, pode encontrar-se a confirmação de que a cavalaria é transportada para a ilha: “(...) four legions of Roman citizens (...), each of which consists of four thousand infantry and three hundred cavalry (...)”; no entanto, a sua chegada parece posterior aos eventos aqui retratados: “(...) on their arrival most of the cities revolted from Syracuse as well as from Carthage, and joined the Romans (...)”.

⁴²³ Veja-se o caso dos Mamertinos, Plb. 1.8 – 12.

que se teria iniciado nos conflitos com Pirro⁴²⁴. Assim sendo, o exército romano já tem assentes duas bases seguras, próximas (embora num local de difícil navegabilidade), que permitiam uma comunicação eficaz com o continente europeu; assegura também mantimentos, que serão frequentemente fornecidos por Siracusa ou cidades aliadas, e soldados locais.

Em termos de dimensões e de potencial económico, destacam-se quatro cidades na Sicília de 260 a. C., nomeadamente Siracusa, Acragas (no complexo Heracleia Minoa – Acragas – Gela), Lilibeu (Lilibeu – Motia) e Panormo. O apoio de Siracusa, como se verificou, está assegurado, e é agora necessário planificar o próximo passo. No século III a. C., mais precisamente no ano 262, Acragas está, como já foi referido, sob o domínio cartaginês⁴²⁵, e é, segundo Políbio, a cidade mais importante da província cartaginesa na Sicília⁴²⁶. A confiar no testemunho de Políbio, o projecto cartaginês seria o de transformar Acragas na base principal de operações de guerra, tendo aqui reunido as tropas de mercenários ligúrios, celtas e iberos⁴²⁷. Por alguma razão, os cônsules Lúcio Postúmio e Quinto Mamílio, então encarregues das operações militares na ilha, decidem abandonar projectos menores (não são especificados) para concentrar todos os seus esforços na tomada de Acragas. A manobra não deixa de ser arriscada e mesmo Políbio descreve a iniciativa como sendo “ousada”⁴²⁸. Assim sendo, coloca-se a questão: que elementos motivaram a tomada de Acragas, do ponto de vista do planeamento estratégico da guerra? O que leva, num período inicial dos conflitos, ao cerco de uma das principais cidades sob o domínio de Cartago, economicamente desenvolvida e com alguma capacidade de abastecimento por via marítima?

Tanto Cartago como Roma parecem deter interesses em Acragas, apesar de as vias de comunicação e abastecimento dos exércitos não estarem necessariamente restritas ao

⁴²⁴ Plb. 1.6 – 1.10. A maior parte dos historiadores concorda com esta afirmação e não parecem existir provas em contrário; a própria ocupação de Messina é discutida como uma das causas da origem do conflito, enquanto representativa da quebra de um alegado tratado que proibia Roma de interferir no território da Sicília. Esta controvérsia é discutida desde, pelo menos, os primórdios do séc. XX: veja-se, por ex., CARY, “A Forgotten Treaty between Rome and Carthage”, *Journal of Roman Studies*, nº 9, Cambridge, Cambridge University Press, 1919, pp. 67-77; ECKSTEIN, “Polybius, ‘The Treaty of Philinus’, and Roman Accusations Against Carthage”, *The Classical Quarterly*. Vol. 60, No. 2., Londres, The Classical Association, Cambridge University Press, 2010, pp. 406-426.

⁴²⁵ D.S. 13.85.

⁴²⁶ Plb. 1.17.

⁴²⁷ Considerando a presença cartaginesa na Península Ibérica, pode perguntar-se se estes Iberos são efectivamente mercenários, ou se o sistema de participação na guerra é diferente; mesmo que, hipoteticamente, recebam um pagamento estatal de alguma natureza, tal não obriga a que sejam imediatamente considerados mercenários. Verificar esta questão é difícil, sobretudo porque Políbio não refere qual é, especificamente, a sua origem.

⁴²⁸ Idem (Plb. 1.17).

local. Cartago consegue controlar Acragas com facilidade, partindo dos testemunhos dos autores clássicos. A julgar pela neutralidade de Acragas durante a Guerra do Peloponeso no séc. V a. C., e atendendo a que, segundo Políbio, no século III a. C. Acragas pertence à província cartaginesa⁴²⁹, os interesses da cidade, ao longo do seu período de maior influência, não parecem estar voltados para o Ocidente ou para o continente europeu; pelo contrário, a sua ligação com o Norte de África parece assumir um papel de destaque. As suas capacidades de produção e a abundância de recursos naturais tornam-na mais apta para uma existência voltada para o comércio, e a grande via de comércio na Antiguidade é o Mar Mediterrâneo. Ambas as facções intervenientes na guerra se voltam imediatamente para Acragas; atendendo a que Cartago é a primeira força a ocupar a cidade (com largos números de mercenários), pode questionar-se se o cerco romano funciona enquanto reacção ou se é uma inevitabilidade. A segunda hipótese parece mais provável, sobretudo devido à centralidade da cidade no contexto da ilha, à abundância de comunicações e capacidade produtiva dos territórios circundantes.

O peso da mudança de política de Siracusa vai-se revelando essencial para o sucesso romano na Primeira Guerra Púnica, possibilitando assim virar o eixo de operações para Acragas. Se for verdade que o governo romano opta por utilizar somente parte do seu exército na Sicília após a aliança com Siracusa⁴³⁰ (opção esta motivada pelas novas fontes de abastecimento de homens e alimentos), não é impossível que os cônsules e pelo menos parte do governo central tenham considerado a possibilidade de vencer a guerra em relativamente pouco tempo. É provável que tenham olhado para a tomada de Acragas enquanto forma rápida e eficaz de terminar o domínio de Cartago na Sicília, mais não seja pela questão da localização estratégica discutida anteriormente. Por outro lado, a capacidade de Acragas enquanto ponto de abastecimento marítimo pode ter-se revelado igualmente um factor determinante para o interesse romano no local. Esta hipótese é funcional independentemente de se considerar a marinha romana do séc. III como tendo maior ou menor capacidade (ou sendo, na realidade, inexistente), pois os abastecimentos determinantes neste momento provêm sobretudo de Siracusa, e já em períodos anteriores se refere que esta procederá ao acompanhamento das milícias por via marítima.

⁴²⁹ *Ibidem.*

⁴³⁰ Plb. 1.16.

A importância da cidade de Agragas parece de tal ordem que alguns autores irão considerar, inclusivamente, que a sua conquista será determinante na história da construção da ideologia «imperial» romana. A título de exemplo veja-se Jonathan Prag, que considera que só após o saque bem-sucedido de Agragas em 261 a. C. o Senado romano irá considerar procedimentos no sentido da erradicação total de Cartago da Sicília⁴³¹. Tendo em conta o peso do Império Cartaginês, contestar o domínio da Sicília pelo intermédio de procedimentos militares poderia resultar numa expedição mal-sucedida, com grandes perdas para a economia, para o tesouro romano e para a demográfica. De acordo com a perspectiva colocada por Prag, pode inferir-se que, após a tomada de Agragas, as altas esferas da política romana ter-se-ão apercebido, numa perspectiva mais densa, do real potencial do exército romano e aliados contra os militares locais das cidades-estado da Sicília e os mercenários de Cartago. A teoria da importância psicológica da tomada de Agragas poderá ter em Políbio espaço para verificação, sendo que parece estar expressa em Plb. 1.20, onde o autor relata a reacção extremamente positiva do Senado e a mudança de perspectiva militar a partir do momento em que chegam a Roma as notícias dos feitos de Ápio Cláudio e do seu exército.

Não obstante, esta perspectiva não é necessariamente linear. Em primeiro lugar, Políbio afirma que só após a tomada de Agrigento é que a perspectiva se expande além da proposta inicial, nomeadamente, o auxílio dos Mamertinos. Não se pode assumir imediatamente que o objectivo exclusivo de Roma ao tomar esta acção seja somente auxiliar um conjunto de mercenários, que inclusivamente se rebelaram e tomaram uma cidade – tal irá contra as políticas anteriores de Roma⁴³². A tensão provocada pelos cartagineses não é estranha a Roma mesmo no período anterior ao século III a. C., e é provável que o apoio prestado aos Mamertinos tenha sido precisamente o *casus belli* que possibilita uma guerra, até certo ponto, desejável (apesar dos impedimentos económicos), pois a proximidade geográfica de uma Sicília maioritariamente cartaginesa revela-se preocupante. Esta questão será desenvolvida em duas vertentes principais: a primeira tem em linha a questão do «proto-imperialismo» republicano; a segunda, pelo contrário, considera que esta é falaciosa. O facto é que a expulsão dos

⁴³¹ PRAG, “Sicily and Sardinia – Corsica – The First Provinces”, *A Companion to Roman Imperialism*, Leiden, Nova Iorque, Brill, 2012, pp. 53-66.

⁴³² Plb. 1.10 – 11: inicialmente existiria uma certa relutância em apoiar esta intervenção militar, quer por questões morais relacionadas com acções anteriores em Reggio, quer pelo desgaste de recursos provocado por conflitos anteriores.

cartagineses da Trinácia tem sempre uma vertente defensiva, independentemente de os desejos do governo romano englobarem em si ideologias extensivas. A possibilidade de expulsar Cartago e minar os seus interesses na Sicília é, sobretudo, uma questão de protecção. Só posteriormente, com o decorrer da guerra, a tensão entre Roma e Cartago se irá assumir definitivamente enquanto disputa pela capacidade da Sicília como centro possibilitador da supremacia no Mediterrâneo.

2. O cerco de Acragas

O cerco de Acragas é um dos primeiros passos dados por Roma no universo da Primeira Guerra Púnica. A tomada da cidade representa um triplo problema para os exércitos romanos em termos de cerco, pois esta está triplamente protegida: Acragas está situada numa região de colinas, ladeada por dois braços de rio, que por sua vez se unem numa única corrente cuja foz se situa relativamente próxima (actual Porto Empedocle)⁴³³. As defesas naturais de Acragas, enquanto problema que se coloca aos inimigos que pretendam tomar a cidade de assalto, são verificáveis desde o século V a. C. e das guerras entre Siracusa e Cartago: a única vertente da fortificação que está relativamente exposta aos efeitos da maquinaria de cerco é a que se situa a Sudoeste, e mesmo aqui as dificuldades são extremas, dado que a gravidade coloca entraves à deslocação eficaz de dispositivos de assalto; simultaneamente, seria sempre necessário um engenho de nivelamento do terreno⁴³⁴. Segundo Diodoro Sículo, a tentativa cartaginesa de enviar duas torres de assalto poderá ter tido algum sucesso inicial, somente para na mesma noite um contra-ataque ter incinerado os engenhos⁴³⁵.

É relevante ter em conta um dado que, quando adaptado ao contexto da Primeira Guerra Púnica, pode ter sido determinante para o sucesso do cerco de 261 a. C., embora Políbio não o mencione quando descreve o cerco de Acragas. Num momento particularmente desfavorável para Acragas durante o cerco cartaginês do séc. V,

⁴³³ LONGO, “Agrigento”, *The Greek Cities of Magna Graecia and Sicily*, ed. Luca Cerchiali, Lorena Jannelli e [...], tradução para inglês de Paul Getty Trust, Los Angeles, Getty Publications, 2004, p. 250, e Paul Bentley Kern, “Early Sieges and the Punic Wars”, *Ancient Siege Warfare*, Bloomington, Indiana University Press, 1999, pp. 257 – 259.

⁴³⁴ WINTER, “The critical periods in the history of Greek Fortifications”, *op. cit.* pp. 312 – 313.

⁴³⁵ D.S. Sic. 13. 85. Por outro lado, é discutível se é de facto possível incendiar estes engenhos durante a noite, pois implica não só uma visibilidade que, em princípio, não se terá, ou o abandono das torres de cerco junto das muralhas da cidade no término do ataque. Construir um engenho desta natureza é dispendioso; porquê abandoná-lo à mercê do inimigo após um combate aparentemente bem-sucedido?

Siracusa opta por enviar contingentes com hoplitas oriundos não só da própria cidade, mas também de Gela, Messina, Camarina e outras cidadelas da Península Itálica; estes indivíduos seriam acompanhados na sua deslocação por cerca de trinta navios⁴³⁶. Diodoro Sículo refere que esta frota se deslocaria por mar, e que este tipo de acompanhamento naval ou envio de abastecimentos por via marítima terá ocorrido entre as diversas cidades da Sicília durante este período, incluindo as da vertente Norte e Oeste da ilha (Panormo e Motia)⁴³⁷. Atendendo à especificidade geográfica do local, existem igualmente probabilidades de os mantimentos serem deslocados para Acragas por via fluvial, a partir do Porto Empedocle, numa tipologia diferente de embarcações⁴³⁸; existe a possibilidade de esta metodologia ter sido aplicada novamente por Roma e Siracusa, apesar de Políbio não a referir.

Revendo Políbio, o cerco romano de 261 a. C. parece divergir bastante do cerco cartaginês do séc. V. A utilização de maquinaria de cerco não é referida e provavelmente não terá sido o método aplicado, pois já se havia verificado a sua ineficácia neste caso específico. O cerco é de desgaste e de bloqueio das vias de abastecimento, sendo que seriam provavelmente estas mesmas vias que o exército romano pretendia controlar, inclusivamente enquanto formas de acesso às cidadelas do interior, possivelmente por temerem os efeitos nocivos dos bloqueios das vias de comunicação fluviais⁴³⁹ (note-se que o exército romano procede, neste período, a uma série de pilhagens no território circundante). Como refere Harry Sidebottom, a noção de cartografia neste período não será provavelmente absoluta e exacta, e ao afirmar que as conquistas das cidades se devem à sua localização precisa pode-se incorrer no risco da generalização e actualização de problemas. Não obstante, os romanos do século III a. C. pensam de facto na Geografia em termos de pontos-chave, que podem incluir montanhas e colinas (*Rupe Atenea*), pontos de abastecimento (rios *Hypsas* e *Acragas*, proximidade da ilha de Pantelária⁴⁴⁰ e de Malta; *Heraclea Minoa*), e vias de

⁴³⁶ D.S. 13.86.

⁴³⁷ D.S. 13.89.

⁴³⁸ KERN, “Early Sieges and the Punic Wars”, *Ancient Siege Warfare*, Bloomington, Indiana University Press, 1999, p. 257.

⁴³⁹ A questão do bloqueio marítimo / fluvial durante a Primeira Guerra Púnica tem, neste momento, mais de possível do que provável; assume-se geralmente que a estratégia de bloqueio por vias aquáticas só se torna bem-sucedida a partir da Segunda Guerra Púnica. Não obstante, Roma conta, em 261, com o apoio de outras cidades da Sicília, com marinhas bem desenvolvidas. ROTH, “Logistics and Strategy”, *The Logistics of the Roman Army at War – 264 BC – AD 235*. Leiden, Boston, Köln, Brill, 1999, pp. 298 – 300.

⁴⁴⁰ A ilha de Pantelária era já frequentada por Cartagineses, e poderá ter contribuído significativamente para o controlo marítimo romano, determinante na questão das guerras púnicas. ABELLI, “Pantelleria

comunicação (fluvial e marítima, para o interior e Ocidente da ilha – possibilidade de contactos rápidos com Siracusa). Sidebottom actualiza, para este tipo de pensamento estratégico, o termo de “odological thinking”⁴⁴¹.

Apesar de o processo ser demorado, a forma mais eficaz de levar Acragas à rendição parece ter sido o acantonamento das forças aliadas em posições que impediam o abastecimento da cidade por vias externas; mais precisamente, Políbio descreve a edificação de um primeiro acampamento a cerca de oito estádios (aproximadamente 1480 metros, segundo a medida de estádio calculada por Donald Engels⁴⁴²), demasiado longe para serem afectados por disparos de projecteis da fortificação principal. Os mercenários ao serviço de Acragas e de Cartago ficam assim retidos dentro das muralhas da cidade⁴⁴³.

Apesar de, como já foi referido, não existir nenhum ataque directo, o perigo da falta de mantimentos era demasiado para ser comportado pelos defensores da cidade; por outro lado, na posição de Acragas, bloqueada por terra e por mar, seria mais arriscado não procurar expulsar os invasores, de modo a libertar novamente as vias de comunicação. Existia igualmente o perigo de as cidadelas aliadas ficarem elas próprias sem recursos, dadas as incursões do exército romano nos arredores; a época do ano era propícia à recolha de cereais, importantes para garantir a alimentação do exército durante um cerco que se poderia revelar prolongado. A dispersão do exército romano pelos territórios circundantes é assim aproveitada por Acragas para enviar os militares para o exterior e procurar que os inimigos levantem o cerco, mas esta tentativa revela-se infrutífera; apesar das dificuldades iniciais, o exército romano revela-se vitorioso.

Segundo Políbio, ambas as facções sentem a necessidade de uma postura mais defensiva; o exército romano parece subdividir-se em dois acampamentos, criando dois postos de defesa intermediários na área circundante para defesa de incursões quer do exterior, quer provenientes da própria cidade. A partir deste momento, as forças romanas revelam-se cautelosas na procura de forragem e mantimentos, que entretanto

nelle rotte del Canale di Sicilia: porti, approdi e siti sommersi”, *Archeologia subacquea a Pantelleria - «... de Cossurensibus et Poenis navalem egit...»*, Bolonha, Ante Quem, 2012, p. 89.

⁴⁴¹ SIDEBOTTOM, “Strategy”, *Ancient Warfare – A Very Short Introduction*, Oxford, Oxford University Press, 2004, p. 68.

⁴⁴² ENGELS, “The Length of Erasthostenes’ Stade”, *The American Journal of Philology*, Vol. 106, No. 3, Maryland, The John Hopkins University Press, 1985, p. 298. A discussão quanto à medida do estádio está longe de terminar; apesar de geralmente se apontar à medida de Políbio uma equivalência de 1 estádio = 178 metros, existem autores que defendem, embora não confirmem, a possibilidade de a medida ser de 1 estádio = 185 metros. Veja-se Sarah Pothecary, “Strabo, Polybius and the Stade”, *Phoenix*, Victoria, Classical Association of Canada, 1995, pp. 63-67.

⁴⁴³ Plb. 1.17.

seria facilitada quer pela proximidade do rio (a fonte aponta que um dos acampamentos estaria próximo do templo de Asclépio e o outro nas imediações de Acragas, a Ocidente, na ligação ao portão de Heracleia Minoa), quer pelos fornecimentos de *Herbessus*⁴⁴⁴. Quanto aos mercenários de Cartago, não se aproximam mais do exército romano do que o alcance limite das armas de tiro⁴⁴⁵. Nesta sequência de eventos, a situação de Acragas torna-se ainda mais débil, atendendo a que o acampamento romano é fortalecido e pode impedir simultaneamente a passagem de mantimentos. Por outro lado, o exército romano está melhor alimentado do que os soldados que defendem as muralhas, pois têm acesso não só aos referidos cereais, mas também a cabeças de gado⁴⁴⁶. A capacidade de armazenamento de Acragas permitirá à cidade aguentar um cerco de cinco meses, mas após este período a escassez de provisões, acompanhada por uma epidemia, começará a tornar-se preocupante, o que leva o general Aníbal a pedir auxílio a Cartago (como o fez, atendendo à possibilidade do controlo marítimo / fluvial e à dificuldade de passar pelo cerco romano, é difícil precisar). Cartago envia então um novo contingente de mercenários e, segundo refere Políbio, elefantes⁴⁴⁷.

Graças aos reforços cartagineses, o general Hanão, então também na Sicília, pode formar um plano de acção para auxiliar Acragas e o exército de Aníbal. Concentrando os seus recursos em Heracleia Minoa, dada a respectiva proximidade estratégica de Acragas, o seu primeiro passo é procurar cortar a principal fonte de abastecimento romana. Atendendo a que as tropas romanas não estariam prevenidas para este curso de acção, *Herbessus* é tomada por Aníbal sem dificuldades aparentes. Assim sendo, neste momento, nem Acragas nem Roma parecem ser capazes de receber abastecimentos por via fluvial. Políbio refere igualmente que a ocupação de *Herbessus* ocorre cerca de cinco meses após a chegada de Ápio Cláudio a Messina (sendo esta situada aproximadamente no final do Verão, a intervenção de Hanão terá ocorrido em pleno

⁴⁴⁴ A localização actual de Herbesus / Herbessus / Erbesso é apontada para a Montagna di Marzo, próxima da Piazza Armerina. MANGANARO, “Herbessus”, *Brill’s New Pauly*, ed. Hubert Cancik e Helmut Schneider, Brill Online, 2014. Este espaço situa-se próximo do actual lago Olivo, que é simultaneamente nascente fluvial.

⁴⁴⁵ Plb. 1.18.

⁴⁴⁶ Apesar de Políbio não o referir, devem igualmente ser consideradas as actividades piscatórias desenvolvidas ao longo dos cursos de água.

⁴⁴⁷ A questão do envio de elefantes por mar é complicada. Por um lado, existem referências a uma espécie diferente da maior subespécie de elefante africano actual; por outro lado, independentemente das dimensões do animal, a dificuldade de transportar montadas de qualquer natureza por via marítima é sempre um factor a ter em conta (não obstante, note-se que embora Políbio não faça referências ao método de transporte de montadas para a Sicília, em Plb. 1.19 surge uma menção a cavalaria romana na ilha); pode perguntar-se como seria possível transportar um animal com um peso médio de 2 / 3 toneladas em embarcações frágeis, por espaços de navegabilidade frequentemente reduzida. Poder-se-á falar de uma tipologia diferente de navios?

Inverno). Este factor indica que os abastecimentos não seriam fáceis de deslocar por via marítima, atendendo a que o Mediterrâneo estaria no seu período de mais difícil navegabilidade; seria igualmente problemático enviar uma das legiões que haviam sido excluídas da expedição à Sicília para servir de reforço. O período das colheitas havia acabado há muito, e a escassez de alimentos far-se-ia sentir no acampamento romano, rapidamente acompanhada por epidemias, tal como havia acontecido ao exército de Aníbal no interior da cidade.

3. Cavalaria, carros de guerra, elefantes

Hanão apercebe-se da situação vantajosa que se apresenta para o seu exército (aliada à necessidade de libertar os homens presos na cidade), avançando em direcção a Acragas com todas as suas forças e, supostamente, cinquenta elefantes. A cavalaria númida precede-os. As forças da Numídia não farão necessariamente parte dos exércitos contratados, atendendo às relações dos povos da Líbia com a cidade de Cartago⁴⁴⁸. O rei Gala, soberano do território númida situado a Este (chefe dos *Massylii*), é listado enquanto interveniente na Segunda Guerra Púnica, mas o período do seu reinado inicia-se provavelmente antes da sucessão das guerras, o que significa que esta cavalaria númida pode fazer parte dos contingentes de Gala ou do seu antecessor. Independentemente de estes númidas fazerem ou não parte da etnia *Massylii*, o facto é que as forças da Numídia se destacam precisamente pela cavalaria⁴⁴⁹, o que implicaria, neste caso, aplicar a capacidade naval de Cartago no transporte das montadas. Tendo em conta a relevância da cavalaria númida nas Guerras Púnicas, seria útil para trabalhos posteriores o aprofundamento da relação de Cartago com as tribos númidas (apesar de as populações númidas serem, na essência, nómadas, terão conhecimentos e ligações com Cartago num período anterior a 260 a. C.) que só se conhece melhor para o período da Segunda Guerra Púnica, com a intervenção do referido rei Gala e do seu opositor Sífax.

Por outro lado, é pertinente perguntar se, neste contexto, é possível falar da utilização de carros de guerra. Políbio não os menciona, mas Diodoro Sículo, a

⁴⁴⁸ Dexter Hoyos relembra a referência de Marco Juniano Justino aos tributos que, até pelo menos 480 a. C., são pagos por Cartago aos povos líbios pela manutenção do território circundante, nomeadamente de Mégara. HOYOS, “Carthage: Foundation and Growth”, *op. cit. The Carthaginians*, p. 16.

⁴⁴⁹ Liv. 24.48.

propósito da intervenção militar de Cartago na Sicília no tempo de Timoleão, refere a presença de trezentas carruagens na força púnica, acompanhadas por mais de duas mil equipas suplementares de cavalos⁴⁵⁰. Os números podem ser objecto de discussão, mas o que realmente se destaca neste caso é a existência de uma referência à utilização de carros de guerra por parte das forças cartaginesas em períodos anteriores à Primeira Guerra Púnica. Assim sendo, não se deve descurar a possibilidade de esta ter sido actualizada no contexto do século III a. C. Não obstante, Diodoro Sículo não refere as origens das forças de cavalaria utilizadas na campanha, ao contrário de Políbio, que menciona especificamente a utilização de cavaleiros da Numídia. Podem estar aqui presentes tipologias de cavaleiros de origens diferenciadas, o que possibilita justificar a ausência dos carros de guerra neste caso específico, sobretudo porque a espécie de cavalo utilizada pelos guerreiros nómidas não parece ter características vocacionadas para animal de tracção.

Concluindo, como refere Donald Harden, pode admitir-se a utilização de carros de guerra por Cartago até à Primeira Guerra Púnica, mas não inclusivamente ou a partir desse momento. Harden associa esta evolução com a utilização de elefantes em batalha, embora não considere pertinente retirar uma ligação directa a partir desta hipótese. Por outro lado, Harden, por sua vez, considera que o elefante enquanto animal de guerra é ponto assente e, inclusivamente, uma arma bem-sucedida no contexto Norte Africano⁴⁵¹, sendo que não procura colocar a questão dos paquidermes sob uma visão revisionista: as suas conclusões baseiam-se na assunção prática da presença do animal.

Independentemente de a sua utilização ser individual ou em carros de guerra, a cavalaria nómida parece ser um inimigo a ter em conta, atendendo às suas características particulares. Estrabão, referindo-se aos cavalos dos berberes da Mauritânia e dos povos *Massylii*, descreve-os como sendo pequenos e espirituosos⁴⁵²; Tito Lívio distingue entre a cavalaria que recorria a bridas e a cavalaria nómida⁴⁵³. A relação dos povos da Numídia com as suas montadas é estranha aos olhos dos seus contemporâneos europeus, que consideram inadequada a forma como estes tratam os cavalos (sobretudo os seus parâmetros de limpeza); mas o conhecimento nómida na

⁴⁵⁰ Segundo a nota 5 relativa a D.S. 16.67.2, o papiro Petrie (Egipto) indica ser usual a utilização de parelhas de cavalos suplentes, acompanhando as carruagens. *Diodorus Siculus - Diodorus of Sicily in Twelve Volumes*, tradução de C. H. Oldfather, Vols. 4-8, Cambridge, Londres, Harvard University Press, William Heinemann, Ltd., 1989.

⁴⁵¹ HARDEN, "Warfare", *The Phoenicians*, Victoria, Pelican Books, 1971 (1ª edição de Thames & Hudson, 1962), p. 118.

⁴⁵² Strab. 17.3.7.

⁴⁵³ Liv. 21.46.5.

questão equestre torna-os superiores a quase todos os outros cavaleiros. Por outro lado, parece que grande parte dos entretenimentos atléticos destas tribos consistiriam essencialmente em actividades de montaria, sendo que a sua preparação e treino, aliados a animais extremamente velozes com uma manutenção física eficaz, tornariam as cargas, geralmente inesperadas e em grandes velocidades, devastadoras para os guerreiros apeados⁴⁵⁴.

4. As forças mercenárias

A utilização de mercenários por Cartago durante a Primeira Guerra Púnica é geralmente tida em linha de conta como o vector essencial do seu exército, embora esta afirmação possa ser discutida considerando outros parâmetros. Atendendo a que Acragas está sob o domínio cartaginês no momento do cerco romano, é pertinente verificar a utilização de corpos mercenários para defender esta cidade durante a Primeira Guerra Púnica. Políbio, enquanto fonte, não será suficiente para retirar conclusões sobre esta questão, atendendo a que não a desenvolve nas suas particularidades; Diodoro Sículo, apesar de posterior, parece trazer novas possibilidades de interpretação do problema. Atendendo à aparente relevância dos destacamentos mercenários, é pertinente perguntar se a cidade em causa teria exército próprio, sobretudo porque Políbio, a fonte principal, se foca somente nos destacamentos mercenários ao serviço de Cartago que haviam ocupado a cidade, não mencionando milícias locais. Seguindo esta fonte, pode haver uma indução no pensamento de que esta cidade estaria desprovida de exército próprio, formando-se a ideia de uma defesa que se baseia somente nos exércitos contratados, à semelhança do que parece ocorrer em Cartago.

Diodoro Sículo menciona explicitamente a existência de um destacamento de mercenários, cujo comandante era oriundo de Gela, durante o cerco a Acragas⁴⁵⁵. A participação de corpos mercenários, no sentido estrito de milícias compostas por indivíduos que não estão directamente relacionados, quer por nascimento quer por cidadania, com a cidade-estado, não é posta em causa. Não obstante, se se observar a

⁴⁵⁴ FIELDS, “Weapons and Equipment”, *The Roman Army: the Civil Wars, 88 – 31 BC*, Oxford, Osprey Publishing, 2008, pp. 26 – 27.

⁴⁵⁵ D.S. 13.85.

cidade no contexto pré-conquista cartaginesa, a tipologia de exércitos é mais variada. Durante as guerras de Cartago com os povos de origem grega, cerca de um século antes do conflito entre Roma e Cartago, uma das opções tomadas pelo exército cartaginês terá sido, tal como a dos comandantes Lúcio Postúmio e Quinto Mamílio⁴⁵⁶, a de tomar Acragas; a dado momento do cerco, Acragas (não se refere especificamente a uma instituição política ou a iniciativas individuais, mas ao povo em geral) terá armado todos os indivíduos com idade para cumprir serviço militar, tendo colocado parte em formação na muralha e outro conjunto na reserva⁴⁵⁷. O peso das forças militares de Acragas pode não ter sido um elemento a descurar, pois na *História da Guerra do Peloponeso*, numa enumeração de povos que se batiam contra e a favor do exército ateniense, Tucídides refere os “Agrigentinóis neutrais”, o que pode indicar a existência de um exército próprio no século IV a. C.

Por outro lado, a manutenção da neutralidade na Guerra do Peloponeso também pode (embora não obrigatoriamente) ser indicativo e confirmação de Acragas não ser uma cidade voltada para o programa militar, apesar de Tucídides não referir as causas da neutralidade de Acragas⁴⁵⁸. Não se pode confirmar que as instituições militares do séc. V tenham mantido a mesma organização na primeira metade do século III a. C., inclusivamente devido à integração da cidade na província cartaginesa. Não se pode responder com exactidão se Acragas tem ou não um exército próprio no século III a. C., sendo necessário relacionar a questão com a orientação das estruturas militares cartaginesas⁴⁵⁹.

O silêncio de Políbio a respeito dos exércitos autóctones não deve ser interpretado como uma afirmação decidida da sua inexistência, com toda a amplitude que esta afirmação possa ter (pode estender-se, inclusivamente, à análise da composição do exército cartaginês propriamente dito). Embora não exista uma prova absoluta da existência de exércitos locais nas cidades da Sicília no século III a. C., o relato de Diodoro Sículo, se for considerado correcto, indica que esta tipologia de organização militar e institucional seria uma realidade pelo menos durante o século precedente, o que, quando comparado com a estrutura do exército de outras cidades-estado, parece ser

⁴⁵⁶ Substituem Mânio Otacílio Crasso e Mânio Valério Máximo, responsáveis pelas negociações com a Sicília. Plb. 1.16.

⁴⁵⁷ D.S. 13.85.

⁴⁵⁸ Thuc. 6.58.

⁴⁵⁹ Políbio refere, para este período específico, o recrutamento de mercenários lígures, celtas e iberos. Plb. 1.17.

mais pertinente do que admitir a total inexistência de defesas endógenas⁴⁶⁰. Note-se que Diodoro Sículo não refere os mercenários liderados por Déxipo da Lacedemónia como sendo um elemento nuclear; o que consta no texto é que estes lutam *com* os indivíduos que haviam sido armados pelo povo de Acragas, não existindo uma relação hierárquica. Aliás, Diodoro Sículo não estipula como se procederia ao comando conjunto das diferentes unidades; sabe-se que Déxipo seria o comandante dos mercenários, mas não é explicitado se este também tem autoridade para liderar os restantes soldados. Também não se refere a tipologia de armamento ou a preparação específica destes homens, que neste contexto parecem ter somente uma função explícita, nomeadamente a de guardar as muralhas por turnos.

Outro facto que se pode ter em linha de conta para sublinhar a probabilidade da existência de um exército autóctone em Acragas é a própria forma segundo a qual este está, aparentemente, organizado. Diodoro Sículo refere que é o próprio povo de Acragas que arma os indivíduos em idade militar, o que significa provavelmente que estes homens teriam determinada preparação física. A chave para compreender esta organização poderá estar na referência ao *povo de Agrigento* enquanto entidade que arma o exército. É difícil discernir se são os indivíduos que se armam a si próprios, ou se existe uma entidade que superintende a questão. Também não se sabe qual a idade considerada como «idade militar». O que consta na fonte é o armamento de *todos* os indivíduos em idade apropriada para cumprir serviço militar, o que pode significar que homens que não reúnam as condições económicas suficientes tenham recebido armamento (o que parece altamente improvável, atendendo a que as peças são dispendiosas), que os homens a que Diodoro Sículo se refere sejam somente os cidadãos da cidade, ou que nem todos os homens de Acragas têm neste momento um armamento completo da tipologia dos hoplitas, embora em situações limites todos tenham o direito / dever de participar na defesa da cidade.

Se for considerado que a preparação militar destes indivíduos corresponde essencialmente à tarefa para a qual foram destinados durante o cerco cartaginês, pode deduzir-se que a sua função principal seja a de guardar a cidade. No entanto, atendendo às características geográficas e morfológicas do local, esta milícia não seria constantemente necessária, pelo menos na sua extensão completa, permitindo assim aos

⁴⁶⁰ O arqueólogo Stefano Vassalo, da Universidade de Palermo, considera que pelo menos 65 esqueletos encontrados na necrópole de Himera, com idades superiores a 18 anos, podem ter sido gregos aliados de Siracusa e de Acragas, embora seja necessário prosseguir com a investigação para retirar conclusões mais definitivas sobre as ossadas. LEE, *op. cit.*, “The Fight for Ancient Sicily”, p. 40.

cidadãos dedicarem-se a outras actividades, nomeadamente as mais lucrativas (prática comercial). A capacidade da cidade enquanto força militar não seria desenvolvida em pleno pois, em termos imediatos, não existiria necessidade para tal, mas não é impossível que tenha existido uma espécie de programa de treino fundamental, e qualquer outra metodologia que permita a manutenção da capacidade física adequada para eventuais ataques. Por outro lado, não se sabendo ao certo qual é a idade militar, não se pode confirmar se existe de facto necessidade deste programa. Se esta for relativamente reduzida, é possível que a cidade tivesse capacidade para dispensar alguns indivíduos para se dedicarem exclusivamente ao serviço militar, que iriam por sua vez formar a hipotética milícia permanente para guardar o recinto muralhado. Ao mesmo tempo, esta última hipótese obrigaria a um quociente demográfico estável ou crescente, para o qual não existe uma garantia imediata.

Nos últimos dois meses do cerco, este parece tornar-se estacionário. Ocorrem confrontos ocasionais entre os exércitos, mas não é travada uma batalha de maiores dimensões que determine decisivamente o futuro de Acragas. A posição de Hanão não parece desfavorável, pois este ocupa o topo da colina de Torus, estando relativamente protegido de incursões romanas; mas a situação de Aníbal torna-se difícil de comportar, pois surge um novo dado em acréscimo aos problemas já enfrentados: o largo número de deserções para o lado inimigo. Políbio não refere especificamente quem são estes desertores, mas sabe-se que grande parte dos contingentes que estão com Aníbal são constituídos por mercenários contratados; um exército de mercenários implica geralmente o pagamento da entidade contratante. Não existe uma referência específica à entidade correspondente ao «inimigo», sendo que esta poderia ser qualquer uma das cidades aliadas; mas atendendo ao contexto, existe a possibilidade de o autor se estar a referir precisamente ao exército romano.

Pode admitir-se a hipótese de Roma ter utilizado estes indivíduos, que supostamente seriam mercenários, mediante a promessa de pagamento. As hipóteses de fuga destes indivíduos não eram positivas, atendendo a que a cidade estava cercada por dois exércitos e ao facto de praticamente toda a ilha estar envolvida no conflito. Se é verdade que existem poucas possibilidades de Roma ou Cartago utilizarem as suas forças para perseguir mercenários desertores, talvez estes homens considerassem que uma aliança com o exército inimigo pudesse garantir mais segurança do que errar pelo território desocupado. Por outro lado, os desertores retiram-se da cidade porque não existem abastecimentos em número suficiente; juntarem-se ao exército romano, que

nesse momento está também em dificuldades para garantir a alimentação dos seus homens, parece contraproducente. É improvável que os responsáveis do exército romano optem por ceder alimentação a indivíduos desertores, privando os seus próprios homens dos bens que já rareiam; para além disto, sendo os mantimentos escassos, quando subdivididos por mais soldados, resultariam em porções menores; se os desertores estavam descontentes, continuariam na mesma situação, e facilmente desertariam igualmente o exército romano.

5. Conclusão do cerco: consequências

O cerco dura sete meses, e grande parte do mesmo decorre durante o Inverno. As tropas de Cartago e Roma atingem níveis de desgaste físico que dificultam a continuidade do impasse, sobretudo atendendo a um bloqueio mútuo de vias de deslocação e abastecimento. O exército romano sobrevive e mantém o cerco, com grande dificuldade, através dos esforços de Híeron II de Siracusa; o cartaginês dependerá, provavelmente, de mantimentos enviados de cidades como Lilibeu, embora Políbio não especifique os pontos de abastecimento de Cartago. Todo o esforço de guerra parece concentrado num único ponto⁴⁶¹; inicialmente não são utilizados todos os quantitativos demográficos possíveis, pois num primeiro momento não parecem necessários; não obstante, Roma não tem provavelmente possibilidade de os enviar em momentos posteriores.

Atendendo aos níveis de desgaste, no momento em que Hanão opta por deslocar as suas tropas e combater enfim o exército romano, não parece existir relutância de qualquer parte; ambos os exércitos se deslocam para o espaço intermédio entre os acampamentos e iniciam batalha. É necessário relembrar que parte dos soldados romanos se encontraria próxima da porta VI, próximos da corrente do *Hypsas* (Drago ou Sant'Anna), e os restantes a Sul, junto do Acragas (San Biagio). Entre os dois acampamentos foram colocados homens em postos avançados, numa posição externa relativamente aos acampamentos e às defesas que os circundavam (valas), criando assim um sistema de fortificações temporárias intermediárias.

⁴⁶¹ Provavelmente existiriam outros pontos de confronto, não em termos de grandes cidades mas de cidadelas intermédias ou aldeias; por exemplo, Políbio refere que quando o exército romano cerca Siracusa, simultaneamente estarão forças concentradas em Equetla. Seria improvável que as cidades aliadas de Roma deixassem todo o território sob o seu domínio sem vigilância. Plb. 1.15.

É difícil precisar a localização do acampamento cartaginês, pois Políbio refere que se situa a cerca de 10 estádios dos inimigos romanos, mas não menciona qual o acampamento que serve de ponto de referência para estes dados, tal como não menciona se o primeiro ataque de Hanão será ao acampamento oeste ou ao que se situa a Sul⁴⁶². Atendendo a que o exército cartaginês ataca primeiro *Herbessus*, que se situa a Oriente da cidade, é provável que o acampamento a sofrer a incursão tenha sido o do tempo de Asclépio; não obstante, existe a possibilidade de Hanão ter rodeado a zona montanhosa da *Rupe Atenea*, aproveitando a defesa natural proporcionada pela mesma⁴⁶³. Não se pode, contudo, afirmar que o objectivo tenha sido um ataque inesperado, pois o exército cartaginês tem, supostamente, a necessidade de atrair o exército romano para fora dos limites do acampamento. Caso esta deslocação se tivesse procedido por via fluvial, seria igualmente provável o ataque a qualquer um dos acampamentos, visto que ambos estão próximos das margens de rios.

O primeiro acampamento romano terá sofrido pesadas baixas, graças à acção da já referida cavalaria númida, que é usada essencialmente para atrair os inimigos para fora do espaço fortificado, aproveitando a sua velocidade e capacidade de manobra; a estratégia é a de, em conjunto com as restantes forças cartaginesas, envolver a cavalaria romana enviada em sua perseguição. Pode, no entanto, questionar-se a acção do comandante romano, que opta por perseguir os númidas, caindo na armadilha; atendendo a que Políbio refere a existência de bases avançadas ou de vigias, seria provável que aquele oficial tivesse conhecimento da localização do acampamento cartaginês, sobretudo atendendo ao elevado número de tropas, que não poderia atravessar o espaço sem ser notado. Talvez Hanão tenha interceptado estes postos avançados, mas de igual modo parece pouco plausível a ignorância romana relativamente à presença próxima dos Cartagineses. É possível que não existisse uma consciência plena do número de tropas que iriam enfrentar, mas enviar a cavalaria em perseguição do inimigo por terreno possivelmente não controlado parece uma acção estrategicamente inadequada.

⁴⁶² Não existe um acampamento romano na vertente norte de Acragas, provavelmente pela orografia do local: neste ponto situa-se o ponto mais alto da cidade, *Rupe Atenea*, uma colina que desemboca num vale relativamente profundo.

⁴⁶³ Esta opção tem algum cabimento, sobretudo verificando que as portas VIII e IX, localizadas na vertente montanhosa, estariam mais distantes dos acampamentos romanos, que rodeavam os flancos Este e Sul, existindo ainda a possibilidade de uma décima porta na *Rupe Atenea*. No entanto, não se pode presumir que não existisse vigilância romana das portas de Oeste / Norte (para evitar a entrada de mantimentos, por exemplo), sendo que, simultaneamente, a passagem de um exército neste local seria dificultada pelas condições do terreno.

Apesar das perdas de Roma, Políbio não menciona explicitamente o desmantelamento desta base; somente que Hanão, após a sua incursão vitoriosa, concentra as suas forças numa colina oposta ao acampamento romano, a colina de Torus. O confronto final não é descrito de forma pormenorizada; menciona-se a presença dos elefantes (novamente se sente a ausência dos carros de guerra) e de mercenários, que constituíam as linhas avançadas. Os mercenários da vanguarda irão bater em retirada, desorganizando todo o exército da retaguarda, incluindo as unidades de paquidermes. Não obstante o insucesso desta tipologia de montada, parece que a sua capacidade seria devastadora, pelo menos ao nível do impacto psicológico que causava no exército romano: cerca de dez anos após a tomada de Agrigento, Políbio refere que os soldados tinham desenvolvido tal terror pelos animais que não ousavam iniciar ofensivas⁴⁶⁴.

Os sobreviventes do exército de Hanão procuram refúgio em Heraclea, sendo que ao exército romano resta agora recolher o espólio. Parece que estes se apoderam dos elefantes, mas não se sabe ao certo o destino dos animais, pois não existem referências em Políbio à sua utilização pelos romanos durante a Primeira Guerra Púnica. Talvez os elefantes capturados tenham sido utilizados enquanto animais de carga, para poupar os cavalos; existe ainda a possibilidade de terem sido comidos (actualmente ainda existem populações africanas que incluem o elefante na sua alimentação). Sendo que Políbio menciona a captura da maior parte dos elefantes e não da sua totalidade, existe uma pequena parte de animais que ou morre em batalha ou é levada com o que resta do exército de Hanão para Heraclea.

As dificuldades do exército romano parecem terminadas com a retirada de Hanão. Aparentemente, a vigilância nocturna terá sido descurada, possibilitando a fuga de Aníbal e dos seus mercenários; pode questionar-se como estas forças se retiram da cidade. Supostamente terão enchido cestos com palha, destinados a cobrir o fosso, embora não seja mencionado o ponto específico da muralha por onde terão escapado. Atendendo a que o exército romano tendencialmente se colocava nas vertentes sul e oriental, presume-se que o ponto mais seguro para a fuga seria a muralha Norte; contudo, já foi mencionado que esta dá para um vale profundo e difícil de ultrapassar. Por outro lado, uma fuga à meia-noite⁴⁶⁵ coloca novamente o problema das deslocações nocturnas; o ruído seria o primeiro dos problemas, mas a maior dificuldade colocada

⁴⁶⁴ Plb. 1.30.

⁴⁶⁵ Plb. 1.19.

poderia ser a capacidade de manter o grupo coeso durante a deslocação, atendendo a que, por questões de segurança, seria evitável a utilização de luz.

Ainda se coloca outra questão nesta fuga de Aníbal. Para estas forças se deslocarem com alguma rapidez durante a noite, têm de deixar para trás todo o equipamento mais pesado, incluindo armas; não o fazendo, para além de retardarem os seus próprios movimentos, aumentariam exponencialmente o ruído. Partindo do princípio de que esta reduzida coluna militar (pois grande parte dos homens teria morrido na sequência da falta de alimentação e de doenças) se desloca com reduzidas capacidades de defesa, por que razão o comandante do exército romano não dá ordens aos batedores e à cavalaria para a localizar e exterminar, atendendo a que todos os mercenários que permanecessem com Aníbal teriam a possibilidade de, posteriormente, participarem em novos combates? Parece que existem, de facto, ordens no sentido de perseguir Aníbal, mas o que Políbio refere é que só são feitos danos ligeiros à retaguarda cartaginesa. O comando romano, após esta refrega, abandona a perseguição, avançando para a cidade de Acragas, que ocupa. Existe a possibilidade de a fuga de Aníbal ter tido dimensões diferentes daquelas que são apresentadas, mas esta hipótese é de difícil comprovação. Por outro lado, sabe-se que o exército romano estaria exausto, e o seu comandante poderá ter considerado preferível concentrar as forças na ocupação da cidade e no reforço das suas defesas, em vez de desgastar os legionários numa perseguição de resultados imprevisíveis.

Após a retirada cartaginesa ocorre o último momento do processo: a entrada do exército romano em Agrigento e o saque / pilhagem da cidade. Segundo Políbio, não existindo já oposição dentro da cidade, o exército romano atravessa os portões sem oposição (não menciona quais; como já referido, Acragas teria nove portões ao longo do recinto muralhado, coincidentes com as principais vias de comunicação⁴⁶⁶). O mais provável é que se refira ao portão próximo da estrada para Heracleia, onde parte do exército constrói um acampamento, ou a um dos portões sul, em direcção ao Templo de Asclépio. Quando Políbio menciona que não há resistência, torna-se novamente relevante a questão dos exércitos endógenos: considerando que os mercenários teriam abandonado a cidade, a rendição implica que, a existirem forças locais, estas sejam pouco numerosas e incapazes de defender o recinto muralhado, independentemente das suas virtudes topográficas.

⁴⁶⁶ LONGO, “Agrigento”, *op. cit.*, p. 250.

Apesar de existir a possibilidade de grande parte da população ter perecido em virtude das complicações decorrentes da guerra, o facto é que o mais usual é enviar os mercenários na linha da frente do combate (pode verificar-se, por exemplo, a estratégia de Híeron durante os seus primeiros anos no poder, ou a de Acragas durante o cerco cartaginês do século V a. C.), protegendo assim os cidadãos. Por outro lado, as forças que se encontram dentro da cidade não chegam a um confronto directo com o exército romano durante a maioria do período de cerco, pelo menos segundo Políbio; os combates só decorrem entre intervenientes externos, sendo que mesmo no último momento (o assalto de Hanão) não há referências ao exército de Aníbal participar no combate que ocorre fora da cidade⁴⁶⁷. Acragas parece ter alguma capacidade de defesa, mas pouca capacidade de ataque. Também não existem em Políbio referências à utilização de maquinaria defensiva, talvez porque o exército romano não tenha tentado o assalto, mas também porque a localização dos acampamentos não parece estar dentro do alcance de projecteis.

O sucesso de Roma neste cerco não está, como referido, na superioridade numérica ou estratégica, mas na capacidade de cortar as vias de comunicação e interceptar as tentativas inimigas de solucionar o problema por outras vias. A capacidade dos comandantes romanos de compreenderem as interligações fundamentais e a consciencialização dos pontos de cruzamento revelar-se-ão fulcrais para dominar a Sicília na Primeira Guerra Púnica⁴⁶⁸. A vitória de Agrigento, atendendo a que nem o exército romano tem meios para tomar a cidade, nem os seus inimigos têm capacidade para os expulsar do território, pertencerá à facção com melhor capacidade para manter o seu exército alimentado (preferencialmente com uma alimentação variada que permita estar fisicamente mais capaz). Pode perguntar-se por que razão não são mencionadas tentativas para impedir o acesso a água potável, como a contaminação de rios, fontes e poços⁴⁶⁹. É possível que os cidadãos de Agrigento tenham sofrido jejuns forçados para

⁴⁶⁷ Pode perguntar-se porquê, sobretudo porque Políbio refere que Hanão e Aníbal teriam a possibilidade de comunicar, por via de sinais de fumo; poder-se-á assumir que Hanão não avisa Aníbal das suas intenções? Plb. 1.18.

⁴⁶⁸ ROTH, *op. cit.*, p. 300. Segundo o estudo de Roth, pode assumir-se que o conhecimento romano relativo às questões de bloqueio se desenvolve ao longo da guerra, não sendo particularmente vantajoso neste período inicial; Roth baseia-se sobretudo nos problemas que os forrageadores romanos sentem durante o período inicial do cerco e na necessidade do abastecimento de Herbessus. Veja-se “Supply lines”, *idem*, p. 158.

⁴⁶⁹ Sobretudo do lado cartaginês, atendendo a que pelo menos parte do exército romano estaria acampado mais a Sul e, ao contaminar o rio, prejudicar-se-ia a si mesmo.

manter os seus militares alimentados; assim sendo, parece natural a facilidade com que o exército romano toma posse da cidade, atendendo à fragilidade dos que sobrevivem.

O Senado Romano reage muito positivamente a esta conquista. Por um lado, permitiu a obtenção de um saque generoso e a captura de muitos escravos, admitindo-se um resultado muito lucrativo; por outro, a tomada de Agrigento irá ser utilizada para justificar a ideologia e estratégia de domínio total da Sicília. Não será, contudo, por esta via, que o Senado romano decide definitivamente o resultado da guerra; pelo contrário, Políbio menciona que, apesar das consequências que certamente tem, a perda de Agrigento não tem uma faceta demasiado significativa para Cartago, que continua a ter capacidade não só para subsistir como para se tornar num incómodo para a Península Itálica por via dos ataques costeiros. Observando Políbio, pode inclusivamente colocar-se a hipótese de ter sido a ineficácia, a longo prazo, da tomada de Agrigento que induz os Romanos a investir no domínio marítimo.

As hipóteses em torno desta questão necessitam de uma revisão, atendendo a que Políbio refere deslocações marítimas de vários povos para a Sicília, não só durante a Primeira Guerra Púnica mas em períodos anteriores (incluindo deslocações de exércitos⁴⁷⁰). Considerando somente o tempo que decorre entre o início da guerra e a tomada de Agrigento (264 – 261 a. C.), são inúmeras as deslocações de homens e bens entre a Península Itálica e a Sicília, sendo que as médias quantitativas por deslocação são referidas por Políbio como bastante razoáveis (Roma parece ter a necessidade de deslocar simultaneamente pelo menos duas legiões). Poder-se-á assumir que todas as embarcações que fazem este transporte são fretadas, ou que não têm qualquer utilidade prática no domínio da guerra? Por outro lado, para que o cerco de Agrigento seja bem-sucedido, é necessário cortar todos os abastecimentos da cidade, sendo que alguns destes seriam feitos por via marítima / fluvial. Teria Siracusa, por si só (mesmo incluindo cidades aliadas), capacidade naval para interferir com a marinha cartaginesa?

A tomada de Agrigento tem, em termos práticos, uma consequência imediata que se coloca essencialmente ao nível do ideológico e da força psicológica que a conquista exerceu nas populações locais. Parece que muitas cidades da linha costeira se passam para o lado romano após o final do cerco⁴⁷¹, aparentemente por temerem o exército romano. Mas esta explicação pode não ser suficiente, atendendo a que o exército cartaginês havia conseguido defender a cidade durante um período de tempo

⁴⁷⁰ Plb. 1.15.

⁴⁷¹ Plb. 1.20.

relativamente extenso, sendo que não existia garantia de Roma ter capacidade logística para cercar todos os pontos estratégicos viáveis da Sicília, mesmo como o auxílio de Siracusa. O facto de serem as cidades costeiras, com maior capacidade de sustentação, a renderem-se, também coloca dúvidas quanto à incapacidade real da marinha romana. Por outro lado, não seria provavelmente intenção de Roma atacar todas as cidades da Sicília, somente pontos estratégicos determinantes. Mudar de facção após a tomada de Agrigento colocaria as cidades da Sicília em perigo significativo de uma invasão cartaginesa; aliás, o temor da frota cartaginesa, mesmo nestas circunstâncias, suplantou em muitos casos o medo do exército romano, fazendo com que cidades neutrais ou pro-siracusanas se voltassem para a causa Norte Africana. Assim sendo, o que poderia ter sido um resultado extremamente vantajoso para Roma acaba por deixar a situação prática aproximadamente igual: conquistam de facto um ponto estratégico útil, mas não aumentam o seu domínio efectivo.

Consequentemente, afirmar que algumas cidades se tornam apoiantes de Roma por temerem o seu exército pode ser simplificador. Afirmar que a tomada de Agrigento tem um impacto poderoso nas povoações da Sicília, seja qual for a ocasião, poderá apontar parcialmente para uma justificação tradicional: as dificuldades que se apresentam aos atacantes de Agrigento são sempre muito superiores às dos indivíduos que defendem a cidade. Não obstante, esta havia sido tomada por uma potência inimiga cerca de cem anos antes, ou seja, apesar de ser improvável e de requerer esforços substanciais, não era impossível.

Coloca-se ainda a possibilidade de as acções do exército romano durante o momento do saque e da pilhagem da cidade terem sido particularmente violentas. Políbio não as descreve, mas o esforço e o impacto de um cerco de sete meses sob os militares terá sido intenso, e no culminar dos seus esforços as intervenções habituais exercidas pelos exércitos poderão ter assumido um carácter particularmente violento que o autor, por diversos motivos, optasse por excluir da sua narrativa. Esta hipótese é dificilmente sustentável e não é singular, inclusivamente porque a rapidez com que as cidades alteraram a sua política externa pode ser simples consequência da desorganização natural que provoca uma alteração aparentemente radical (como foi a tomada de Agrigento), ou resultado da consciencialização do período de mudança que se aproximava; o final da guerra implicaria necessariamente uma reestruturação da política interna insular, independentemente de a vitória ser romana ou cartaginesa, sobretudo atendendo a que a grande cidade grega, Siracusa, assumiu uma posição clara,

e que o resultado do conflito, ao influenciá-la, iria estender as modificações aos espaços que com ela se relacionam.

V

A MARINHA ROMANA INOVAÇÃO OU MITO HISTORIOGRÁFICO?

“Roman ships are clearly divided into long ships, a term restricted to slender militar galleys built for speed, and round ships, an all-embracing term for ships with proportions more suitable for carrying cargoes (Morrison 1980)”⁴⁷².

Políbio refere-se à Primeira Guerra Púnica como o momento da primeira expedição militar romana fora da Península Itálica (Plb. 1.5), sendo que esta é também a primeira ocasião em que surge a componente naval. O impacto costeiro da frota cartaginesa na Sicília (que teria levado a rendições de numerosas cidades), aliado às incursões frequentes na costa da Península Itálica (onde o esforço de guerra ficara concentrado, por oposição ao território líbio, que nesta primeira fase não se vê ameaçado por exércitos) teria incentivado a iniciativa romana de construção de navios de guerra. Segundo a fonte, Roma não teriam qualquer experiência prévia na construção de embarcações desta natureza e, tendo em conta a decisão de fabricar cem quinquerremes e vinte trirremes, a operação teria revelado sérias dificuldades. A captura de um navio cartaginês teria permitido a respectiva utilização como protótipo, e o treino das tripulações teria sido dividido em duas fases: uma de exercícios terrestres e outra de treino naval propriamente dito. Antes desta empresa, Roma teria de recorrer às embarcações de outras cidades como meios de transporte para o seu exército. A Etrúria apresentava, já no início do século IV a. C., navios com uma dimensão considerável, a julgar pelo naufrágio de *Le Grand Ribaud F*: as investigações apontam para uma embarcação com cerca de 30 metros de comprimento e mais de 5 metros de largura, tendo capacidade para transportar mais de oito centenas de ânforas⁴⁷³. Apesar da proximidade de Roma com o mundo etrusco, que desde cedo se torna uma potência marítima (as embarcações etruscas navegariam o Mediterrâneo desde, pelo menos, o século VIII a. C.)⁴⁷⁴, Roma não teria assumido uma vertente de expansão naval até à Primeira Guerra Púnica, e esta só teria surgido para responder a uma necessidade.

⁴⁷² GREENE, “Transport in the Roman Empire”, *The Archaeology of the Roman Empire*, Berkeley, Los Angeles, University of California Press, 1986, p. 24.

⁴⁷³ KROSTCHECK, “The *Pointe Lequin 1A*”, *Scale, Structure and Organization of Archaic Maritime Trade in the Western Mediterranean: The “Pointe Lequin 1A”*, Dissertação de Doutoramento em Filosofia apresentada à Universidade de Stanford, 2008, pp. 79-80.

⁴⁷⁴ HAYNES, “The Orientalizing Period, 720-575 B.C.”, *Etruscan Civilization: A Cultural History*, Los Angeles, Getty Publications, 2000, p. 52.

Assim sendo, segundo Políbio, em pouco mais de duas décadas, Roma ter-se-ia tornado numa potência naval significativa, com capacidade para confrontar Cartago, cujo conhecimento do espaço marítimo era secular. A construção de navios parece assumir um ritmo cada vez mais acelerado no decorrer da guerra, que culmina com a criação de uma frota de duzentas quinquerremes. A decisão da mesma dá-se com uma vitória da marinha romana em 241 a. C., ao largo da costa das Ilhas Égates (Plb. 1.61). Neste último momento, Políbio refere-se às tripulações romanas como «bem-treinadas», por oposição aos marinheiros de Cartago, que haviam sido recrutados em pouco tempo e que não haviam recebido treino antes desta batalha. O mundo púnico teria subestimado a marinha romana de tal forma, que não a teria considerado, em momento algum, como perigosa.

Até que ponto é fidedigna a versão de Políbio? Toda a narração em torno da criação da «armada» romana deve ser questionada. Será correcto afirmar-se que Roma não possuía uma frota naval destinada ao mundo militar? Que tipo de formação para batalhas marítimas seria recebida pelos generais romanos até 264 a. C.? Quais as tipologias de navio existentes em Roma antes do início da Primeira Guerra Púnica, e quais as suas utilizações? Onde surge a quinquerreme, e será esta uma embarcação desconhecida para o mundo romano antes da captura do navio cartaginês? Para compreender a formação e evolução da marinha romana, a informação arqueológica seria essencial. Contudo, é difícil encontrar embarcações no Mediterrâneo que pertençam ao período da República Romana, e estes achados nunca são completos. Restam somente pedaços de diferentes componentes dos navios, cujos dados podem ser utilizados para reconstituir a sua imagem, mas que deixam sempre espaço para a dúvida e interpretação. Acresce que os naufrágios que foram investigados e tratados até à data, mesmo quando pertencem ao período republicano, são geralmente de uma fase tardia: é o caso, por exemplo, do conjunto de naufrágios próximos das ilhas Pontinas, cuja datação atribuída aponta para o 1º século a. C., mais de cem anos após o início da Primeira Guerra Púnica⁴⁷⁵.

Em primeiro lugar, a utilização de navios e os transportes marítimos não é desconhecida na República Romana. Como refere a citação de Greene, os navios em

⁴⁷⁵ RITONDALE, “Deep discoveries from the seabed of the Pontine Islands: the shipwrecks of Ventotene, Santo Stefano and Zannone”, *Assemblage 13*, Cambridge (Massachusetts), MIT Press, 2014, pp. 26-38; STRAUSS, J., *Shipwrecks Database*, Versão 1.0, acedido a 27-7-2015, 2013, oxrep.classics.ox.ac.uk/databases/shipwrecks_database. STODDART, “The Physical Geography and Environment of Republican Italy”, *op. cit. A Companion to the Roman Republic*, p. 115.

Roma (e na Antiguidade em geral) eram classificados em duas tipologias essenciais, que parecem estar definidas já no século V a. C.⁴⁷⁶: navios de guerra e navios de carga, ou navios «longos» e navios «redondos», com maior capacidade de transporte de mercadorias (Políbio menciona navios de transporte de cavalos em Plb. 1.17; embora não seja claro se estes são navios de guerra ou navios «redondos», é possível que tenham pertencido à segunda tipologia). O sistema utilizado para a construção de navios mercantes não teria sido muito variado ao longo da Antiguidade. Os Gregos teriam adicionado uma quilha de madeira para permitir um aumento na resistência e estabilidade dos navios, sendo que o mundo greco-romano continua a servir-se, ao longo de muitos séculos, das embarcações com uma vela larga e rectangular (por vezes auxiliada por velas de menor dimensão), à qual Roma acrescentará, mais tarde, a vela triangular, para facilitar a navegação contra o vento⁴⁷⁷. A exportação e importação de produtos diversos é um indicador da relação de Roma com o Mediterrâneo. Existem, por exemplo, testemunhos arqueológicos da presença de ânforas de vinho latinas na Gália desde o século III a. C., e da importação de azeite da Península Ibérica no mesmo período⁴⁷⁸. No período republicano, era frequente a navegação por cabotagem para o transporte de produtos, sendo que estas embarcações vão crescendo em dimensão e capacidade⁴⁷⁹.

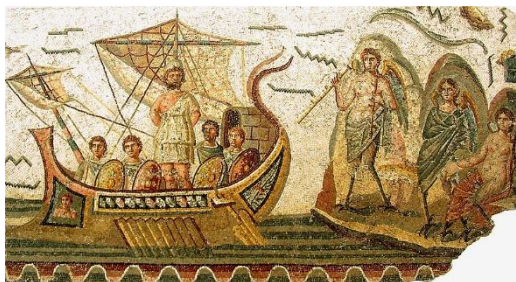


Fig. 3. *Ulisses e as Sereias*, Mosaico do Museu do Bardo, Tunísia. Século II d. C. Apesar de a figura representar uma embarcação de um período posterior, pode verificar-se a presença da referida quilha e da vela principal quadrangular. No topo, a parte triangular das velas, que permitia combater os ventos em sentido oposto.

No que diz especificamente respeito aos navios de guerra, a primeira menção surge em Liv. 5.28, com o suposto envio de um único navio a Delfos, carregando uma

⁴⁷⁶ LEMOS, “Ships and Shipping”, *Encyclopedia of Ancient Greece*, ed. Nigel Wilson, Nova Iorque, Routledge, 2006, p. 654.

⁴⁷⁷ GREENE, *op. cit.*, p. 24.

⁴⁷⁸ ADKINS e ADKINS, “Travel and Trade”, *A Handbook to Life in Ancient Rome*, Nova Iorque, Facts on File, 1994, p. 214.

⁴⁷⁹ MAYNARD, “The Art of Transportation”, *The Technology of Ancient Rome*, The Rosen Publishing Group, Nova Iorque, 2006, p. 16.

oferenda para Apolo⁴⁸⁰. Este navio teria sido interceptado por piratas de Lípara, o que, para Pitassi, denota a sua pequena dimensão e pouca rapidez, atendendo à provável pequena dimensão das embarcações dos captores e à pouca densidade demográfica das ilhas que estes ocupavam⁴⁸¹. Assim sendo, apesar de ser mencionada a existência de um navio de guerra, esta parece ser pouco significativa no contexto de 394 a. C.⁴⁸². Deve perguntar-se por que razão Roma enviaria uma oferenda valiosa num navio sem escolta.

Existem registos nas fontes da capacidade de utilização de navios em táticas de combate naval por parte de populações da Península Itálica no século III a. C.: durante a incursão grega de Cleónimo (na qual se deu a intervenção de Roma, cujo exército, comandado pelo cônsul Emílio, expulsa o rei da cidade de *Thuriae*, que havia conquistado), os *Veneti* utilizam os navios capturados para cercar as embarcações gregas, sendo bem-sucedidos. Durante os confrontos com os Samnitas, estes oferecem-se para fornecer tripulantes (quer guerreiros, quer remadores) para os navios dos Napolitanos (Liv. 15.6) e, no final da subjugação das tribos brúcias, estas teriam entregado parte dos seus territórios, nos quais crescia madeira apropriada para a construção de embarcações para toda a Península Itálica. Pode também observar-se o recurso à utilização de navios cerca de 468 a. C., durante os consulados de Aulo Vergínio Celimontano e Tito Numício Prisco: uma insurreição dos Volscos leva a uma série de incursões de Roma e dos seus aliados, e Dionísio menciona a utilização de uma pequena cidade como ponto de concentração dos navios e do espólio adquirido quer em mar, quer em terra. Se os navios pertencem a Roma ou aos respectivos aliados, tal não é referido. É também mencionada a captura de 22 navios de guerra e de equipamento de navios, que pertenceriam aos *Antiates*; a tipologia destes navios não é conhecida, nem como o seu destino no final do confronto, mas é provável que estas tenham sido mantidas ao serviço de Roma, ou distribuídas entre os aliados.

No século IV a. C., Roma tem já um número significativo de colónias costeiras, às quais vem juntar, em 311 a. C., a colónia na ilha de *Pontiae*, no mar Tirreno⁴⁸³. Broadhead refere a fundação de cerca de 20 colónias marítimas entre 338 e 184 a. C.,

⁴⁸⁰ MEIJER, “Rome’s First Naval Adventures”, *A History of Seafaring in the Classical World*, Nova Iorque, Routledge, 1986 (reimp. 2014), p. 149; PITASSI, “The Earliest Types: Eighth to Fourth Centuries BC”, *Roman Warships*, Woodbridge, The Boydell Press, 2011, p. 69.

⁴⁸¹ Idem, PITASSI, p. 69.

⁴⁸² Datação atribuída por Pitassi. Idem, p. 69.

⁴⁸³ Segundo Forsythe, para reforçar as redes de comunicação com a Campânia. Roma também cria alianças com cidades de tradição marítima, como é o caso de Nápoles. FORSYTHE, “Rome’s Rise to Dominance, 366-300 B.C.”, *A Critical History of Early Rome: From Prehistory to the First Punic War*. Berkeley, Los Angeles, University of California Press, 2005, p. 303.

que teriam como característica a atribuição da cidadania romana aos seus habitantes; todas elas seriam colónias costeiras, o que teria levado Tito Lívio a denominar os colonos como *coloni maritimi*. Apesar de, segundo Erkdamp, existir a tendência de ligar a fundação de colónias costeiras ao lento desenvolvimento da marinha, que estas teriam a função de substituir, o objectivo principal estaria ligado com a consolidação do território romano e com o combate à pirataria⁴⁸⁴. Note-se, contudo, que os indivíduos que habitavam estas colónias estavam isentos do cumprimento do serviço militar regular, sendo que a sua obrigação principal a Roma seria de facto a defesa destes pontos: a permanência na cidade teria de ser praticamente constante, o que reforça a teoria de que estas cidades seriam acima de tudo pontos estratégicos de defesa, que contribuem, até certo ponto, para o escasso desenvolvimento da marinha⁴⁸⁵.

Ainda em 338 a. C., dão-se alterações no que respeita à organização militar, com a eleição popular de dezasseis tribunos militares (a dividir pelas quatro legiões) e de dois comandantes navais (*duumviri navales*)⁴⁸⁶. A situação da marinha de guerra romana no final do século IV a. C. parece distinta da que é apresentada pelo episódio de 394 a. C. Ao longo deste período, o investimento romano nos navios de guerra terá aumentado o suficiente para justificar a eleição de dois comandantes. Segundo Lívio, as suas funções seriam “equipar e reparar a frota”, o que significa que esta teria aumentado de dimensão de forma significativa. Lívio não fornece indicações pormenorizadas em relação à tipologia das embarcações, mas os navios que atravessavam o Mediterrâneo na Antiguidade teriam provavelmente não só modelos de antepassados comuns (as embarcações de dupla propulsão com origem na Fenícia) como seriam semelhantes (Bruni dá o exemplo da adopção grega e etrusca destas embarcações)⁴⁸⁷. Casson considera o período compreendido entre 500 e 323 a. C. como a «Idade da Trirreme»,

⁴⁸⁴ LOMAS, “Italy during the Roman Republic, 338-31 B.C.”, *The Cambridge Companion to the Roman Republic*, ed. Harriet I. Flower, Cambridge, Nova Iorque, Cambridge University Press, 2ª ed., 2014 (1ª ed. 2004), p. 240. Note-se que, se Roma não tivesse uma frota relativamente desenvolvida, a fundação das colónias e subsequentes ligações ao restante território estariam dependentes de ligações navais que a cidade não consegue garantir. BROADHEAD, “Colonization, Land Distribution, and Veteran Settlement”, *A Companion to the Roman Army*, ed. Paul Erkdamp, Oxford, Blackwell, 2007, pp. 151-152.

⁴⁸⁵ MASON, “The Agrarian Role of Coloniae Maritimae: 338-241 B.C.”, *Historia: Zeitschrift für alte Geschichte*, Estugarda, Franz Steiner Verlag, 1992, pp. 75-78.

⁴⁸⁶ FORSYTHE, *op. cit.*, p. 303.

⁴⁸⁷ BRUNI, S., “Seafaring: shipbuildings, harbors, the issue of piracy”, *The Etruscan World*, ed. Jean MacIntosh Turfa, Londres, Nova Iorque, Routledge, 2009, p. 771. Estudos recentes, baseados nas interpretações de novas provas arqueológicas e epigráficas, têm vindo a refutar a ideia da supremacia marítima incontestável das cidades-estado gregas, por oposição à importância naval da civilização etrusca. IZZET, “Making Etruscan society: culture contact and (material) culture change”, *The Archaeology of Etruscan Society*, Cambridge, Nova Iorque, Cambridge University Press, 2007, p. 217.

que gradualmente substituiu os anteriores *triaconter* e *penteconter*⁴⁸⁸ e se torna relevante quer em termos de navio de guerra, quer no seu reaproveitamento como navio de transporte⁴⁸⁹. Nos primeiros dez livros de Tito Lívio, as menções a embarcações são praticamente inexistentes. As referências da fonte relativas à utilização de navios são ainda escassas à medida que se aproximam descrições do século III a. C.: além da questão dos *duumvir*, Liv. 11.2. fala somente de um navio que transportava uma estátua de Epidauro para Roma.

No período imediatamente anterior ao início dos confrontos com Cartago, a maior parte das guerras travadas pela República Romana dá-se, sobretudo, com outros povos ocupantes da Península Itálica. Podem mencionar-se, por exemplo, as Guerras Samnitas, que se prolongam até ao início do século III a. C., ou os confrontos com Etruscos e Oscos⁴⁹⁰. Independentemente da necessidade de proteger o espaço costeiro de incursões, ou da construção de uma rede de defesa, a consolidação da esfera de influência romana é, ao longo do século IV e início do século III, sobretudo ligada à questão terrestre e da consolidação dos seus territórios na Península Itálica⁴⁹¹. Assim, apesar de existirem evidências para a utilização e desenvolvimento de uma frota naval ao longo deste período, que culmina na criação de dois postos militares para a manutenção da «armada», esta não assume ainda um papel preponderante. Contudo, assumir, como refere Políbio, que Roma não tem embarcações próprias antes de meados do século III a. C. pode tornar-se redutor das reais potencialidades da marinha romana.

É possível que Roma tenha dedicado os seus esforços ao desenvolvimento de embarcações para as redes fluviais, atendendo à importância do rio Tibre enquanto via comercial e de transporte, algo que é reforçado pelo desenvolvimento de Ostia, sendo que os testemunhos arqueológicos mais antigos apontam para uma fundação próxima do século IV a. C.⁴⁹². Dionísio de Halicarnasso sublinha as vantagens naturais do Tibre: a respectiva foz não estava obstruída por bancos de areia e formava uma baía muito

⁴⁸⁸ CASSON, “The Age of the Trireme: 500-323 B.C.”, *Ships and Seamanship in the Ancient World*, Maryland, The John Hopkins University Press, 1971, reimp. 1995, p. 77.

⁴⁸⁹ Casson refere a utilização de trirremes antigas como transportadoras de cavalos a partir de 430 a. C. Idem, p. 93.

⁴⁹⁰ CORNELL, “The Roman Conquest of Italy”, *The Beginnings of Rome: Italy and Rome from the Bronze Age to the Punic Wars (c. 1000 – 264 BC)*, Nova Iorque, Routledge, 1995 (reimp. 1996), p. 345.

⁴⁹¹ Idem, pp. 345-368.

⁴⁹² Atendendo à dimensão da foz do rio Tibre, este é navegável, até certo ponto, pelas embarcações que atravessam o Mediterrâneo. Somente quando este se torna intransitável se procederia à substituição das mesmas por barcos adaptados, de menor dimensão (veja-se o exemplo de Estrabão, que menciona o transporte de produtos através do rio em embarcações de tamanho reduzido – Strab. 5.10). DILLON, GARLAND, “Early Republican Rome: 507-264 BC”, *Ancient Rome: From the Early Republic to the Assassination of Julius Caesar*, Nova Iorque, Routledge, 2005, p. 5.

conveniente para aportar, sendo que era navegável através de muitos quilómetros. Dependendo da sua dimensão, estes navios teriam duas possibilidades: as embarcações mais pequenas poderiam continuar através do Tibre, enquanto as cargas dos navios de grande porte iriam ser redistribuídas por embarcações menores. Visto que Roma parece assumir um estatuto de ponto de passagem importante para o interior da Península Itálica, e que é na cidade que é feita a redistribuição para embarcações de menor dimensão, pode presumir-se que existiria um conjunto de indivíduos dedicados às trocas comerciais para o interior, que seriam os possíveis proprietários dos ditos navios (D.H. 9.51).

1. As embarcações no período da Primeira Guerra Púnica

A questão naval, quando observada do ponto de vista da Primeira Guerra Púnica, acentua à problemática dos abastecimentos. O controlo estratégico do espaço marítimo pertence, no início da guerra, ao mundo púnico, que consegue cortar as vias de abastecimento dos adversários. A partir do momento em que se procede à aliança com Híeron II de Siracusa, Roma adquire não só uma base permanente que lhe permite controlar rotas marítimas que garantam o constante transporte de forças e de abastecimentos, mas também, a partir dos pontos terrestres controlados por Siracusa, a vigilância e o domínio de todas as embarcações de transporte costeiro. Além dos navios fornecidos por Híeron, podem também contar-se os de alguns aliados, os *socii navales*, que fornecem auxílio com meios navais, ao invés de contingentes de infantaria. Estes parecem ainda assim revelar-se insuficientes face à potência naval cartaginesa. Roma, apesar de poder contar com frotas aliadas, sente a necessidade de aumentar, em larga escala, os seus meios navais próprios, através de uma política sistemática de construção naval⁴⁹³. Políbio refere que, antes desta operação, Roma não teria um único navio de guerra, vendo-se obrigada a depender das embarcações fornecidas por Tarento, Locri, Vélia e Nápoles, que seriam sobretudo trirremes e quinquerremes (Plb. 1.20).

Roma utiliza os modelos cartagineses para desenvolver e construir os seus próprios navios. Ao contrário do que acontece para o período da República Romana,

⁴⁹³ WORKMAN-DAVIES, “Roman naval action during the First Punic War”, *Corvus: A Review of the Design and Use of the Roman Boarding Bridge during the First Punic War 264-241 B.C.*, [s.l.], Lulu.com, 2006, p. 14.

que até ao século III a. C. não apresenta dados arqueológicos específicos que confirmem a existência de navios de guerra ao serviço de Roma, é possível fazer uma reconstrução dos navios de guerra cartagineses. Foram encontradas embarcações naufragadas ao largo de Marsala, cujas inscrições apontam uma origem púnica. Estes naufrágios foram objecto de trabalhos arqueológicos nos anos 70 do século passado, dos quais se retiraram conclusões relativas à dimensão dos navios, causas do respectivo naufrágio e datação. Atendendo ao seu desenho alongado (a popa teria cerca de 10 metros de comprimento), possível presença de um aríete e ausência de carga, foram classificados como navios de guerra, apesar de existirem perspectivas contrárias⁴⁹⁴. Existe a possibilidade de estas embarcações pertencerem ao período da Primeira Guerra Púnica, pois têm sido apontados como participantes na última batalha naval deste conflito, em 241 a. C.⁴⁹⁵. A construção naval cartaginesa seria resultado do planeamento e organização pormenorizados, que tinham início no momento da elaboração do projecto do navio, atendendo às marcas encontradas em várias peças das embarcações, que indicavam algo próximo a um sistema de montagem⁴⁹⁶.

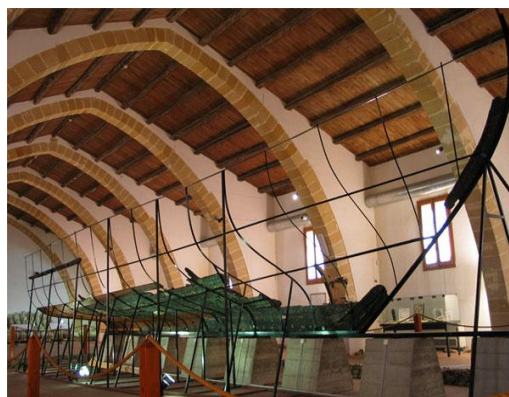


Fig. 4. Fragmento preservado de um dos navios púnicos recuperados nos naufrágios de Marsala. Note-se o seu desenho alongado. Está actualmente exposto no *Museo Archeologico Baglio Anselmi di Marsala*. Fotografia de <http://www.turismo.trapani.it/it/1325/nave-punica.html> (consultado em 31-7-15).

⁴⁹⁴ AVERDUNG, PEDERSEN, “The Marsala Punic Warships: Reconsidering their Nature and the Function of the ‘Ram’”, *Skyllis 12, Heft 2*, Bubenreuth, Deguwa, 2012, pp. 125-132.

⁴⁹⁵ FROST, “The Prefabricated Punic Warship”, *Punic Wars: Proceedings of the Conference Held in Antwerp from the 23rd to the 26th of November 1988 in Cooperation with the Department of History of the ‘Universiteit Antwerpen’ (U.F.S.I.A.)*, ed. H. Devijver e Edward Lipiński, Louvain, Peeters Press, 1989, pp. 127-129.

⁴⁹⁶ PAINE, “Warships of the World to 1900 - Punic (Marsala) ship”, *Warships of the World to 1900*, Nova Iorque, Mariner Books, 2000, pp. 138-139.

As embarcações continuaram a desenvolver-se ao longo dos séculos IV-III a. C. Além da trirreme, surgem também quadrirremes⁴⁹⁷ e quinquerremes⁴⁹⁸, cujo emprego é frequente ao longo deste confronto⁴⁹⁹, apesar de, segundo Políbio, estas últimas não serem utilizadas nas costas da Península Itálica antes da Primeira Guerra Púnica (Plb. 1.20). Em 250 a. C., no final do cerco de Lilibeu, Roma captura, pela segunda vez, navios cartagineses pertencentes às duas últimas tipologias. Uma delas seria a quinquerreme de Aníbal de Rodes, à qual os generais teriam particular atenção, atendendo à facilidade com que este tipo de navio consegue contornar os mal-posicionados navios romanos que bloqueavam o porto de Lilibeu. Apesar de furar o bloqueio numa primeira fase, esta quinquerreme acaba por ser capturada. Esta é a segunda ocasião registada da utilização de meios navais cartagineses como modelo para a construção das frotas romanas. Os cidadãos mais abastados de Roma teriam fornecido os meios para a aquisição de uma frota de 200 quinquerremes, modeladas através da embarcação capturada a Aníbal de Rodes. O desenho dos navios romanos era agora diferente daqueles que haviam sido construídos em 261 a. C., sendo que, juntamente com o transporte de um mínimo de carga possível (consistindo somente nos instrumentos fundamentais para a batalha), estas terão conseguido adquirir velocidades que as suas precursoras não adquirem (note-se que um dos problemas recorrentes das embarcações romanas ao longo da Primeira Guerra Púnica é precisamente a velocidade superior dos navios púnicos). Na última batalha naval deste conflito, ao largo das Ilhas Égates, Roma consegue contrabalançar as capacidades da marinha cartaginesa, cujos navios teriam excesso de peso a bordo (Plb. 1.61).

Juntamente com os navios de maior dimensão, Políbio menciona a importância dos barcos de apoio de tamanho reduzido, nomeadamente os *lembos*, uma espécie de esquifes com grande maleabilidade e que atingiriam velocidades elevadas. Tal parece implicar a possibilidade da sua utilização por parte de Cartago e, mais tarde, de Roma e dos seus aliados. Apesar da sua menor dimensão, a estrutura do *lembos* é semelhante à

⁴⁹⁷ Segundo Eusébio de Cesareia, na *Preparatio Evangelica*, os Cartagineses teriam sido os primeiros a construir uma quadrirreme, que teria sido desenhada por *Bosporus*. 10.6.

⁴⁹⁸ São já utilizadas por Dionísio I de Siracusa: a primeira quinquerreme construída pelo tirano é utilizada para transportar a sua noiva para a cidade (D.S. 14.44).

⁴⁹⁹ A utilização de galés com sete filas de remadores também é referida por Políbio: Aníbal de Rodes teria utilizado uma embarcação desta natureza que havia pertencido a Pirro, ideia que está igualmente presente em Zonar. 8.11. Apesar de não ser possível confirmar esta afirmação, a reutilização de embarcações será provavelmente comum quer da parte de Roma, quer da parte de Cartago, atendendo aos custos implicados na construção naval, o que reforça a ideia de uma interinfluência entre os desenhos das construções dos diversos estaleiros navais e, por sua vez, da semelhança entre as embarcações que navegavam no Mediterrâneo, independentemente da sua origem. Plb. 1.23.

dos restantes navios de guerra, no sentido de utilizarem também o apoio de remadores e de, em muitos casos, possuírem um aríete⁵⁰⁰. Plb. 1.46 admite a utilização de navios com diferentes velocidades, mas é sobretudo relevante a referência ao envio dos “dez navios mais rápidos” de toda a frota presente, para preparar a captura de um navio adversário: é possível que estas embarcações fossem uma espécie de *lembos*.

O elaborado sistema de construção de naval de Cartago levanta uma série de questões em relação à «armada» romana. Em primeiro lugar, o período de tempo entre a captura deste navio e a viabilização da frota (incluindo não só a construção dos navios, mas também o treino dos remadores) não é referido, mas parece relativamente curto: o navio cartaginês é capturado em 261 a. C., e a frota parece estar preparada no ano seguinte, quando é utilizada na batalha naval de Milas⁵⁰¹. Acresce ainda que, além da construção dos navios, os engenheiros romanos teriam incorporado o *corvus*⁵⁰², para conseguir colmatar as falhas na sua construção (Plb. 1.21). Em primeiro lugar, se os navios são copiados à imagem da embarcação cartaginesa capturada, seria expectável que estes tivessem aproximadamente as mesmas capacidades: o facto de tal não ocorrer parece denotar as dificuldades na sua construção. Por outro lado, mesmo que se tenha em consideração os problemas nos navios referidos por Políbio, deve observar-se que, de acordo com a fonte, Roma teria construído uma frota com dimensões suficientes para conseguir uma vitória contra 130 navios cartagineses em cerca de um ano. Como refere Frost, mesmo com a tecnologia actual, é difícil conseguir reproduzir os navios deste período, e estas operações são por norma demoradas. Deve questionar-se de que modo a engenharia naval romana foi capaz de responder a uma necessidade tão prontamente, se,

⁵⁰⁰ CASSON, “The Warships of the Hellenistic Age: 323-31 B.C.”, *Ships and Seamanship in the Ancient World*, Princeton, Princeton University Press, 1971, reimp. 1976, pp. 125-126.

⁵⁰¹ GRANT, “Roman Naval Warfare”, *Battle at Sea: 3000 years of naval warfare*, Londres, Nova Iorque, Melbourne et al., DK, 2008, p. 44. Esta batalha terá garantido ao cônsul romano Gaio Duílio a celebração de um triunfo naval (Liv. 17), do qual é pioneiro. No século I a. C., Octaviano Augusto terá erigido uma coluna no Fórum Romano, celebrando os feitos de Duílio (a *Columna Rostrata*); nesta é possível verificar a presença dos aliados de Segesta na guerra, que teriam sofrido um bloqueio naval. Duílio terá sido o primeiro romano a equipar e a treinar as frotas dos navios, com os quais consegue capturar uma septirreme, 30 quinquerremes e trirremes, e afundar 13 navios cartagineses, adquirindo lucros consideráveis. Veja-se LENDERING, “Duillius’s Victory Inscription”, in <http://www.livius.org/articles/place/rome/rome-forum-romanum/rome-rostra/>.

⁵⁰² Apesar de vários autores romanos referirem a existência desta plataforma de desembarque, não existe, contudo, nenhuma evidência arqueológica. Historiadores, arqueólogos, engenheiros e arquitectos navais continuam a discutir as possibilidades da utilização deste dispositivo de assalto, não estando de acordo sobre o seu uso. Também a iconografia romana e da Alta Idade Média não apresenta este dispositivo nas embarcações retratadas.

como refere a fonte, Roma não tinha qualquer experiência na construção de navios de guerra⁵⁰³.



Fig. 5. Fragmento da inscrição de Duílio na *Columna Rostrata*. Fotografia de Jona Lendering, Roma, Museus Capitolinos, cerca de 30 a. C.

In <http://www.livius.org/pictures/italy/rome/forum-romanum/rome-rostra/rome-forum-romanum-columna-rostrata-inscr-cm/>

Deve também observar-se em pormenor a questão do *corvus*. Não existem, até à data, testemunhos arqueológicos que confirmem ou desmintam a respectiva utilização (como já foi referido, o navio de guerra mais antigo – e existem autores que discordam desta terminação – é púnico, e tem datação atribuída para o final da Primeira Guerra Púnica). Visto que os romanos não teriam navios de guerra antes de 261 a. C., deve questionar-se qual a origem deste instrumento. Não existem referências precisas relativamente ao nascimento do *corvus*, que é apresentado por Políbio como uma inovação romana introduzida nos navios. Partindo do princípio de que este sistema não existia anteriormente, o *corvus*, que terá sido criado pelos engenheiros navais romanos, tem um período de utilização muito curto, que se limita somente a este conflito: só é mencionado na batalha de Milas, o que pode levar a questionar até que ponto este instrumento é prático e rentável. Note-se que, apesar de este servir para prender os navios cartagineses, estes seriam muito mais velozes que as trirremes e quinquerremes romanas, e poderiam evitar com facilidade uma abordagem desta natureza, assim que se apercebessem da melhor tática para evitar a situação.

Não obstante os navios cartagineses estarem dependentes de uma tática de combate de proximidade, e o *corvus* não ser um instrumento estacionário, existiria alguma facilidade por parte das embarcações púnicas no que toca a evitar ataques desta natureza. De facto, Díon Cássio e Zonaras (Zonar. 8.11), que mencionam a também utilização de ganchos e ferros na batalha de Milas, referem que a tática dos navios cartagineses seria a de navegar em torno dos adversários, em grandes velocidades, e fazer ataques súbitos aos inimigos, o que teria mantido um equilíbrio entre ambas as

⁵⁰³ FROST, *op. cit.*, p. 127.

partes durante algum tempo. Não mencionando o *corvus* como factor fundamental para a vitória, referem somente que a septirreme utilizada por Aníbal terá sido abordada por uma trirreme, o que pode colocar a possibilidade de esta ter ficado presa pelo *corvus* ou um dispositivo similar (o destino desta embarcação após a batalha de Milas não é referido, mas pode questionar-se por que razão Roma não parece ter reaproveitado um navio que apresenta uma capacidade significativa).

Acresce que, para o *corvus* poder ser utilizado, tem de existir muita precisão por parte dos indivíduos que o estão a manobrar, o que implica que tivesse existido algum tipo de treino para este efeito antes da batalha, algo que as fontes não referem; além da precisão, existiria ainda a necessidade de rapidez, visto que a embarcação inimiga poderia facilmente fugir ou abalroar o navio adversário com um aríete. De facto, a motivação por trás da criação do *corvus* estaria relacionada com a intenção de permitir as abordagens da infantaria naval romana, sendo que os comandantes teriam preferido este sistema por oposição ao abalroamento com aríetes, no qual a «armada» púnica seria superior⁵⁰⁴. Utilizados somente em navios de grande porte, são substituídos, após a Primeira Guerra Púnica, por ganchos metálicos, que já seriam utilizados pelos gregos desde o início do século V a. C.⁵⁰⁵

Políbio descreve-o como um dispositivo elaborado para abordar navios: uma espécie de poste cilíndrico, no topo do qual se encontraria um mecanismo que seria largado sobre os navios inimigos, impedindo que estes se afastassem e facilitando o processo de abordagem dos navios romanos (Plb. 1.22). Segundo a mesma fonte, estes terem sido construídos a partir dos modelos capturados. Este facto implica que existisse uma certa obrigatoriedade no cumprimento de escalas, medidas e pesos. A inclusão de um dispositivo como o *corvus* no navio implica questionar de que maneira as embarcações foram modificadas para criar um ponto de equilíbrio entre o peso criado pelo *corvus* e a outra extremidade do navio, sobretudo porque este é utilizado como instrumento de abordagem e, ao ser libertado sobre o navio inimigo, provocaria instabilidade devido ao impacto, e criaria uma força que poderia levantar a extremidade oposta, ou mesmo desfazer algum componente da embarcação. Segundo Pitassi, os navios romanos transportariam com frequência um peso considerável, quer devido à

⁵⁰⁴ RORRES, “A Formidable War Machine: Construction and Operation of Archimedes’ Iron Hand”, *Symposium on Extraordinary Machines and Structures in Antiquity*, 19 a 24 de Agosto de 2001, Olímpia, p. 5.

⁵⁰⁵ TUCKER, “Corvus”, *Instruments of War: Weapons and Technologies that Have Changed History*, Santa Barbara, ABC-CLIO, 2015, pp. 22-23.

utilização de *corvus*, quer devido à presença de uma ou mais torres, onde estariam posicionados arqueiros e lanceiros. Este peso excessivo seria a causa de muitos dos naufrágios de embarcações romanas durante tempestades⁵⁰⁶.

Antes da partida da expedição para a Líbia, a marinha de guerra romana foi reorganizada. Apesar dos esforços no sentido de criar um sistema específico, este ainda se baseia, em grande medida, naquele que pode ser observado no exército terrestre. Políbio descreve a criação de um corpo de elite (a partir dos melhores militares em terra), e da divisão da força em quatro unidades, que recebem igualmente o nome de Legião (ou Esquadrão), exceptuando o quarto, que recebe igualmente a denominação de *triarii* (novamente um termo que vem do exército terrestre – Plb. 1.26). A marinha romana parece ser construída em torno de um sistema regular de infantaria em terra: os navios parecem ser observados enquanto plataformas para o combate das Legiões em meio marítimo, e são construídos tendo em conta esta visão de combate «naval», ao contrário do que sucede com as embarcações púnicas, que estão sobretudo equipadas para um combate entre navios.



Fig. 6. Trirreme do séc. I a. C., relevo encontrado no Templo de Fortuna em Preneste (Fotografia de Mark Healy, in MCNAB, “The Maritime Dimension” *op. cit.* *The Roman Army (...)*, p. 45). Segundo McNab, esta trirreme seria semelhante àquelas que se podiam encontrar no século anterior. Atente-se na torre que se encontra na extremidade da embarcação.

Os conhecimentos romanos da situação geomorfológica da costa da Sicília são inferiores aos dos comandantes púnicos, e tal fica demonstrado por diversas vezes. Veja-se o já referido caso de Aníbal de Rodes, que consegue utilizar a situação do porto de Lilibeu para entrar e sair com facilidade; em Plb. 1.37, diversas embarcações romanas são surpreendidas por uma tempestade, indo de encontro aos rochedos, que as desfazem. Políbio culpa os romanos por esta situação, afirmando que os homens que pilotavam os

⁵⁰⁶ PITASSI, *op. cit.*, p. 46.

navios teriam avisado os comandantes sobre a natureza do percurso pela costa sul da Sicília, o que leva a assumir que os pilotos das embarcações não seriam romanos e parece sublinhar a pouca relevância atribuída à navegação para sul até à Primeira Guerra Púnica, atendendo ao desconhecimento aparente da situação perigosa em que se colocariam as embarcações, arriscando perdas humanas e materiais. Os pilotos teriam bons conhecimentos das correntes marítimas, profundidade das águas e decalque costeiro, o que significa que seriam provavelmente marinheiros experientes que navegassem com frequência na região. É assim possível que estes fossem oriundos das cidades-estado da Magna Grécia que se aliam ou vão sendo tomadas por Roma, e que muitos destes homens fossem enviados por Híeron II de Siracusa.

2. O «Proto-Imperialismo» Republicano

Necessidade (ou capacidade) de expansão?

Políbio é, de todas as fontes consultadas, aquela que maior número de informações fornece sobre a Primeira Guerra Púnica. Este começa por se propor narrar por que vias se procede à criação e crescimento do «Império Romano», que considera não só como o maior existente até então, como também inultrapassável no futuro. Em seguida, descreve o episódio dos Mamertinos, os quais Roma decide auxiliar, apesar dos problemas éticos em questão, por razões que aponta como somente defensivas: visto que Cartago havia subjugado a maior parte das ilhas no mar Tirreno e em torno da Sardenha, o seu domínio absoluto da Sicília tornaria o mundo púnico senhor de vastos territórios e uma ameaça para a fronteira romana na Península Itálica, algo que está de acordo com Zonar. 8.8, que refere inclusivamente que, tendo em conta a posse da Sardenha e da maior parte da Sicília, Cartago teria concebido esperanças de subjugar a Itália. Segundo a fonte, Roma não teria voltado as suas atenções para o mar em nenhum momento antes da Primeira Guerra Púnica (Plb. 1.20), ideia que é confirmada por Zonaras (Zonar. 8.8), quando este refere que, até este momento, Roma não teria qualquer experiência nas questões navais.



Fig. 7. Mapa da expansão da República Romana entre 298 a. C. e 201 d. C. Note-se que, no início da Primeira Guerra Púnica, Roma exercia a sua influência sobre a maior parte da Península Itálica. Imagem de *Encyclopedia Britannica*, in <http://www.britannica.com/place/Roman-Republic>, consultada em 3-8-15.

Como se verificou nos capítulos anteriores, é difícil afirmar até que ponto os termos «imperialismo» ou «colonialismo» podem ser aplicados a Cartago sem incorrer em erro. Apesar de esta ter uma vertente de expansão (sobretudo após a queda de Tiro, através da absorção das suas colónias, e a partir do início da sua expansão marítima), e de existirem, desde cedo, conflitos entre Cartago e as populações dos espaços que pretende ocupar, a sua ideia de «Império» parece vocacionada para a construção de zonas de influência marítimas e costeiras, que garantam a primazia púnica nas questões de comércio: Cartago raramente explora o espaço interior, apesar de assumir uma faceta vincadamente bélica quando pretende dominar determinado ponto relevante para os seus circuitos comerciais, ou quando surgem insurreições de povos locais⁵⁰⁷. Os testemunhos arqueológicos e as reinterpretações recentes do expansionismo púnico parecem ir contra as afirmações das fontes, que apresentam Cartago como opositora a Roma na construção de um «Império». Acresce o facto de as relações entre Roma e Cartago serem, antes da Primeira Guerra Púnica, marcadas por uma diplomacia de aparente entejuda, com a assinatura de diversos tratados romano-púnicos que incluem, entre outros pontos, cláusulas relativas ao Mediterrâneo e à sua distribuição.

Independentemente de a proximidade ser real ou fictícia entre Romanos e Mamertinos, não parece, na prática, a questão mais influente na decisão romana de intervir na Sicília. Sue Elwyn considera que esta decisão poderá ter sido sobretudo motivada por um desejo de pressão moral ou emocional. Os povos da Campânia já tinham garantido a cidadania latina em 338 a. C., o que significaria que os Mamertinos

⁵⁰⁷ *Infra*, pp. 58-67.

seriam, provavelmente, cidadãos latinos por descendência⁵⁰⁸. Esta questão é demasiado complexa para ser considerada em poucos parágrafos. Por um lado, se os Mamertinos fossem considerados em Roma como cidadãos latinos, poderia existir alguma noção de obrigatoriedade de auxílio militar, o que não parece verificar-se. Por outro, a acção dos Mamertinos em Messina parece reprovável pelos padrões da época, o que justifica em parte a relutância do Senado em corresponder às intenções dos mercenários.

A questão dos tratados entre Roma e Cartago deve ser observada em pormenor, porque nela poderão estar contidas algumas das respostas relativas à evolução dos sistemas de poder no Mediterrâneo. Devem procurar-se as reais motivações de Roma na direcção da política externa para a Sicília, sobretudo atendendo ao facto de as suas relações com Cartago passarem, até ao século III a. C., por uma aparente entreajuda. Os autores dividem-se entre os que suportam a questão do «pré-imperialismo» republicano (*cupido gloriae*) e os que consideram este «imperialismo» um problema secundário no período da República Romana. O principal alvo de discussão é um tratado alegadamente conhecido pelo já referido Filino de Agrigento, que terá sido descrito por este indivíduo na sua obra agora perdida⁵⁰⁹. Não querendo estender demasiado esta problemática ou as questões relacionadas com a guerra justa, diga-se somente que a sua aplicação à questão dos mercenários se prende com o universo intrincado da política externa da república romana. O pedido de ajuda dos Mamertinos implicava considerarem-se parte do mesmo «clã» (transliterando a expressão inglesa usada pelo tradutor, que parece apropriada) que os romanos, uma ligação, até certo ponto, étnica (o que não é descabido, visto serem oriundos da Península Itálica)⁵¹⁰. Seguindo as bases de Filino, Roma teria quebrado um acordo, algo que teria fornecido ao mundo púnico o *casus belli* para retaliar, dando início à Primeira Guerra Púnica. Políbio discorda com Filino, afirmando que todos os tratados romano-púnicos poderiam ser consultados em tabuletas de bronze no tesouro dos questores (Plb. 1.26).

⁵⁰⁸ ELWYN, “Interstate Kinship and Roman Foreign Policy”, *op. cit.*, p. 268.

⁵⁰⁹ Sobre este tratado existem duas correntes principais. Uma é proveniente do final do século XIX, atravessando as obras de Mommsen, Toynbee e Gary Forsythe, e considera que existiu de facto um tratado entre Roma e Cartago que proibia o contacto romano com a Sicília; a outra, mais recente, passa por B. D. Hoyos, John Serrati e, recentemente, Arthur Eckstein, e defende que o tratado nunca existiu e não passa de um mito historiográfico. A própria historiografia romana é controversa quanto ao assunto, opondo Políbio a indivíduos como Fábio Pictor e Catão. Veja-se, por exemplo, Theodor Mommsen, “Carthage”, *op. cit.*, pp. 131-160, e HOYOS, “The Romans and the Carthaginians”, *Unplanned Wars: The Origins of the First and Second Punic Wars*, Berlim, Nova Iorque, Walter de Gruyter, 1998, pp. 5-7.

⁵¹⁰ Veja-se infra, p. 128.

Políbio refere que o primeiro tratado entre Roma e Cartago datava do consulado de Lúcio Júnio Bruto e Marco Horácio, ou seja, cerca de 509 a. C. Este referia termos de amizade entre Cartago e Roma, e estabelecia uma série de condições relativas à navegação, entre as quais a proibição de as embarcações romanas navegarem para Oeste daquilo que se crê ser o Cabo Bon, na actual Tunísia. Por outro lado, a captura de cidades por Cartago no território do Lácio obedeceria a duas condições: Cartago poderia manter os cativos e o espólio, mas não se iria apropriar da cidade, que ficaria sob o domínio romano. Roma estaria proibida de fundar cidades no Norte de África e na Sardenha, ou sequer de entrar nestes lugares, excepto em circunstâncias específicas; e as condições de Roma para o comércio na Sicília púnica seriam as mesmas que as dos Cartagineses⁵¹¹. Segundo Políbio, este tratado demonstra que Cartago consideraria a Sardenha e a Líbia como suas propriedades, ao contrário da Sicília; e Roma coloca as suas atenções sobretudo no território do Lácio, não se voltando ainda para o resto da Península Itálica. No segundo tratado, Cartago terá adicionado Tiro, Útica, Mástia e Tarseu⁵¹² aos pontos de passagem interditos, mas os termos comerciais relativamente à Sicília mantêm-se, acrescentando que os Cartagineses passam a ter direitos comerciais alargados em Roma. No terceiro e último tratado referido por Políbio, feito na ocasião das Guerras Pírricas, as cláusulas são de natureza ligeiramente diferente, focando-se sobretudo nas questões militares, e não nas questões da divisão territorial.

Entre as problemáticas da expansão e do «colonialismo», da defesa e da conquista, onde residem os pontos-chave para compreender o «imperialismo» da república romana? Em que momento Roma deixa a Península Itálica e volta as suas atenções para o Mediterrâneo, e por que razões Cartago coloca uma série de entraves à expansão marítima romana, mantendo, contudo, a Sicília como espaço de livre circulação⁵¹³? Se o objectivo de Cartago fosse, como refere Políbio, apropriar-se da Península Itálica, este entraria em discordância com as cláusulas que permitem o comércio romano na Sicília, que atribuem aos comerciantes romanos as mesmas premissas que possuem os cidadãos púnicos. O território que Cartago procura

⁵¹¹ Plb. 3.22; “Treaties Between Rome and Carthage”, *Ancient Roman Statutes – A translation with Introduction, commentary, glossary, and Index*, trad. por Allan Chester Johnson, Paul Robinson Coleman-Norton e Frank Card Bourne, ed. Clyde Pharr, Nova Jérícia, The Lawbook Exchange, Ltd., 2003, p. 7 (nota 2 sobre o Cabo Bon).

⁵¹² Segundo algumas reinterpretações, Mastia e Tartesso podem referir-se a um único lugar, atendendo à utilização da palavra Tarseum no genitivo no texto original. MORET, “*Mastia Tarseion* y el Problema Geográfico del Segundo Tratado entre Cartago y Roma”, *Mainake*, Málaga, Diputación de Málaga: Centro de Ediciones de la Diputación de Málaga (CEDMA), 2002, pp. 257-276.

⁵¹³ MORET, *op. cit.*, pp. 271-274.

salvaguardar não é aquele que se situa em torno da Sicília ou da Península Itálica, mas sim aquele com que mantém relações políticas, económicas e sociais mais antigas (o Oriente, por via de Tiro), e aquele onde desenvolve consideráveis ligações comerciais, sociais, e militares (a Península Ibérica). Contudo, a Sicília é um dos únicos pontos do «império» cartaginês (se assim se pode chamar à área de influência púnica existente entre os séculos IV e III a. C.) onde existem confrontos consideráveis desde cedo, e do qual Cartago procura expulsar outros colonos sempre que se vê ameaçada. Qual a importância da Sicília para estas civilizações, que até ao século III a. C. a mantêm, sobretudo, como entreposto comercial?

A resposta pode estar, em parte, no que foi referido no Capítulo II: a Sicília é o espaço de passagem entre o centro e o ocidente do Mediterrâneo e, por sua vez, um ponto de ligação com a Península Ibérica⁵¹⁴. Cartago irá reforçar a sua posição neste espaço logo no final da Primeira Guerra Púnica, e a Península Ibérica irá assumir um papel central no conflito que se segue. Quanto a Roma, é possível que, independentemente da existência ou inexistência do tratado referido por Filino, a cidade tenha sido colocada numa situação duplamente problemática: por um lado, a influência de Cartago aproximava-se (sendo que a conquista de Messina poderia de facto acrescentar às perspectivas púnicas de novos monopólios de comércio no Mar Tirreno, para salvaguarda dos quais poderiam, a curto prazo, optar pela conquista dos espaços costeiros do Lácio – os que Roma já havia procurado salvaguardar em períodos anteriores, talvez por esta razão). Roma tinha necessidade de defender os territórios recentemente conquistados, e de manter as suas próprias redes económicas activas.

Por outro lado, como se pode observar na fig. 7, Roma havia praticamente atingido o seu limite de expansão por terra. Restavam então duas opções: atravessar os Alpes, e continuar a adquirir zonas de influência por via terrestre, ou conquistar os territórios insulares mais próximos. Roma havia sido recentemente invadida pelos Gauleses e colocado termo aos conflitos com as tribos através de algumas concessões, tendo “pacificado”, como refere a fonte, as tribos da Península Itálica. Em 261 a. C., Roma tinha finalmente oportunidade para observar novas perspectivas, e é nesse período que surge o confronto entre Gregos, Cartagineses e Mamertinos, que lhes fornece um *casus belli*. Assim, Roma alia a necessidade de defesa à sua capacidade de expansão: como refere Políbio, o assunto é longamente discutido pelo Senado e, apesar

⁵¹⁴ Veja-se infra, pp. 58-67.

do esgotamento de recursos por conflitos recentes, este considera que a guerra será não só vantajosa, mas também rentável. Assim, apesar de o conceito de império, como é conhecido actualmente, somente ter surgido há pouco mais de um século, parece que a República Romana admite, até certo ponto, a utilização da palavra «imperialismo», que no século III a. C. está sobretudo virado para as questões legislativas e para a área de actuação da justiça romana⁵¹⁵. A República Romana não parece voltada para a construção de uma talassocracia, nem segundo o modelo grego, nem segundo o modelo fenício-púnico; mas para a expansão do seu território, que parece assumir uma faceta de coesão política não partilhada por Cartago, com o seu império de cidades comerciais, nem pela Magna Grécia, com a sua criação de cidades-estado independentes, Roma necessita de utilizar o Mediterrâneo, como espaço defensivo, económico e, acima de tudo, de coesão territorial, algo que ganha importância ao longo dos séculos II e I a. C., com a conquista de territórios cada vez mais afastados da cidade-mãe.

⁵¹⁵ EDWELL, “Definitions of Roman Imperialism”, *A Companion to Roman Imperialism*, ed. Dexter Hoyos, Boston, Brill, 2013, p. 39.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção historiográfica em torno de Cartago não tem sido suportada entre várias teorias paralelas. Esta procede de elaborações em torno de uma rede de dados adquiridos através de diversos meios que, quando confrontados, possibilitam a construção de um discurso cada vez mais extenso, mas que aguarda ainda por confirmações. Se é difícil conhecer a história da própria cidade, destruída e reconstruída sob a égide de Roma, compreender a sua dinâmica nas colónias e nos espaços circundantes torna-se uma tarefa ainda mais complicada. A construção do «império romano», no seu sentido político e territorial, acaba por constranger a procura de respostas, ocultas por séculos de domínio romano em toda a bacia do Mediterrâneo. Compreender o conceito de «império», distinguir a questão política da questão comercial, observar as relações entre as colónias e os espaços circundantes, tornam-se tarefas difíceis para o historiador.

Os dados arqueológicos são uma importante mais-valia, num espaço em que as fontes se revelam insuficientes. Através destes é possível observar a cronologia da expansão no Mediterrâneo. Não existe um acordo no que respeita ao período em que Cartago começa a procurar estender-se além do Norte de África. Muitos autores apontam o século VII, mas esta teoria tem sido discutida e não é, de todo, unânime. Um dos pontos em que existe alguma concordância está relacionado com a questão fenícia: é geralmente aceite que o declínio do mundo fenício a oriente, sobretudo após as conquistas de Tiro por Nabucodonosor e, posteriormente, por Alexandre Magno, levam à ascensão de Cartago como espaço central desta cultura e civilização. A reorganização do mapa político, sobretudo no que respeita às ilhas do Mediterrâneo, leva a que Cartago se torne a nova «cidade-mãe» das colónias fenícias, num processo que ocorre de forma natural e, aparentemente, sem conflitos significativos. Em determinado momento, a ideia da Antiguidade em torno do mundo fenício condensa-se em Cartago, e deixa de existir uma distinção clara entre colónias púnicas e colónias fenícias, que se tornam sinónimas⁵¹⁶. Como refere o subtítulo do Capítulo I, Cartago, que nasce com um carácter de cidade comercial, evolui para «cidade imperial», do ponto de vista político, cultural e ideológico.

⁵¹⁶ Idem, p. 16.

Este império tem, no entanto, características e objectivos muito próprios. Nos períodos iniciais, Cartago parece ter seguido um sistema de organização semelhante ao das outras cidades fenícias, nascendo com uma cultura de matriz monárquica e muito dependente da cidade-mãe. Mais tarde, contudo, desenvolve o seu sistema político numa tipologia distinta. Aparentemente bipartida (Aristóteles menciona a existência de um «senado»), esta acaba por se centrar nas grandes famílias da aristocracia, com a criação de dinastias familiares de poder. São estes indivíduos, como os Bárcidas e os Magónidas, os responsáveis por muitas das mudanças que ocorrem na expansão cartaginesa. Os Magónidas são dos primeiros a interferir nos espaços insulares mediterrâneos, na forma de conquistas militares. Os Bárcidas, que participam já na Primeira Guerra Púnica, terão um papel fundamental no desenvolvimento do segundo conflito entre Roma e Cartago. A colonização assume uma vertente cada vez mais militarizada.

Existem quatro territórios fundamentais para a análise da colonização insular cartaginesa. O primeiro, a Sicília, foi analisado de forma mais aprofundada. A maior das ilhas do Mediterrâneo, é ocupada desde cedo por uma grande variedade de povos com diferentes origens. Alguns assumem um papel menos significativo no decurso de conflitos de maior dimensão: é o caso dos Sicanos e dos Sículos. Outros, como Gregos e Cartagineses, iniciam desde cedo um conjunto de disputas territoriais pelo domínio da ilha. A faceta militarizada da colonização cartaginesa assume uma importância crescente, à medida que se vão travando as várias guerras greco-púnicas, que se tornam ainda mais relevantes quando se observa o nascimento e crescimento dos vários modelos de poder tirânico na Magna Grécia, distintos dos sistemas de governação das cidades gregas.

A forma como é observada a colonização tem contudo um carácter distinto entre ambas. Para os tiranos, as guerras com Cartago são, sobretudo, um meio de expansão territorial, através da qual adquirem um espaço cada vez maior para exercer o seu poder político. No caso púnico, apesar de se poder mencionar a importância do prestígio pessoal das dinastias da aristocracia militar, a defesa da Sicília exercerá provavelmente a dupla função de proteger não só a primazia e o controlo das rotas comerciais, mas também o acesso à Península Ibérica e espaço atlântico, importantes fontes de recursos e de trocas. Aqui surge um dos pontos fundamentais relativo à expansão cartaginesa: apesar de existirem diversos episódios em que Cartago recorre à intervenção militar, estes estão sobretudo relacionados com questões de defesa, e não de conquista. Cartago

coloniza as zonas costeiras, possivelmente alguns pontos no litoral dos rios, e os territórios insulares. Não parece vocacionada para a criação de uma área de influência política vasta, mas sim para uma rede articulada de cidades e entrepostos que promovam a expansão das suas economias. Quando existem interferências no processo, a cidade retalia com todos os meios ao seu dispor; nos primeiros momentos da expansão, torna-se agressiva com as populações dos espaços que já são habitados. Contudo, as relações do mundo púnico com os habitantes locais não são, por norma, de intensa actividade bélica. Cartago domina ainda a Sardenha, Córsega e as Ilhas Baleares. Esta temática foi menos desenvolvida, visto que se inseriu no corpo da dissertação enquanto complemento, e não enquanto temática individual; no entanto, não é menos significativa para o estudo da expansão colonial como um todo, sobretudo no que diz respeito à questão cronológica e das rotas comerciais do Mediterrâneo.

Resta assim tratar a problemática militar. A questão dos mercenários transcende praticamente todos os capítulos desta dissertação, bem como a dos comandantes. Os mercenários contratados por Cartago são oriundos das mais diversas origens, e servem diversas funcionalidades. Estão presentes desde muito cedo nas guerras travadas por Cartago, e são uma componente essencial do exército. Contudo, e apesar de uma ideia transmitida há muito, o exército cartaginês não é uma construção homogênea. Este sofre uma evolução, desde o início da história de Cartago. À semelhança da maior parte das cidades-estado do Mediterrâneo, esta terá começado por ter um exército próprio, que está presente desde a fundação da cidade. Em 264 a. C., a componente endógena presente no exército púnico é residual. A crescente capacidade económica de Cartago, aliada à vocação comercial da maior parte dos seus habitantes, reduziu drasticamente o tamanho do exército, que já havia sido reformado por Magão nas suas campanhas insulares. Destaca-se a questão do Batalhão Sagrado, que não se pode confirmar como estando presente durante a Primeira Guerra Púnica (não se sabe se este ainda existia neste período), mas que consistiria num corpo de militares de elite.

O desenvolvimento do exército no sentido de uma inclusão cada vez mais vasta de contingentes mercenários tem uma série de consequências. Em primeiro lugar, as relações de fidelidade entre os mercenários e os generais assumem um papel preponderante, e são por vezes determinantes nos resultados dos acontecimentos. Mercenários insatisfeitos podem levar a resultados negativos para as campanhas de Cartago, e existem múltiplas referências a traições, nem sempre concretizadas. No que diz respeito à questão do comando, verificou-se a existência de diversas hierarquias.

Entre o «Conselho de Anciãos» e as altas hierarquias militares, existe uma diferença significativa, nomeadamente o meio de iniciação na carreira: os indivíduos são escolhidos para o conselho no seio das famílias aristocráticas, ao passo que os comandantes militares são eleitos, pelo menos teoricamente, por via de eleições populares, das quais não existem registos que possam demonstrar os respectivos procedimentos.

O cargo de general pode ter sido originalmente cumulativo com a função de Sufeta, mas tal não se verifica para o período da Primeira Guerra Púnica, à medida que o mundo da política e o contexto militar se vão autonomizando, e se dá a especialização do sistema de comando. Mas, as fontes questionam a formação dos generais de Cartago. A cidade sofre um número considerável de derrotas, e acaba inclusivamente por colocar Xântipo, o Lacedemónio, no comando do exército durante a invasão romana do Norte de África. Acrescente-se que, apesar dos números consideráveis de mercenários, Cartago acaba por sofrer a última derrota naval, na qual, para Políbio, estariam presentes indivíduos mal-preparados. Uma investigação mais profunda poderá revelar se Cartago é derrotada somente por uma imprevidência relacionada com a estratégia e com a logística, ou se o desgaste económico é um factor prejudicial; contudo, para estas conclusões seriam mais relevantes registos escritos e arqueológicos provenientes do mundo púnico, e esses, por enquanto, são muito escassos.

A tomada de Agrigento assume um papel preponderante enquanto primeiro confronto decisivo no decorrer da guerra. Naquele momento, é sobretudo uma guerra de recursos – vence o exército com maior capacidade de garantir abastecimentos (processo facilitado pela intervenção de Híeron II de Siracusa) – e de tomada de pontos estratégicos. Situada na vertente sul da ilha (voltada para Cartago), próxima do hemisfério púnico insular, Agrigento é relevante enquanto espaço confluyente de redes marítimas e fluviais, que permitem uma ligação com o interior da ilha. Não deixa de muito importante a utilização dos *mahouts*, também referidos no Capítulo III, e da sua real utilidade e capacidade num contexto de batalha. Acresce ainda a possível utilização de *mahouts* indianos nos períodos iniciais da história de Cartago, o que implica uma ligação a este subcontinente asiático, pouco referida nos estudos bibliográficos e menos ainda nas fontes históricas. Seria interessante a realização de mais estudos sobre as ligações do mundo púnico ao continente asiático, com particular relevo para a informação resultante dos dados arqueológicos.

A marinha romana, nas suas origens, tem pouca expressão. A sua pouca dimensão não lhe permite adquirir um protagonismo relevante no contexto geral, militar e político. Esta Roma não desconhece o mar e a importância das redes fluviais, também não deixa de realizar trocas comerciais com múltiplos pontos, a curta, a média e a longa distância. Mas o seu desenvolvimento, enquanto marinha de guerra, é relativamente tardio e baseado noutras tipologias navais existentes no Mediterrâneo. No final da Primeira Guerra Púnica, decorrente de um processo de treino e disciplina rigorosa, Roma apresenta meios navais e tripulações já com um sucesso significativo. O rigor da legião, agora elogiado na prestação eficaz dos marinheiros romanos, parece ser uma das razões das campanhas vitoriosas contra navios e tripulações mercenários ao serviço de Cartago. O crescimento dos meios navais romanos, com uma construção sistemática de embarcações de diferentes tipologias, com o treino de tripulações especializadas na propulsão e na manobra dos navios e com a constituição de forças embarcadas de infantaria (agora de marinha) permite observar que Roma segue o pensamento naval estratégico típico dos combates navais no Mediterrâneo. A tradição de Salamina é seguida por Roma, que utiliza as embarcações enquanto plataformas flutuantes onde a sua infantaria combate, agindo assim como uma extensão do conflito terrestre. Este processo é contrário ao assumido por contrário de Cartago, cujas forças navais tornam relevante a batalha entre navios.

Importa também questionar o modelo «proto-imperial». Cartago assume uma dimensão «imperial» com características próprias. Este modelo choca com aspirações semelhantes na emergente República Romana. Quando começa a Primeira Guerra Púnica, Roma domina já grande parte da Península Itálica. As motivações romanas para a intervenção na Sicília são, porém, questionadas nas próprias fontes, que atribuem especial relevância à existência de tratados romano-púnicos. Estes demonstram a importância precoce da Sicília nas relações entre ambas as potências, bem como a delimitação de espaços de navegação. A pouca intervenção de Cartago na Península Itálica e as anteriores relações amigáveis com os romanos permitem aumentar em Roma um interesse expansionista sobre outros espaços. Isto choca com os interesses cartagineses, que desde logo procuram defender a Sicília, pelas diversas razões já apresentadas, das quais se destaca o domínio do mundo ibérico e da costa atlântica. Cartago, porém, não procura expandir-se através do continente, mantendo-se fixada nos seus sistemas defensivos de linha costeira.

Apesar de não ser agressiva do ponto de vista terrestre, fazendo avançar forças militares de grande envergadura sobre o espaço da Magna Grécia, Cartago não deixava de ser para os romanos ameaçadora. Afinal, é a grande potência do Mediterrâneo. O crescimento contínuo de Cartago aumentaria a sua influência económica e o impacto do seu sistema político e colonial na região. Mas a questão dos Mamertinos torna-se fornece num *casus belli*. Em 264 a. C., Roma, que já tinha conseguido reunir uma vasta área sob a sua influência, pretende intensificar o seu processo expansionista. Para Norte e para o Ocidente, a grande barreira dos Alpes⁵¹⁷ é ainda uma dificuldade intransponível. A outra opção, garantida pela marinha, é dominar o Mediterrâneo. Esta é uma razão que leva a República a olhar atentamente para o mar e para os territórios insulares: Roma transforma-se numa talassocracia. A Sicília, com todas as vantagens naturais da sua localização, geologia e fertilidade, é o espaço por excelência destinado ao arranque da expansão romana no Mediterrâneo, onde duas grandes civilizações se vão defrontar nos séculos seguintes.

⁵¹⁷ Ao invés do território imediatamente além dos Alpes – a Gália Cisalpina era uma região com condições climáticas menos favoráveis, o que dificultava o crescimento de colheitas (aliás, as temperaturas mais amenas e a fertilidade da Península Itálica foram alguns dos factores atractivos que levaram às invasões das tribos transalpinas, como as Gaulesas). PIGNOTTI, “Of the Etrurians”, *History of Tuscany*, Vol. I, trad. para inglês de John Browsing, Londres, Young, Black and Young, 1824, p. 48. SALMON, e POTTER, Italy”, *The Oxford Companion to Classical Civilization*, Oxford, Oxford University Press, 2014 (1ª ed. 1998), pp. 415-418.

BIBLIOGRAFIA

FONTES

1. FONTES IMPRESSAS

APIANO

“The Punic Wars”, *The Foreign Wars*. Trad. de Horace White, Cambridge (Massachussets), Harvard University Press, 1912.

IDEM

“The Wars in Spain”, *The Foreign Wars*. Trad. de Horace White, Cambridge (Massachussets), Harvard University Press, 1912.

APOLODORO

Epitome. Trad. Sir James George Frazer, Londres, William Heinemann Ltd., 1921.

ARISTÓTELES

“Politics”, *Aristotle*. Vol. 21, trad. H. Rackham, Londres, William Heinemann Ltd., 1944.

IDEM

“Rhetoric”, *Aristotle*. Vol. 22, trad. J. H. Freese, Cambridge (Massachussets), Londres, Harvard University Press, William Heinemann Ltd., 1926.

CORNÉLIO NEPOS

Vida de Díon. Trad. J. S. Watson, Londres, Henry G. Bohn, 1853.

DÍON CÁSSIO

Dio's Roman History. Ed. T. E. Page e W. H. D. Rouse, trad. Earnest Cary, Londres, Nova Iorque, William Heinemann, The Macmillan Co., 1914.

DIODORO SÍCULO

Diodorus Siculus – Diodorus of Sicily in Twelve Volumes. Vols. 1-8, Trad. de C. H. Oldfather, Cambridge (Massachussets), Londres, Harvard University Press, William Heinemann, Ltd., 1989.

IDEM

Diodorus Siculus – Diodorus of Sicily in Twelve Volumes. Trad. de Bradford Welles, Vol. 8-10, Cambridge (Massachussets), Londres, Harvard University Press, William Heinemann, Ltd., 1989.

IDEM

Diodorus Siculus – Diodorus of Sicily in Twelve Volumes. Trad. de Russel M. Geer, Vols. 9-10, Cambridge (Massachussets), Londres, Harvard University Press, William Heinemann, Ltd., 1989.

IDEM

Diodorus Siculus – Diodorus of Sicily in Twelve Volumes. Trad. de F. R. Walton, Vol. 11 Cambridge (Massachussets), Londres, Harvard University Press, William Heinemann, Ltd., 1989.

DIONÍSIO DE HALICARNASSO

Antiquitates Romanae. Trad. de Earnest Cary, Harvard, Harvard University Press, 1937.

ESTRABÃO

Geography. Trad. H. L. Jones, Cambridge (Massachussets), Harvard University Press, 1917.

EUSÉBIO DE CESAREIA

Preparatio Evangelica. Trad. De E. H. Gifford, Oxford, Clarendon Press, 1903.

FLÁVIO JOSEFO

The Life against Apion. Trad. de H. St. J. Thackeray, Londres, Nova Iorque, William Heinemann, G. P. Putnam's Sons, 1926.

ISÓCRATES

Isocrates. Trad. George Norlin, Cambridge (Massachusetts), Londres, Harvard University Press, William Heinemann Ltd., 1980.

HERÓDOTO

The Histories. Trad. de A. D. Godley, Cambridge, Harvard University Press, 1920.

JOÃO, O LÍDIO

De Mensibus. Trad. Mischa Hooker, [s.l.], Roger Pearse, 2014.

JÚLIO CÉSAR

Caesar's Gallic War. Trad. W. A. McDevitte, Nova Iorque, Harper & Brothers, 1869.

JUSTINO

Epitome of the Philippic History of Pompeius Trogus. Trad. do Ver. John Selby Watson, Londres, Henry G. Bohn, 1853.

PLÍNIO, O VELHO

The Natural History. Trad. John Bostock, Londres, Taylor and Francis, 1855.

PLUTARCO

The Parallel Lives. Trad. Bernadotte Perrin, Cambridge (Massachusetts) e Londres, Harvard University Press, William Heinemann Ltd., 1923.

POLÍBIO

Polybius. Ed. R. Capps, T. E. Page, W. H. D. House, Trad. de W. R. Paton, Londres, Nova Iorque, William Heinemann, G. P. Putnam's sons, 1922.

IDEM

Polybius – The Histories. Trad. de Robin Waterfield, Oxford, Oxford University Press, 2010.

POLIENO

Stratagems of War. Trad. E. Shepherd, Londres, Ares Publishers, Inc., 1793.

TITO LÍVIO

Livy – Books XXI – XXII. Cambridge (Massachussets), Londres, Harvard University Press, William Heinemann Ltd., 1929.

IDEM

Livy. History of Rome. Trad. do Rev. Canon Roberts, Nova Iorque, E. P. Dutton and Co., 1912.

TUCÍDIDES

História da Guerra do Peloponeso. Trad. de David Martelo, Lisboa, Edições Sílabo, 2008.

VIRGÍLIO

Aeneid. Trad. Theodore C. Williams, Boston, Houghton Mifflin Col., 1910.

ZONARAS

Dio's Roman History. Ed. T. E. Page e W. H. D. Rouse, trad. Earnest Cary, Londres, Nova Iorque, William Heinemann, The Macmillan Co., 1914.

1. FONTES EPIGRÁFICAS E ARQUEOLÓGICAS

Col. VI, Pl. 11, 55-70: Damûsi, king of Karti-hadasti. Damûsi, rei de Karti-hadasti. R. Campbell Thompson, *The Prisms of Esarhaddon and Ashurbanipal found at Nineveh, 1927-8*. Londres, British Museum, 1931.

Cilindro III, Col. I. R. Campbell Thompson, *The Prisms of Esarhaddon and Ashurbanipal found at Nineveh, 1927-8*. Londres, British Museum, 1931.

Display Inscription, Palácio de Khorsabad, 80 e 99. Tradução de Daniel David Luckenbill, *Ancient Texts of Assyria and Babylonia*. Vol. II, Chicago, 1926, p. 46, disponível online em <http://rbedrosian.com/Classic/Luck/arabtoc.html>.

Fragmento da inscrição de Duílio na *Columna Rostrata*. Fotografia de Jona Lendering, Roma, Museus Capitolinos, cerca de 30 a. C.

In <http://www.livius.org/pictures/italy/rome/forum-romanum/rome-rostra/rome-forum-romanum-columna-rostrata-inscr-cm/>.

2. IMAGENS

Fig. 1 – Plataforma continental exposta no nível máximo de regressão da água do mar na última era glacial. Simon Fitch e Bem Geary, Universidade de Birmingham, Imagem de USGS NED e ETOPO2, in “SPLASHCOS: Submerged Prehistoric Archaeology and Landscapes of the Continental Shelf”, <http://antiquity.ac.uk/projgall/sakellariou334/>.

Fig. 2 – Mapa de Agrigento, século XIX (guia de viagens). Karl Baedeker, *Italy – Handbook for Travelers. Third part: Southern Italy and Sicily, with Excursions to the Lipari Islands, Malta, Sardinia, Tunis and Corfu*. 11ª edição revista, Leipsic, Londres, Karl Baedeker, Publisher, Dulau and Co., 1893, p. 292.

Fig. 3 – Ulisses e as Sereias. Mosaico do Museu do Bardo, Tunísia. Século II d. C. Fotografia de <http://www.crystalinks.com/sirens.html>.

Fig. 4. – Fragmento preservado de um dos navios púnicos recuperados nos naufrágios de Marsala. Actualmente exposto no *Museo Archeologico Baglio Anselmi di Marsala*. Fotografia de <http://www.turismo.trapani.it/it/1325/nave-punica.html> (consultado em 31-7-15).

Fig. 5 – Trirreme do séc. I a. C., relevo encontrado no Templo de Fortuna em Preneste. Fotografia de Mark Healy, in MCNAB, *The Roman Army – The Greatest War Machine of the Ancient World*. Ed. [...], Nova Iorque, Osprey, 2010, p. 45.

Mapa da expansão da República Romana entre 298 a. C. e 201 d. C. Imagem de *Encyclopedia Britannica*, in <http://www.britannica.com/place/Roman-Republic>, consultada em 3-8-15.

BIBLIOGRAFIA GERAL – OBRAS DE REFERÊNCIA

“Agrigento”, *Encyclopaedia Britannica. Encyclopaedia Britannica Online Academic Edition*. Encyclopaedia Britannica Inc., 2014, Web. 07 Mar. 2014

ADKINS, Lesley e ADKINS, Roy A.

“Travel and Trade”, *A Handbook to Life in Ancient Rome*. Nova Iorque, Facts on File, 1994, pp. 185-220.

AMELING, Walter

“The Rise of Carthage to 264 B. C.”, *A Companion to the Punic Wars*. Ed. B. D. Hoyos, Sussex, Blackwell Publishing Ltd., 2011, pp. 39 – 57.

BLAKE, Emma

“Space, Spatiality and Archaeology”, *Companion to Social Archaeology*. Ed. Lyn Meskell, Robert Preucel, Victoria, Blackwell Publishings, 2007 (1ª ed. 2004), pp. 230-254.

BROADHEAD, Will

“Colonization, Land Distribution, and Veteran Settlement”, *A Companion to the Roman Army*. Ed. Paul Erdkamp, Oxford, Blackwell, 2007, pp. 148-163.

CHAMPION, Craige Brian

“The Birth of City – States”, *The New Cultural Atlas of the Greek World*. Nova Iorque, The Brown Reference Group Ltd., 2009, pp. 72 – 88.

DI VITA, Juan Pablo

“Town Planning in the Greek Colonies of Sicily from the Time of their Foundations to the Punic Wars”, *Encyclopedia of the Ancient Greek World*. ed. David Sacks, Oswyn Murray, Lisa R. Brody, Nova Iorque, Facts on File, 2005, pp. 342-364.

EDWELL, Peter

“Definitions of Roman Imperialism”, *A Companion to Roman Imperialism*. ed. Dexter Hoyos, Boston, Brill, 2013, pp. 39-52.

EVANS, James Allan

“Sicily”, *Encyclopedia of Ancient Sicily*. Ed. Nigel Wilson, Nova Iorque, Routledge, 2006, pp. 655-658

ERKDAMP, Paul

“Manpower and Food Supply in the First and Second Punic Wars”, *A Companion to the Punic Wars*. Ed. Dexter Hoyos, Malden, Wiley – Blackwell, 2011, p. 58-77.

HOYOS, Dexter

“Carthage in Africa and Spain, 241-218”, *A Companion to the Punic Wars*. Malden, Wiley-Blackwell, 2011, pp. 204-223.

LEE, John W. I.

“The Classical Greek Experience”, *The Oxford Handbook of Warfare in the Classical World*. Oxford, Nova Iorque, Oxford University Press, 2013, pp. 143-161.

IDEM

“Carthage in Africa and Spain, 241-218”, *A Companion to the Punic Wars*. Malden, Wiley-Blackwell, 2011, pp. 204-223.

LEMOS, George

“Ships and Shipping”, *Encyclopedia of Ancient Greece*. Ed. Nigel Wilson, Nova Iorque, Routledge, 2006, pp. 653-655.

MANGANARO, Giacomo

“Herbessus”, *Brill's New Pauly*. Ed. Hubert Cancik e Helmut Schneider, Brill Online, 2014, consultada a 9 de Abril de 2014. Disponível em <http://www.encquran.brill.nl/entries/brill-s-new-pauly/herbessus-e509170>.

NAYLOR, Philip C.

“Chronology - Antiquity to the arrival of the Arabs”. *Historical Dictionary of Algeria*. Maryland, Rowman & Littlefield, 2015, pp. XXXVII – XXXVIII.

SALMON, Edward Togo, e POTTER, T. W.,

“Italy”, *The Oxford Companion to Classical Civilization*. Oxford, Oxford University Press, 2014 (1ª ed. 1998), pp. 415-418.

SPENCE, Iain

“Crimisus River”, *Historical Dictionary of Ancient Greek Warfare*. Maryland, Scarecrow Press. Inc., 2002, pp. 117-118.

IDEM

“Syracuse”, *Historical Dictionary of Ancient Greek Warfare*. Maryland, Scarecrow Press. Inc., 2002, pp. 37-42.

WILSON, R. J. A.

“Carthage”, *The Oxford Companion to Archaeology*. Ed. Brian M. Fagan e Charlotte Beck, Nova Iorque, Oxford University Press, 1996, pp. 119 e 120.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

1. CARTAGO E MUNDO FENÍCIO

BECHTOLD, Babette

“The Pottery Repertoire from Late 6th-Mid 2nd Century BC Carthage: Observations based on the Bir Messaouda Excavations”, *Carthage Studies*. Vol. 4, ed. Roald F. Docter, Ghent, Classical Archaeology, Department of Archaeology, Ghent University, 2010, pp. 1-70. Disponível em: http://www.academia.edu/4313728/The_Pottery_Repertoire_from_late_6th-mid_2nd_Century_BC_Carthage_Observations_based_on_the_Bir_Messaouda_excavations.

BERLIN, Andrea

“From Monarchy to Markets: The Phoenicians in Hellenistic Palestine”, *Bulletin of the American Schools of Oriental Research*. No. 306, Boston, The American Schools of Oriental Research, 1997, pp. 75-88. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/1357550?seq=1#page_scan_tab_contents.

DREWS, Robert

“Phoenicians, Carthage and the Spartan Eunomia”, *The American Journal of Philology*. Vol. 100, No. 1, Baltimore, The John Hopkins University Press, 2013, pp. 45-58.

ELAYI, Josette

“The Relations between Tyre and Carthage during the Persian Period”, *JANES* 13. Vol. 13, Nova Iorque, The Jewish Theological Seminary e Columbia University, 1981, pp. 15-29. Disponível em:

<https://www.jtsa.edu/Documents/pagedocs/JANES/1981%2013/Elayi13.pdf>.

FANTOR, M'Hamed

“North Africa”, *The Phoenicians*. Ed. Sabatino Moscati, Londres, Nova Iorque, I. B. Tauris, pp. 199-230.

FRONDA, Michael P.

Between Rome and Carthage: Southern Italy during the Second Punic War. Cambridge, Nova Iorque, Melbourne et al., Cambridge University Press, 2010

HARDEN, B. D.,

“The Topography of Punic Carthage”, *Greece and Rome*. Vol. IX, no. 25, Cambridge, Cambridge University Press, 1939, pp. 1-12. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/641293?seq=1#page_scan_tab_contents.

HOYOS, Dexter

Carthage. Londres, Nova Iorque, Routledge, 2010.

IDEM

“Carthage”, *Hannibal's Dynasty: Power and Politics in the western Mediterranean, 247-183 a. C.* Nova Iorque, Routledge, 2003, pp. 21-34.

IDEM

Sufete, “Glossary of Special Terms”, *Mastering the West: Rome and Carthage at War*. Oxford, Nova Iorque, Auckland et al., *Oxford University Press*, 2015, pp. 303-309.

LANCEL, Serge

“La expansión fenicia en Occidente y la fundación de Cartago”, *Cartago*. Tradução para castelhano de M^a José Aubet, Barcelona, Crítica, 1994, pp. 11 – 44.

LORD, John

“Postdiluvian History to the Call of Abraham – The Patriarchal Constitution, and the Division of Nations”, *Ancient States and Empires for Colleges and Schools*. Nova Iorque, Charles Scribner & Company, 1869, pp. 19-24. Disponível em: <https://archive.org/stream/ancientstatesan00lordgoog#page/n8/mode/2up>.

MILES, Richard

“New City – The Rise of Carthage”, *Carthage must be Destroyed: The Rise and Fall of an Ancient Civilization*. Nova Iorque, Viking, 2011, pp. 68-100.

MOMMSEN, Theodor

“Carthage”, *History of Rome*. Vol. 2, tradução de William Purdie Dickson, edição revista e actualizada, Nova Iorque, Charles Scribner’s Sons, 1908, p. 131-160. Disponível em: <https://archive.org/stream/historyromevolu00dickgoog#page/n8/mode/2up>.

MOSCATI et al.

The Phoenicians. Ed. [...], Londres, Nova Iorque, I.B.Tauris, 2001 (reimp. 1988).

IDEM

“Deuxième partie – Phéniciens et Carthaginois en Afrique”, *L’épopée des Phéniciens*. Tradução para italiano por Carlo Sala, revisão de Pierre Arcelin, [s. l.], Librairie Arthème Fayard, 1965, reimp. 1971, pp. 22 – 325.

ROLLIN, C.

“Character, Manners, Religion, Government”, *The History of the Carthaginians – Ancient History of the Egyptians, Carthaginians, Assyrians, Babylonians, Medes and Persians, Macedonians and Greeks*. Londres, James, John and Paul Knapton, 1734, pp. 286-314.

SANZ, Fernando Quesada

“Instituciones, demos y ejército en Cartago”, *XXIII Jornadas de Arqueología Fenicio-Púnica, Eivissa, 2008*. Ed. Benjamí Costa y Jordi H. Fernández, Ibiza, Museo Arqueológico de Ibiza y Formentera, 2009, pp. 143-172.

TANG, Birgit

“Carthage. The Punic Metropolis”, *Delos, Carthage, Ampurias: The Housing of Three Mediterranean Trading Centres*. Roma, «L’Erma» di Bretschneider, 2005, pp. 69-107.

WARMINGTON, B. H.

“The Carthaginian Period”, *General History of Africa – Ancient Civilizations of Africa*. Vol. II, ed. G. Mokhtar, Florença, Praga, Paris et al., Unesco, 1981, pp. 441-465.

GUZZO, Maria Giulia Amadasi Guzzo

“Phoenician and Punic in Sicily”, *Language and Linguistic Contact in Ancient Sicily*. Ed. Olga Tribulato, Cambridge, Nova Iorque, Melbourne et al., Cambridge University Press, 2012, pp. 115-131.

2. ECONOMIA

CARLTON, Eric

“The Carthaginians – The Enemy as Economic Rivals”, *War and Ideology*. Maryland, Barnes & Noble Books, 1990, pp. 57-66.

FARISELLI, Anna Chiara

“The Impact of Military Preparations on the Economy of the Carthaginian State”, *Phoenicians and Carthaginians in the Western Mediterranean, Studia Punica 12*. Ed. Giovanna Pisano, Roma, Università degli Studi di Roma Tor Vergata, 1999, p. 59-65.

Disponível em:

http://www.academia.edu/700275/The_Impact_of_Military_Preparations_on_the_Economy_of_Carthaginian_State.

GIARDINO, Claudio

“Sicilian hoards and protohistoric metal trade in the Central West Mediterranean”, *Metals Make the World go Round: The Supply and Circulation of Metals in Bronze Age Europe, Proceedings of a conference held at the University of Birmingham in June 1997*. Ed. C. F. E. Pare, Oxford, Oxbow Books, 2000, pp. 99-107.

HAUSTKY, John H.

“The Commercialization of Aristocratic Empires”, *The Politics of Aristocratic Empires*. Nova Jérsea, Transaction Publishers, 1997, pp. 28-48

LINDSAY, W. S.

“Maritime commerce of Antiquity”, *History of Merchant Shipping and Ancient Commerce*. Cambridge, Cambridge University Press, 1874, reimp. 2013, p. 1-24.

PIGNOTTI, Lorenzo

“Of the Etrurians”, *History of Tuscany*. Vol. I, trad. para inglês de John Browsing, Londres, Young, Black and Young, 1824, pp. 1-63.

MARKOE, Glenn

“Comercial Expansion Abroad”, *Phoenicians*. Berkeley, University of California Press, 2000, pp. 170-189.

TSIRKIN, Yu. B.,

“The Economy of Carthage”, *Carthago: ACTA Colloquii Bruxellensis*, Bruxelas, 2-3 de Maio de 1986, *Studia Phoenicia VI: Carthago*. Ed. Edward Lipiński, Leuven, Uitgeverij Peeters, 1988, pp. 125-135.

TURFA, Jean MacIntosh

“International Contacts: Commerce, Trade, and Foreign Affairs”, *Etruscan Life and Afterlife: A Handbook of Etruscan Studies*. Ed. Larissa Bonfante, Detroit, Wayne University Press, 1989, pp. 66-91.

3. GUERRA

ALLEN, Stephen

“The Face of the Battle”, *Celtic Warrior: 300 BC-AD 100*. Oxford, Osprey Publishing, 2001, pp. 26-27

AVERDUNG, Denise e PEDERSEN, Ralph K.

“The Marsala Punic Warships: Reconsidering their Nature and the Function of the ‘Ram’”, *Skyllis 12, Heft 2*. Bubenreuth, Deguwa, 2012, pp. 125-132.

BAGNAL, Nigel

“Carthaginian and Roman forces on land and sea”, *The Punic Wars, 264 – 146 BC*. Oxford, Osprey, 2014, pp. 25-35.

BALOT, Ryan K.

Enduring Empire: Ancient Lessons for Global Politics. Eds. Toivo Koivukoski e David Tabachnick, Toronto, University of Toronto Press, 2009, pp. 54-68.

BENNETT, Deb

“The Children of Danu”, *Conquerors: The Roots of New World Horsemanship*. Solvang, Amigo Publications. Inc, 1998, pp. 65-85.

BONINO, Marco

“Notes on the *Syrakosia* and on Archimedes’ Approach to the Stability of Floating Bodies”, *The Genius of Archimedes – 23 Centuries of Influence on Mathematics, Science and Engineering – Proceedings of an International Conference held at Syracuse, Italy, June 8 – 10, 2010*. Ed. S. A. Paipetis e Marco Ceccarelli, Springer, Dordrecht, Heidelberg et alli, Springer, 2010, pp. 251 – 264.

BOUTHOL, Gaston

“Democratizing courage in classical Athens”, *War, Democracy and Culture in Classical Athens*. Ed. David Pritchard, Cambridge, Melbourne, Nova Iorque et al., Cambridge University Press, 2010, pp. 88-108.

CALABRESE, Brian E.

“Fear in Democratic Debate”, *Fear in Democracy: A Study of Thucydides’ Political Thought*. Dissertação de Doutorado em Filosofia pela Universidade do Michigan, 2008, pp. 88-177.

CAREY, Brian Todd

“The First Punic War (264-261 BCE), *Hannibal’s Last Battle: Zama and the Fall of Carthage*. Yardley, Westholme, Pub., 2008, pp. 10-38.

CASSON, Lionel

“The Warships of the Hellenistic Age: 323-31 B.C.”, *Ships and Seamanship in the Ancient World*. Princeton, Princeton University Press, 1971, reimp. 1976, pp. 125-126.

DALY, Gregory

“The Carthaginian Army”, *Cannae: The Experience of Battle in the Second Punic War*. Londres, Routledge, 2002, pp. 81-112.

DI VITA, Juan Pablo

“El hombre y la guerra – el soldado”, *El hombre fenício: estudos y materiales*. Ed. José Angel Zamora, Roma, CSIC, Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma, 2003, pp. 69-78.

DOREY, T. A. e DUDLEY, D. R.

“The First Punic War”, *Rome against Carthage*. Londres, Secker & Warburg, 1971, pp. 50 – 61.

DUNSTAN, William E.

“Duel with Carthage”, *Ancient Rome*. Maryland, The Rowman & Littlefield Publishers, 2011, pp. 64-78.

ERKDAMP, Paul

“Manpower and Food Supply in the First and Second Punic Wars”, *A Companion to the Punic Wars*. Ed. Dexter Hoyos, Malden, Wiley – Blackwell, 2011, p. 58-77.

FIELDS, Nic

“Weapons and Equipment”, *The Roman Army: The Civil Wars, 88 – 31 BC*. Oxford, Osprey Publishing, 2008, pp. 18 – 28.

IDEM

“Republican Legions”, *Warlords of Republican Rome: Caesar versus Pompey*. Barnsley, Pen & Sword Military, 2008, pp. 1-25.

FROST, H.

“The Prefabricated Punic Warship”, *Punic Wars: Proceedings of the Conference Held in Antwerp from the 23rd to the 26th of November 1988 in Cooperation with the Department of History of the ‘Universiteit Antwerpen’ (U.F.S.I.A.)*. Ed. H. Devijver e Edward Lipiński, Louvain, Peeters Press, 1989, pp. 127-129.

GABRIEL, Richard A.

“Carthaginian Armies”, *The Great Armies of Antiquity*. Westport, Praeger, 2002, pp. 194-206.

GAEBEL, Robert E.

“The Aftermath: 323 to 150 B.C.”, *Cavalry Operations in the Ancient Greek World*. Norman, University of Oklahoma Press, 2002, pp. 197-276.

GIBSON, Bruce

“Polybius and Xenophon: The Mercenary War”, *Polybius and His World: Essays in Memory of F. W. Walbank*. Eds. [...] e Thomas Arrison, Oxford, Oxford University Press, 2013, pp. 159-180.

GOLDSWORTHY, Adrian

“The Wars with Carthage and the Hellenistic Kingdoms”, *Roman Warfare*. Londres, Cassel, 2000, pp. 41-76.

GÓMEZ DE CASO ZURIAGA, Jaime

“Antecedentes de la Primera Guerra Púnica: De la Guerra de Pirro al Incidente de Mesina”, *Polis, Revista de ideas y formas políticas de la Antigüedad Clásica* 8. Alcalá, Universidad de Alcalá: Servicio de Publicaciones, 1996, pp. 101-141. Disponible online en

<http://dspace.uah.es/dspace/bitstream/handle/10017/5566/Antecedentes%20de%20la%20Primera%20Guerra%20P%C3%BAnica.%20De%20la%20Guerra%20de%20Pirro%20al%20Incidente%20de%20Mesina.pdf?sequence=1>.

GRANT, R. G.

“Roman Naval Warfare”, *Battle at Sea: 3000 years of naval warfare*. Londres, Nova Iorque, Melbourne et al., DK, 2008, p. 42-61.

GREEN, Miranda

“Animals at War”, *Animals in Celtic Life and Myth*. Nova Iorque, Routledge, 1992, pp. 66-91.

GRIFFITH, G. T.

“The West”, *The Mercenaries of the Hellenistic World*. Nova Iorque, Cambridge University Press, 2014, pp. 194-235.

HANSON, Victor

“Citizen Soldiers”, *Carnage and Culture: Landmark Battles in the Rise to Western Power*. Nova Iorque, Doubleday, 2001, pp. 99-134.

HARDEN, B. D.

“Warfare”, *The Phoenicians*. Victoria, Pelican Books, 1971 (1ª edição de Thames & Hudson, 1962), pp. 114 – 221.

HOYOS, Dexter

“Carthage at war: Sicily”, *Carthaginian Peoples of the Ancient World*. Londres, Nova Iorque, Routledge, 2010, pp. 149-177.

IDEM

“Preparations for War?”, *Unplanned Wars: The Origins of the First and Second Punic Wars*. Berlim, Walter de Gruyter & Co., 1997, pp. 17 – 33.

IDEM

“The Army of Sicily”, *Truceless War: Carthage’s fight for survival, 241 to 237 BC, History of Warfare*. No. 47, ed. Kelly DeVries, Leiden, Boston, Brill, 2007, pp. 6-13.

IDEM

“The Romans and the Carthaginians”, *Unplanned Wars: The Origins of the First and Second Punic Wars*. Berlim, Nova Iorque, Walter de Gruyter, 1998, pp. 5 – 7.

KEPPIE, Lawrence

“The Army of the Roman Republic”, *The Making of the Roman Army – From Republic to Empire*. Londres, Routledge, 1984, reimp. 1998, pp. 3 – 38.

KERN, Paul Bentley

“Early Sieges and the Punic Wars”, *Ancient Siege Warfare*. Bloomington, Indiana University Press, 1999, pp. 251 – 285.

KISTLER, John

“War Elephants of Carthage”, *War Elephants*. Oxford, Nova Iorque, Osprey, 2008, pp. 93-97.

LAZENBY, J. F.

“Rome, Carthage and the Origins of the War”, *Hannibal's War: A Military History of the Second Punic War*. Warminster, Aris and Phillips, 1978, p.p. 1-28.

IDEM

“Rome and Carthage”, *The First Punic War: A Military History*. Londres, UCL Press Limited, 1996, pp. 11-30.

IDEM

“The Origins of the war”, *The First Punic War – a Military History*. Londres, Nova Iorque, UCL Press, 1996, reimp. 2003, pp. 31 – 42.

LEE, John W. I.

“The Fight for Ancient Sicily”, *Archaeology*. Vol. 64, No. 1, Boston, Archaeological Institute of America, 2011, pp. 38 – 41. Disponível em: <http://archive.archaeology.org/1101/features/himera.html>.

MCNAB, Chris

“Manipular Organization and Weapons”, *The Roman Army – The Greatest War Machine of the Ancient World*. Ed. [...], Nova Iorque, Osprey, 2010, pp. 30-42.

NICOLET, Claude

“Arma et Toga: The army and the body politic”, *The world of the Citizen in Republican Rome*. Trad. P. S. Falla, Berkeley, Los Angeles, University of California Press, 1988, pp. 111-128.

PITASSI, Michael

“The Earliest Types: Eighth to Fourth Centuries BC”, *Roman Warships*. Woodbridge, The Boydell Press, 2011, pp. 69-89.

QUESADA SANZ, Fernando

“Military developments in the ‘Late Iberian’ culture (c. 237-c. 195 BC): Mediterranean Influences in the Far West via the Carthaginian Military”, *Hellenistic Warfare I. Proceedings Conference Torun (Poland), October 2003*. Ed. N. Sekunda e A. Noguera, Valencia, Fundacion Libertas 7 – Instituto Valenciano de Estudios Clásicos y Orientales, nº 2, 2011, pp. 207-257.

RORRES, Chris

“A Formidable War Machine: Construction and Operation of Archimedes’ Iron Hand”, *Symposium on Extraordinary Machines and Structures in Antiquity*. Olímpia, 19 a 24 de Agosto de 2001, pp. 1-18.

ROTH, Jonathan P.

“Logistics and Strategy”, *The Logistics of the Roman Army at War – 264 BC – AD 235*. Leiden, Boston, Köln, Brill, 1999, pp. 298 – 304.

SAGE, Michael M.

“The army of the late Republic”, *The Republican Roman Army: A Sourcebook*. Nova Iorque, Routledge, 2008, pp. 199-288.

SALIMBETI, Andrea e AMATO, Raffaele

“Organization”, *The Carthaginians – 6th – 2nd Century BC*. Oxford, Osprey, 2004, pp. 39-69.

SANZ, Fernando Quesada

“De guerreiros a soldados. El ejército de Aníbal como un ejército cartaginês atípico”, *Guerra y ejército en el mundo fenicio-púnico, XIX Jornadas de Arqueología fenicio-púnica, Eivissa, 200*. Ed. B. Costa e J. Fernández, Ibiza, Museo Arqueológico de Ibiza y Formentera, 2005, pp. 129-157. Disponível em: <https://www.uam.es/proyectosinv/equus/warmas/online/Anibal.pdf>.

IDEM

“En Torno a las Instituciones Militares Cartaginesas”, *Instituciones, Demos y Ejército en Cartago – XXIII Jornadas de Arqueología Fenicio-Púnica* (Eivissa, 2008). Ed. Benjamí Costa e Jordi H. Fernández, Ibiza, Cogern de les Illes Balears, Museo Arqueológico de Ibiza y Formentera, pp. 143-172.

IDEM

“Military developments in the ‘Late Iberian’ culture (c. 237-c. 195 BC): Mediterranean Influences in the Far West via the Carthaginian Military”, *Hellenistic Warfare I. Proceedings Conference Torun (Poland), October 2003*. Ed. N. Sekunda e A. Noguera, Valencia, Fundacion Libertas 7 – Instituto Valenciano de Estudios Clásicos y Orientales, nº 2, 2011, pp. 207-257.

SIDEBOTTOM, Harry

“Strategy”, *Ancient Warfare – A Very Short Introduction*. Oxford, Oxford University Press, 2004, pp. 65 – 81.

SOUTHERN, PAT

“Introduction”, *The Roman Army: A Social and Institutional History*. Oxford, Nova Iorque, Auckland et al., Oxford University Press, 2006, pp. 1-37.

IDEM

“The Roman Army – Origins”, *The Roman Army, A Social and Institutional History*. Santa Barbara, Denver, Oxford, ABC CLIO, 2006, pp. 87-98.

SUKUMAR, Raman

“Elephants, Gods, and People”, *The Living Elephants: Evolutionary Ecology, Behaviour, and Conservation*, Oxford, Nova Iorque, Auckland et al., Oxford University Press, 2003, pp. 55-88.

TALBERT, Richard

“Military Studies”, *Timoleon and the revival of Greek Sicily, 344 – 317 B.C.* Cambridge, Cambridge University Press, 1974, pp. 52 – 77.

TALLIS, Nigel

“Ancient Near Eastern Warfare”, *The Ancient World at War*. Ed. Philip de Souza, Londres, Thames & Hudson, 2008, pp. 47-67.

TARN, W. W.

“The Fleets of the First Punic War”, *The Journal of Hellenic Studies*. Vol. XXVII, Londres, Macmillan and Co., Limited, 1907, pp. 40 – 71.

TOMCZAK, Juliusz

“Roman Military Equipment in the 4th Century BC: *Pilum*, *Scutum* and the Introduction of Manipular Tactis”, *Acta Universitatis Lodziensis, Folia Archaeologica* 29. Lodz, Universidade de Lodz, 2012, pp. 38-65.

TRUNDLE, Matthew

“Introduction”, *Greek Mercenaries: From the Late Archaic Period to Alexander*. Londres, Nova Iorque, Routledge, 2004, pp. 1-9.

IDEM

“Images and Sources”, *Greek Mercenaries: From the Late Archaic Period to Alexander*. Londres, Nova Iorque, Routledge, pp. 10-40.

TUCKER, Spencer

“Corvus”, *Instruments of War: Weapons and Technologies that Have Changed History*. Santa Barbara, ABC-CLIO, 2015, pp. 22-23.

VASSALLO, Stefano

“Le Battaglie di Himera alla Luce degli scavi nella Necropoli Occidentale e Alle Fortificazioni. I Luoghi, I Protagonisti”, *Sicilia Antiqua, An International Journal of Archaeology*, VII. Pisa, Roma, Fabrizio Serra Editore, 2010, pp. 17-38. Disponível em: http://www.academia.edu/2334251/Le_battaglie_di_Himera_alla_luce_degli_scavi_nella_necropoli_occidentale_e_alle_fortificazioni._I_luoghi_i_protagonisti_2010_.

WORKMAN-DAVIES, Bradley

“Roman naval action during the First Punic War”, *Corvus: A Review of the Design and Use of the Roman Boarding Bridge during the First Punic War 264-241 B.C.* [s.l.], Lulu.com, 2006, pp. 14-90

4. IMPERIALISMO

ALDRETE, Gregory S. e ALDRETE, Alicia

“Power to the People: Systems of Government”, *The Long Shadow of Antiquity: What have the Greeks and Romans done for us?* Londres, Nova Iorque, Continuum International Pub. Group, 2012, pp. 89-128.

BALOT, Ryan K.

“The Freedom to Rule: Athenian Imperialism and Democratic Masculinity”, *Enduring Empire: Ancient Lessons for Global Politics*. Eds. Toivo Koivukoski e David Tabachnick, Toronto, University of Toronto Press, 2009, pp. 54-68.

CARY, M.

“A Forgotten Treaty between Rome and Carthage”, *Journal of Roman Studies*. N° 9, Cambridge, Cambridge University Press, 1919, pp. 67 – 77.

CHAMPION, Craige Brian

“The Birth of City – States”, *The New Cultural Atlas of the Greek World*. Nova Iorque, The Brown Reference Group Ltd., 2009, pp. 72-88.

IDEM

“Ideological and Political Contexts”, *Cultural Politics in Polybius's Histories*. Londres, Berkeley, Los Angeles, University of California Press, 2004, pp. 204-234.

IDEM

“Political Subordination and Indirect Historiography”, *Cultural Politics in Polybius's Histories*. Berkeley, Los Angeles, University of California Press, 2004.

ECKSTEIN, Arthur M.

“Polybius, ‘The Treaty of Philinus’, and Roman Acusations Against Carthage”, *The Classical Quarterly*. Vol. 60, No. 2, Londres, The Classical Association, Cambridge University Press, 2010, pp. 406 – 426.

ELWYN, Sue

“Interstate Kinship and Roman Foreign Policy”, *Transactions of the American Philological Association*. Vol. 123, Filadélfia, American Philological Association, 1993, pp. 261 – 286.

HARRIS, William V.

“Economic Motives for War and Expansion”, *War and Imperialism in Republican Rome – 327 – 70 B. C.* Oxford, Claridon Press, 1987, reimp. 1998, pp. 54 – 104.

IDEM

“Imperialism and Self - Defense”, *War and Imperialism in Republican Rome – 327 – 70 B. C.* Oxford, Claridon Press, 1987, reimp. 1998, pp. 163 - 254. Disponível em [http://home.lu.lv/~harijs/Macibu%20materiali%20teksti/Gramatas%20Seno%20Lai%20Vesture%20\(%20Elektroniski%20\)/Rome/Harris.%20War%20and%20Imperialism%20in%20Republican%20Rome.%20327-70%20B.C%201991.pdf](http://home.lu.lv/~harijs/Macibu%20materiali%20teksti/Gramatas%20Seno%20Lai%20Vesture%20(%20Elektroniski%20)/Rome/Harris.%20War%20and%20Imperialism%20in%20Republican%20Rome.%20327-70%20B.C%201991.pdf).

HIRATA, Elaine Farias Veloso

“Monumentalidade e Representações do Poder Tirânico no Ocidente Grego”, *Representações da Cidade Antiga: Categorias históricas e discursos filosóficos*. Org. Gabriele Cornelli, Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos Classica Digitalia Vniversitatis Conimbrigensis, 2010, pp. 23-38

LYTTKENS, Carl Hampus

“The Road to Democracy part two: institutional change as individually rational action”, *Economic Analysis of Institutional Change in Ancient Greece: Politics, taxation and rational behaviour*. Nova Iorque, Routledge, 2013, pp. 70-95.

MORET, Pierre

“*Mastia Tarseion y el Problema Geográfico del Segundo Tratado entre Cartago y Roma*”, *Mainake*. Málaga, Diputación de Málaga: Centro de Ediciones de la Diputación de Málaga (CEDMA), 2002, pp. 257-276.

NICOLET, Claude

“Arma et Toga: The army and the body politic”, *The world of the Citizen in Republican Rome*. Trad. P. S. Falla, Berkeley, Los Angeles, University of California Press, 1988, pp. 111-128.

PILKINGTON, Nathan

An Archaeological History of Carthaginian Imperialism, dissertação de Doutoramento em Filosofia na *Graduate School of Arts and Sciences*. Universidade de Columbia, 2013, pp. 37-76. Disponível em: <http://academiccommons.columbia.edu/catalog/ac%3A159452>.

RAINEY, Sean

“Introduction”, *The Nature of Carthaginian Imperial Activity: Trade, Settlement, Conquest and Rule*. Dissertação de Doutoramento em Clássicas pela Universidade de Canterbury, 2004, pp. 1-11.

SCHEIDEL, Walter

“Republics between hegemony and empire: How ancient city-states built empires and the USA doesn’t (anymore)”, *Princeton/Stanford Working Papers in Classics*. [s.l.], [s.e.], 2006, pp. 1-15. Disponível em: <http://www.princeton.edu/~pswpc/pdfs/scheidel/020601.pdf>.

TORRES, Joan Ramon

“Les Relations entre Carthage et l’extrême occident Phénicien à l’Époque Archaïque”, *Carthage et les autochtones de son empire du temps de Zama (Hommage à Mahmed Hassine FANTAR)*, colloque international organisé à Siliana et Tunis du 10 au 13 mars 2004. coord. Ahmed Ferjaoui, Tunis, Institut National du Patrimoine, 2010, pp. 173-196.

WHITTAKER, C. R.,

“Carthaginian Imperialism in the Fifth and Fourth Centuries”, *Imperialism in the Ancient*. Ed. [...] e P. D. a. Garnsey, Cambridge, Cambridge University Press, 2006, pp. 59-90.

WHITTAKER, C.R.

“Trade Monopolies and Controls”, *Imperialism in the Ancient World*. Ed. P.D.A. Garnsey e [...], Cambridge, Nova Iorque, Melbourne et al., Cambridge University Press, 1978, pp. 80-90.

5. MEDITERRÂNEO E COLONIZAÇÃO

ABELLI, Leonardo

“Pantelleria nelle rotte del Canale di Sicilia: porti, approdi e siti somersi”, *Archeologia subacquea a Pantelleria – «... de Cossurensibus et Poenis navalem egit...»*. Dir. [...], Bolonha, Ante Quem, 2012, pp. 73 – 94.

ALEXANDROPOULOS, Jacques

“Les débuts du monnayage africain: la phase siculo-punique”, *Les monnaies de l’Afrique antique: 400 av. J.-C.-40 ap J.-C.* Toulouse, Presses Universitaires du Mirail, 2007, pp. 40-64.

ALWINE, Andrew T.

“Introduction”, *Greeks and Barbarians in Fifth and Fourth Century Sicily*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade da Florida, 2006, pp. 1-3.

IDEM

“Political Atmosphere”, *Greeks and Barbarians in Fifth and Fourth Century Sicily*, Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade da Florida, 2006, pp. 3-12.

ANELLO, Pietrina

“I Siculi nel IV secolo a. C.”, *Diodoro Siculo e la Sicilia indigena: atti del Convegno di studi: Caltanissetta, 21-22 maggio 2005*. Ed. Calogero Micciché, Simona Modeo e Luigi Santagati, Palermo, Assessorato dei beni culturali, ambientali e della pubblica istruzione, 2006, pp. 150-158.

AUBET, Maria Eugenia

“The Routes of Phoenician expansion in the Mediterranean”, *The Phoenicians and the West: Politics, Colonies and Trade*. Cambridge, Cambridge University Press, 1993, reimp. 2001, pp. 159-193.

IDEM

“Phoenician colonies in the central Mediterranean”, *The Phoenicians and the West: Politics, Colonies and Trade*. Cambridge, Cambridge University Press, 2001, pp. 212-256.

BAKER, Rosalie F. e BAKER III, Charles F.

“Part 5 – A Lasting Influence (325 – 200 BC)”, *Ancient Greeks – Creating the Classical Tradition*. Oxford, Nova Iorque, Atenas et alli, Oxford University Press, 1997, pp. 233 – 238.

BAKHUIZEN S. C. e KREULEN, R.

“Chalcidian Colonization” *Chalcis-in-Euboea: Iron and Chalcidians Abroad*. Leiden, Brill, 1976, pp. 14-18.

BARON, Christopher A.

“A Stranger in a Strange Land”, *Timaeus of Tauromenion and Hellenistic Historiography*. Cambridge, Nova Iorque, Melbourne et al., Cambridge University Press, 2013, pp. 59-112.

BERESFORD, James

“Introduction”, *The Ancient Sailing Season*. Leiden, Brill, 2013, pp. 1-8

BERGER, Shlomo

“Stasis in Sicily and Southern Italy: Case studies”, *Revolution and Society in Greek Sicily and Southern Italy*. Estugarda, Franz Steiner Verlag, 1992, pp. 15-56.

BERNARDINI, Pablo

“The Etruscans in Sardinia”, *The Etruscans Outside Etruria*. Ed. Giovanangelo Camporeale, Los Angeles, Getty Publications, 2004, pp. 280-292.

BRUNI, Vivia

“Research on marine biology in the Straits of Messina”, *Making Waves in the Mediterranean*. Messina / Taormina, 2006. Proceedings of the 2nd Mediterranean Maritime History Network (MMHN), [s.l.], 2008, pp. 599 – 608.

BRUNI, Stefano

“Seafaring: shipbuildings, harbors, the issue of piracy”, *The Etruscan World*. Ed. Jean MacIntosh Turfa, Londres, Nova Iorque, Routledge, 2009, pp. 759-778.

CALI, Valentina

Fortifications. Informações fornecidas pelo Parco Archaeologico e Paesaggistico della Valle dei Templi di Agrigento. Textos de Valentina Calli. Disponível em: <http://www.parcodetempli.net/sections/fortificazioni>. Site consultado em 20-6-2014.

CARDETE DEL OLMO, M^a Cruz

“Sicilia Sícula: La Revuelta Étnica de Ducetio”, *Studia Historica*. Salamanca, Universidade de Salamanca, 2007, pp. 117-129. Disponível em: http://gredos.usal.es/jspui/bitstream/10366/73862/1/Sicilia_Sicula_la_revuelta_etnica_de_Duc.pdf.

CARRASCO, José Luis Escacena

“Fenicios a las puertas de Tartessos”, *Complutum*. 12, Madrid, Universidad Complutense, 2001, pp. 73-96. Disponível em: <http://revistas.ucm.es/index.php/CMPL/article/viewFile/CMPL0101110073A/29703>.

IDEM

“Murallas Fenicias para Tartessos: un Análisis Darwinista”, *Revista de prehistoria y arqueología de la Universidad de Sevilla*. N.º 11, Sevilla, Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 2002, pp. 69-105. Disponible em: https://idus.us.es/xmlui/bitstream/handle/11441/12769/file_1.pdf?sequence=1.

CARLTON, Eric

Greeks and the Local Population in the Mediterranean: Sicily and the Iberian Peninsula”, *Archaic Greek Culture: History, Archaeology, Art & Museology – Proceedings of the International Round-table Conference, June 2005, St. Petersburg*. Ed. Sergey Solovyov, BAR, pp. 25-36.

CASSON, Lionel

“The Age of the Trireme: 500-323 B.C.”, *Ships and Seamanship in the Ancient World*. Maryland, The John Hopkins University Press, 1971, reimp. 1995, pp. 77-96.

CASTILLO, Arcadio del

“Tarsis en la Estela de Nora: un topónimo de Occidente?”, *Sefarad* 63:1. Madrid, CSIC, 2003, pp. 3-32. Disponible em: <http://sefarad.revistas.csic.es/index.php/sefarad/article/viewFile/526/624>.

CONTU, Giuseppe

“Sardinia in Arabic sources”, *AnnaliSS* 3. [Sassari?], [Università degli Studi di Sassari?], 2005, pp. 287-297. Disponible em: http://www.uniss.it/lingue/annali_file/vol_3/12_contu.pdf.

COSTA, Benjamí e FERNÁNDEZ, Jordi H.

“*Ebusus Phoenissa et Poena*. La isla de Ibiza en época fenicio-púnica”, *Espacio, Tempo y Forma, Serie I, Prehistoria y Arqueología, t. 10*. Madrid, UNED, 1997, p.. 391-445. Disponible em: <http://e-spacio.uned.es/fez/eserv/bibliuned:ETFSerie1-A5A73A2A-0144-E000-C92F-69FE758BEE98/Documento.pdf>.

CROUCH, Dora

“Introduction”, *Geology and Settlement – Greco – Roman patterns*. Oxford, Oxford University Press, 2003, pp. 3 – 16.

IDEM

“Western Greco – Roman Cities – Agrigento”, *Geology and Settlements – Greco – Roman Patterns*. Oxford, Nova Iorque, Auckland et alli, Oxford University Press, 2004, pp. 27 – 47.

DAVIS, Danny Lee

“The Ancient Maritime Environment”, *Navigation in the Ancient Eastern Mediterranean*. Dissertação de Mestrado em Antropologia apresentada à Texas A&M University, College Station, 2001, pp. 7-40.

IDEM

“Ancient Sea Routes, *Navigation in the Ancient Eastern Mediterranean*. Dissertação de Mestrado em Antropologia apresentada à Texas A&M University, College Station, 2001, pp. 41-87.

DEMETRIOU, Andreas

“Phoenicians in Cyprus and their hellenisation – the case of Kition”, *Archaeologia Cypria* 4. Nicosia, The Association of Cypriot Archaeologists, 2001, pp. 135-144.
Disponível em:
<https://lekythos.library.ucy.ac.cy/bitstream/handle/10797/6402/Demetriou.pdf?sequence=1>

DIEPEVEEN-JANSEN, Marian

“The Dynamics of social practice in the Marne-Moselle zone”, *New Perspectives on ‘Celtic Barbarians’ in Western and Central Europe (500-250 BC)*. Amsterdão, Amsterdam University Press, 2001, pp. 193-213.

DILLON, Matthew e GARLAND, Lynda

“Colonisation”, *Ancient Greece: Social and Historical Documents from Archaic Times to the Death of Alexander the Great*. 3ª Edição, Nova Iorque, Routledge, 2010 (1ª ed. 1994), pp. 48-72.

DOMÍNGUEZ-MONEDERO, Adolfo J.

“Greeks in the Iberian Peninsula”, *Greek Colonisation – an Account of Greek Colonies and other Settlements overseas*. Volume 1, ed. Gocha R. Tsetskhladze, Leiden, Boston, Brill, 2006, pp. 429-505.

IDEM

“Greeks in Sicily”, *Greek Colonisation – an Account of Greek Colonies and other Settlements Overseas*. Vol. I, Boston, Brill, 2006, pp. 253 – 342.

IDEM

“Cartago Y Sicilia durante los Siglos VI y V a. C.”, *Mainake*. N.º 32, 2, Málaga, Centro de Dicciones de la Diputación de Málaga, 2010, pp. 735-759.

DOMMELEN, P. van

“Between city and country. Carthaginian colonialism and Punic settlement in west central Sardinia”, *On colonial grounds: A comparative study of colonialism and rural settlement in first millennium BC west central Sardinia*. Leiden, Faculdade de Arqueologia, 1998, pp. 115-159.

IDEM

“Punic Persistence: colonialism and cultural identities in Roman Sardinia”, *Cultural Identity in the Roman Empire*. Ed. Ray Laurence and Joanne Berry, Nova Iorque, Routledge, 1998, reimp. 2004 (Taylor & Francis e-Library), pp. 25-48.

IDEM

“Ambiguous Matters: Colonialism and Local Identities in Punic Sardinia”, *The Archaeology of Colonialism*. Ed. Clair L. Lyons e John K. Papadopoulos, Los Angeles, Getty Institute, 1999, pp. 121-150.

DOMMELEN, Peter van e LÓPEZ-BERTRAN, Mireia

“Hellenism as a subaltern practice: rural cults in the Punic World”, *The Hellenistic West*. Cambridge, Cambridge University Press, 2013, pp. 273-299.

DONATI, Luigi

“The Etruscans on Corsica”, *The Etruscans Outside Etruria*. Trad. para inglês de Leda Psallidi, ed. Giovannangelo Camporeale, Los Angeles, Getty Publications, 2004, pp. 274-279.

DUMMETT, Jeremy

“The Story of Palermo – From Phoenician Settlement to Modern Times”, *Palermo, City of Kings: The Heart of Sicily*. Londres, Nova Iorque, Tauris, 2015, pp. 3-148.

DYSON, Stephen L. e ROWLAND, Robert J.

“The Arrival of the Carthaginians”, *Archaeology and History in Sardinia from the Stone Age to the Middle Ages – Shepherds, Sailors & Conquerors*. Eds. [...], Filadélfia, University of Pennsylvania Museum of Archaeology and Anthropology, 2007, p. 112-127.

IDEM

“Technology, Commerce, and Ideology in Nuragic Society”, ”, *Archaeology and History in Sardinia from the Stone Age to the Middle Ages: Shepherds, Sailors % Conquerors*. Filadélfia, University of Pennsylvania Museum of Archaeology, 2007, pp. 73-102.

EMERI, K. O., UCHUPI, Elazar,

“Exploration”, *The Geology of the Atlantic Ocean*. Nova Iorque, Springer-Verlag, 1984, pp. 1-21.

FARR, R. Helen

“Island Colonization and Trade in the Mediterranean”, *The Global Origins and Development of Seafaring*. Ed. Atholl Anderson, James Barrett e Katie Boyle, Cambridge, McDonald Institute for Archaeological Research, 2010, p. 179-190

FERNÁNDEZ-MIRANDA, Manuel

“Aspects of Talayotic Culture”, *Encounters and Transformations: The Archaeology of Iberia in Transition*. Ed. Miriam Balmuth, Antonio Gilman, Lourdes Prados Torreira, Sheffield, Sheffield University Press, 1997, p. 59-67.

FINLEY, M. J,

“Timoleon and Agathocles”, *Ancient Sicily*. Londres, Chatto & Windus, 1979, pp. 100 – 106.

IDEM

“The Coming of the Greeks”, *Ancient Sicily*. Londres, Chatto & Windus, 1979, p. 15 – 25.

FRANCALACCI, P., MORELLI, L., UNDERHILL, PA., et al.,

“Peopling of the Three Mediterranean Islands (Corsica, Sardinia, and Sicily) Inferred by Y-Chromosome Biallelic Variability”, *American Journal of Physical Anthropology*. 121(3), Nova Jérsea, John Wiley & Sons, American Association of Physical Anthropologists, 2003, pp. 270-279. Disponível em: http://dizab.uniss.it/Francalacci/papers/Francalacci_2003_AJPA.pdf.

FRIEDBERG, Arthur L. e FRIEDBERG, Ira S.

“Gold Coins of the Ancient World, *Gold Coins of the World: From Ancient Times to the Present*. Nova Iorque, Coin and Currency Institute, 2009 (1ª ed. 1958), pp. 20-69.

GJERSTAD, Einar

“The Phoenician Colonization and Expansion in Cyprus”. Chipre, Report of the Department of Antiquities, 1979, pp. 230-254.

GONZÁLEZ DE CANALOE CERISOLA, Fernando

“Tarshish-Tartessos, the Emporium reached by Kolaïos of Samos”, *Phéniciens d'Orient et d'Occident. Mélanges Josette Elayi. Cahiers de l'Institut du Proche-Orient Ancien du Collège de France (CIPOA), II*. Ed. André Lemaire, Paris, Editions Jean Maisonneuve, Paris, pp. 560-576.

GUZZO, Maria Giulia Amadasi

“Phoenician and Punic in Sicily”, *Language and Linguistic Contact in Ancient Sicily*. Ed. Olga Tribulato, Cambridge, Nova Iorque, Melbourne et al., Cambridge University Press, 2012, pp. 115-131.

HALL, Jonathan M.

“From Ethnicity to Culture”, *Hellenicity: Between Ethnicity and Culture*. Chicago, University of Chicago Press, 2002, pp.. 172-228.

IDEM

“Identity and Alterity? The View from the Margins”, *Hellenicity: Between Ethnicity and Culture*. Chicago, University of Chicago Press, 2002, pp.90-124.

HANSEN, Mogens Herman

“The Shotgun Method Used to Establish the Number of Inhabitants in the Ancient Greek City-States”, *The Shotgun Method: The Demography of the Ancient Greek City-state Culture*. Missouri, University of Missouri Press, 2006, pp. 1-34

HAYNES, Sybille

“Conflicts in the Western Mediterranean”, *Etruscan Civilization: a Cultural History*. Los Angeles, Getty Publications, 2000, pp. 201-204

IDEM

“The Orientalizing Period, 720-575 B.C.”, *Etruscan Civilization: A Cultural History*. Los Angeles, Getty Publications, 2000, pp. 47-134.

SMITH, Christopher

HOLLOWAY, R. Ross

“Early Greek Sicily”, *The Archaeology of Ancient Sicily*. Nova Iorque, Routledge, 1991, reimp. 2000, pp. 43-96.

IDEM

“Prehistoric Sicily”, *The Archaeology of Ancient Sicily*. Londres, Nova Iorque, Routledge, 1991 (reimp. 2000), pp. 1-42.

HORNBLOWER, Simon

“Empire”, *The Greek World, 479 – 323 BC*. Nova Iorque, Routledge, 1983, reimp. 1991, pp. 19-38

IZZET, Vedia

“Making Etruscan society: culture contact and (material) culture change”, *The Archaeology of Etruscan Society*, Cambridge, Nova Iorque, Cambridge University Press, 2007, pp. 208-235.

JARDÉ, A.

“Greek Expansion in the Western Mediterranean”, *The Formation of Greek People*. Trad. M. R. Dobie, Nova Iorque, Routledge, 1926, reimp. 1996, pp. 212-228.

KAGAN, Donald

“Corcyra”, *A New History of the Peloponnesian War*. Nova Iorque, Cornell University Press, 1969, pp. 228-251

KROSTCHECK, Ulrike

“The *Pointe Lequin 1A*”, *Scale, Structure and Organization of Archaic Maritime Trade in the Western Mediterranean: The “Pointe Lequin 1A”*. Dissertação de Doutorado em Filosofia apresentada à Universidade de Stanford, 2008, pp. 50-90.

LAMBECK, Kurt, ANZIDEI, Marco, ANTONIOLLI Fabrizio et alli,

“Sea Level in Roman Time in the Central Mediterranean and implications for recent change”, *Comptes Rendus Geoscience*. Volume 336, Issues 3 – 4, Paris, Académie des Sciences, 2004, pp. 563 – 575. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0012821X04003516>.

LAW, R. C. C.

“North Africa in the Period of Phoenician and Greek Colonization, c. 800 – 323 BC, *Cambridge History of Africa*. Vol. 2, ed. J. D. Fage, Cambridge, Cambridge University Press, 1978. pp. 87-147.

LEIGHTON, Robert

“Early Faunal and Human Populations”, *History before History: An Archaeological Survey from the Palaeolithic to the Iron Age*. Nova Iorque, Cornell University Press, 1999, pp. 11-50

LIVERANI, Mario

“The Early Bronze Age”, *The Ancient Near East: History, Society and Economy*. Abingdon, Nova Iorque, Routledge, 2014, pp. 59-170.

LONGO, Fausto

“Agrigento (Akragas)”, *The Greek Cities of Magna Graecia and Sicily*. Ed. Luca Cerchiai, Lorena Jannelli e [...], tradução para inglês de Paul Getty Trust, Los Angeles, Getty Publications, 2004, pp. 240 – 255.

LÓPEZ-BERTRAN, Mireia

“The Politics of Reproduction, Rituals and Sex in Punic *Eivissa*”, *The Archaeology of Colonialism: Intimate Encounters and Sexual Effects*. Ed. Barbara L. Voss e Eleanor Conlin Casella, Cambridge, Nova Iorque, Melbourne et al., Cambridge University Press, 2012, pp. 85-104.

LOWE, Benedict

“Between Colonies and Emporia – Iberian hinterlands and the Exchange of salted fish in eastern Spain”, *Hellenistic Economies*. Ed. Zofia H. Archibald, John Davies, Vincent Gabrielsen et al., Londres, Routledge, 2001, pp. 175-200.

MALKIN, Irad

“Island networking and hellenic convergence: From Rhodes to Naukratis”, *A Small Greek World: Networks in the Ancient Mediterranean*. Oxford, Nova Iorque, Auckland et al., Oxford University Press, 2012, pp. 65-96.

MACDONALD, Eve

Ethnicity and Culture. Chicago, University of Chicago Press, 2002, pp. 172-228.

IDEM

“The Great Man in the Hellenistic World: From Alexander to Hamilcar”, *Hannibal: A Hellenistic Life*. New Haven, Yale University Press, 2015, pp. 24-42

MARTIN, Susan Rebecca

“Culture, Hellenization and Contact”, *“Hellenization” and Southern Phoenicia: Reconsidering the impact of Greece before Alexander*. Dissertação de Doutorado em Arqueologia pela Universidade da Califórnia, Berkeley, 2008, pp. 25-70.

MCINTOSH, Jane

“The Development of Europe”, *Handbook to Life in Prehistoric Europe*. Oxford, Nova Iorque, Auckland et al., Oxford University Press, 2006, pp. 15-100.

MCGOVERN, E., LULEY, P. ROVIRA, et al.,

“Beginning of Viniculture in France”, *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*. Vol. 110, no. 25, ed. Dolores R. Piperno, Smithsonian, , Washington DC, Nacional Academy of Sciences, 2013, cols. 10147-10152.

MILLER, Molly

“The Rhodian and Knidian Cities”, *The Sicilian Colony Dates*. Nova Iorque, University of New York Press, 1970, pp. 186 – 191.

MOORE, Karl e LEWIS, David

“The Hellenistic Climax: India, China and Rome 331-100 BCE”, *The Origins of Globalization*. Nova Iorque, Routledge, 2009, pp. 174-205.

NEDU, Decebal

“Agathocles and the Italic Powers at the Beginning of the 3RD Century B.C.”, *Pontica*. 43, Constantza, MINAC, 2010, pp. 38-50. Disponível online em <https://revistapontica.files.wordpress.com/2011/09/pontica-43-pag-37-50.pdf>.

NIGRO, Lorenzo

“Before the Greeks: the Earliest Phoenician Settlement in Motya – Recent Discoveries by Rome «La Sapienza» Expedition”, *Vicino Oriente*. XVII, Roma, Università di Roma, 2013, pp- 39-74.

OLESON, J. P.

“Testing the Waters: The Role of Sounding Weights in Ancient Mediterranean Navigation”, *Memoirs of the American Academy in Rome, Supplementary Volumes*. Vol. 6, The Maritime World of Ancient Rome, Bergamo, Istituto Italiano d’arti grafiche, 2008, pp. 119-176.

ORTIZ, Mariano Torres

“El Mundo funerario”, *Tartessos*. Madrid, Real Academia de la Historia, 2002, pp. 351-376.

PETERSEN, Dirk

Reforming “Hellenization” into a Two-Way Street: the dialect of colonization between Greeks and Sikels in eastern Sicily, dissertação de Honras de Departamento em Clássicas, Macalester College, 2010.

PRAG, Jonathan R. W.

“Sicilian Identity in the Hellenistic and Roman Periods: Epigraphic Considerations”, *Epigraphical approaches to the Post-Classical Polis. Fourth Century BC to Second Century AD*. Ed. P. Martzavou e N. Papazarkadas, Oxford, Oxford University Press, 2013, pp. 37-56.

IDEM

“Sicily and Sardinia – Corsica – The First Provinces”, *A Companion to Roman Imperialism*. Ed. D. Hoyos, Leiden, Nova Iorque, Brill, 2012.

IDEM

”Siculo-Punic Coinage and Siculo-Punic Interactions”, *International Congress of Classical Archaeology – Meetings Between Cultures in the Ancient Mediterranean, Rome 22-26 Sept. 2008*, in *Bolletino di Archaeology online*, I, 2010. Disponível em https://www.academia.edu/514979/Siculo-Punic_Coinage_and_Siculo-Punic_Interactions_

PRAG, Jonathan e QUINN, Josephine Crawley

“Introduction”, *The Hellenistic West*. Cambridge, Cambridge University Press, 2013, pp. 1-14.

RICKARDS, O., MARTINEZ-LABARGA, C., SCANO, G., et al.,

“Genetic History of the Population of Sicily”, *Human Biology*. Vol. 70, no. 4, Detroit, Wayne State University Press, 1998, *op. cit.*, pp. 699-714. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/41466795?seq=1#page_scan_tab_contents.

RITONDALE, Manuela

“Deep discoveries from the seabed of the Pontine Islands: the shipwrecks of Ventotene, Santo Stefano and Zannone”, *Assemblage 13*. Cambridge (Massachusetts), MIT Press, 2014, pp. 26-38.

RIZZUTI, Luciano

“Perché i Greci si inventarono il viaggio di Dedalo in Sicilia?”, *Il Medioevo Ellenico: La diaspora micenea; Elimi, Sicani e Siculi in Sicilia*. Sciacca, Salvatore Estero Editore, 2009, pp. 141-178.

IDEM

“Sulla presenza micenea in occidente”, *Il Medioevo Ellenico: La diaspora micenea; Elimi, Sicani e Siculi in Sicilia*. Sciacca, Salvatore Estero Editore, 2009, pp. 59-78.

ROCHA PEREIRA, Maria Helena da

“A Geografia. Civilização Minóica e Micénica”, *Estudos de História da Cultura Clássica*. Vol. I, 10ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2006, pp. 31-46.

ROPPIA, Andrea

“Identifying Punic Sardinia: local communities and cultural identities”, *The Punic Mediterranean*. Ed. Josephine Crawley Quinn e Nicholas C. Vella, Cambridge, Cambridge University Press, 2014, pp. 257-281.

RUNCIMAN, Sir Steven

“Sicily: An Introduction”, *Mediterranean Studies*. Vol. 5, University Park, PA, Penn State University Press, 1995, pp. 1-5. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/41166827>.

RUTTER, N. K.

“Syracusan Democracy: ‘Most Like the Athenian?’”, *Alternatives to Athens: Varieties of Political Organization and Community in Ancient Greece*. Ed. Roger Brock e Stephen Hodkinson, Oxford, Nova Iorque, Auckland et al., Oxford University Press, 2000, pp. 137-151.

SALT, Alun Mark

“Temple Data”, *Creating collective identities through astronomy? A study of Greek temples in Sicily*. Dissertação de doutoramento em Filosofia apresentada à Universidade de Leicester, 2009, pp. 56-172.

SAVOCCHIA, Louise M.

“The Greeks in Sicily during the 8th and 7th Centuries: Reasons for Colonization”, *The Deinomenids of Sicily: The Appearance and Representation of a Greek Dynastic Tyranny in the Western Colonies*. Dissertação de Mestrado em Clássicas, Ontario, McMaster University, 2012, pp. 4-37.

SESTIERI, Anna Maria Bietti

“Mediterranean interaction in the second and early first millennia BC”, *Archaeology: the Widening Debate*. Ed. Barry W. Cunliffe, Wendy Davies, Colin Renfrew, Oxford, Nova Iorque, Atenas et al., Oxford University Press, 2002, pp. 420-429.

SHEPHERD, Gillian

“Greek “Colonisation” in Sicily and the West. Some Problems of Evidence and Interpretation Twenty-five Years On”, *PALLAS, Revue d'Études Antiques – Sicile antique, Pyrrhus en Occident* 79. Ed. Alain Ballabriga Toulouse, Presses universitaires du Mirail, 2009, pp. 15-25.

SMITH, Christopher

“Empire, Crisis and Response, 600-300 BC”, *The Etruscans: A Very Short Introduction*. Oxford, Oxford University Press, 2014, pp. 64-85.

SPAGNOLI, Federica

“Altars and Cult Installations of Punic Tradition in North Africa”, SOMA 2004. *Symposium on Mediterranean Archaeology. Proceedings of the eighth annual meeting of postgraduate researchers*. School of Classics, Dublin, Trinity College Dublin, 20-22 de Fevereiro de 2004, Volume: SOMA 2004 (BAR International Series, 1514), Oxford, British Archaeological reports, 2006, pp. 173-180. Disponível em: http://www.academia.edu/588834/Altars_and_Cult_Installations_of_Punic_tradition_in_North_Africa .

STIKA, Hans-Peter, HEISS, Andreas G. e ZACH, Barbara

“Plant Remains from the early Iron Age in western Sicily: differences in subsistence strategies of Greek and Elymian sites”, *Vegetation History and Archaeobotany*. Vol. 17, Issue 1, Suppl., Berlim, Springer Berlin – Heilderberg, 2008, pp. 139-148. Disponível em: <http://link.springer.com/article/10.1007%2Fs00334-008-0171-9#page-1>.

STURTEVANT, E. H.,

“The Italic Languages”, *The Classical Weekly*. Vol. 14, no. 9, Filadélfia, Classical Association of the Atlantic States, 1920, pp. 66-69. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4388079>.

TALBERT, Richard

“Punic policy in Sicily in the age of Timoleon”, *Timoleon and the Revival of Greek Sicily: 344-317 B.C.* Nova Iorque, Cambridge University Press, 1974, reimp. 2006, pp. 78-86.

TUSA, Vincenzo

“Eryx, Sicily”, *The Phoenicians*. Ed. Sabatino Moscati, Londres, Nova Iorque, Tauris, 2001, pp. 231-543.

IDEM

“Sicily”, *The Phoenicians*. Ed. Sabatino Moscati, Londres, Nova Iorque, I.B.Tauris, 2001, pp. 231-254.

YON, Marguerite

“Le Royaume de Kition – Époque archaïque”, *Studia Phoenicia V - Phoenicia and the East Mediterranean in the First Millenium B.C.* Ed. Edward Lipiński, Leuven, Uitgeveru Peeters, 1987, p. 357-374

WAGNER, Carlos G.

“Fenicios en Tartessos: Interacción o colonialismo?”, *Fenicios en Tartessos: nuevas perspectivas*. Ed. Manuel Álvarez Martí-Aguilar, Oxford, BAR, 2011, pp. 119-128.

IDEM

“Carthaginians in Ancient Spain – From Administrative Trade to Territorial Annexation”, *Studia Phoenicia – Punic Wars – Proceedings of the Conference held in Antwerp from the 23th to the 26th of November 1988, in cooperation with the Department of History of the ‘Univerwsiteit Antwerpen*. Ed. H. Devijver e E. Lipinski, Leuven, Uitgeverij Peeters, 1989, pp. 145-156.

WALDMAN, Carl e MASON, Catherine (eds.)

“Sicilians (people of Sicily)”, *Encyclopedia of European Peoples*. Nova Iorque, Infobas Publishing, 2006, pp. 734-735.

WARMINGTON, B. H.

“Phoenician and Punic in Sicily”, *Language and Linguistic Contact in Ancient Sicily*. Ed. Olga Tribulato, Cambridge, Nova Iorque, Melbourne et al., Cambridge University Press, 2012, pp. 115-131.

WATERS, Andrew

“Phoenician Settlement, Production and Trade in Southern Andalucia”, Publicação on-line do Joukowsky Institute for Archaeology and the Ancient World, 2013, pp. 1-22, disponível em https://www.brown.edu/Departments/Joukowsky_Institute/undergrad/prizes/Waters2014.pdf.

WILSON, R. J. A.

“Background”, *Sicily under the Roman Empire: the archaeology of a roman province, 36 BC – AD 535*. Warminster, Aris and Phillips, 1990, pp. 1-32.

WINTER, F. E.

“Choice of the site”, *Greek Fortifications*. Toronto, University of Toronto Press, 1971, pp. 3 – 47.

IDEM

“The critical periods in the history of Greek Fortifications”. *Greek Fortifications*. Toronto, Toronto University Press, 1971, pp. 289 – 333.

ZAMBON, Efrem

“From Agathocles to Hieron II: the birth and development of *Basileia* in Hellenistic Sicily”, *Ancient Tyranny*. Ed. Sian Lewis, Edinburgh, Edinburgh University Press, 2006, pp. 77-94.

6. ROMA E PENÍNSULA ITÁLICA

CLARK, Jessica H.

“Managing Defeat: The Senate and the Triumph, 201-167 B.C.E.”, *Triumph in Defeat: Military Loss and the Roman Republic*. Oxford, Nova Iorque, Auckland et al., Oxford University Press, 2014, pp. 94-134.

CORNELL, Tim

“The Roman Conquest of Italy”, *The Beginnings of Rome: Italy and Rome from the Bronze Age to the Punic Wars (c. 1000 – 264 BC)*. Nova Iorque, Routledge, 1995 (reimp. 1996), pp. 345-368.

DILLON, Matthew e GARLAND, Lynda

“Early Republican Rome: 507-264 BC”, *Ancient Rome: From the Early Republic to the Assassination of Julius Caesar*. Nova Iorque, Routledge, 2005, pp. 1-53.

DUNHAM, Sean B.

“Caesar’s perception of Gallic social structures”, *Celtic Chieftdom, Celtic State: The Evolution of Complex Social Systems in Prehistoric Europe*. Eds. Bettina Arnold e Blair Gibson, Cambridge, Nova Iorque, Cambridge University Press, 1995, pp. 110-116.

DYSON, Stephen L.

“The Development of the Ligurian Frontier”, *The Creation of the Roman Frontier*. Nova Jérĩa, Princeton University Press, 1985, p. 87-126.

ECKSTEIN, Arthur M.

“Roman Exceptionalism and Nonexceptionalism”, *Mediterranean Anarchy, Interstate War, and the Rise of Rome*. Berkeley, University of California Press, 2006, pp. 244-316.

IDEM

“*Terrores Multi: The Rivals of Rome for Power in Italy and the Western Mediterranean*”, *Mediterranean Anarchy, Interstate War, and the Rise of Rome*. Berkeley, University of California Press, 2006, pp. 118-180.

FORSYTHE, Gary

“Rome’s Rise to Dominance”, *A Critical History of Early Rome – From Prehistory to the First Punic War*. Berkeley, Los Angeles, Londres, University of California Press, 2005, pp. 268 – 323.

GREENE, Kevin

“Transport in the Roman Empire”, *The Archaeology of the Roman Economy*. Berkeley, University of California Press, 1986, pp. 17-44.

MASON, G. Graham

“The Agrarian Role of Coloniae Maritimae: 338-241 B.C.”, *Historia: Zeitschrift für alte Geschichte*. Estugarda, Franz Steiner Verlag, 1992, pp. 75-87.

MAYNARD, Charles W.

“The Art of Transportation”, *The Technology of Ancient Rome*. The Rosen Publishing Group, Nova Iorque, 2006, pp. 12-18.

MULLEN, Alex

“Multiple Voices”, *Southern Gaul and the Mediterranean: Multilingualism and Multiple Identities in the Iron Age and Roman Periods*. Cambridge, Nova Iorque, Melbourne et al., Cambridge University Press, 2013, pp. 3- 52.

LOMAS, Kathryn

“Italy during the Roman Republic, 338-31 B.C.”, *The Cambridge Companion to the Roman Republic*. Ed. Harriet I. Flower, Cambridge, Nova Iorque, Cambridge University Press, 2ª ed., 2014 (1ª ed. 2004), pp. 233-260.

MEIJER, FIK

“Rome’s First Naval Adventures”, *A History of Seafaring in the Classical World*. Nova Iorque, Routledge, 1986 (reimp. 2014), p. 147-167.

MOORE, Karl e LEWIS, David

“Publicans and Patriarchs: The Triumph of the Roman Family Enterprise: 146 BCE – 14CE”, *The Origins of Globalization*. Nova Iorque, Routledge, 2009, pp. 145-174

VISHNIA, Rachel Feig

“The Era of C. Flaminius (241.218), *State, Society and Popular Leaders in Mid-Republican Rome 241-167 BC*. Nova Iorque, Routledge, 1996, pp. 1-44.

7. UNIDADES DE MEDIDA

ENGELS, Donald

“The Length of Erasthostenes’ Stade”, *The American Journal of Philology*. Vol. 106, No. 3, Maryland, The John Hopkins University Press, 1985, pp. 298 – 311.

MERITT, Benjamin Dean

“The First of the Month”, *The Athenian Year*. vol. 32, Berkeley, Los Angeles, Londres, University of California Press, Cambridge University Press, 1961, pp. 16-37. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1085901>.

POTHECARY, Sarah

“Strabo, Polybius, and the Stade”, *Phoenix*. Victoria, Classical Association of Canada, 1995, pp. 49 – 67.